



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**MESTRADO EM INTEGRAÇÃO  
CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA  
(PPG-ICAL)**

**OS IMPACTOS DA TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA SOBRE A PERIFERIA: UMA  
ANÁLISE DOS ARRANJOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA AMÉRICA DO SUL  
NO SÉCULO XXI DESDE A PERSPECTIVA DO SISTEMA-MUNDO**

**ANA KAROLINA MORAIS DA SILVA**

Foz do Iguaçu

2022



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**MESTRADO EM INTEGRAÇÃO  
CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA  
(PPG-ICAL)**

**OS IMPACTOS DA TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA SOBRE A PERIFERIA: UMA  
ANÁLISE DOS ARRANJOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA AMÉRICA DO SUL  
NO SÉCULO XXI DESDE A PERSPECTIVA DO SISTEMA-MUNDO**

**ANA KAROLINA MORAIS DA SILVA**

Trabalho de Dissertação apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Integração Contemporânea da América Latina.

**Orientador:** Prof. Dr. Lucas Kerr-Oliveira

**Coorientador:** Prof. Dr. Luís Alexandre Fuccille

Foz do Iguaçu

2022

ANA KAROLINA MORAIS DA SILVA

**OS IMPACTOS DA TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA SOBRE A PERIFERIA: UMA  
ANÁLISE DOS ARRANJOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA AMÉRICA DO SUL  
NO SÉCULO XXI DESDE A PERSPECTIVA DO SISTEMA-MUNDO**

Trabalho de Dissertação apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Integração Contemporânea da América Latina.

**BANCA EXAMINADORA**

Orientador: Prof. Dr. Lucas Kerr-Oliveira  
(UNILA)

Coorientador: Prof. Dr. Luís Alexandre Fuccille  
(UNESP)

Prof. Dr. André Luís André  
(UNILA/UFS)

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques  
(UFSC)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Bruna Coelho Jaeger  
(UniLaSalle-RJ)

Foz do Iguaçu, 21 de março de 2022.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação  
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

S586

Silva, Ana Karolina Morais.

Os impactos da transição hegemônica sobre a periferia: uma análise dos arranjos político-institucionais da América do Sul no século XXI desde a perspectiva do sistema-mundo / Ana Karolina Morais da Silva. - Foz do Iguaçu, 2022.

232 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz do Iguaçu-PR, 2022.

Orientador: Lucas Kerr-Oliveira. Coorientador:  
Luís Alexandre Fuccille.

1. Teoria de sistemas mundiais. 2. Transição Hegemônica - Aspectos sociais. 3. Competição Interestatal. 4. Integração Regional - América do Sul. I. Kerr-Oliveira, Lucas. II. Fuccille, Luís Alexandre. III. Título.

CDU 327.39(8)

## AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos que correspondem a todo o apoio recebido para a execução dessa dissertação certamente excederiam o espaço desta breve seção. Em primeiro lugar, agradeço à minha família, pelo suporte diário ao longo de toda minha vida acadêmica e principalmente durante o mestrado. Sem seu estímulo e carinho, não sei se seria possível manter-me na pós-graduação. A vocês eu dedico todos os frutos do meu trabalho e esforço.

Agradeço às professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL) pois, durante dois anos, mesmo com as dificuldades do cenário pandêmico e do ensino à distância, dedicaram-se e mantiveram-se ativos em defesa da educação pública e da pesquisa brasileiras. Agradeço à professora Renata Oliveira que, como coordenadora do programa, me concedeu sua atenção e diálogo em inúmeras ocasiões, e à professora Tereza Spyer, que à frente da disciplina de Seminários Teóricos me deu impulso e segurança para seguir pesquisando.

Agradeço, especialmente, ao professor, orientador e amigo Lucas Kerr de Oliveira, por seu apoio e incentivo irremediáveis e por depositar em meu trabalho sua mais absoluta confiança, pelos últimos 5 anos, desde minha graduação. Agradeço, também, ao professor e coorientador Alexandre Fuccille, por suas palavras de encorajamento, interesse pelo tema de pesquisa e seu entusiasmo pelas discussões que envolveram a redação desta dissertação. Ademais, estendo os agradecimentos aos professores que compuseram as bancas de qualificação e defesa, professores André Luis André e Helton Ouriques, e professora Bruna Jaeger, por suas contribuições diretas e indiretas ao desenvolvimento deste trabalho de pesquisa.

Agradeço à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) pela bolsa que possibilitou minha permanência na universidade. E, finalmente, agradeço à UNILA, minha *alma mater*, onde hoje concluo 7 anos de aprendizado e experiências que levarei para toda minha vida, instituição pública e de qualidade que congrega jovens latino-americanos e caribenhos e me apresentou um horizonte até então desconhecido por mim. Aqui a integração latino-americana corre em nossas veias. Minha passagem pela UNILA faz com que me sinta apta a defender um projeto de América Latina que transcende os limites impostos aos nossos povos e nos permite vislumbrar um futuro digno e soberano que é, sobretudo, um futuro possível.

*“Seguramente, la unión es lo que nos falta para completar la obra de nuestra regeneración. [...] Es la unión, ciertamente; mas esta unión no nos vendrá por prodigios divinos, sino por efectos sensibles y esfuerzos bien dirigidos.”*

**Simón Bolívar** (1815)

## RESUMO

A presente dissertação trata dos arranjos político-institucionais da América do Sul, considerando a transição hegemônica e seus impactos para o cenário regional sul-americano no século XXI. Partimos da premissa de que a (re)emergência dos polos de poder eurasiáticos nas últimas duas décadas acelera o processo de transição hegemônica, levando ao aprofundamento da competição interestatal entre Estados Unidos, Rússia e China. Esta competição abrange cada vez mais as regiões periféricas do sistema-mundo, incluindo a América Latina, a qual tem sido reposicionada no tabuleiro internacional e reorganizada como um espaço de atuação geoestratégica das potências em meio às disputas globais de poder. Neste contexto, buscamos analisar de que forma a competição interestatal entre as potências tem afetado os arranjos político-institucionais da América do Sul desde os anos 2000. Realizando procedimentos de revisão bibliográfica e análise documental, empreendemos uma análise qualitativa que se apoia nas contribuições teórico-metodológicas da análise dos sistemas-mundo. Assim, duas hipóteses gerais foram adotadas na condução desta pesquisa: (I) conforme a competição interestatal se acirra, a potência hegemônica busca reassegurar sua hegemonia global, partindo da retomada do seu domínio regional em seu entorno geográfico imediato, a saber, nas Américas; (II) como consequência dessa reorganização estratégica da potência hegemônica, intensifica-se a disputa geopolítica entre esta e as potências concorrentes em diversas regiões, incluindo a América do Sul. Os resultados observados nos mostram que a transição hegemônica tem se acelerado nestas primeiras décadas do século XXI e, em face do aprofundamento da competição interestatal, a principal estratégia adotada pelas potências na última década tem sido a contenção mútua – tendência que, tudo indica, deve manter-se pelos próximos anos. É neste sentido que os Estados Unidos, em um movimento de contrarreação hegemônica, têm buscado mitigar ou retardar os avanços estratégicos de seus principais competidores, Rússia e China. Sob este contexto, conforme a potência norte-americana aumenta as pressões nos respectivos entornos das potências eurasiáticas e em seu próprio entorno imediato, com o objetivo de assegurar sua hegemonia no “Hemisfério Ocidental”, Rússia e China também têm buscado contrabalancear os Estados Unidos na Eurásia e na América Latina e Caribe. Desta forma, a contenção mútua entre as potências tem desencadeado um efeito cascata que impacta os arranjos político-institucionais sul-americanos. Por meio de diversas táticas de Guerra Híbrida, os Estados Unidos têm promovido golpes de Estado e explorado a polarização política na América do Sul para favorecer, direta ou indiretamente, a emergência de governos (geralmente neoconservadores e neoliberais) alinhados aos seus interesses estratégicos. Priorizando a aproximação internacional com os países do Norte, estes governos têm atacado e/ou negligenciado a cooperação sul-americana, levando a um atrofiamento das instituições regionais de integração. Assim, a atual conjuntura regional se desenhou, em grande medida, devido ao padrão de relacionamento estabelecido entre os novos governos sul-americanos e Washington, especialmente a partir de meados da década de 2010, quando a contrarreação hegemônica estadunidense se intensificou.

**Palavras-chave:** Sistema-Mundo; Transição Hegemônica; Competição Interestatal; América do Sul; Integração Regional.

## RESUMEN

La presente disertación trata sobre los arreglos político-institucionales de América del Sur, considerando la transición hegemónica y sus impactos en el escenario regional sudamericano en el siglo XXI. Partimos de la premisa de que el (re)surgimiento de los polos de poder euroasiáticos en las últimas dos décadas acelera el proceso de transición hegemónica, lo que conduce a la profundización de la competencia interestatal entre Estados Unidos, Rusia y China. Esta competencia abarca cada vez más las regiones periféricas del sistema-mundo, incluida América Latina, que ha sido reposicionada en el tablero internacional y reorganizada como un espacio de acción geoestratégica de las potencias en medio de las disputas de poder global. En este contexto, buscamos analizar cómo la competencia interestatal entre las potencias ha afectado los arreglos político-institucionales de América del Sur desde la década de 2000. Realizando procedimientos de revisión bibliográfica y análisis documental, realizamos un análisis cualitativo que se apoya en los aportes teórico-metodológicos del análisis de los sistemas-mundo. Así, se adoptaron dos hipótesis generales en la realización de esta investigación: (I) a medida que se intensifica la competencia interestatal, la potencia hegemónica busca reafirmar su hegemonía global, a partir de la reanudación de su dominio regional en su entorno geográfico inmediato, es decir, en las Américas; (II) como consecuencia de esta reorganización estratégica de la potencia hegemónica, se intensifica la disputa geopolítica entre ésta y las potencias competidoras en varias regiones, incluida América del Sur. Los resultados observados nos muestran que la transición hegemónica se ha acelerado en estas primeras décadas del siglo XXI y, ante la profundización de la competencia interestatal, la principal estrategia adoptada por las potencias en la última década ha sido la contención mutua, tendencia que, según todos los indicios, debe mantenerse durante los próximos años. Es en este sentido que Estados Unidos, en un movimiento de contrarreacción hegemónica, ha buscado mitigar o retrasar los avances estratégicos de sus principales competidores, Rusia y China. En este contexto, mientras la potencia norteamericana incrementa las presiones en los respectivos entornos de las potencias euroasiáticas y en su propio entorno inmediato, con el objetivo de asegurar su hegemonía en el “Hemisferio Occidental”, Rusia y China también han buscado contrarrestar la Estados Unidos en Eurasia y América Latina y el Caribe. De esta forma, la contienda mutua entre las potencias ha desatado un efecto cascada que impacta a los arreglos político-institucionales sudamericanos. A través de diversas tácticas de Guerra Híbrida, Estados Unidos ha promovido golpes de Estado y explotado la polarización política en América del Sur para favorecer directa o indirectamente el surgimiento de gobiernos (generalmente neoconservadores y neoliberales) alineados con sus intereses estratégicos. Priorizando la aproximación internacional con los países del Norte, estos gobiernos han atacado y/o descuidado la cooperación sudamericana, provocando un atrofiamiento de las instituciones de integración regional. Así, la actual coyuntura regional fue diseñada, en gran medida, por el patrón de relación establecido entre los nuevos gobiernos sudamericanos y Washington, especialmente a partir de mediados de la década de 2010, cuando se intensificó la contrarreacción hegemónica estadounidense.

**Palabras llave:** Sistema-Mundo; Transición Hegemónica; Competencia Interestatal; América del Sur; Integración Regional.



## ABSTRACT

The present dissertation deals with the political-institutional arrangements of South America, considering the hegemonic transition and its impacts on the South American regional scenario in the 21st century. We start from the premise that the (re)emergence of Eurasian power poles in the last two decades accelerates the process of hegemonic transition, leading to the deepening of interstate competition between the United States, Russia and China. This competition increasingly encompasses the peripheral regions of the world-system, including Latin America, which has been repositioned on the international board and reorganized as a space for geostrategic action by the powers in the midst of global power disputes. In this context, we seek to analyze how interstate competition between powers has affected the political-institutional arrangements of South America since the 2000s decade. Performing procedures of bibliographic review and document analysis, we undertook a qualitative analysis that is supported by the theoretical-methodological contributions of world-systems analysis. Thus, two general hypotheses were adopted in conducting this research: (I) as interstate competition intensifies, the hegemonic power seeks to reassure its global hegemony, starting from the resumption of its regional dominance in its immediate geographic surroundings, namely, in the Americas; (II) as a consequence of this strategic reorganization of the hegemonic power, the geopolitical dispute between it and the competing powers in several regions, including South America, intensifies. The observed results show us that the hegemonic transition has accelerated in these first decades of the 21st century and, in the face of the deepening of interstate competition, the main strategy adopted by the powers in the last decade has been mutual containment – a trend that, by all indications, should be kept for the next few years. It is in this sense that the United States, in a hegemonic counter-reaction movement, has sought to mitigate or delay the strategic advances of its main competitors, Russia and China. In this context, as the North American power increases the pressures in the respective environments of the Eurasian powers and in its own immediate environment, with the objective of ensuring its hegemony in the “Western Hemisphere”, Russia and China have also sought to counterbalance the United States in the Eurasia and Latin America and the Caribbean. In this way, the mutual contention between the powers has unleashed a cascade effect that impacts South American political-institutional arrangements. Through various Hybrid War tactics, the United States has promoted coups d'état and exploited the political polarization in South America to directly or indirectly favor the emergence of governments (generally neoconservative and neoliberal) aligned with its strategic interests. Prioritizing international approximation with the countries of the North, these governments have attacked and/or neglected South American cooperation, leading to a stunting of regional integration institutions. Thus, the current regional conjuncture was designed, to a large extent, due to the pattern of relationship established between the new South American governments and Washington, especially from the mid-2010s, when the US hegemonic counter-reaction intensified.

**Keywords:** World-System; Hegemonic Transition; Interstate Competition; South America; Regional Integration.

## **LISTA DE TABELAS**

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 1 – Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2018 e 2023.....   | 71  |
| Tabela 2 – Comércio entre os países sul-americanos e as potências no ano de 2019 (em dólares).....                         | 107 |
| Tabela 3 – Exportações de armas das potências para os países sul-americanos entre 2000 e 2020 (em milhões de dólares)..... | 124 |

## **LISTA DE GRÁFICOS**

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 1 – Produção estimada de petróleo e gás natural nos Estados Unidos, Rússia e Arábia Saudita (2008-2020) em quatrilhões de unidades térmicas britânicas (BTU)..... | 64 |
|---|----|

## **LISTA DE FIGURAS**

|  |     |
|--|-----|
| Figura 1 – Alinhamento internacional frente à crise venezuelana..... | 171 |
|--|-----|

## **LISTA DE QUADROS**

|  |     |
|--|-----|
| Quadro 1 – Representantes dos ciclos políticos sul-americanos no século XXI..... | 153 |
|--|-----|

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO.....  | 15  |
| 1. APONTAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS: ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO E TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA .....                   | 22  |
| 1.1. MACROSSOCIOLOGIA HISTÓRICA E A ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO.....  | 23  |
| 1.2. FORMAÇÃO E ESTRUTURA DO SISTEMA-MUNDO MODERNO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA.....                               | 27  |
| 1.3. TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA E COMPETIÇÃO INTERESTATAL.....   | 33  |
| 1.3.1. Hegemonia e Transição Hegemônica .....  | 33  |
| 1.3.2. Crise hegemônica e competição interestatal na contemporaneidade.....                                    | 43  |
| 1.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....  | 48  |
| 2. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E ESTRATÉGICOS DA COMPETIÇÃO INTERESTATAL ENTRE ESTADOS UNIDOS, RÚSSIA E CHINA ..... | 49  |
| 2.1. O FIM DA GUERRA FRIA E O MOMENTO UNIPOLAR.....  | 50  |
| 2.2. A CRISE DA UNIPOLARIDADE ESTADUNIDENSE E A REASCENSÃO DAS POTÊNCIAS EURASIÁTICAS.....                     | 54  |
| 2.3. DISPUTA ECONÔMICA EM NÍVEL GLOBAL: RECURSOS ENERGÉTICOS E CONTROLE TECNOLÓGICO.....                       | 61  |
| 2.3.1. A disputa por recursos energéticos.....   | 62  |
| 2.3.2. A disputa pelo controle de tecnologias.....   | 70  |
| 2.4. DISPUTA POLÍTICO-MILITAR E REORIENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA DAS POTÊNCIAS .....                  | 76  |
| 2.4.1. Estratégia de Segurança dos Estados Unidos .....  | 78  |
| 2.4.2. Estratégia de Segurança da China .....  | 82  |
| 2.4.3. Estratégia de Segurança da Rússia .....   | 85  |
| 2.5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....  | 90  |
| 3. A AMÉRICA DO SUL EM MEIO À COMPETIÇÃO INTERESTATAL ENTRE AS POTÊNCIAS .....                                 | 92  |
| 3.1. A AMÉRICA DO SUL NA ESTRATÉGIA DAS POTÊNCIAS .....  | 93  |
| 3.2. RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE AS POTÊNCIAS E A AMÉRICA DO SUL .....   | 106 |
| 3.3. A PRESENÇA MILITAR DAS POTÊNCIAS NA AMÉRICA DO SUL.....   | 119 |
| 3.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....  | 130 |
| 4. IMPACTOS DA TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA PARA OS ARRANJOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS SUL-AMERICANOS .....              | 133 |

|  |     |
|--|-----|
| 4.1. O REGIONALISMO SUL-AMERICANO NO SÉCULO XXI: AUTONOMIA, MULTILATERALISMO E AS INSTITUIÇÕES DE INTEGRAÇÃO REGIONAL .....    | 135 |
| 4.2. CONTRARREACÇÃO HEGEMÔNICA E NEOINTERVENCIONISMO, DESESTABILIZAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL E A CRISE DO CICLO PROGRESSISTA ..... | 147 |
| 4.2.1. Desestabilização e crise no Brasil .....  | 157 |
| 4.2.2. Desestabilização e crise na Venezuela .....   | 166 |
| 4.3. DESINTEGRAÇÃO, CONFLITUOSIDADE E O ATROFIAMENTO DOS ARRANJOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS SUL-AMERICANOS .....                 | 177 |
| 4.4. DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A AMÉRICA DO SUL .....   | 187 |
| 4.5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....  | 197 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 199 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....   | 203 |

## INTRODUÇÃO

No século XXI, o sistema interestatal vive um período de profunda complexidade estratégica, marcada por disputas econômicas e político-militares que se imbricam e sobrepõem umas às outras. A complexidade da disputa estratégica entre as grandes potências sinaliza uma nova dinâmica dentro do processo de transição hegemônica em curso<sup>1</sup>. Neste sentido, é difícil avistar a ascensão de uma nova hegemonia, mas é possível vislumbrar a configuração de uma multipolaridade assimétrica e instável pelos próximos anos (MORAIS SILVA, 2018; MORAIS SILVA *et al.*, 2020).

Nesse sentido, a América do Sul tem enfrentado os efeitos desestabilizadores da competição entre as potências, os quais têm gerado novos e maiores desafios em termos de desenvolvimento e autonomia para a região. Como exemplos, mencionamos especialmente a instabilidade das relações entre países da região, a retomada da agenda estadunidense de segurança hemisférica, o aprofundamento da polarização política dentro e entre os países sul-americanos e a consequente depreciação dos processos de integração regional (MANETTO, 2019; JAEGER, 2019; GRASSI, 2019; ARAÚJO; NEVES, 2021).

O processo gradativo de difusão internacional de poder econômico e militar, especialmente a partir do início dos anos 2000, está atrelado ao processo de reposicionamento internacional de potências como China e Rússia. Tal processo tem evidenciado a erosão da posição dominante de potências como Estados Unidos e Europa Ocidental, enquanto as potências reemergentes têm um impacto cada vez mais significativo nas relações internacionais, o que afeta padrões de conflito e cooperação no sistema interestatal (PUTTEN; ROOD; MEIJNDERS, 2016).

Em meio a este contexto, se observa uma intensificação da complexidade da competição entre EUA, por um lado, e Rússia e China, por outro. Desde a Guerra Fria, tais países têm nutrido relações tensas; contudo, nos últimos anos, tal triangulação tem se dado sob novos patamares de disputa, ainda mais amplos. Ao mesmo tempo que os EUA competem economicamente com China e Rússia por recursos estratégicos, os três países têm buscado ampliar continuamente suas zonas de influência geopolítica a fim de reduzir a influência de potências competidoras e assegurar a estabilidade de suas alianças (TEIXEIRA Jr., 2020).

Como resultado, em seus documentos oficiais de segurança e defesa lançados nos últimos anos, as potências têm reforçado suas percepções de ameaça em relação umas às outras.

---

<sup>1</sup> Sobre transição de poder e transição hegemônica, consultar Organski (2000), Gilpin (1981), Modeslki (1987), Wallerstein (1974, 1987) e Arrighi (1996).



Nesses documentos, a concorrência estratégica com Rússia e China é indicada como a principal preocupação de segurança dos Estados Unidos, enquanto Rússia e China percebem os EUA e seus aliados (como a União Europeia e o Japão) como seus principais concorrentes (RUSSIA, 2014; CHINA, 2015; U.S., 2018).

Do mesmo modo, consideram o acirramento da disputa interestatal como a principal tendência do sistema interestatal na contemporaneidade, o que, conseqüentemente, leva à ameaça constante de guerras, conflitos e crises interestatais e inter-regionais. Destarte, as três potências vêm empreendendo a modernização de suas forças militares e de suas principais capacidades, desde seus equipamentos até seus conceitos operacionais (RUSSIA, 2014; CHINA, 2015; U.S., 2018).

Assim, o aprofundamento da competição interestatal em termos econômicos e político-militares tem se desenvolvido em nível mundial e, principalmente, em nível regional. Sob essa perspectiva, as regiões são cada vez mais centrais para as rivalidades entre EUA, Rússia e China, uma vez que o exercício da influência geopolítica sobre determinadas regiões é um mecanismo fundamental para uma potência projetar seu poder globalmente (KLIEMAN, 2015).

Essa conjuntura internacional, portanto, afeta diretamente os padrões de relacionamento entre os países, os quais passam a ser fortemente condicionados pelas relações entre as grandes potências (PUTTEN; ROOD; MEIJNDERS, 2016). Ao mesmo tempo, desafios adicionais à resolução de conflitos no Sul Global têm sido gerados, uma vez que as conflitualidades presentes em determinados contextos regionais têm sido utilizadas para a disputa por recursos e influência geopolítica entre EUA, Rússia e China (PAUTASSO, 2011; TROITSKIY, 2019).

É por essa razão que o tabuleiro estratégico das potências tem se expandido e incorporado cada vez mais à América Latina e o Caribe<sup>2</sup> (MONIZ BANDEIRA, 2013). O ambiente regional latino-americano e caribenho, no qual a América do Sul se insere, está diretamente constrangido pela presença geopolítica dos EUA, que limita a ascensão de uma potência com prevalência regional. Tal presença estadunidense se justifica, pois, para se projetar globalmente com maior liberdade, a potência precisa assegurar que seu entorno regional se encontra “seguro e estável”, ou que seus “flancos geopolíticos estarão guarnecidos” (TEIXEIRA Jr., 2020, p. 10).

Levando em consideração tais elementos, esse projeto de pesquisa propõe uma análise dos impactos que a competição interestatal entre as potências possui sobre o cenário político

---

<sup>2</sup> De acordo com os termos empregados neste trabalho, compreende-se a América Latina como uma região do continente americano que inclui, além de países da América do Norte (México), da América Central e do Caribe, todos os países da América do Sul.

regional sul-americano no século XXI, tomando como principal referencial teórico-metodológico as contribuições da análise dos sistemas-mundo, desenvolvidas por autores como Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi.

A condução desta pesquisa se justifica pela relevância dos arranjos político-institucionais sul-americanos para a academia e o Estado brasileiros. Tal estudo é pertinente para o aprofundamento da produção científica brasileira e sul-americana sobre os impactos que as relações entre as potências têm gerado sobre o cenário político regional da América do Sul nos últimos 20 anos. A opção pelo recorte geográfico da América do Sul se deve ao fato de que “as interações intrarregionais e extrarregionais criaram esferas estratégicas diferenciadas no espaço sul-americano” e, assim, a região possui crescente relevância político-econômica-estratégica da região nas relações internacionais (PECEQUILO, 2013, p. 101).

A delimitação temporal do estudo se justifica pelas consideráveis mudanças na distribuição de poder em curso no sistema internacional desde a virada do milênio (FIORI, 2007; FRIEDMAN, 2012; PUTTEN; ROOD; MEIJNDERS, 2016; MCINNISS; WEISS, 2019). Por sua vez, a abordagem teórico-metodológica adotada, da análise dos sistemas-mundo, se justifica por sua contribuição para a compreensão do sistema-mundo moderno como um sistema histórica e estruturalmente caracterizado pela competitividade e a distribuição desigual de poder e riqueza, elementos que afetam diretamente os países e regiões periféricas, como a América do Sul (WALLERSTEIN, 1987, 2004; ARRIGHI, 1996; AMIN, 2004, 2011).

Diante do exposto, esta pesquisa visa o aprofundamento dos estudos sobre as relações entre os níveis sistêmico e o nível regional e, especialmente, como tais relações alteram as dinâmicas político-institucionais regionais. Desta forma, almejamos contribuir para as subáreas da Geopolítica e da Economia Política Internacional, quanto para a produção científica sobre a região sul-americana, tão significativa para as relações internacionais contemporâneas em nível global quanto para a estratégia internacional brasileira.

Consideramos relevante identificar e analisar as tendências sistêmicas por sua influência sobre os arranjos político-institucionais sul-americanos e, conseqüentemente, a margem de manobra para as estratégias de inserção internacional do Brasil e da região. A dimensão sistêmica da política internacional gera oportunidades e desafios para a inserção internacional de todos os países, mas especialmente dos países periféricos, cujas possibilidades estratégicas são modificadas de acordo com determinados períodos e espaços históricos (LORENZINI; DOVAL, 2020).

O problema central dessa pesquisa, ou sua pergunta norteadora, é: De que forma a competição interestatal entre Estados Unidos e Rússia e China afetou os arranjos político-

institucionais da América do Sul a partir de 2000? Assim, o objetivo geral desta pesquisa é empregar a perspectiva do sistema-mundo para analisar como os arranjos político-institucionais sul-americanos vêm sendo afetados no século XXI pela disputa que ocorre entre a potência estadunidense e as potências eurasiáticas em nível sistêmico, decorrente do processo de transição hegemônica.

Como desdobramento do objetivo geral da pesquisa, os seus objetivos específicos são: (I) conceituar a formação histórica e estrutural do sistema-mundo moderno e a competição interestatal como parte fundamental deste sistema; (II) analisar a competição econômica e político-militar entre EUA, Rússia e China por meio das contribuições da análise dos sistemas-mundo; (III) analisar os impactos da competição interestatal entre EUA e Rússia e China sobre os processos político-institucionais sul-americanos a partir de 2000.

Consideramos que o processo de transição hegemônica é gradual, baseando-se em uma sucessão de períodos em que o poder da potência hegemônica se encontra em declínio em relação ao poder de potências concorrentes, intercalados com períodos em que a disputa estratégica entre as potências se intensifica e a potência hegemônica busca recompor seu poder hegemônico. Com avanços e recuos, a transição hegemônica não ocorre de forma linear, ela é realizada pelo processo de confronto entre o poder hegemônico já estabelecido e o(s) novo(s) poder(es) em ascensão.

Desta forma, nessa pesquisa são empregadas duas hipóteses gerais: (I) conforme a competição interestatal se acirra, a potência hegemônica busca reassegurar sua hegemonia global, partindo da retomada do seu domínio regional em seu entorno geográfico imediato, a saber, nas Américas; (II) como consequência dessa reorganização estratégica da potência hegemônica, intensifica-se a disputa geopolítica entre esta e as potências concorrentes em diversas regiões, incluindo a América do Sul. Partindo disto, esta pesquisa emprega uma abordagem qualitativa e o método dialético. Considera-se que:

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma. Assim, as pesquisas fundamentadas no método dialético distinguem-se bastante das pesquisas desenvolvidas segundo a ótica positivista, que enfatiza os procedimentos quantitativos (GIL, 2008, p. 14).

Segundo Engels, a dialética está baseada em três leis gerais: (I) a lei da passagem da quantidade à qualidade, que enfatiza que todo processo de transformação se dá de forma lenta

por meio de mudanças quantitativas que, com o tempo, podem gerar alterações qualitativas (modificações radicais); (II) a lei da unidade dos contrários, que demonstra que os diferentes aspectos da realidade se entrelaçam, promovendo a inclusão e complementação de aspectos contraditórios; e (III) a lei da negação da negação, que explicita que o movimento geral da realidade não se restringe às contradições permanentes, ou seja, o conflito entre teses e antíteses não é eterno. Em “Anti-Dühring”, o filósofo destaca a substituição da causalidade unilateral e rígida pela interação recíproca (ENGELS, 1990).

Podemos também mencionar a concepção de totalidade como um dos princípios norteadores da dialética: “No sentido marxiano, a totalidade é um conjunto de fatos articulados ou o contexto de um objeto com suas múltiplas relações ou, ainda, um todo estruturado que se desenvolve e se cria como produção social do homem.” (CIAVATTA, 2001, p. 123). Desta forma, a dialética procura captar os fenômenos históricos, caracterizados pelo constante devir, privilegiando neste processo o lado conflituoso da realidade social – é neste sentido que o método dialético serve como base para o materialismo histórico (GIL, 2008).

Portanto, visando promover uma análise que relaciona a estrutura histórica do sistema interestatal e sua tendência à competição interestatal com a atual conjuntura político-institucional sul-americana, esta pesquisa empregará como principal referencial teórico-metodológico a perspectiva do sistema-mundo, elaborada por Immanuel Wallerstein (1999 e 2004), que propõe uma ciência social histórica que ofereça ferramentas úteis à análise dos períodos de crise e transição no sistema interestatal.

A análise dos sistemas-mundo é uma tese elaborada por Wallerstein, a qual defende que as áreas econômica, política e sociocultural operam sob um mesmo “conjunto de regras” e, portanto, não podem ser isolados em nenhuma análise científica. O autor propõe a união entre generalizações transhistóricas e narrações particularistas, ou seja, estudar as estruturas sistêmicas, com suas tendências cíclicas e padrões de transformação, em sua totalidade. Na contramão da pretensa linearidade e universalidade da ciência positivista, a análise dos sistemas-mundo é a proposta de uma ciência social histórica que forneça uma interpretação coerente dos processos sistêmicos históricos (WALLERSTEIN, 1999, 2004).

Tendo isto em vista, as duas principais técnicas de pesquisa a serem empregadas neste estudo são: (I) a revisão bibliográfica de livros, artigos, dissertações, teses e notícias sobre os temas estudados, e (II) a análise documental de fontes primárias, como os documentos oficiais de segurança nacional das potências, disponíveis nos canais oficiais dos seus respectivos governos – a saber: *National Security Strategy* (2015), *National Security Strategy* (2017), *National Defense Strategy* (2018) e *Interim National Security Strategic Guidance* (2021), dos

EUA; *China's Military Strategy* (2015) e *China's National Defense in the New Era* (2019), da China; *Military Doctrine* (2014) e *National Security Strategy* (2021), da Rússia – para discutir os elementos-chave da competição interestatal entre os três países.

Tais procedimentos estarão divididos em três passos complementares: (I) revisão bibliográfica acerca do tema da formação histórica da estrutura do sistema interestatal e da competição interestatal dentro do processo de transição hegemônica, baseada primordialmente nas contribuições teórico-metodológicas de Wallerstein e Arrighi; (II) análise da competição interestatal em nível sistêmico, desde uma perspectiva holística, empregando de forma combinada a revisão bibliográfica e a análise documental de fontes primárias; (III) análise dos impactos da competição interestatal para o panorama político sul-americano na contemporaneidade, desde o princípio do século XXI até o ano de 2020, através da consulta a livros, artigos, dissertações, teses e notícias.

A partir disso, esta dissertação se realizará por meio de quatro capítulos. Em seu primeiro capítulo, discutiremos inicialmente como o materialismo histórico enquanto método empregado através da análise dos sistemas mundiais contribui para uma compreensão totalizante das relações internacionais, considerando aspectos econômicos, históricos e geopolíticos de forma combinada. Em seguida, analisaremos como o sistema interestatal existente hoje se estruturou e expandiu historicamente, conformando uma divisão estrutural entre países centrais e periféricos. Após isto, buscamos apresentar a discussão teórica acerca da transição hegemônica e como a competição interestatal constitui esse processo.

Em seu segundo capítulo, discutiremos os fundamentos históricos e estratégicos da competição interestatal entre Estados Unidos e Rússia e China. Partimos do contexto pós-Guerra Fria, o chamado “momento unipolar”, para então analisarmos a crise da unipolaridade estadunidense e a reascensão das potências eurasiáticas a partir dos anos iniciais do século XXI. Ainda, serão abordadas a disputa econômica em nível global, baseada na competição por recursos energéticos e controle sobre tecnologias da informação, assim como as disputas pelos entornos imediatos e zonas de influência geopolítica, que se desdobram em um processo de reorientação estratégica pelo qual as três potências passam na atualidade.

No terceiro capítulo, discutiremos como a competição interestatal, no seio da transição hegemônica em curso, se desenrola dentro da América do Sul. Em outras palavras, iremos analisar como os Estados Unidos, a China e a Rússia estão presentes na região; quais são suas relações com os países sul-americanos e de que forma a região é disputada como área de influência e parceira internacional destes três países. Observamos que, nos últimos anos, há um recrudescimento da estratégia estadunidense para a América do Sul, especialmente no que se

refere à sua estratégia de segurança, como uma reação ao aprofundamento da presença chinesa e russa na região, que se dão, respectivamente, por meio da intensificação do comércio e da cooperação militar.

Finalmente, em seu quarto e último capítulo, relacionaremos a competição interestatal entre as potências com os arranjos político-institucionais da América do Sul no século XXI. Abordaremos brevemente o processo de convergência regional que levou a busca por maior autonomia internacional no início da década de 2000, tomando em consideração o papel que as instituições fortalecidas neste período desempenharam para o regionalismo sul-americano. Em seguida, buscamos discutir como essas instituições se encontram hoje no centro de uma disputa geopolítica que leva ao seu atrofamento e esvaziamento institucional, ponderando os efeitos da desintegração para a região.

# 1. APONTAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS: ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO E TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA

*“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.”*

**Karl Marx** (2003 [1852], p. 7).

O moderno sistema interestatal, tal como o conhecemos hoje, surgiu e desenvolveu-se concomitantemente a expansão mundial do capitalismo como sistema econômico. A necessidade jurídica de garantir a propriedade privada, pré-condição para a acumulação capitalista, levou ao desenvolvimento sinérgico de processos que gradativamente levaram à constituição de jurisdições nacionais modernas, criando assim um conjunto de países juridicamente autônomos e independentes no bojo das relações internacionais europeias entre os séculos XV e XVII (ARRIGHI, 1996).

Este conjunto de países estruturou o sistema interestatal a partir dos seus interesses de soberania, autonomia jurídica e defesa da economia nacional. Contudo, tal qual o próprio capitalismo, o sistema interestatal se desenvolveu como uma estrutura assimétrica, dividindo-se entre os chamados países centrais, que concentram a maior parte do controle sobre a economia mundial, e os chamados países periféricos, econômica e politicamente subordinados pelos países do centro do sistema (WALLERSTEIN, 1987; AMIN, 2011).

Conseqüentemente, os países centrais, que possuem o poder econômico para concentrarem a renda excedente da produção mundial em seus territórios e, portanto, possuem a maior parte do poder político no sistema interestatal. Destarte, o poder político de cada Estado sempre se constitui de forma relativa ao poder dos demais Estados do sistema interestatal – e tais posições de poder, por sua vez, oscilam de forma cíclica, entre períodos de hegemonia, nos quais a competição interestatal entre as potências se encontra desequilibrada (com uma potência se destacando simultaneamente nos âmbitos econômico, político e militar), e períodos de disputa entre os países centrais, nos quais a competição interestatal se intensifica ainda mais (WALLERSTEIN, 1987; ARRIGHI, 1996).

A partir dessas premissas, o objetivo principal deste capítulo é discutir, inicialmente, como a análise dos sistemas-mundo nos oferece ferramentas úteis para a compreensão das relações internacionais contemporâneas. Em seguida, discutiremos como o sistema interestatal

existente hoje se estruturou e expandiu historicamente, conformando uma divisão entre países centrais e periféricos. Ao final, visamos discutir, brevemente, a competição interestatal entre as principais potências contemporâneas (Estados Unidos, Rússia e China) em meio ao processo de transição hegemônica em curso na atualidade.

### **1.1. MACROSSOCIOLOGIA HISTÓRICA E A ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO**

A macrossociologia histórica é uma área de pesquisa interdisciplinar que estuda mecanismos e padrões em processos de longa duração, como a formação, evolução, transformação, declínio e colapso de sociedades, Estados, civilizações e sistemas mundiais. A macrossociologia histórica responde a perguntas tradicionais da filosofia da história sobre a estrutura, a dinâmica e o curso da história – mas não em nível filosófico, e sim em níveis científico e teórico. Emprega métodos e ferramentas de pesquisa de diversos campos das ciências sociais, como sociologia, ciência política, geopolítica, história econômica, etnologia, demografia histórica, entre outras (ROZOV, 2009).

Arrighi (2003) afirma que a macrossociologia foi transformada pela emergência de duas novas escolas de pensamento: a Sociologia Histórica e Comparativa (SHC) e a Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM). As duas escolas buscam mobilizar o conhecimento histórico para a solução de problemas macrossociológicos, mas divergem quanto a definição dos seus campos de estudo:

Sob o mote “trazendo o Estado de volta”, os intelectuais da SHC tomaram os estados como suas unidades privilegiadas de análise, e procuraram analisá-los em busca de generalizações sobre suas propriedades e de princípios de variação entre casos em diferentes espaços e períodos. Em contraste, os intelectuais da EPSM tomaram tipicamente os sistemas de estados agrupados por uma única divisão de trabalho como sua unidade privilegiada de análise, e procuraram analisá-los em busca de generalizações sobre interdependências entre os componentes de um sistema e de princípios de variação entre condições sistêmicas em diferentes espaços e tempos (ARRIGHI, 2003, p. 15).

A análise dos sistemas-mundo é um dos ramos mais desenvolvidos dentro da pesquisa macrossociológica (ARRIGHI, 2003; ROZOV, 2009). A publicação de *“The Modern World-System I”* por Immanuel Wallerstein, em 1974, é o marco inicial desta perspectiva do sistema-mundo. Conforme Mariutti:

A rota fixada originalmente por Wallerstein tinha como eixo básico a intervenção na realidade social, amparada por uma análise da economia-mundo contemporânea, escorada em uma reconstituição de seus elementos fundamentais, nutrida pela



História. Tal empreitada tem como premissa fundamental a ideia [...] de que toda História é sempre contemporânea (MARIUTTI, 2012, p. 57).

Dessa forma, a perspectiva do sistema-mundo parte da premissa de que a história está intimamente conectada com a realidade social do presente. Seguindo esta linha, outra importante base da perspectiva é a hipótese de que a mudança social só pode ser compreendida em sua totalidade. Ainda, a perspectiva do sistema-mundo se define essencialmente pela crítica aos pressupostos positivistas e empiristas das ciências sociais modernas (MARIUTTI, 2012).

O cientificismo consolidado no final do século XIX privilegiava a observação empírica como método de comprovação das teorias, defendia uma pretensa objetividade e universalidade do conhecimento e se fundamentava na separação entre sujeito e objeto durante a produção científica. Neste período, as ciências sociais são constituídas por várias “disciplinas”, baseadas em agrupamentos de objetos de estudo distintos entre si. As divisões dos objetos de estudo derivam da ideologia liberal, dominante neste período, que separava “Estado” e “mercado” e “economia” e “política” como domínios autônomos e, portanto, analiticamente separáveis (WALLERSTEIN, 1999).

Por outro lado, a análise dos sistemas-mundo se baseia na compreensão de que as três áreas da ação humana coletiva – a econômica, a política e a social ou sociocultural – não são autônomas, ou seja, não operam sob lógicas separadas. Ao contrário, estas áreas estão profundamente entrelaçadas e, portanto, a pesquisa social não pode isolá-las e tratar apenas um tipo de variável, considerando as demais como exógenas ao fenômeno analisado. Segundo a concepção sistêmica, existe um único “conjunto de regras” ou um único “conjunto de imposições” dentro do qual essas várias estruturas operam (WALLERSTEIN, 1999, p. 453).

Concomitantemente ao desmembramento das diferentes disciplinas das ciências humanas e sociais, que marca o surgimento da ciência moderna, surgiu a dicotômica divisão entre os métodos nomotético e ideográfico. O modelo de análise nomotético é oriundo das ciências naturais, e parte do princípio de que a realidade é constituída por meio de regras e/ou regularidades e que a atividade científica se trata da identificação desses padrões. Já o método de análise ideográfico assume que o homem, mesmo sujeito a determinados constrangimentos, toma decisões individuais espontâneas em contextos específicos e, portanto, a análise social não pode se apoiar em generalizações sobre a realidade (WALLERSTEIN, 1999; MARIUTTI, 2012).

Segundo Wallerstein, “o problema dessa nítida divisão de trabalho intelectual é que ela presume a possibilidade de isolar ‘sequências’ sujeitas à análise ‘histórica’ e pequenos ‘universos’ sujeitos à análise ‘social científica’” (1999, p. 455). Assim, por meio da análise dos

sistemas-mundo, o autor propõe uma via média entre generalizações transhistóricas e narrações particularistas, focando sua análise sobre as estruturas sistêmicas. Ao olhar para as estruturas sistêmicas por um tempo e espaço suficientemente amplos, encontramos as “lógicas diretivas” que exprimem a maior parte possível da realidade sequencial e reconhecemos que tais estruturas não são fenômenos eternos, pois possuem começo, meio e fim – e se constituem, portanto, como sistemas históricos (WALLERSTEIN, 1999).

Tal análise se assenta sobre uma perspectiva de longa duração, a qual constitui uma alternativa para lidar com os dilemas de realizar estudos sobre a contemporaneidade, onde o fluxo histórico se intensifica. Os instrumentos conceituais de longa duração nos dão a possibilidade de articulação entre o abstrato e concreto, para que a história seja teorizada simultaneamente como fluxo e estrutura (MARTINS, 2009). Assim, a partir da compreensão da formação histórica da estrutura sistêmica internacional e suas contradições estruturais, extraímos elementos teórico-metodológicos fundamentais para a análise de fenômenos da política internacional contemporânea.

De acordo com Wallerstein, existem três tipos de sistemas históricos: (I) minissistemas, estruturas espacialmente pequenas, temporalmente breves e culturalmente homogêneas, que operam sob a lógica das “trocas recíprocas”; (II) impérios-mundo, amplas estruturas políticas multiculturais, cuja lógica básica é a extração de tributo dos produtores; (III) economias-mundo, que contam com cadeias de produção amplas e desiguais conformadas por múltiplas estruturas políticas, e funcionam sob a lógica da distribuição desigual do excedente acumulado em favor das partes capazes de monopolizar as redes de mercado – em suma, uma lógica capitalista (WALLERSTEIN, 2004, p. 459-460).

Cada um desses sistemas surge em determinado momento e espaço históricos e se constitui sobre diferentes estruturas, as quais seguem seus próprios movimentos cíclicos e tendências seculares. Em determinados períodos, tais tendências agravam consideravelmente as contradições internas do sistema – esses períodos são as crises sistêmicas, que ocorrem quando o sistema encontra problemas os quais já não pode resolver internamente (WALLERSTEIN, 2004). Conforme assinala:

We have said that historical systems have lives. They come into existence at some point in time and space, for reasons and in ways that we can analyze. If they survive their birth pangs, they pursue their historical life within the framework and constraints of the structures that constitute them, following their cyclical rhythms and trapped in their secular trends. These secular trends inevitably approach asymptotes that aggravate considerably the internal contradictions of the system: that is, the system encounters problems it can no longer resolve, and this causes what we may call systemic crisis. Most often, people use the word crisis loosely, simply to mean a

difficult period in the life of any system. But whenever the difficulty can be resolved in some way, then there is not a true crisis but simply a difficulty built into the system. True crises are those difficulties that cannot be resolved within the framework of the system, but instead can be overcome only by going outside of and beyond the historical system of which the difficulties are a part (WALLERSTEIN, 2004, p. 76).

Dessa forma, todo sistema histórico passa por três fases distintas: a sua gênese, um período de desenvolvimento relativamente longo e “funcionamento normal”, seguido do seu declínio. A formação e o declínio de um sistema histórico são imprevisíveis, enquanto o seu período de funcionamento regular funciona por meio das contradições internas que modelam o seu desenvolvimento. Durante o funcionamento regular do sistema, se consolida uma visão de mundo dominante – denominada de Geocultura – que resiste e absorve os movimentos antissistêmicos<sup>3</sup>. Duas tendências distintas costumam disparar a fase terminal dos sistemas históricos: (I) a entropia, na qual ocorre um colapso impulsionado por forças predominantemente internas, como nos casos do Império Romano e do Império da Dinastia Han, por exemplo; ou (II) “um afastamento dos pontos de equilíbrio que leva o sistema para a zona de bifurcação, tornando-o intrinsecamente imprevisível”, gerando uma ruptura que leva ao surgimento de um (ou mais) novo(s) sistema(s) (MARIUTTI, 2012, p. 56).

Se todos os sistemas históricos têm início, meio e fim, devemos discutir como ocorrem as sucessões de sistemas históricos no tempo-espço. As sucessões de sistemas históricos são transições que não podem ser compreendidas como transformações lineares, mas sim, como resultantes do confronto entre as alternativas históricas existentes para a solução de contradições que já não podem ser solucionadas no interior dos sistemas. É nesse sentido que, na contramão da ciência moderna e sua pretensa linearidade, a análise dos sistemas-mundo é a proposta de uma ciência social histórica que começa do abstrato para chegar ao concreto, desenvolvendo uma interpretação coerente dos processos que expliquem de maneira plausível como sistemas históricos particulares seguiram uma determinada via histórica (WALLERSTEIN, 1999).

Assim, segundo Wallerstein, o moderno sistema-mundo é conformado pela economia-mundo capitalista e o moderno sistema interestatal. O moderno sistema interestatal se desenvolveu sobre as bases da própria economia-mundo capitalista e, assim como esta, é estruturalmente assimétrico e marcado por uma profunda polarização entre Estados dominantes (centrais) e dominados (periféricos). Os países centrais são aqueles que combinam aspectos

---

<sup>3</sup> “No vocabulário da perspectiva do sistema-mundo este termo [movimentos antissistêmicos] designa reações radicais contra o sistema ou, pelo menos, a alguns de seus elementos centrais, em suas mais variadas formas. E a lista é imensa e heterogênea: contracultura, feminismo, movimento verde, insurreições (como Chiapas, por exemplo), extremismo religioso etc.” (MARIUTTI, 2012, p. 40).

econômicos, como amplo desenvolvimento técnico-científico e maior capacidade de acumulação de capital, com aspectos políticos, como preponderância militar e/ou geopolítica em seu entorno imediato e amplo poder político-ideológico. Já os países periféricos são econômica, tecnológica e politicamente subordinados pelos países do centro do sistema (WALLERSTEIN, 1974, 1987; ARRIGHI, 1996; AMIN, 2011). Ademais, Wallerstein também desenvolve o conceito de semiperiferia, como uma zona estruturalmente intermediária entre o centro e a periferia, o que será discutido mais adiante.

Acrescentamos o comentário de Mariutti sobre essa concepção:

No centro concentram-se as posições monopolistas – os poderes financeiro (elemento pouco desenvolvido por Wallerstein, mas enfatizado por Arrighi), tecnológico e militar – enquanto a periferia está sujeita às pressões similares às do mercado livre, que, portanto, limitam a sua capacidade. Esta mesma estruturação se repete no interior das várias sociedades, onde os monopólios sociais – associados ao racismo e os diversos preconceitos recriados pelo capitalismo, que segmentam a força de trabalho – persistem como uma forma de perpetuação das camadas dominantes (MARIUTTI, 2012, p. 52).

Assim, partindo da perspectiva dos sistemas-mundo, exploraremos nas próximas páginas o macroprocesso de formação e estruturação do moderno sistema-mundo, que gerou uma divisão entre países centrais e periféricos. Em seguida, abordaremos a atual transição hegemônica que se desenrola em nível sistêmico, considerando que tal transição se dá por meio de uma intensa competição interestatal. Partindo disto, nos próximos capítulos, pretendemos analisar os impactos que esse processo possui sobre a conjuntura político-institucional sul-americana nas duas primeiras décadas do século XXI.

## **1.2. FORMAÇÃO E ESTRUTURA DO SISTEMA-MUNDO MODERNO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA**

Fernand Braudel adota como metodologia para a análise da formação do sistema capitalista a perspectiva histórica de longa-duração. No terceiro volume de seu livro “Civilização Material, Economia e Capitalismo”, argumenta que o surgimento do capitalismo se iniciou muito antes dos séculos XVI ou XVII, e diversos “sinais” apontavam para isto. Como exemplo, cita alguns processos históricos como a expansão do poder territorial e econômico romano, a expansão da manufatura e comércio na China que culminam na invenção do papel-moeda durante a Dinastia Song, as guerras navais entre a Dinastia Tamil de Chola (Sul da Índia) e o reino de Srivijaya (Sudeste Asiático) no mesmo período e a formação de um mercado mundial entre os séculos XV e XVI (BRAUDEL, 1984).

Todos estes fatores estariam ligados à ascensão e consolidação do capital e, assim, o autor não considerava, como a maioria dos historiadores, que a revolução industrial seria o princípio do processo de formação do sistema capitalista. Em suas palavras, “o longo prazo é composto por uma sucessão de movimentos repetidos, com variações e renascimentos, períodos de declínio, adaptação ou estagnação, o que os sociólogos descreveriam como estruturação, desestruturação e reestruturação” (BRAUDEL, 1984, p. 621, tradução livre).

Por sua vez, Immanuel Wallerstein adota como unidade de análise o sistema capitalista mundial. Para o autor, o sistema-mundo moderno é formado por uma economia-mundo capitalista e um sistema interestatal. A economia-mundo capitalista é pautada por trocas desiguais e, conseqüentemente, está estruturalmente dividida entre países do centro, da periferia e da semiperiferia (conceitos os quais aprofundaremos mais adiante), de acordo com sua função dentro da divisão internacional do trabalho e do intercâmbio de produtos e serviços. Portanto, o capitalismo não teria se mundializado somente no século XX, mas teria sido mundial desde seu surgimento (WALLERSTEIN, 1974).

Como consequência, desde o princípio do capitalismo, o Estado-nação foi fortalecido como forma de proteção às economias nacionais do centro da economia-mundo, como resultado, em um primeiro momento, da aliança entre latifundiários e a burguesia. Este processo de fortalecimento do Estado-nação ocorreu de forma mais acentuada, especialmente, nos países que estavam em segundo lugar no topo da hierarquia capitalista mundial em cada período histórico (por exemplo, a Inglaterra entre 1660-1715, a França entre 1715-1815, a Alemanha no século XIX, a União Soviética no século XX) (WALLERSTEIN, 1974).

Entretanto, o enfraquecimento do aparato estatal nos países da periferia é a contrapartida direta do seu fortalecimento nos países do centro. Para este fenômeno, Wallerstein aponta dois motivos: (I) nos países periféricos os interesses dos latifundiários estão em oposição aos interesses da burguesia comercial – os primeiros preferem baixas tarifas para facilitar suas exportações, e tendem a substituir a burguesia nacional por burguesias estrangeiras, que não constituem uma ameaça política interna; (II) o fortalecimento do aparato estatal nos países centrais ocorre ao custo do enfraquecimento das estruturas estatais nos países periféricos – por isso tantas intervenções são realizadas pelo centro na periferia, por meio de guerras, subversão e até mesmo mecanismos diplomáticos, com o objetivo de impedir a formação de Estados soberanos e manter a superexploração destas regiões (WALLERSTEIN, 1974).

Assim, conforme anteriormente mencionado, o sistema interestatal, tal qual a economia-mundo, é estruturalmente assimétrico. Os países centrais, aqueles que possuem capacidade econômica para concentrarem a maior parte do excedente da produção mundial em seus

territórios (em outras palavras, aqueles países que organizam a economia mundial), possuem maior poder no sistema interestatal (WALLERSTEIN, 1987).

Assim, a perspectiva do sistema-mundo é, ao mesmo tempo, antagonista e herdeira de três debates que foram centrais para a discussão acadêmica desenvolvida entre os anos de 1945 e 1970: (I) a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e da “teoria da dependência”, desenvolvida pelos estudiosos latino-americanos integrantes da comissão; (II) o debate sobre a transição do feudalismo ao capitalismo; e (III) os resultados da tensão entre a História e as Ciências Sociais, plasmada na escola dos Annales. Contudo:

A filiação mais explícita é, evidentemente, com a teoria da dependência. Não somente pelo fato da distinção entre centro e periferia – e os diversos mecanismos de exploração derivados diretamente desta assimetria fundamental – representar um dos elementos fundamentais desta perspectiva. Outro aspecto é igualmente importante: demonstrando um desconforto com o *establishment*, a teoria da dependência expressou a recusa dos intelectuais do terceiro-mundo em aceitarem acriticamente as teorias econômicas dominantes, fato que não somente lançou um desafio direto à teoria da modernização como, ao mesmo tempo, abriu a possibilidade de elevar o diálogo entre a História, a Sociologia, a Ciência Política e a Economia (MARIUTTI, 2012, p. 47-48).

Neste sentido, para discutirmos como se dá a distribuição de poder dentro do sistema interestatal, retomamos a origem da tipologia “centro-periferia”, cunhada por Raul Prebisch para denominar os diferentes papéis desempenhados pelos países dentro da economia-mundo capitalista. Segundo o autor, os países do centro sempre são os primeiros a assimilarem o desenvolvimento técnico e possuem uma estrutura econômica diversificada e integrada, especializada em produtos industriais, enquanto os países da periferia são os principais produtores de alimentos e matérias-primas consumidas no centro, além de contarem com um baixo desenvolvimento industrial comparada aos países centrais. Ao longo prazo, isso gera trocas econômicas desiguais favoráveis aos centros e prejudiciais à periferia, que de forma cíclica é afetada pela tendência geral à deterioração dos termos de troca em detrimento dos produtos primários (PREBISCH, 2000).

Para Samir Amin, o político e o econômico não se separam e, desta forma, não existe capitalismo sem Estados capitalistas. Assim, o capitalismo moderno, marcado por uma profunda polarização econômica, está também marcado por uma profunda polarização entre Estados dominantes (centrais) e dominados (periféricos). Os Estados dominantes são aqueles que combinam aspectos econômicos, como amplo desenvolvimento técnico e científico e uma forte base financeira, com aspectos políticos, como preponderância geopolítica em seus entornos imediatos e amplo poder militar (AMIN, 2011).

À noção de centro-periferia, Wallerstein acrescenta o conceito de “semiperiferia”. De acordo com sua definição, a semiperiferia é composta por países que, em relação ao centro, ainda são periféricos; contudo, esses países atingiram graus de desenvolvimento técnico-científico-industrial e de diversificação econômica um pouco maiores do que a periferia. Assim, a semiperiferia continua sendo explorada pelo centro, mas adquire relativa capacidade de exploração da periferia. Segundo o autor, as três posições estruturais da economia mundial – centro, periferia e semiperiferia – foram estabilizadas por volta de 1640. Os países centrais desenvolveram fortes estruturas estatais, enquanto as regiões periféricas desenvolveram aparatos estatais frágeis, o que leva à implementação das “trocas desiguais”, impostas pelos Estados centrais às áreas periféricas. Assim, o capitalismo se fundamenta na apropriação do excedente de toda a economia mundial pelos Estados do centro (WALLERSTEIN, 1974).

As diferenças estruturais entre os países só podem ser compreendidas de acordo com o papel estrutural que cada país desempenha dentro da economia-mundo, tanto histórica quanto geograficamente. Uma vez que as condições estruturais estejam dadas, são as forças do mercado mundial, de acordo com Wallerstein, que acentuam essas diferenças, tornando-as cada vez mais institucionalizadas e irreversíveis, ao menos no curto prazo. Neste sentido, a semiperiferia cumpre um importante papel político de estabilização do Sistema Mundo: se por um lado a economia-mundo está constantemente tendo suas disparidades estruturais recrudescidas pelas forças do mercado mundial, por outro, a semiperiferia amortiza os possíveis conflitos entre o centro e a periferia e serve como um horizonte de ascensão político-econômica para esta última, mesmo em meio a um sistema cuja estrutura econômica fica cada vez mais desigual (WALLERSTEIN, 1974).

Por sua vez, Celso Furtado afirma que:

O advento de um núcleo industrial, na Europa do século XVIII, provocou uma ruptura na economia mundial da época e passou a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da terra” (FURTADO, 2000, p. 252).

A expansão desse núcleo industrial passou a se desenvolver em três direções diferentes: (I) em direção às economias desenvolvidas, localizadas especialmente na Europa ocidental; (II) em um movimento de deslocamento da economia industrial europeia para territórios ainda desocupados; (III) em um movimento de deslocamento da economia industrial europeia para territórios já ocupados, onde haviam formações econômicas pré-existentes que, em contato com as formações econômicas europeias, criaram o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo (FURTADO, 2000).

“O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, 2000, p. 253). As economias subdesenvolvidas (ou periféricas) se caracterizam por sua baixa diversidade produtiva, reduzida integração horizontal e vertical, insuficiente infraestrutura, especialização em bens primários, oferta abundante de mão-de-obra desqualificada e estrutura institucional incompatível com a acumulação de capital e progresso técnico (idem).

As estruturas estatais na periferia são fortemente influenciadas pela herança colonial e, portanto, voltadas para a repressão interna e a manutenção dos privilégios da elite primário-exportadora. Essa estrutura político-econômica opera como um tradicional enclave colonial primário-exportador, no qual as elites que controlam as exportações se identificam mais com as elites dos países centrais do que com as populações de seus próprios países. Conforme Furtado, “o subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência” (FURTADO, 1974, p. 94).

Podemos ainda afirmar que a formação de toda a América Latina – e, por conseguinte, da América do Sul – é o produto do expansionismo do sistema capitalista europeu, dentro do qual a periferia cumpre a função de uma economia primário-exportadora, destinada a atender às demandas mercantis dos países centrais do sistema (GUNDER FRANK, 1977).

Os processos de independências latino-americanas coincidem com o auge do capitalismo europeu, nas primeiras décadas do século XIX. Enquanto na América Latina não haviam reservas de capitais e nem mesmo as bases estruturais do capitalismo, a Europa consolidava suas economias nacionais e desenvolvia o que viria a ser o moderno sistema interestatal. À época das independências predominava em toda a região uma economia rural dispersa, controlada por coronéis locais, e assim os países latino-americanos desenvolveram formações econômicas dependentes das economias centrais. Concomitantemente a este processo, as recém independentes nações latino-americanas enfrentavam dificuldades para encontrar um substrato econômico-social necessário para a instauração de um Estado nacional (CUEVA, 2004).

Ademais, para Gullo, os Estados periféricos passaram por um processo de subordinação ideológica, o que faz com que em sua atuação internacional esses Estados não busquem seus interesses nacionais. Dita subordinação é fruto de um longo processo histórico de estruturação do poder dos Estados centrais, no qual estruturas hegemônicas de poder foram consolidadas para a manutenção da posição favorável em que se encontram os Estados do centro do sistema



internacional. Assim, os Estados periféricos estão condicionados pelas estruturas hegemônicas de poder político e econômico dos Estados centrais, que perpetuam uma dinâmica internacional desigual (GULLO, 2015).

Por sua característica essencialmente periférica e dependente, os Estados latino-americanos internalizam contradições externas, o que gera tensões e contradições sociais entre grupos componentes da classe dominante na América Latina, uma classe social internacionalizada, fortemente vinculada aos mercados e centros de decisão localizados nos países desenvolvidos. Devido à sua vinculação com o exterior, a classe dominante na América Latina tem dificuldades em assumir o papel de uma burguesia nacional e desempenhar projetos próprios, que não sejam meras respostas à conjuntura internacional e não estejam subordinados aos Estados Unidos (IANNI, 1988).

Ainda, conforme Pinheiro Guimarães afirma:

Os grandes Estados que se encontram na periferia do sistema internacional apresentam diferenças significativas como sociedades e Estados, o que em parte explicaria o isolamento recíproco, caracterizado pela fragilidade de seus vínculos políticos e econômicos. A outra razão para esse isolamento e fragilidade se encontra em suas estreitas relações com certos países, resultado da evolução do sistema internacional, conduzida pela dinâmica de seu centro. Apesar de suas diferenças, tais grandes Estados situam-se numa categoria especial quando se examina o conjunto de países que constituem a periferia do sistema político e econômico capitalista mundial e quando se os compara com os Estados que integram o núcleo do sistema (PINHEIRO GUIMARÃES, 2002, p. 15).

Historicamente a América Latina tem ocupado um papel de prioridade estratégica para os Estados Unidos. Dentre os principais motivos para tal estão: (I) o fato da região dividir a mesma massa continental e ser um depósito imenso de recursos naturais; (II) constituir a fronteira dos Estados Unidos com o subdesenvolvimento; e (III) ser parte de sua zona de segurança militar, abordada segundo o conceito de “segurança hemisférica”. Estes e outros elementos fazem da América Latina uma periferia que tem sido sucessivamente sujeitada às investidas políticas da superpotência (BORON, 2020).

Além da relevância estratégica que a América Latina possui para os Estados Unidos, o aprofundamento da competição interestatal entre os países desenvolvidos, que se desdobra na disputa por áreas de influência e recursos estratégicos, implica em novos e maiores desafios em termos de desenvolvimento e soberania para os Estados Nacionais periféricos (FURTADO, 1992).

É neste sentido que o processo de transição hegemônica e a intensificação da competição interestatal entre as potências serão o assunto da próxima seção. O objetivo é analisar como a

estrutura histórica do sistema-mundo moderno gera processos cíclicos de transição, que levam, finalmente, à ascensão de uma nova hegemonia que assuma a liderança do processo de acumulação capitalista. Esses processos de mudança na hierarquia sistêmica são períodos essencialmente conflituos e caóticos, marcados por uma acentuada competição interestatal que se desdobra em nível global, mas também em nível regional, por várias regiões do mundo – e, especialmente, na periferia. O impacto do processo contemporâneo de transição hegemônica para os arranjos político-institucionais da América do Sul é o que buscaremos analisar nos seguintes capítulos.

### **1.3. TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA E COMPETIÇÃO INTERESTATAL**

Na atualidade, o declínio relativo do poderio estadunidense e o ressurgimento geopolítico de Rússia e China reacendem o debate acerca da transição hegemônica e do aprofundamento da competição interestatal entre as potências. Neste sentido, esta seção está, em sua primeira parte, voltada para a discussão teórica acerca do processo de transição de uma hegemonia para outra, buscando compreender as disputas de poder que permeiam as relações hierárquicas ou de dominação entre os Estados do sistema interestatal. Em sua segunda parte, buscamos discutir como o processo de transição hegemônica, na contemporaneidade, ocorre por meio de uma intensa concorrência interestatal que gera impactos sobre todas as regiões do mundo, especialmente sobre a periferia.

#### **1.3.1. Hegemonia e Transição Hegemônica**

Influenciado pelas análises de Braudel e Wallerstein, Giovanni Arrighi propõe uma análise dos ciclos sistêmicos de acumulação capitalista. O autor postula que o sistema mundial moderno se formou e se expandiu com base nas sucessivas reestruturações sistêmicas lideradas pelos Estados hegemônicos. O moderno sistema de governo europeu, fundado a partir do século XVI, foi pautado pela institucionalização da autoridade pública, consolidada em jurisdições mutuamente excludentes entre si. Neste processo, a propriedade privada e o poder público foram definitivamente separados, e as jurisdições nacionais passam a ser demarcadas pelas divisões fronteiriças. A consolidação do moderno sistema de governo europeu ocorreu de forma associada ao desenvolvimento do capitalismo como sistema de acumulação econômica mundial (ARRIGHI, 1996).

Portanto, assim como Wallerstein, Arrighi sustenta que o sistema interestatal se consolidou concomitantemente ao sistema capitalista. A essa afirmação, acrescenta:

No esquema aqui proposto, o estreito vínculo histórico entre o capitalismo e o moderno sistema interestatal é marcado tanto pela contradição quanto pela unidade. [...] Em outras palavras, a competição interestatal e interempresarial pode assumir formas diferentes, e a forma que assumem tem consequências importantes para o modo como o moderno sistema mundial – enquanto modo de governo e enquanto modo de acumulação – funciona ou deixa de funcionar. Não basta enfatizar a ligação histórica entre a concorrência interestatal e interempresarial. Devemos também especificar a forma que ela assume e como se modifica no correr do tempo. Só desse modo podemos precisar plenamente a natureza evolutiva do sistema mundial moderno e o papel desempenhado por sucessivas hegemonias mundiais na construção e reconstrução do sistema, a fim de solucionar a contradição recorrente entre uma “interminável” acumulação de capital e uma organização relativamente estável do espaço político (ARRIGHI, 1996, p. 32-33).

É nesse sentido, buscando especificar a forma assumida pela relação entre as competições interestatal e interempresarial no processo de gênese do moderno sistema interestatal, que Arrighi opõe o “capitalismo” e o “territorialismo” como lógicas opostas de poder, ou estratégias alternativas de formação do Estado, que estavam postas no bojo deste processo. Sob a lógica capitalista, o controle sobre o capital é o objetivo e o controle territorial e populacional são os meios para atingi-lo; enquanto sob a lógica territorialista, o controle territorial e populacional são o objetivo final e o controle do capital é apenas o meio (ARRIGHI, 1996).

Desta forma, na origem do moderno sistema interestatal está a oposição entre as lógicas capitalista e territorialista de poder e, em geral, suas contradições foram estabilizadas a partir da reorganização político-econômica mundial, liderada pelo principal Estado capitalista em cada período. Essas reorganizações levam Arrighi a periodizar a história do moderno sistema mundial, demonstrando que cada período contou com o poder hegemônico de uma determinada aliança entre capitalistas e Estado. Assim, uma nova hegemonia surgiria a cada reestruturação do sistema-mundo, ou seja, a cada vez que um novo regime de acumulação fosse inaugurado – tais reestruturações se sucederam ao longo da história ciclicamente, gerando novos ciclos de acumulação, cada um com uma nova hegemonia em seu centro (ARRIGHI, 1996).

Neste ponto, retomamos a própria definição do conceito de hegemonia. De acordo com Alves:

A noção de hegemonia foi criada no seio da tradição marxista para pensar as diversas configurações sociais que se apresentavam em distintos pontos no tempo e no espaço. Apesar de ter suas origens na social-democracia russa e em Lênin, é Gramsci que apresenta uma noção de hegemonia mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais, sem cair no materialismo vulgar e no idealismo encontrados na tradição. A

noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas (ALVES, 2010, p. 71).

Em Marx, a sociedade é composta por relações sociais que se desenvolvem na esfera produtiva, denominada como estrutura – tais relações são construídas historicamente, pautadas por padrões de dominação e exploração. Enquanto as relações sociais de produção são o nível primário da organização social, ou seja, seu nível estrutural, sobre as suas bases se constroem as instituições políticas e sociais, que conformam a superestrutura da sociedade. A superestrutura (compreendida como o conjunto de instituições, cultura, política, funções sociais, rituais e o Estado) está em uma relação dialética com a sua estrutura (compreendida como as relações de produção e forças produtivas). Em outras palavras, estrutura e superestrutura influenciam uma à outra mutuamente (ARCHENTI & AZNAR, 1996).

Gramsci amplia a concepção marxiana de superestrutura e estrutura e desenvolve o conceito de “hegemonia cultural”, segundo o qual as classes dominantes utilizam a superestrutura (Estado e instituições políticas e culturais) para a manutenção do seu poder. A dominação burguesa se assenta sobre sua capacidade coercitiva através do Estado, combinada com sua capacidade para estabelecer o consenso, através da cultura, do sistema educativo, das instituições religiosas e dos meios de comunicação (GRUPPI, 1978).

Passando o conceito gramsciano de hegemonia para as relações internacionais, Robert Cox define a hegemonia como a capacidade que um Estado possui para convencer a outros, levando-os a seguirem um determinado conjunto de ideias e instituições estabelecidas pelo próprio Estado dominante. A potência de cada período histórico exerce sua hegemonia por meio dos aparatos burocráticos e das instituições políticas e culturais (COX, 2007).

Para Wallerstein, a hegemonia no sistema interestatal se refere à situação na qual a disputa permanente entre as chamadas “superpotências” está tão desequilibrada que uma potência pode impor sobre todas as demais as suas próprias regras para os âmbitos econômico, político, militar, diplomático e até cultural. A base material para o poder de uma potência hegemônica reside na superioridade da eficiência que as empresas sediadas neste país tenham de operar nas três principais áreas econômicas – produção agroindustrial, comércio e finanças. A eficiência das empresas das potências hegemônicas se estende ao ponto que, na competição interempresarial, elas superam não apenas outras grandes empresas multinacionais, como também superam empresas que operam nos mercados internos das próprias potências rivais (WALLERSTEIN, 1988).

Dessa forma, a hegemonia é um dos dois polos que compõem o continuum das relações de rivalidade entre as potências, enquanto o outro polo deste continuum é o equilíbrio quase nivelado entre as potências, no qual muitos Estados possuem força semelhante. As situações de ambos os polos são igualmente raras e instáveis. Já no centro desse continuum, está a situação mais comum de rivalidade dentro do sistema interestatal, na qual várias potências disputam entre si, oscilando em suas alianças e posicionamentos sem que nenhuma consiga impor sua vontade sobre as demais. Portanto, a hegemonia não é uma mera reorganização da hierarquia do sistema interestatal, mas sim um fenômeno que surge sob circunstâncias específicas e desempenha um papel importante no desenvolvimento histórico da economia-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 1988).

A competição entre as potências – e até mesmo os esforços de Estados semiperiféricos para aumentarem seu poder – levam a uma rivalidade interestatal ininterrupta, gerando uma situação na qual nenhum Estado consegue impor seus interesses automaticamente dentro do sistema interestatal. Assim, na busca por ampliar seu poder, um Estado pode dominar os demais por dois caminhos distintos: tentar transformar a economia-mundo em um império-mundo ou obter a hegemonia no sistema-mundo. Isso levanta uma questão sobre a razão pela qual nenhum Estado conseguiu transformar o sistema-mundo moderno em um império-mundo, mas vários Estados conquistaram a hegemonia em diversos períodos (WALLERSTEIN, 2004).

Por império-mundo, Wallerstein se refere a uma estrutura na qual exista uma única autoridade política para todo o sistema-mundo. Nesse sentido, houveram diversas tentativas de criar uma estrutura desse tipo nos últimos quinhentos anos: Charles V, no século XVI; Napoleão, no início do século XIX; e, no século XX, Hitler – contudo, nenhuma foi bem-sucedida em seus objetivos finais. Wallerstein explica que tais tentativas falharam porque a estrutura de uma economia-mundo (uma única divisão do trabalho, um sistema interestatal e uma geocultura) é particularmente útil às necessidades do sistema capitalista, enquanto um império-mundo sufocaria o capitalismo. Isto porque um império-mundo conta com uma estrutura política que possui a capacidade de anular a prioridade dada para a acumulação infinita de capital, tão fundamental no capitalismo. Assim, sempre que algum Estado tentou transformar o sistema em um império-mundo, ele enfrentou a hostilidade da maioria das instituições capitalistas da economia-mundo (WALLERSTEIN, 2004).

Por outro lado, três potências assumiram a hegemonia na história do sistema-mundo moderno: Holanda, no século XVII, Reino Unido, no século XIX, e os Estados Unidos, no século XX. Em linhas gerais:

What allows us to call them hegemonic is that for a certain period they were able to establish the rules of the game in the interstate system, to dominate the world-economy (in production, commerce, and finance), to get their way politically with a minimal use of military force (which however they had in goodly strength), and to formulate the cultural language with which one discussed the world (WALLERSTEIN, 2004, p. 57-58).

Neste sentido, Wallerstein busca discutir porque cada hegemonia teve uma duração tão breve. Ao contrário do império-mundo, a hegemonia pode ser extremamente favorável para a acumulação capitalista, especialmente se as principais instituições capitalistas se encontram ligadas politicamente com a potência hegemônica. Conforme a luta de classes no interior da potência hegemônica vai se intensificando, suas vantagens tecnológicas são difundidas para outros países e, gradativamente, a disputa interestatal entre as principais potências do centro se intensifica, levando a uma disputa pela hegemonia. Dessa forma, uma nova hegemonia ascende, geralmente, após um longo período de relativo colapso da ordem mundial, marcado por uma “guerra de trinta anos”, que é o ápice da disputa pela hegemonia. Essa disputa hegemônica, segundo o autor, coincide com um período de declínio do poder hegemônico já estabelecido. Conforme períodos de hegemonia se intercalam com períodos de disputa/declínio hegemônico, um movimento cíclico é gerado em nível sistêmico. Tal movimento se repete historicamente, levando a sucessivas transições hegemônicas (WALLERSTEIN, 1979, 2004).

Alguns elementos em comum podem ser apontados entre as três hegemonias que existiram na história do moderno sistema-mundo: (I) as empresas domiciliadas em cada potência hegemônica conquistaram sua vantagem primeiro na produção agroindustrial, depois no comércio e finalmente nas finanças, e perderam sua vantagem econômica nessa mesma ordem. Nesse sentido, a hegemonia se dá no curto intervalo de tempo no qual existe uma vantagem simultânea nas três esferas econômicas; (II) cada potência hegemônica tendeu a defender o “liberalismo” global, defendendo o livre fluxo de fatores da produção (bens, capital e trabalho) na economia-mundo; (III) as potências hegemônicas eram primeiramente potências marítimas (atualmente, marítimas ou aéreas) que posteriormente desenvolveram um forte exército terrestre, pois, em cada caso, a hegemonia foi assegurada por uma guerra mundial<sup>4</sup> de trinta anos – Guerra dos Trinta anos (1618-1648) e hegemonia holandesa, Guerras Napoleônicas (1792-1815) e hegemonia britânica, e as Guerras Mundiais (1914-1945) e a hegemonia estadunidense; (IV) o resultado de cada guerra mundial implicou uma reestruturação importante do sistema interestatal (Westfália, o Concerto da Europa, a Organização das Nações

---

<sup>4</sup> Por “guerra mundial” o autor se refere a uma guerra terrestre que envolve quase todas as principais potências militares de sua época em um conflito significativamente destrutivo (WALLERSTEIN, 1988).

Unidas, ONU, e Bretton Woods) condizente com a necessidade de relativa estabilidade da nova potência hegemônica (WALLERSTEIN, 1988).

Portanto, a hegemonia cria uma certa estabilidade a qual favorece empresas capitalistas, especialmente indústrias líderes e monopolistas, ao mesmo passo que, entre a população geral, ela é percebida como o fator que gera ordem e garante a prosperidade da economia-mundo. Entretanto, o poder quase absoluto das hegemônias é autodestrutivo. Para se tornar uma potência hegemônica é necessário concentrar eficiência produtiva nas três esferas econômicas, mas para manter a hegemonia é necessário que a potência hegemônica desempenhe também um determinado papel político e militar, o que é caro e desgastante. Conforme as vantagens econômicas da potência hegemônica se difundem para outros Estados, sua superioridade econômica se dissipa e sua influência política também – é nesse momento que a potência hegemônica começa a empregar seu poder militar, o que debilita ainda mais suas capacidades econômicas e políticas e, eventualmente, demarca o início do declínio do seu poder hegemônico:

Sooner or later, usually sooner, other states begin to improve their economic efficiencies to the point where the hegemonic power's superiority is considerably diminished, and eventually disappears. With that goes its political clout. And it is now forced to actually use its military power, not merely threaten to do so, and its use of military power is not only the first sign of weakness but the source of further decline. The use of "imperial" force undermines the hegemonic power economically and politically, and is widely perceived as a sign not of strength but of weakness, first externally then internally. Far from defining the world cultural language, a declining hegemonic power begins to find its preferred language out of date and no longer readily acceptable (WALLERSTEIN, 2004, p. 58-59).

Conforme a potência hegemônica declina outros Estados tentam substituí-la, mas esse processo de substituição perdura por um longo período e, finalmente, leva a uma guerra de trinta anos. Para Wallerstein, a hegemonia é crucial para o funcionamento do capitalismo, e por isso se repete ciclicamente, apesar de durar por um período relativamente breve. Apesar da economia-mundo capitalista precisar de um sistema interestatal e do surgimento periódico de uma potência hegemônica para se manter, a prioridade dos capitalistas é a acumulação infinita de capital – e esta, por sua vez, é diretamente favorecida pela mudança constante das estruturas políticas e culturais. Com a mudança periódica dessas estruturas, as instituições capitalistas podem atuar com maior liberdade, realizando manobras políticas para obter o apoio dos Estados, mas buscando fugir do seu controle. Por essa razão, uma hegemonia nunca dura um longo período (WALLERSTEIN, 2004).

Dessa forma, Wallerstein argumenta que esse padrão de ascensão, supremacia e queda das potências hegemônicas no sistema interestatal é parte do papel central que o aparato político desempenha para o funcionamento da economia-mundo capitalista. O capitalismo opera por meio do fluxo parcialmente livre dos fatores de produção (bens, capital e trabalho) e a interferência seletiva do aparato político no “mercado”, para favorecer determinados processos de acumulação em detrimento de outros. A hegemonia, portanto, é parte das interferências selecionadas do político no econômico, que são responsáveis por alavancarem o avanço do processo de acumulação (WALLERSTEIN, 1988).

Segundo Arrighi (1996), a hegemonia é a associação entre coerção e consentimento, ao mesmo tempo que se respalda pela liderança intelectual e moral exercida pelo Estado hegemônico. O autor reformula a concepção elaborada por Maquiavel para pensar o papel de uma hegemonia para o moderno sistema interestatal. O pensador do século XVI compreendia que o poder teria várias formas, desde a ameaça do uso da força à guerra, passando pelo uso do dinheiro para comprar aliados e corromper inimigos, e chegando até o poder do convencimento e da diplomacia.

De acordo com Gramsci, o exercício do poder econômico está estritamente relacionado à corrupção, chantagem e fraude. Já Arrighi argumenta que é a capacidade de utilizar o poder dos “meios de pagamentos” na política internacional que viabiliza a construção de uma liderança e relações de influência estáveis. Desta forma, o Estado hegemônico não depende apenas do poder de convencimento ou do uso da força para exercer sua dominação sobre os demais Estados (ARRIGHI, 1996).

Sobre a definição do conceito de hegemonia, Arrighi ainda acrescenta:

I shall use Gramsci's definition of hegemony as something different than sheer domination. According to this definition, hegemony is the additional power that accrues to a dominant group by virtue of its capacity to lead society in a direction that not only serves the dominant group's interests but is also perceived by subordinate groups as serving a more general interest. [...] If subordinate groups have confidence in their rulers, systems of domination can be governed without resorting to force. But if that confidence wanes, they no longer can (ARRIGHI, 2007, p. 149).

Assim, uma hegemonia mundial depende da “capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas” (ARRIGHI, 1996, p. 27). Tais funções de liderança e governo se assentam sobre o regime de acumulação inaugurado por uma potência hegemônica. Um novo regime de acumulação marca o início de um novo ciclo sistêmico, pois é a base material sobre a qual o poder político-econômico da potência



hegemônica de cada período histórico é exercido. Portanto, para ocorrer uma transição hegemônica, um novo regime de acumulação deve ser inaugurado por uma nova potência, levando a uma mudança estrutural no sistema.

Na história do moderno sistema interestatal, Arrighi nos diz que existiram três hegemonias: a hegemonia holandesa, a hegemonia britânica e a hegemonia estadunidense. As três produziram importantes inovações tecnológicas ao passo que acumulavam riqueza. Estes elementos conferiram a esses países a capacidade para reestruturarem o regime de acumulação vigente no sistema-mundo em cada um de seus respectivos períodos históricos. As reestruturações promovidas pelas hegemonias tiveram como objetivo a garantia das condições necessárias para que estas pudessem consolidar e expandir sua influência (ARRIGHI, 1996).

Arrighi, dessa forma, detecta um padrão de recorrência nas relações entre o Estado e o capital, que se mantém desde a formação do sistema capitalista mundial até a atualidade. Esse padrão é a recorrência de expansões financeiras, durante as quais as organizações capitalistas líderes em cada período tendem a realocar recursos das operações de comércio e produção para operações de crédito, empréstimo e especulação. O autor argumenta que:

Em todas as expansões financeiras – da Florença renascentista à Era Reagan – a guinada do comércio e da produção para as finanças tornou-se lucrativa pela intensificação da competição interestatal pelo capital volátil. Exceto com relação à escala e ao escopo da competição e à velocidade dos meios técnicos utilizados nas transações, o processo político-econômico básico a esse respeito é o mesmo no final do século XX como era um, dois, três, quatro, ou mesmo seis séculos atrás (ARRIGHI, 2003, p. 18).

Entretanto, por mais recorrentes que sejam, as expansões financeiras não conformam uma relação estrutural invariável entre o Estado e o capital – ao contrário, elas sinalizam justamente o princípio de uma reestruturação dessa relação. Elas marcam o período em que as organizações centrais que lideram o capitalismo mundial passam a colher os resultados da sua liderança, ao mesmo tempo em que começam a ser substituídas por uma nova liderança. Na história do sistema capitalista mundial, esse movimento foi observado diversas vezes, nas passagens de uma hegemonia para outra:

Assim, durante a expansão financeira liderada por Gênova na segunda metade do século XVI, cidades-Estado como Veneza e empresas transnacionais dispersaram-se na medida em que Gênova foi perdendo gradualmente sua centralidade nos processos de acumulação de capital em escala mundial. Com o passar do tempo, seu lugar foi tomado por um protoestado-nação (as Províncias Unidas) e as suas empresas autorizadas perderam a posição central no curso da expansão financeira liderada pela Holanda no século XVIII. O Estado-nação britânico tornou-se, então, o novo centro organizador, constituído por um império formal e suas redes informais de negócios de abrangência mundial. Mas, assim que essas instituições governamentais e

empresariais experimentaram seu próprio apogeu durante a expansão financeira conduzida pela Grã-Bretanha, no final do século XIX e início do século XX, elas também começaram a ser deslocadas do comando do capitalismo mundial pelos Estados Unidos, com sua panóplia de corporações multinacionais e sua rede de longo alcance de bases militares quase permanentes (ARRIGHI, 2003, p. 18).

Dessa forma, em cada processo de transição hegemônica observamos o surgimento de novos complexos de agências governamentais e empresariais que se tornam mais poderosas, militar e financeiramente, do que os complexos da hegemonia que está sendo superada. Este movimento se constitui como o aspecto central da expansão do capitalismo mundial, desde o seu princípio até os dias atuais (ARRIGHI, 2003).

Ademais, períodos de caos sistêmico tendem a intensificar processos de transição hegemônica. Em contraste com a anarquia, o caos sistêmico se refere a uma situação na qual há uma falta de organização aparentemente irremediável no sistema-mundo:

Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada do conflito para além do limite dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias, ou porque um novo conjunto de regras e normas de comportamento é imposto ou brota de um conjunto mais antigo de regras e normas, sem anulá-lo, ou por uma combinação dessas duas circunstâncias. À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de “ordem” – a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem! – tende a se generalizar cada vez mais entre os governantes, os governados, ou ambos (ARRIGHI, 1996, p. 30).

É neste momento, quando a conflituosidade dentro do sistema se exacerba e uma demanda por ordem começa a emanar entre governos e populações, que um Estado em condições de atender à essa demanda sistêmica tem a oportunidade para se tornar mundialmente hegemônico. Ao longo da história, os Estados que aproveitaram essa oportunidade para reconstituir o sistema-mundo em bases novas e mais amplas, restabeleceram um certo grau de cooperação interestatal e ascenderam ao *status* de hegemonia. Desta forma, Arrighi indica que o sistema-mundo não possui uma estrutura invariável, sobre a qual as hegemonias mundiais ascenderam e declinaram – ao contrário, foi o sistema-mundo que se formou e expandiu por meio dessas recorrentes reestruturações sistêmicas, lideradas pelos Estados hegemônicos de forma sucessiva. Dessa forma, podemos afirmar que, de maneira geral, o caos sistêmico é algo recorrente do moderno sistema interestatal (ARRIGHI, 1996).

Contudo, o caos sistêmico iniciado nas décadas de 1970 e 1980, para Arrighi, pode ser um sinal da desarticulação do sistema-mundo organizado sobre as bases instituídas pela hegemonia estadunidense e, possivelmente, um elemento que preconiza uma futura reconstituição do sistema sobre novas bases. O autor considera que o caos sistêmico foi reproduzido em escala progressivamente maior a cada transição hegemônica e, na atualidade,

estamos em um período de caos sistêmico que possui características próprias e sem precedentes, especialmente pelos questionamentos sobre a legitimidade do moderno sistema de governo.

Segundo Arrighi:

O sistema parece mover-se “para frente” e “para trás” ao mesmo tempo. Esse movimento duplo sempre foi um traço fundamental do sistema mundial moderno. [...] Esse movimento duplo e simultâneo, para frente e para trás, também parece caracterizar a atual conjuntura. A diferença em relação aos períodos anteriores de transições hegemônicas é que a escala e a complexidade do moderno sistema mundial já se tornaram tão vastas que deixam pouca margem para novos aumentos. O duplo movimento e a concomitante turbulência podem estar produzindo, portanto, não uma nova reconstituição do moderno sistema de governo em bases mais amplas, porém sua metamorfose num sistema totalmente diferente, que revitaliza um ou outro aspecto dos modos de dominação do começo da modernidade ou mesmo pré-modernos (ARRIGHI, 1996, p. 80).

Em sua análise, portanto, é como se o moderno sistema-mundo tivesse se expandido até o seu limite espacial e funcional, chegando a um ponto em que pode apenas caminhar “para frente”, em direção a um novo sistema de governo, ou “para trás”, retrocedendo a formas de gestão do Estado e da guerra que são típicas do início da modernidade ou até pré-modernas. Pela escala e complexidade que o moderno sistema-mundo atingiu, o atual processo de transição hegemônica, potencializado por um período de caos sistêmico mais turbulento que qualquer outro na história do sistema, pode estar levando não apenas para uma reconstituição do moderno sistema-mundo sobre bases mais amplas, mas sim à formação de um novo sistema (ARRIGHI, 1996).

Silver e Slater (1999) argumentam que as expansões comerciais e produtivas pelas quais o sistema-mundo passou em cada hegemonia estiveram baseadas em pactos sociais entre grupos dominantes e subordinados. Dessa forma, os períodos de hegemonia foram caracterizados por um “círculo virtuoso”, conforme a estabilidade e paz sociais reforçavam-se mutuamente com as expansões no comércio e na produção. Por outro lado, períodos de transição hegemônica foram caracterizados por um “círculo vicioso” no qual a intensificação da competição interestatal e interempresarial se reforça mutuamente com o crescente conflito social, levando o sistema a períodos de rebeliões, colapsos e revoluções (SILVER; SLATER, 1999, p. 151).

A intensificação da competição interestatal e interempresarial durante cada período de transição hegemônica prejudicou as condições materiais necessárias para a manutenção dos pactos sociais entre grupos dominantes e subordinados. Em geral, a financeirização dos processos de acumulação de capital em cada transição levou a um aprofundamento da desigualdade de renda, levando as classes médias a abandonarem o consenso sobre o qual a hegemonia havia se estabelecido e, conseqüentemente, buscarem defender os privilégios dos

quais gozaram durante o período de hegemonia – e essa é uma das fontes para os vários conflitos sociais que se desenrolam durante a transição hegemônica (SILVER; SLATER, 1999).

As expansões sistêmicas foram responsáveis por minarem as bases sociais de sucessivas hegemônias mundiais pois, durante esses períodos, novos grupos e classes sociais, que não usufruíam dos benefícios do pacto social estabelecido pelo poder hegemônico, cresceram significativamente em tamanho e poder. As lutas desses grupos por maiores direitos operaram tanto como causas quanto como consequências da intensificação da competição interestatal e interempresarial. Como resultado direto da rivalidade entre Estados e empresas, e da intensificação dos conflitos sociais, os períodos de transição hegemônica também estiveram marcados por um intenso conflito entre as elites econômicas (SILVER; SLATER, 1999).

Em transições hegemônicas passadas, esses processos conflitivos combinados levaram a longos intervalos de turbulência social, que chegaram a durar cinquenta anos ou mais. Essa turbulência destrói as bases sociais da ordem hegemônica em declínio, ao mesmo tempo que ajudam a moldar a nova ordem hegemônica em ascensão. Conforme os autores:

The consolidation of each world hegemony presupposed the establishment of new “historical compromises” capable of bringing social conflict under control. As in past hegemonic transitions, we are in the midst of a systemwide financial expansion that has led to an increasing polarization of wealth and to the squeezing-out of some of the “middle” strata that had been incorporated into the U.S. hegemonic bloc (SILVER; SLATER, 1999, p. 152).

É nesse sentido que, atualmente, discute-se se o fim do ciclo hegemônico estadunidense percorrerá o mesmo caminho que os anteriores, uma vez que o grau da crise estrutural pela qual a economia-mundo capitalista passa ainda segue incerto (WALLERSTEIN, 1988). Na próxima seção, abordaremos alguns dos elementos que compõem a crise hegemônica e a competição interestatal na contemporaneidade, buscando visualizar quais são os principais âmbitos nos quais os Estados Unidos disputam geopoliticamente com China e Rússia.

### **1.3.2. Crise hegemônica e competição interestatal na contemporaneidade**

Atualmente, o moderno sistema-mundo passa por uma de suas crises, a qual ainda pode durar por várias décadas. Tal crise se caracteriza como um período transicional, no qual a estrutura e os processos sistêmicos oscilam profundamente. Essa instabilidade sistêmica pode desencadear a violência política e conflitos sociais, conforme Estados e grupos de interesse buscam preservar suas posições hierárquicas, e pode se prolongar por várias décadas antes de

atingir um resultado final – que, na interpretação de Wallerstein, seria o surgimento de um novo sistema histórico (WALLERSTEIN, 2004).

Para o autor, o principal motivo da crise atual é a redução paulatina das taxas de lucros mundiais. Os três principais custos de produção são a remuneração dos trabalhadores, os insumos necessários para a produção e as taxas inclusas em cada processo produtivo. Nos últimos quinhentos anos, Wallerstein argumenta, esses três custos têm crescido sem parar – e, nos últimos cinquenta anos, têm crescido excepcionalmente. Por outro lado, os preços das vendas não têm sido equiparados aos custos de produção, mesmo com a demanda efetiva crescendo, devido à expansão no número de produtores e a dificuldade para a manutenção de condições de oligopólio (WALLERSTEIN, 2004).

De acordo com Arrighi, uma crise hegemônica nem sempre resulta no final de uma hegemonia; assim, distingue as “crises de sinalização”, cujos problemas podem ser resolvidos, embora isso leve um longo período de tempo, das “crises terminais”, as quais não podem ser resolvidas e que, efetivamente, marcam o fim de uma hegemonia. Contudo, como a própria definição de hegemonia empregada por Arrighi implica, um Estado pode permanecer dominante mesmo após a crise terminal de sua hegemonia – neste caso, institui-se uma situação de “dominação sem hegemonia” (ARRIGHI, 2007, p. 151).

A hegemonia estadunidense teve sua “crise de sinalização” ainda nos anos 1970. As políticas econômicas de Washington durante a Guerra Fria desencadearam uma crise das taxas de lucros por dois motivos: (I) a estratégia de desenvolver os aparatos produtivos da Europa Ocidental e do Japão levou à intensificação da competição intercapitalista; (II) a promoção do (quase) pleno emprego e alto consumo de massa em todo o mundo ocidental levou ao empoderamento social do trabalho. Estes dois elementos, combinados, pressionaram os lucros ao ponto que a crise se instaurou. Contudo, a crise das taxas de lucros não é a única explicação para a crise da hegemonia estadunidense nos anos 1970. Há a quebra das promessas de desenvolvimento para o Terceiro Mundo e o envolvimento na guerra do Vietnã, fatores que abalaram a credibilidade política dos EUA em nível global e, no caso do conflito vietnamita, pressionou os gastos públicos estadunidenses por conta dos custos da guerra. Sobre o tema da crise hegemônica dos EUA nos anos 1970, conclui:

In short, the interaction between the crisis of profitability and the crisis of hegemony, in combination with the US inflationary strategy of crisis management, resulted in a ten-year-long increase in world monetary disorder, escalating inflation and steady deterioration in the capacity of the US dollar to function as the world's means of payment, reserve currency, and unit of account. [...] I interpret the crisis of profitability as an aspect of a broader crisis of hegemony. And I see the

financialization of capital, rather than persistent “over-capacity and over-production” in manufacturing, as the predominant capitalist response to the joint crisis of profitability and hegemony (ARRIGHI, 2007, p. 159-161).

Apesar da crise da hegemonia estadunidense ter dado seus sinais iniciais antes mesmo do fim da Guerra Fria, foi apenas a resposta da administração Bush ao 11 de Setembro que precipitou a sua crise terminal. Entretanto, mesmo antes do impulso dado pelo governo estadunidense a partir de 2001 para o declínio do seu poder hegemônico, a expansão financeira iniciada ainda nos anos 1980 para responder à crise das taxas de lucros já preconizava a instabilidade na qual o sistema-mundo viria a se encontrar. Como já mencionado anteriormente, as expansões financeiras tendem a estabilizar a ordem vigente no curto prazo, pois permitem aos grupos hegemônicos que eles passem para grupos subordinados – nacional e internacionalmente – o fardo da competição que desafia sua hegemonia (ARRIGHI, 2007).

Entretanto, com o tempo, as expansões financeiras tendem a desestabilizar a ordem existente da seguinte forma: recursos financeiros antes destinados a produção passam a ser deslocados para a acumulação e especulação, gerando problemas de realização material; favorecem o surgimento de novas configurações de poder que minam a capacidade da potência hegemônica de obter vantagens com a intensificação da competição interestatal e interempresarial; implicam em maciços deslocamentos sociais, que tendem a provocar resistência entre grupos subordinados, cujos modos de vida estão sob ataque. Em cada expansão financeira essas tendências assumem formas variadas e se relacionam de formas distintas entre si. Porém, nas transições da hegemonia holandesa para a britânica e da hegemonia britânica para a estadunidense, essas tendências podem ser detectadas, pois levaram aos colapsos completos na organização do sistema, que só foram superados quando o sistema foi reconstituído sob uma nova hegemonia (ARRIGHI, 2007).

Na atualidade, Rodrigues e Martins (2020) argumentam que a transição hegemônica se desenvolve de forma paralela ao desengajamento dos EUA no sistema internacional, enquanto a globalização guiada pelo Estado chinês se aprofunda de forma cada vez mais diversificada e complexa. Ainda, reforçam que “uma vez que a mudança sistêmica não é imediata nem unidirecional, ela somente é factível e exequível na longa duração, apresentando-se como multifacetada” (p. 191-192).

A gradativa difusão internacional de poder econômico e militar, especialmente a partir do início dos anos 2000, está atrelada à reascensão de China e Rússia como grandes polos de

poder mundial<sup>5</sup>. Tal processo tem evidenciado a erosão da posição dominante de potências como Estados Unidos e Europa Ocidental, enquanto potências como China e Rússia têm um impacto cada vez mais significativo nas relações internacionais, o que afeta padrões de conflito e cooperação no sistema interestatal (PUTTEN; ROOD; MEIJNDERS, 2016).

Em meio a este contexto, observamos a intensificação das disputas econômicas e político-militares dos Estados Unidos com Rússia e China. Desde a Guerra Fria, tais países têm nutrido relações tensas; contudo, nos últimos anos, a triangulação estratégica entre os três tem se dado sob patamares de disputa ainda mais amplos e profundos. Ao mesmo tempo que os EUA competem economicamente com China e Rússia pelo controle sobre tecnologias e recursos estratégicos, os três países têm buscado ampliar continuamente suas zonas de influência geopolítica – especialmente no Sul Global ou nos seus entornos geográficos imediatos – a fim de reduzir a influência de potências competidoras e assegurar a estabilidade de suas alianças (TEIXEIRA Jr., 2020).

Nesse sentido, consideramos que a competição entre Estados Unidos, Rússia e China se baseia fundamentalmente na relação dialética entre a disputa econômica por recursos naturais estratégicos e tecnologias, e a disputa político-militar e estratégica no nível global, por zonas de influência geopolítica, especialmente na periferia do Sistema Internacional. Sob essa perspectiva, disputas econômicas e político-militares se imbricam e sobrepõem umas às outras, complementando-se e representando duas faces de uma mesma moeda que compõe a estrutura do Sistema Internacional, a competição interestatal.

Compreendemos que a competição interestatal, ou seja, a combinação das disputas econômicas com as disputas político-militares entre os Estados, é uma tendência estrutural do Sistema Internacional. Esta tendência esteve presente desde a gênese do moderno sistema-mundo, sendo intensificada em todos os períodos de transição hegemônica desde então, assim como na atualidade (SILVER; SLATER, 1999; ARRIGHI, 1996, 2003).

Portanto, conforme a competição interestatal se aprofunda, aumentam as tensões e as probabilidades de confrontação direta ou indireta entre Estados Unidos e União Europeia, de um lado, e Rússia e China, de outro, especialmente em conflitos periféricos. Neste sentido, podemos observar confrontações entre as potências em conflitos como os de Ucrânia e Síria, onde Rússia, EUA e União Europeia estão diretamente engajados. Ademais, as potências também adotam posturas contrárias diante da Guerra do Iêmen e de recentes conflitos em países

---

<sup>5</sup> Segundo o U.S. News & World Report (2021), no ranking de países mais poderosos estão Estados Unidos, China e Rússia, respectivamente em primeira, segunda e terceira posições. O ranking se baseia em dados como liderança, influência econômica e política, alianças internacionais e forças armadas.

como Venezuela, Afeganistão e Cazaquistão, entre outros (PUTTEN; ROOD; MEIJNDERS, 2016; TEIXEIRA Jr., 2020; TUVUCA, 2021; PAREDES, 2021; REGAN, 2022; GONCHARENKO, 2022).

Como resultado, em seus documentos mais recentes de segurança e defesa, as três potências têm reforçado suas percepções de ameaça em relação umas às outras. A concorrência estratégica com Rússia e China é indicada como a principal preocupação de segurança da potência norte-americana, enquanto Rússia e China percebem os EUA e seus aliados (como a União Europeia e o Japão) como seus principais concorrentes (RUSSIA, 2014; CHINA, 2015; U.S., 2018).

Do mesmo modo, consideram o acirramento da disputa interestatal como a principal tendência do sistema internacional na contemporaneidade, o que, conseqüentemente, leva à ameaça constante de guerras, conflitos e crises interestatais e inter-regionais. Destarte, as três potências vêm empreendendo a modernização de suas forças militares e de suas principais capacidades, desde seus equipamentos até seus conceitos operacionais (RUSSIA, 2014; CHINA, 2015; U.S., 2018).

Assim, a competição interestatal entre as potências é inerente à busca desses países por interesses rivais. Esse processo ocorre no nível mundial e, principalmente, no nível regional, sendo, nesse sentido, importante considerar os mecanismos que as potências empregam para balancear o poder umas das outras. Sob essa perspectiva, as regiões são cada vez mais centrais para as rivalidades entre as potências, uma vez que o exercício da influência geopolítica sobre determinadas regiões é um mecanismo fundamental para uma potência acumular vantagens em termos de poder (KLIEMAN, 2015).

Essa conjuntura internacional, portanto, tem gerado desafios adicionais à resolução de conflitos no Sul Global, uma vez que as conflituosidades presentes em determinados contextos regionais têm sido utilizadas para a disputa por recursos e influência geopolítica entre EUA, Rússia e China (PAUTASSO, 2011; TROITSKIY, 2019). Em meio ao contexto de intensificação da competição interestatal, a capacidade de cooperação internacional de todos os países passa a ser fortemente condicionada pelas relações entre as grandes potências (PUTTEN; ROOD; MEIJNDERS, 2016).

Por fim, cabe mencionar que o ambiente regional latino-americano e caribenho, no qual a América do Sul se insere, está diretamente constrangido pela presença geopolítica dos EUA, que limita a ascensão de uma potência com prevalência regional. Tal presença estadunidense se justifica, pois, para se projetar globalmente com maior liberdade, a superpotência precisa assegurar que seu entorno regional se encontra “seguro e estável”, ou que seus “flancos



geopolíticos estarão guarnecidos” (TEIXEIRA Jr., 2020, p. 10). Este tema será devidamente aprofundado no terceiro capítulo dessa dissertação.

#### **1.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

A análise dos sistemas-mundo parte da perspectiva que as áreas econômica, política e sociocultural estão interrelacionadas, se influenciando mutuamente, de forma que em nenhuma análise científica devem ser isoladas uma da outra. O principal objetivo dessa abordagem é possibilitar um referencial que sirva ao estudo de estruturas sistêmicas, com suas tendências cíclicas e padrões de transformação, em sua totalidade. Contrariando a pretensa linearidade e universalidade da ciência positivista, essa abordagem propõe uma ciência social histórica que forneça uma interpretação coerente dos processos sistêmicos históricos.

Visando compreender como tendências estruturais do sistema-mundo se relacionam com transformações conjunturais em nível global e regional (América do Sul), adotamos a análise dos sistemas-mundo como abordagem teórica nesta pesquisa. Assim, compreendemos que o moderno sistema interestatal, desenvolvido sobre as bases da economia-mundo capitalista, se conformou como um sistema estruturalmente desigual e assimétrico, dividido entre países centrais e periféricos. Estes dois grupos de países ocupam posições distintas dentro da hierarquia internacional de poder e usufruem de capacidades distintas.

Desta forma, interpretamos como uma tendência estrutural do sistema-mundo a competição interestatal, uma conjugação entre as disputas econômicas com as disputas político-militares, a qual empregaremos para analisarmos como elementos estruturais e/ou sistêmicos impactam os arranjos político-institucionais da América no Sul na atual conjuntura. Compreendemos que, em cada processo de transição hegemônica, a competição interestatal entre as principais potências do sistema se intensifica – e, para a periferia, isso implica em novos e maiores desafios para sua autonomia.

Prosseguimos agora à análise dos fundamentos históricos e estratégicos da competição interestatal entre Estados Unidos, Rússia e China – consideradas as principais potências do sistema-mundo na contemporaneidade. O objetivo do segundo capítulo será explorar os aspectos econômicos, políticos e militares que ditam o padrão das relações e disputas entre estes três países.

## 2. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E ESTRATÉGICOS DA COMPETIÇÃO INTERESTATAL ENTRE ESTADOS UNIDOS, RÚSSIA E CHINA

*“O fim da Guerra Fria marcou o fim de uma época, na medida em que era tanto um conflito como um sistema. A falta de uma ameaça antagônica externa pôs fim a um elemento de coesão do sistema como um todo e, particularmente, da hegemonia americana. [...] Aos Estados Unidos faltava um rival equivalente e de mesmo peso, o que gerou desequilíbrios não só político-militares, mas também econômicos e societário-culturais.”*

**Paulo Fagundes Visentini** (2009, p. 54-55).

Há cerca de 30 anos, a Guerra Fria chegava ao seu fim. Após décadas de divisão não-formal, a Europa era reunificada, a União Soviética era dissolvida e os Estados Unidos e seus aliados ocidentais eram considerados triunfantes do conflito que polarizou o sistema internacional logo após a Segunda Guerra Mundial. Nesse período, Francis Fukuyama (1989) defendia que a vitória das democracias liberais ocidentais representava “o fim da história”, o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a absoluta universalização do modelo político ocidental como única forma possível de governo. Segundo o autor, haviam se esgotado todas as alternativas sistêmicas ao liberalismo e democracia ocidentais.

Contudo, ao final da década de 1990, iniciou-se uma fase de crise e transição rumo a um novo período histórico, pautada pela luta em torno do estabelecimento de uma nova ordem mundial, que marca o declínio do ciclo de expansão do poder ocidental iniciado há quinhentos anos. Este período da política internacional inaugurado no século XXI está baseado na busca pelo desenvolvimento estável, que perpassa o domínio dos paradigmas estabelecidos pela Revolução Científico-tecnológica em curso (VISENTINI, 2004).

A mudança geopolítica no nível mundial foi provocada pela universalização do sistema interestatal capitalista, aliada ao ressurgimento da China e o reposicionamento da Rússia como potência militar global, concomitantemente a diminuição da participação econômica e do poder militar das potências ocidentais – especialmente a Europa e, em menor grau, os Estados Unidos. Entretanto, mesmo com estas transformações, é pouco provável que nas próximas décadas ocorra uma grande guerra entre EUA e China ou EUA e Rússia. A luta entre estes países, portanto, “deve assumir a forma de uma ‘guerra híbrida’ quase permanente, travada em vários

pontos simultaneamente”, se deslocando para a periferia do sistema internacional e territórios ricos em recursos e fontes de energia (FIORI, 2020b, s/p).

Neste sentido, o segundo capítulo desta dissertação está centrado sobre o debate da geopolítica global ao final da Guerra Fria e as mudanças que esta sofreu a partir do início século XXI. Discutiremos, inicialmente, o chamado momento unipolar e suas repercussões sistêmicas, passando a seguir a analisar o processo de reascensão e consolidação dos polos de poder eurasiáticos, Rússia e China. Em seguida, iremos explorar os dois elementos que compõem a competição interestatal: a disputa econômica, baseada na concorrência pelo controle de recursos energéticos e tecnologias; e a disputa político-militar, explicitada, atualmente, pelos projetos de modernização militar das potências – e que, dialeticamente, também se relaciona com as disputas econômicas.

## **2.1. O FIM DA GUERRA FRIA E O MOMENTO UNIPOLAR**

Os Estados Unidos emergiram da Guerra Fria como única superpotência existente, líder da economia capitalista (pois o livre-mercado teria “derrotado” a economia planificada) e um modelo de regime político e cultura a ser seguido pelo mundo. Em todos os países que conformavam o antigo Pacto de Varsóvia, o padrão de vida e consumo da sociedade estadunidense passou a ser assimilado como um objetivo a ser alcançado. Nos anos 1990, os Estados Unidos se conformaram como um império que não poderia ser desafiado ou equiparado por nenhum outro país ou até mesmo coalisão de países (GASPARINI, 2020).

Segundo Fiori:

Não houve “acordo de paz” depois do fim da Guerra Fria. Mas durante a década de 1990, o território, a população e a economia russos foram literalmente dizimados pelo avanço político e militar da Otan sobre o Leste Europeu, e pelo ataque interno dos antigos burocratas soviéticos, que promoveram uma “privatização selvagem” do antigo Estado russo (FIORI, 2021a, p. 41).

Assim, em 1990, Charles Krauthammer publicou o artigo intitulado “*The Unipolar Moment*”, argumentando que o mundo pós-Guerra Fria não seria multipolar, como analistas apontavam, mas sim unipolar. No centro do sistema internacional unipolar estavam os Estados Unidos como superpotência inquestionável e seus aliados ocidentais. Krauthammer considerava que a multipolaridade se tornaria uma realidade após algumas décadas, desenhando uma estrutura internacional semelhante à do período anterior a Primeira Guerra Mundial. Entretanto, a crise que antecedeu a Guerra do Golfo de 1991 explicitava os Estados Unidos como único polo de poder mundial naquele período, devido a sua proeminência militar,

diplomática, política e econômica, que o transformava no único país com a capacidade para ser um ator decisivo em qualquer cenário de conflito em qualquer região do mundo. Por esta razão, e pelo alinhamento ideológico das principais potências ocidentais com a liderança estadunidense, o autor previa que o cenário internacional seria, pelos próximos anos, mais seguro e estável (KRAUTHAMMER, 1990).

O poder militar foi extremamente relevante para a preponderância estadunidense no cenário mundial durante a última década do século passado. Nenhum outro país poderia, nos anos 1990, estender garantias de segurança internacional por todo o sistema internacional. Curiosamente, esse foi um período de declínio dos investimentos militares dos Estados Unidos – os quais só voltariam a crescer novamente após os eventos de 11 de Setembro. Assim, a supremacia militar dos EUA se explica pelo fim da competição com a URSS, a crescente vantagem tecnológica das suas forças militares e a decisão da maior parte das potências, como União Europeia e Japão, por dependerem militarmente da superpotência, ao invés de desenvolverem suas próprias forças militares (COOLEY; NEXON, 2020).

Ademais, Cooley e Nexon (2020) argumentam que o período pós-Guerra Fria foi marcado por uma ordem mundial liderada pelos Estados Unidos por três motivos: (I) com a dissolução da URSS, os EUA já não enfrentavam um projeto ideológico rival no nível global; (II) os Estados que antes recorriam ao suporte econômico/logístico soviético deixaram de ter uma alternativa viável aos EUA em termos de apoio político, militar e econômico; (III) diversos ativistas transnacionais e movimentos espalhavam os valores e normas liberais pelo mundo, através da mídia e outros meios.

Com a dissolução da União Soviética, a ameaça que legitimava os altos gastos militares e a presença das forças armadas estadunidenses em diversas partes do globo estava solapada; foi neste sentido que novas ameaças passaram a ser identificadas pelos Estados Unidos. Assim, se tornou recorrente a retórica estadunidense de que o mundo pós-Guerra Fria seria pacífico, e que as disputas globais que haviam marcado a segunda metade do século XXI seriam substituídas por disputas regionais. As ameaças internacionais de caráter não-estatal viriam a substituir as ameaças estatais da Guerra Fria e, portanto, a partir dos anos 1990, o narcotráfico, as catástrofes ambientais, o terrorismo global e os Estados ou líderes que violassem os direitos humanos e/ou a democracia passam a ser considerados como ameaças à paz e à estabilidade global (PADULA, 2018).

A estratégia de segurança dos Estados Unidos na década de 1990 esteve fundamentalmente baseada na busca por consenso dentro do Conselho de Segurança da ONU. No momento unipolar, tal estratégia servia para os Estados Unidos convencerem outros Estados

a cooperarem com seus empreendimentos militares, ao invés de optarem pelo confronto e, assim, atuar com maior legitimidade perante a comunidade internacional (MASTANDUNO, 1997). Dessa forma, este período esteve marcado pelo debate internacional acerca do papel do multilateralismo. Krauthammer (1990, p. 25) distingue, por exemplo, o “multilateralismo real” do “multilateralismo aparente”: o primeiro envolveria uma coalizão entre parceiros de forças equiparáveis; o segundo, o multilateralismo típico do pós-Guerra Fria, se qualificava como um pseudomultilateralismo, com uma única potência dominante agindo essencialmente de forma unilateral, mas com um “brilho multilateral” conferido pelas instituições internacionais.

Durante a Guerra Fria, as intervenções estadunidenses estavam subordinadas aos seus interesses dentro do conflito com o bloco soviético – em geral, os Estados Unidos intervinham em um conflito com o fim de apoiar qualquer regime anticomunista. Contudo, a partir dos anos 1990, as ações militares do país passam a ser mais difíceis de identificar sob um mesmo padrão, embora os Estados Unidos tenham mantido no período pós-Guerra Fria boa parte dos compromissos que assumiu quando a ameaça soviética ainda existia. Neste sentido, o país buscava manter o *status quo* das relações com seus aliados, ao menos em termos securitários (MASTANDUNO, 1997).

De acordo com Visentini (2009), a Guerra Fria representava um “mundo moderno”, enquanto o pós-Guerra Fria apresentava desafios típicos da pós-modernidade à Washington. Apesar das dificuldades sistêmicas, os governos de Bush e Clinton utilizaram a ausência temporária de um competidor estratégico a seu favor, para afirmarem como valores universais a defesa da democracia liberal, da economia de mercado, da globalização neoliberal, dos direitos humanos e do ambientalismo. Neste processo o papel das organizações internacionais foi reforçado, como instituições que, baseadas nos valores estadunidenses, iriam gerar os regimes internacionais, aos quais as demais nações deveriam se alinhar. Em caso de não-aderência, os países não-alinhados deveriam sofrer as consequências – como nos casos das guerras contra Iugoslávia e Iraque, que serviam de advertência aos países que não se alinhassem (VISENTINI, 2009).

Depois de 1991, o espaço desregulado da economia mundial foi largamente ampliado, surgindo assim um tipo de “território global” sob os mandos do dólar e das intervenções militares estadunidenses. Neste momento, apesar da retórica ocidental de garantia da paz e estabilidade do pós-Guerra Fria, o sistema mundial abandonou qualquer perspectiva de ser um sistema regulado pela governança global de uma “hegemonia benevolente” e começou a ser comandado pelo novo projeto imperial dos Estados Unidos, que começou a ser delineado nos anos 1970 e na década de 1990 alcançou seu ápice (FIORI, 2007, p. 87). Assim:

Depois da queda do Muro de Berlim, o bombardeio de Bagdá, em 1991, cumpriu um papel equivalente ao bombardeio atômico de Hiroshima e Nagasaki, em 1945: definiu o poder e a hierarquia do sistema mundial, depois do fim da Guerra Fria [...] Foi assim que, depois do fim da União Soviética e da Guerra Fria e no auge da globalização financeira, o mundo experimentou, na década de 1990, pela primeira vez na história, a possibilidade real de um império global (FIORI, 2007, p. 87).

Apesar disso, em um primeiro momento, a condição hegemônica dos Estados Unidos esteve encoberta pela comemoração da “vitória ocidental”, a propagação do discurso em prol da globalização e a tese do fim da história. O período Clinton, quando a agenda globalista foi amplamente difundida, esteve, após 1993, marcado por um forte ativismo militar, apesar de sua retórica pacifista de integração comercial. Entre 1993 e 2001, estima-se que os Estados Unidos fizeram mais intervenções que em toda a Guerra Fria – neste sentido, ao observarmos o expansionismo militar estadunidense, latente muito antes dos ataques de 11 de Setembro, compreendemos que o rápido avanço geopolítico dos Estados Unidos sobre territórios que haviam estado sob influência soviética até 1991 já apresentava elementos do projeto de “império global” da potência norte-americana (FIORI, 2007).

Os EUA começaram a ocupar o espaço que esteve sob influência geopolítica da antiga URSS pelo Báltico, avançando pela Europa Central, Ucrânia e Bielorrússia, agindo pela “pacificação” dos Bálcãs e finalmente chegando até a região da Ásia Central e o Paquistão, em um movimento de ampliação das fronteiras da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), mesmo sem o voto favorável dos países europeus. Na virada do milênio, as novas bases militares estadunidenses formavam uma espécie de “cinturão sanitário”<sup>6</sup>, separando a Rússia da Alemanha e da China, consolidando os EUA como um poder militar global que contava “com mais de 700 bases ao redor do mundo, com acordos de ‘apoio militar recíproco’ com cerca de 130 países, com o controle soberano de todos os oceanos e com a capacidade de intervenção quase instantânea em qualquer ponto do espaço aéreo mundial” (FIORI, 2007, p. 88).

Do ponto de vista econômico, após o colapso do bloco soviético observou-se o avanço acelerado da globalização neoliberal em todo o globo, com o aumento dos fluxos comercial e financeiro, avanços tecnológicos, a tendência a privatizações/desregulamentações e internacionalização de empresas e o aprofundamento da divisão da produção no nível mundial

---

<sup>6</sup> Cabe mencionar a relação desta estratégia com a Estratégia de Contenção, elaborada por Nicholas Spykman (1944) após a Segunda Guerra Mundial. Tal estratégia orientou a política de segurança dos Estados Unidos por toda a Guerra Fria, e preconizava o controle geopolítico por áreas litorâneas e/ou periféricas do continente eurasiático (controle sobre *Rimland*), como forma de conter a expansão do poder soviético (considerando que a URSS ocupava o *Heartland*).

(VISENTINI, 2009). No fim da década de 1990, o dólar havia assumido completamente o papel de moeda oficial do sistema monetário internacional, cujo único padrão de referência era o próprio poderio americano e seu Banco Central, o FED. Os títulos da dívida pública estadunidense se consolidaram como a base do novo sistema monetário que se formava, sendo utilizados como reserva e ativo financeiro por diversos governos do mundo (FIORI, 2007).

A Guerra Fria foi um período em que a atenção estadunidense esteve fundamentalmente voltada para o combate ao desafio soviético, em termos econômicos e securitários. A partir de 1991, a estratégia estadunidense, tanto econômica quanto militar, passou a tomar novos caminhos, com vistas a consolidação do seu poder mundial como única superpotência do Sistema Internacional. Entretanto, o século XXI trouxe aos Estados Unidos novos desafios em termos de competição interestatal, criando os contornos de um cenário internacional ainda mais conflitivo – que será o tema da nossa próxima seção.

## **2.2. A CRISE DA UNIPOLARIDADE ESTADUNIDENSE E A REASCENSÃO DAS POTÊNCIAS EURASIÁTICAS**

No início do século XXI, o projeto imperial estadunidense passou a enfrentar problemas que, dialeticamente, ofereceram uma abertura para o fortalecimento dos Estados nacionais de todo o sistema mundial. Tal mudança, ao mesmo passo que sinalizou a crise da hegemonia estadunidense, favoreceu a retomada da competição político-econômica entre os Estados mais poderosos do sistema.

A experiência político-militar dos Estados Unidos a partir dos anos 2000 não foi bem-sucedida se consideramos os objetivos imediatos da potência. Após duas vitórias, na Guerra do Afeganistão, em 2001, e na Guerra do Iraque, em 2003, as forças estadunidenses não conseguiram definir seus objetivos de longo prazo e governos locais tutelados foram constituídos. De modo geral, as intervenções militares estadunidenses “não expandiram a democracia nem os mercados livres; as guerras aéreas não foram suficientes, sem a conquista territorial; e a vitória militar não conseguiu dar conta do controle territorial e da reconstrução nacional dos países derrotados” (FIORI, 2007, p. 89).

Ainda, em 1999, o crescimento econômico dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) passou a desacelerar, chegando até um ponto de estagnação, enquanto os fluxos financeiros se ampliavam em meio à desregulamentação desenfreada. A crescente instabilidade financeira mundial rapidamente conformou uma crise econômica generalizada. Por outro lado, países como a China e os Tigres Asiáticos, que haviam

adotado um modelo econômico heterodoxo, já estavam em processo de recuperação da crise a partir de 1997, mantendo seus índices de crescimento econômico em patamares elevados (VISENTINI, 2004).

Contudo, para Fiori, os insucessos militares e a crise econômica não constituíram uma crise terminal do poder estadunidense ou do sistema mundial, mas sim denotavam o esgotamento do projeto imperial dos Estados Unidos. Este esgotamento poderia se explicar, primeiramente, pela impossibilidade de os EUA sustentarem um império global somente com bases militares, sem um sistema colonial para suprir suas necessidades econômicas e logísticas. Em segundo lugar, pode-se dizer que o projeto de poder estadunidense atingiu seu limite pela expansão econômica desenfreada da China (FIORI, 2007).

Desta forma, a Ásia Oriental, e particularmente a China, emergiu como um novo polo de poder mundial em contraste ao polo anglo-saxônico no início do século XXI. A China mantém há décadas um processo acelerado de desenvolvimento e modernização, gozando de altos índices de crescimento e de uma sólida estabilidade. A ascensão chinesa se constitui como um fenômeno misto, pois o país asiático está “economicamente dentro da ordem capitalista, mas politicamente exterior a ela, devido aos recursos de poder e ao regime socialista deste país” (VISENTINI, 2004, p. 4-5).

Ademais, desde a ascensão de Vladimir Putin ao poder ao final de 1999, o quadro de declínio econômico e político-administrativo da Rússia passou a ser revertido. O país desenvolveu ainda no início do século XXI um projeto nacional e passou a se posicionar de forma cada vez mais autônoma em relação ao Ocidente. A parceria estratégica sino-russa e a criação da Organização de Cooperação de Xangai (OCX), em 1996 (então nomeada como “Cinco de Xangai”), lançou as bases para um bloco eurasiático, enquanto a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), criada em 1991, após 2000 passou a servir como um mecanismo de rearticulação do antigo espaço soviético, sendo um dos eixos da diplomacia russa (VISENTINI, 2004).

Por muitos anos, o discurso de autoridades chinesas e russas em prol da multipolaridade e da reconfiguração da ordem mundial foi considerado entre os analistas ocidentais como um mero recurso retórico. Argumentava-se que Pequim se comprometia com as normas e regras da ordem estabelecida pois extraía benefícios desse sistema, enquanto a Rússia foi vista durante toda a primeira década do século XXI como um país incapaz de reunir aliados e representar uma verdadeira ameaça aos EUA. Ainda, parecia impossível aos analistas ocidentais que Rússia e China superassem anos de rivalidade e comesçassem a cooperar em qualquer área estratégica (COOLEY; NEXON, 2020).



Nas últimas décadas do século XX, o desenvolvimento chinês foi alavancado pela estratégia de comércio exterior do país. Os fluxos de comércio e participação da China no comércio global aumentaram, ao mesmo tempo que a pauta de exportação do país se diversificou, levando à formação de um setor exportador profundamente dinâmico e voltado para a área tecnológica. Além disso, o país redirecionou os fluxos das suas exportações, tornando os EUA em seu principal mercado consumidor e países asiáticos como principais fornecedores (PAUTASSO *et al.*, 2021).

Ademais do seu desenvolvimento e crescimento econômico, a China possui uma ampla capacidade de planejamento e investimento estratégico de longo prazo, algo que se evidencia no projeto da “Nova Rota da Seda” ou *Belt and Road Initiative*, “BRI” (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017). A iniciativa chinesa busca integrar Ásia, África e Europa através de cinco diferentes rotas e levará a cabo a modernização e a construção de infraestrutura como ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão e comunicação. Em linhas gerais, o projeto completo possui capacidade para alterar de maneira drástica os fluxos energético e comercial em todo o mundo (DELGADO; FEBRARO, 2017). Sobre a iniciativa, podemos ainda afirmar que:

A BRI é um evidente transbordamento do desenvolvimento da China e cumpre diversos objetivos articulados: 1) cria demanda para a supercapacidade ociosa da indústria nacional; 2) amplia a segurança em recursos naturais, energéticos e alimentares; 3) impulsiona a internacionalização das empresas chinesas e a exportação de serviços (de engenharia, especialmente); 4) fortalece o comércio regional e o papel gravitacional da China na recriação do sistema sinocêntrico; 5) contribui para securitizar a partir do desenvolvimento e da integração regionais; 6) e fomenta a conversibilidade do renmimbi (RMB), tornando a moeda chinesa reserva de valor e meio de comércio corrente (PAUTASSO *et al.*, 2021, p. 6).

A iniciativa chinesa é parte integrante da etapa regional do projeto de globalização de Pequim, o qual desafia diretamente a primazia global estadunidense. Ainda, a *Belt and Road Initiative* está intimamente relacionada com o *Made in China 2025* – projeto de desenvolvimento tecnológico e industrial. Isto posto, fica cada vez mais evidente que a China está atuando de forma ativa para promover a reconfiguração do sistema internacional (PAUTASSO *et al.*, 2021; KOTZ; OURIQUES, 2021).

De acordo com Pinheiro Guimarães (2020a), a estratégia de política externa da China está orientada para: (i) evitar a confrontação militar com os Estados Unidos; (ii) garantir e diversificar as fontes de matérias primas necessárias para a economia chinesa; (iii) abrir mercados para suas exportações e investimentos; (iv) a defesa do princípio de não-interferência em assuntos de outros países; (v) fomentar a cooperação sem condicionantes políticos ou

econômicos; (vi) aproximar-se geopoliticamente de seus países vizinhos, especialmente a Rússia.

Quanto à Rússia, durante a década de 1990 era comum a percepção de que o país jamais retomaria o *status* de grande potência. As desastrosas consequências econômicas da dissolução da URSS e o surgimento de novos Estados na fronteira oriental da Europa foram os elementos que, na época, justificaram a expansão imediata das fronteiras da OTAN, liderada pelos Estados Unidos. Ainda na década de 1990, quase toda a Europa Central estava ocupada. Neste período a Rússia, “extremamente enfraquecida por seu processo de transição do socialismo para o capitalismo, adotou uma política externa pró-ocidental de ‘cooperação’ com os Estados Unidos” (MAZAT; SERRANO, 2012).

Apesar da tentativa de aproximação com as potências ocidentais, nos anos 1990 a Rússia perdeu paulatinamente a sua relevância no panorama global:

Nos anos 1990 [...] a Federação Russa aos poucos perdeu a influência que a URSS possuía na Europa Central e no Leste Europeu. Um dos sinais disto foram as Guerras Balcânicas, nas quais a antiga Iugoslávia foi seguidamente partida, tendo-se sempre a Sérvia, aliada russa, como país a ser enfrentado por norte-americanos e europeus, e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como salvadora de uma União Europeia que não conseguia resolver sozinha os problemas do continente europeu. O alargamento da própria OTAN para o leste, abarcando Estados que pertenceram ao Pacto de Varsóvia, é outro indicativo do afastamento da Rússia de uma região que a URSS controlava indiretamente no período da Guerra Fria. Somadas estas derrotas com as crises internas – políticas, econômicas e institucionais – sofridas pelo país durante quase todo o governo Yeltsin (1991-1999), a Federação Russa estava bastante fragilizada às vésperas do novo século (ADAM, 2012, p. 54).

Contudo, em um movimento dialético, o avanço ocidental sobre as fronteiras russas, aliado à intervenção militar das potências ocidentais nos Bálcãs, jogou um papel decisivo na vitória de Vladimir Putin, responsável pelo redesenho da política externa e da estratégia militar da Rússia a partir dos anos 2000 (FIORI, 2007). Conforme Fiori:

Em plena crise econômica, o novo governo reafirmou a intenção de manter uma economia de mercado, mas iniciou a imediata reconstrução do estado russo, anunciou seu apoio ao complexo militar-industrial, e reaproximou-se de quase todos os países aliados da antiga URSS, iniciando uma aliança estratégica com a China e a Índia (FIORI, 2007, p. 101).

Após a chegada de Vladimir Putin ao poder, inicialmente sob uma crise, a economia russa passou a se recuperar e o país abandonou a agenda de cooperação com o Ocidente, com o novo governo empreendendo uma evidente estratégia de recuperação do *status* de potência do Estado russo (MAZAT; SERRANO, 2012). Dessa maneira, a expansão econômica e militar

da Rússia rapidamente reposicionou o país, novamente, entre as grandes potências. Já no início do século XXI, o Kremlin passou a intervir cada vez mais nos conflitos da Ásia Central e do Oriente Médio, ao mesmo tempo que passou a ocupar a posição de grande fornecedor de armamento e tecnologia militar para a China, a Índia, o Irã e vários outros países (FIORI, 2007).

Assim, de acordo com as próprias ações e declarações oficiais do governo Putin, a estratégia da política externa russa passou a estar voltada para a promoção da multipolaridade no sistema internacional (ADAM, 2012). A mudança da estratégia foi acompanhada pelo retorno das tensões nas relações do país com os Estados Unidos, que buscam constantemente enfraquecer o poder russo. As relações russas com os países europeus também foram afetadas, mas sob outros patamares, pela crescente interdependência econômica entre a Rússia e a Europa, especialmente, mas não exclusivamente, no setor energético, por meio do fornecimento de gás (MAZAT; SERRADO, 2012).

No auge do momento unipolar, nos anos 1990, análises que subestimavam as capacidades das potências eurasiáticas pareciam ser plausíveis. Contudo, hoje é evidente como as últimas duas décadas do sistema internacional estiveram profundamente marcadas pelos esforços sino-russos pela consolidação da multipolaridade. Como exemplos desses esforços, podemos apontar a ação dos dois países no Conselho de Segurança da ONU, onde Pequim e Moscou têm apresentado uma oposição coordenada às intervenções ocidentais e pedidos por mudanças de regime, vetando propostas ocidentais para a Síria e pedidos de sanções contra Venezuela e Iêmen (COOLEY; NEXON, 2020).

Os dois países também têm liderado o processo de criação de novas instituições internacionais e fóruns regionais, alternativos às instituições hegemônicas, que excluem os Estados Unidos e o Ocidente em geral. A mais conhecida dessas iniciativas é o BRICS, que inclui Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul e desde 2006 tem se apresentado como um importante fórum de discussões para assuntos relacionados à ordem internacional. Em 2016, foi criado o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (NDB/BRICS), dedicado a financiar projetos de infraestrutura em países em desenvolvimento (COOLEY; NEXON, 2020; PAUTASSO *et al.*, 2021).

Ademais, a parceria sino-russa tem rendido diversas organizações regionais de segurança como a Conferência sobre Medidas de Interação e Construção de Confiança na Ásia, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva e o Mecanismo Quadrilateral de Cooperação e Coordenação – além da supracitada Organização para Cooperação de Xangai (OCX), criada em 1996 sob outro nome, modificado após a entrada do Uzbequistão em 2001, e que incluiu a Índia e o Paquistão como membros plenos em 2017. Já as instituições econômicas criadas sob

a liderança das duas potências eurasiáticas são o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (BAII) e a União Econômica Eurasiática (UEE) (COOLEY; NEXON, 2020).

As organizações regionais, mesmo quando não resolvem problemas coletivos, permitem aos seus membros a reafirmação de valores em comum e o aprofundamento de seus laços diplomáticos. Estes elementos facilitam a formação de coalizões políticas e militares e, portanto, as organizações regionais constituem uma parte crítica da política internacional, a qual esteve completamente dominada pelas potências ocidentais após o fim da Guerra Fria. Os esforços institucionais de China e Rússia passaram a integrar em instituições internacionais regiões que até então estavam desconexas das instituições hegemônicas, como a Ásia Central, por exemplo. Desde 2001 a maioria dos países dessa região ingressaram na OCX, no BAI, na UEE, e também na BRI (COOLEY; NEXON, 2020).

Assim, a competição interestatal no século XXI deve se prolongar pelos próximos anos, já que:

Difícilmente o Império estadunidense, cuja dinâmica se encontra no seu complexo industrial-militar; em sua rede mundial de megaempresas; em sua posição nas organizações internacionais; em suas alianças com as classes hegemônicas de suas Províncias; em sua disposição de fazer uso da força, de que o assassinato do General iraniano Soleimani foi um episódio, assistirá, resignada e tranquilamente, sua própria decadência e substituição por um mundo multipolar que emergiria de uma nova solidariedade humana criada pela Pandemia ou por processo histórico (PINHEIRO GUIMARÃES, 2020a, s/p).

Ainda, a comparação de alguns dados referentes às potências – como o PIB por habitantes, a disponibilidade de recursos naturais, as capacidades militares, produção e reservas energéticas, influência cultural-ideológica, entre outros – indica que a disputa pela preservação e afirmação da hegemonia estadunidense se prolongará, uma vez que a potência norte-americana dispõe dos recursos necessários para sustentar a competição interestatal a longo prazo (PINHEIRO GUIMARÃES, 2020a).

Entretanto, a pandemia de COVID-19 parece ter acelerado a erosão da hegemonia estadunidense em muitos aspectos. A China aumentou sua influência na Organização Mundial da Saúde (OMS) e em outras instituições. Pequim e Moscou operaram como fornecedores de bens e suprimentos médicos até mesmo para os Estados Unidos e países europeus, como Itália, Sérvia e Espanha. Durante a pandemia, se evidenciou a incapacidade dos Estados Unidos para lidar com esta crise global e seus efeitos em cascata (COOLEY; NEXON, 2020).

De acordo com Gauttam, Singh e Kaur (2020), a pandemia de COVID-19 expôs as dificuldades dos sistemas de saúde não apenas dos países em desenvolvimento, mas também

dos países desenvolvidos. Neste contexto, os países em desenvolvimento esperavam que os Estados Unidos e a União Europeia desempenhassem funções de liderança no enfrentamento da pandemia e oferecessem ajuda humanitária; no entanto, tanto os EUA quanto a UE não foram capazes de atuar da forma esperada.

Para Rodrigues e Martins (2020), a pandemia foi reveladora das contradições do modelo econômico ocidental, que conta com deficiências estruturais que afetam as capacidades estatais de fornecer bens públicos e lidar com crises sistêmicas. A partir dessa crise, a China apresentou eficiência no controle da pandemia, na cooperação internacional e na sua recuperação econômica. Ao mesmo tempo, a disputa hegemônica intensificada pela pandemia da Covid-19 evidencia como não faz parte da estratégia chinesa a imposição e/ou exportação do seu sistema econômico-ideológico. Ao contrário, o Estado chinês se insere no sistema mundial capitalista de modo distinto, mas ainda dentro das próprias regras estabelecidas.

Ribeiro e Ungaretti (2020) defendem que a crise geopolítica global antecede a pandemia e é fruto do choque entre EUA e China e seus respectivos modelos político-econômicos. As diferentes reações à crise da COVID-19 representam, portanto, sintomas de modelos político-econômicos distintos entre as potências. A resposta unilateral do governo Trump e o relativo sucesso dos países asiáticos no enfrentamento à COVID-19 aceleram o declínio hegemônico dos Estados Unidos e a busca da China em apresentar alternativas para a construção da ordem pós-Occidental. Ainda, a pandemia agudiza a consolidação do Leste Asiático e, especialmente da China, como novo polo dinâmico da economia política global. Neste sentido, também se argumenta que a transição hegemônica tem sido aprofundada pelos efeitos da pandemia.

Cepik e Rodriguez (2020), Schutte (2021) e Kerr-Oliveira *et al.* (2021) argumentam que a pandemia de COVID-19 não é por si só um ponto de inflexão, mas tende a ter um significativo impacto nos processos geopolíticos que já estavam em andamento, acelerando e expandindo alguns, diminuindo e desacelerando outros. A pandemia é também um fator importante para explicar a derrota de Trump e, em curto prazo, aprofundou crises e conflitos geopolíticos que já estavam em andamento. Assim, o cenário pós-pandemia pode, paradoxalmente, gerar aprendizados que ofereçam oportunidades para o governo Biden fomentar uma nova dinâmica na economia estadunidense e, assim, restabelecer a coesão social básica necessária para fortalecer a liderança internacional dos Estados Unidos.

Dessa forma, o início do século XXI marcou um período de profundas transformações no cenário internacional. A formação de uma ordem multipolar parece cada vez mais eminente, e se manifesta materialmente por meio do desenvolvimento econômico da China e das capacidades e iniciativas militares da Rússia. Agora, a potência hegemônica – Estados Unidos

– pode buscar retardar a emergência dessa nova ordem ou disputar com China e Rússia as bases e parâmetros sobre os quais esta nova ordem irá se erigir. É nesse sentido que a próxima seção irá se debruçar sobre as questões envolvidas na disputa econômica no nível global por recursos energéticos e controle sobre tecnologias.

### **2.3. DISPUTA ECONÔMICA EM NÍVEL GLOBAL: RECURSOS ENERGÉTICOS E CONTROLE TECNOLÓGICO**

No pós-Guerra Fria, a unipolaridade deu a falsa impressão de que a hegemonia estadunidense, baseada em seus valores liberais e na expansão da globalização econômica, seria imbatível. Já no século XXI, a posição unilateral dos EUA em questões militares e suas constantes intervenções acabaram levando a uma deslegitimação do papel que o país cumpria no cenário internacional como “policia global”. Somado a isto, a gradativa perda da capacidade estadunidense de liderar o processo de acumulação capitalista deu abertura para um movimento mais amplo de contestação à hegemonia estadunidense. Foi assim que, nas últimas décadas, a autoridade estadunidense na governança do sistema capitalista tem se desgastado. Dessa forma, “observa-se a redução da liderança estadunidense em dois aspectos principais: a incapacidade ou falta de vontade em prover bens públicos globais e a percepção externa de que sua atuação é fonte de instabilidade para a ordem global” (RIBEIRO; UNGARETTI, 2020, p. 199).

Tendo isto em vista, os Estados Unidos desenvolvem hoje uma estratégia global com facetas econômicas, tecnológicas, políticas, militares e ideológicas, com o objetivo de manter sua hegemonia – entretanto, essa estratégia em relação aos países periféricos é bastante distinta de sua estratégia em relação a China e Rússia, seus adversários. De acordo com Pinheiro Guimarães (2020b), a estratégia estadunidense em sua disputa com Rússia e China se faz por meio das seguintes práticas:

- a. estimular sua desintegração territorial através do financiamento de organizações separatistas;
- b. estabelecer uma rede de acordos militares com Estados vizinhos da Rússia e da China e nesses Estados estabelecer bases;
- c. promover manifestações de reivindicação política de democracia e liberdade de expressão;
- d. dificultar acordos da Rússia e China com Províncias desenvolvidas ou subdesenvolvidas;
- e. financiar ONGs de defesa de direitos humanos (PINHEIRO GUIMARÃES, 2020b, s/p).

Já a estratégia da Rússia e da China para enfrentarem os Estados Unidos está, inicialmente, baseada na redução das suas próprias vulnerabilidades, a busca por importantes posições nos organismos internacionais, a cooperação multinível entre os dois países e com os Estados vizinhos, especialmente através da Iniciativa da *Belt and Road Initiative*. Ademais, os

dois países apostam na criação de organismos internacionais alternativos, promover uma política de autodeterminação e não intervenção e oferecer cooperação técnica e financeira para a industrialização em países periféricos (PINHEIRO GUIMARÃES, 2020b).

Neste sentido, iremos discutir adiante os elementos que compõem a disputa econômica entre Estados Unidos, Rússia e China. Consideramos que esta disputa se desdobra em duas rivalidades: (i) na competição por recursos energéticos, desde o controle sobre reservas de hidrocarbonetos até a produção e distribuição desses recursos em nível global, abarcando elementos mais amplos da geopolítica energética; e (ii) pelo controle de tecnologias da revolução digital, a qual envolve especialmente as corporações internacionais de Estados Unidos e China, e tem se desdobrado em disputas comerciais e em uma corrida armamentista.

### **2.3.1. A disputa por recursos energéticos**

O primeiro sistema energético moderno era baseado em carvão, e perdurou por todo o século XIX, atingindo sua maturidade no século XX. O segundo sistema energético, baseado em petróleo, começou a se expandir no século passado e no século XXI está cada vez mais próximo de atingir sua maturidade. Ao mesmo tempo, sistemas baseados no gás natural e na hidroeletricidade estão em processo de se converter em sistemas de alcance global (PODOBNIK, 2006).

O petróleo, principal recurso energético no século XX e também no XXI, é uma matéria-prima indispensável para todos os tipos de processos produtivos e serviços, além de ser um recurso escasso e não-renovável, que está desigualmente distribuído pelo planeta e é, acima de tudo, essencial para a manutenção das forças militares dos Estados. Neste sentido, o petróleo não é apenas uma mercadoria, mas, devido à sua relevância estratégica e econômica, ele contribui para determinar a hierarquia no cenário internacional. Além do petróleo, o gás natural é a fonte de energia primária que mais cresce no mundo (KERR-OLIVEIRA, 2012; FUSER, 2013).

Ainda, conforme Boff e Ouriques:

Nesse contexto, o papel dos ciclos energéticos longos, sua influência na economia e na política, especialmente no acúmulo de riqueza e poder, assim como sua relação com os ciclos hegemônicos, parecem ser essenciais para a compreensão de processos estruturais de longo prazo. As fontes de energia, para o capitalismo contemporâneo, não são importantes apenas na fase de produção de mercadorias, mas também no seu transporte ao redor do globo; além do mais, constituem importante fonte de poder para os Estados que os controlam, como pode ser observado pelo caráter estratégico das reservas de petróleo nas duas grandes guerras mundiais. Assim, é possível afirmar, de maneira geral, que os paradigmas energéticos surgem durante a fase de expansão

financeira do ciclo sistêmico que está em decadência e afirmam-se na fase de expansão material, quando se espraiam para o resto do sistema. Isso porque o domínio da fonte energética principal de cada ciclo aumenta a capacidade de liderar a acumulação de riqueza e tecnologia, permitindo o desenvolvimento de capacidades militares e produtivas (BOFF; OURIQUES, 2018, p. 154).

Assim, os recursos energéticos são essenciais para o desenvolvimento tanto de capacidades produtivas quanto de capacidades militares. É por esta razão que a produção e o acesso sobre as principais reservas energéticas do mundo são objetos de disputa internacional, pois a energia é tão indispensável para atividades econômicas quanto o é para atividades militares. A energia possui um valor estratégico que transcende seu preço de mercado pois, em última instância, afeta a própria distribuição de poder entre os Estados (KERR-OLIVEIRA, 2012; FIORI; NOZAKI, 2019b).

Neste sentido, a disputa por recursos energéticos tem desencadeado diversos conflitos ao longo dos séculos XX e XXI:

No início do século XX, a indústria do petróleo se associou à indústria da guerra e se transformou na “energia” que passou a mover navios, tanques e aviões das Forças Armadas das grandes potências, sobretudo na Segunda Guerra Mundial, e em todos os conflitos militares que se seguiram até o século XXI. O petróleo teve papel decisivo na Guerra do Pacífico, desencadeada pelo ataque japonês a Pearl Harbor em 1941, e foi o motivo central do ataque alemão à União Soviética, em 1941, que se propunha chegar ao Azerbaijão, conquistando o petróleo do Cáucaso e do Mar Cáspio. Depois disso, o petróleo foi decisivo para o golpe de Estado no Irã, em 1953, patrocinado por Estados Unidos e Inglaterra, e também para a crise do Canal de Suez em 1956. E voltou a ter papel central na Guerra do Yom Kippur em 1973, na Guerra Irã-Iraque da década de 1980, na Guerra do Golfo em 1991, na Guerra do Iraque em 2003, na Guerra da Líbia em 2011, e na guerra da Síria que se prolonga até hoje (FIORI; NOZAKI, 2019b, p. 154).

Assim, ao final dos anos 1990, com a ascensão de Hugo Chávez (1999-2013) na Venezuela e de Vladimir Putin (2000- ) na Rússia, a estrutura do mercado petrolífero global passou a ser desafiada pelos governos dos dois países, que nacionalizaram parte significativa de seus recursos petrolíferos e restringiram o acesso a estes por parte de companhias petrolíferas estrangeiras. Já no século XXI, o aumento vertiginoso da demanda chinesa e outras economias por recursos energéticos coloca ainda mais pressão sobre o mercado internacional (PECEQUILO; JAEGER, 2019).

Apesar das incertezas do mercado energético mundial, no entanto:

Os EUA alteram sua estratégia de segurança energética, aumentando o peso da energia importada em sua matriz de consumo, o que levou à busca pelo controle mais direto de recursos petrolíferos localizados no exterior. O uso da força para controlar as principais regiões ricas em petróleo do mundo, todavia, tem levado à redução da competitividade relativa dos EUA no sistema internacional. Este processo tem como principal resultado o desgaste da capacidade de liderança deste país, que vem



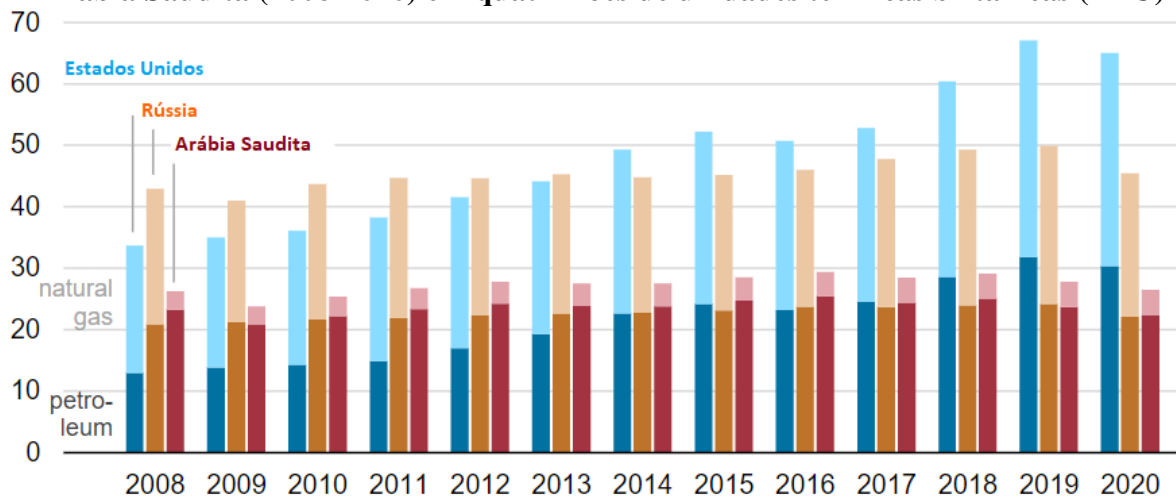
perdendo a capacidade de exercício do seu *soft power* (KERR-OLIVEIRA, 2012, p. 310).

Dessa forma, entre os anos 1990 e início dos anos 2000, os EUA passaram a buscar a dominação, direta ou indireta, de territórios-chave que contam com alto excedente de recursos energéticos, intensificando a belicosidade de sua estratégia e ampliando sua presença militar em diversas regiões ricas em hidrocarbonetos, visando securitizar seu acesso e de seus aliados ao petróleo (HARVEY, 2004).

Todavia, a instabilidade dos mercados petrolíferos, a crise econômica, a queda da demanda por petróleo e o discurso pró-meio ambiente, levaram os EUA a reduzirem cada vez mais a dependência energética externa e ampliarem a sua produção (PECEQUILO; JAEGER, 2019). Embora a Rússia tenha sido o primeiro país a desenvolver uma indústria petrolífera ainda no século XIX, os Estados Unidos foram o primeiro país a desenvolver uma grande indústria petrolífera moderna e de larga-escala e, até a atualidade, tal indústria tem desempenhado um papel central na sustentação do crescimento econômico estadunidense e manutenção do seu poder geopolítico (KLARE, 2005; KERR-OLIVEIRA, 2012).

Desde 2010, a produção de petróleo nos Estados Unidos se manteve em crescimento. Em 2018, pela primeira vez em duas décadas, o país superou a produção de petróleo da Arábia Saudita e da Rússia, tornando-se o primeiro produtor de petróleo do mundo (DUNN; HESS, 2018). A partir de então, os Estados Unidos seguiram ocupando o posto de principal produtor de petróleo mundial (e também como principal produtor de gás natural) conforme podemos analisar no Gráfico 1:

**Gráfico 1 – Produção estimada de petróleo e gás natural nos Estados Unidos, Rússia e Arábia Saudita (2008-2020) em quadrilhões de unidades térmicas britânicas (BTU)**



Fonte: U.S. Energy Information Administration, International Energy Statistics (2021).

Nota: Petróleo inclui petróleo bruto, condensado e líquidos de plantas de gás natural.

Após um breve declínio na demanda por petróleo e gás natural durante a pandemia de COVID-19, e as consequentes quedas do preço do petróleo bruto, especialmente no primeiro trimestre de 2020, a produção de petróleo e gás natural dos três países expostos no gráfico 1 caiu em 2020. Arábia Saudita e Rússia concordaram em reduzir sua produção de petróleo bruto como parte de um acordo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo *Plus* (OPEP+) – os países não pertencentes à OPEP que exportam petróleo bruto são denominados de “OPEP+”, e incluem Azerbaijão, Bahrein, Brunei, Cazaquistão, Malásia, México, Omã, Rússia, Sudão do Sul e Sudão. Entretanto, nos Estados Unidos, a produção foi reduzida em grande parte como resultado de uma queda dos preços induzida pelos investimentos em *tight oil*<sup>7</sup> e também por interrupções não planejadas (BROWN, 2021).

De acordo com Pecequilo e Jaeger:

A geopolítica e a geoeconomia da energia e sua dimensão securitária desempenham um papel central na trajetória da hegemonia dos Estados Unidos (EUA), demonstrando tanto a força quanto a vulnerabilidade dessa potência. [...] A complexidade do cenário estratégico do setor energético no século XXI envolve duplamente as potências tradicionais, como os EUA, como as nações emergentes. Com isso, ampliam-se as linhas de fratura externas de disputa por regiões produtoras, redes de transporte e mercados consumidores que afetam diretamente o mercado norte-americano (PECEQUILO; JAEGER, 2019, p. 10).

Assim, a China também se insere nesse emaranhado de disputas por regiões produtoras e redes de distribuição, transporte e escoamento de recursos energéticos. O crescimento econômico e o processo de urbanização da China atingiram margens significativas nas últimas décadas. Esses processos acarretam, sobretudo, um aumento expressivo na demanda energética do país, que torna indispensável ao Estado chinês um extenso planejamento estratégico de longo prazo no setor energético, que abarca desde a infraestrutura básica de transformação e distribuição de energia no país até o fator de obtenção de recursos energéticos necessários para o desenvolvimento da matriz produtiva chinesa. Conforme Corrêa:

Entre 1978 e 2012, o produto interno bruto (PIB) da China cresceu em média entre 9% e 10% ao ano (a.a.). [...] Esse impressionante dinamismo econômico esteve atrelado ao desenvolvimento industrial e à dinâmica de modernização que geraram profundas transformações na estrutura produtiva e social do país. Isso provocou um aumento no consumo de energia, especialmente petróleo e gás natural, impactando fortemente o perfil e a expansão da demanda energética da China – o consumo per capita de energia elétrica subiu de 246,5 kwh em 1978 para 2.631,4 kwh em 2009,

<sup>7</sup> “O *tight oil* - muitas vezes erroneamente confundido com o xisto betuminoso -, por sua vez, tornou-se viável a partir das inovações tecnológicas na exploração do gás de xisto (*shale gas*) com a técnica de fraturamento hidráulico (*fracking*)” (PECEQUILO; JAEGER, 2019, p. 24).

uma taxa de crescimento média de 30,2% a.a. Com isso, a China saiu da condição de exportadora de petróleo nos anos 1980 para se tornar importadora líquida a partir de 1993 (CORRÊA, 2015, p. 189).

De acordo com as estatísticas da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), os Estados Unidos eram o maior importador de petróleo bruto do mundo até 2017, ano em que “a China superou a maior economia do mundo, importando em média 514.000 b/d mais petróleo do que os Estados Unidos” e, no mesmo ano, “as importações chinesas totalizaram 8,426 milhões de b/d, contra 7,912 milhões de b/d para os Estados Unidos” (OPEP, 2018, p. 55).

Como uma das causas para o crescente consumo de petróleo na China, a *International Energy Agency* aponta a expansão da frota de automóveis da China, que em 2035 irá representar cerca de 65% do total da demanda por petróleo no país. Ao mesmo tempo, estima-se que as reservas de petróleo chinês poderiam suprir o consumo do país apenas até 2027, embora a China seja o quinto maior produtor mundial de petróleo, contando com uma produção de 4.93 milhões de barris de petróleo por dia, no ano de 2020 – o equivalente à 5% da produção mundial neste ano (IEA, 2017; EIA, 2021).

Pela necessidade chinesa de importação de recursos energéticos, em linhas gerais, a China tem diversificado suas fontes de importação buscando novos parceiros em todas as regiões mais ricas em recursos energéticos do mundo: Oriente Médio, Ásia Central, África, Sudeste Asiático e América Latina (LYRIO, 2010). Ademais, a China tem investido na construção de infraestrutura de transporte e armazenamento de hidrocarbonetos em países parceiros, para assegurar seu abastecimento energético. Na América Latina, a China investe em infraestrutura na Venezuela, Nicarágua, Peru e Brasil, financiando obras de energia elétrica, ferrovias, canais, gasodutos e oleodutos (DELGADO; FEBRERO, 2017).

A *Belt and Road Initiative* (BRI) prevê a construção de diversos corredores de infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações: a Nova Ponte Econômica Eurasiana, o Corredor China-Mongólia-Rússia, o Corredor China-Ásia Central-Ásia Ocidental, a Península China-Indochina, China-Paquistão e o Corredor Bangladesh-China-Índia-Myanmar. Conforme Pecequillo e Jaeger (2019, p. 27), “tanto em sua dimensão terrestre quando marítima, a interligação entre a Ásia, a Europa, a África, o Oriente Médio e potencialmente a América Latina (convidada em janeiro de 2018 para fazer parte do projeto) confronta os interesses norte-americanos em diversos setores, não só no energético”.

Dentre as obras planejadas pela BRI, estão incluídos gasodutos e oleodutos que irão impactar os fluxos energéticos na Eurásia, assim como projetos de construção de portos nos

países do Oceano Índico, como Myanmar, Paquistão, Sri Lanka e Maldivas, planejados para que a China possa superar a sua dependência do Estreito de Malacca, que liga o oceano Índico ao Pacífico e por onde, atualmente, passa 80% do volume de óleo cru que abastece o país (PAUTASSO; UNGARETTI, 2017; DELGADO; FEBRARO, 2017).

Na integração de infraestrutura energética, a Rússia desponta como um dos maiores parceiros estratégicos da China. Neste sentido que o gasoduto “*China-Russia East-Route*”, popularmente conhecido como “*Power of Siberia*”, teve sua operação parcial iniciada em dezembro de 2019, sendo este o primeiro gasoduto a fornecer gás russo à China. O gasoduto inclui um trecho de 3.000 km na Rússia e outro de 5.111 km na China. A russa Gazprom celebrou um acordo com a *China National Petroleum Corporation* (CNPC) para fornecer gás natural à China em maio de 2014, por um período de 30 anos a partir do início da operação do gasoduto (XINHUA, 2019).

Em setembro de 2019, o presidente russo, Vladimir Putin, propôs uma rota alternativa para o gás russo chegar à China, através da Mongólia. O novo gasoduto “*Power of Siberia-2*” entregaria gás russo à China em um local mais próximo das regiões consumidoras de gás no leste da China, utilizando recursos da Bacia Siberiana Ocidental. A nova rota é favorável à Gazprom pois gera a oportunidade de exportar maiores volumes de gás para a China, sendo uma conexão direta entre a Sibéria Ocidental e o mercado chinês e, assim, oferecendo uma diversificação importante das opções de fornecimento para a Gazprom. Atualmente, o gás da Sibéria Ocidental é consumido no mercado russo ou é exportado para os mercados europeus e vizinhos da CEI. Contudo, a longo prazo, o consumo nesses mercados deve permanecer estagnado ou com baixo crescimento, enquanto o consumo chinês deve ser o principal motor de crescimento da demanda global por gás (GALTSOVA; HUANG, 2020).

A Rússia também possui uma importante presença nas disputas em torno dos recursos energéticos. A retomada do setor produtivo russo esteve baseado no setor energético, com a estatização da empresa petroleira Yukos, em 1993. A partir de então, diversas empresas estatais, envolvidas em processos de produção, transporte, distribuição e exportação de gás e petróleo lideraram a economia russa e alavancaram suas taxas anuais de crescimento, cuja média entre os anos de 2000 e 2010 chegou a 7% (FIORI, 2017b).

Neste sentido, os investimentos russos no setor energético se devem à crucial importância da energia para o desempenho político e econômico do país. Além de atender às suas demandas de consumo interno, a capacidade energética russa opera como um ativo útil para a política externa do país. Neste sentido, sob o governo Putin, a Rússia renacionalizou suas

principais empresas do setor energético, fomentou o investimento externo direto (IED) no setor e modernizou sua infraestrutura energética (ALBUQUERQUE *et al.*, 2021).

A indústria de petróleo e gás é um instrumento geopolítico central para a grande estratégia russa<sup>8</sup>, se desenvolvendo em três frentes: a frente europeia, a frente chinesa e a do seu entorno geográfico imediato, das ex-repúblicas soviéticas (GOMES, 2021). Dessa forma, podemos afirmar que:

A ferramenta energética tem sua atuação dividida em duas ações estratégicas principais: por um lado, em esforços de reforçar (e, atualmente, recuperar) a influência russa no chamado “estrangeiro próximo”, composto pelas ex-repúblicas soviéticas; pelo outro, em projetos que visam reduzir a vulnerabilidade russa no comércio exterior e reforçar sua posição geopolítica frente aos seus parceiros comerciais – diversificando os destinos dos hidrocarbonetos e buscando aumentar a dependência destes frente ao país eslavo. Há, ainda, uma atuação das empresas energéticas com Investimentos Diretos Externos (IDE’s) que condizem com os interesses da política externa russa (GOMES, 2021, p. 175).

Ao todo, cerca de 70% das exportações de petróleo bruto da Rússia em 2016 tiveram como destino países europeus, sendo que um terço do total de petróleo bruto importado pelos membros europeus da OCDE foi fornecido pela Rússia. Segundo projeções da própria União Europeia, em 2030, cerca de 80% do gás e 93% do petróleo consumidos pelos países europeus serão fornecidos pela Rússia (BARDEN, 2017; FIORI, 2017b).

Individualmente, a China foi o maior importador do petróleo bruto da Rússia em 2016, recebendo cerca de 18% das suas exportações totais, enquanto a Rússia foi o maior fornecedor de petróleo bruto para a China no mesmo ano, superando a Arábia Saudita pela primeira vez em uma base anual. Desde 2010, as exportações de petróleo bruto da Rússia para a China vêm crescendo, pois o petróleo russo chega aos portos chineses mais rapidamente do que o petróleo oriundo do Oriente Médio, o que permite maior flexibilidade nas exportações (BARDEN, 2017).

Ademais, as empresas russas do ramo energético têm aumentado sua presença na Europa e no Oriente Médio. Através da Lukoil, empresa petrolífera privada, e da Gazprom, empresa estatal do segmento do gás natural, o país tem buscado garantir sua posição no mercado europeu ao adquirir infraestrutura de energia na Europa (SCHUTTE, 2011). Em 2015, a Gazprom formou um consórcio com cinco empresas europeias para construir um novo gasoduto, o Nord Stream 2, no leito do Mar Báltico – em substituição ao Nord Stream 1, com capacidade

---

<sup>8</sup> “Grande Estratégia é um termo que compreende todos os planos e políticas de Estado, envolvendo o uso de recursos políticos, diplomáticos e econômicos para a obtenção dos interesses nacionais” (KOTZ; OURIQUES, 2021, p. 101).

menor. O novo gasoduto permitirá que a Rússia passe a entregar um volume ainda maior de gás à Europa (SAHUQUILLO; SEVILLANO, 2021).

No Oriente Médio, a Rosatom, empresa estatal de energia nuclear, construiu reatores no Irã e atualmente desenvolve projetos na Jordânia, no Egito e na Turquia. Enquanto isso, a Lukoil desempenha atividades no Iraque e a Gazprom opera como o principal fornecedor de gás para a Turquia, além dos seus projetos de gasodutos que passaram pelo país para chegar até a sudeste europeu. Ademais, Rússia busca aproximar-se da OPEP e, juntamente com Catar e Irã, integra o Fórum de Países Exportadores de Gás (TRENIN, 2016).

A empresa petrolífera Rosneft, por sua vez, possui uma série de investimentos estratégicos em diversos países, a saber:

(1) o acordo de “armas-por-petróleo”, em 2006, e o apoio, tanto do governo russo quanto da Rosneft à Maduro, que precisariam ter um retorno astronômico para compensar pelo risco de investimento na Venezuela em crise; (2) o acordo de parceria em “projetos estratégicos” no valor de até US\$ 30 bilhões assinado entre Rosneft e a sua análoga iraniana, com a presença de Putin, enquanto era concedido à Rússia acesso a uma base aérea iraniana; (3) projetos no Iraque ligados à aquisição, em 2016, da companhia Bashneft, o que é visto como uma intenção de se tornar um ator-chave na reconstrução da indústria de petróleo e gás na região, o que ainda solidifica a posição russa de fornecedor preeminente de energia à Turquia, a qual é uma aliada problemática da OTAN; e (4) o fortalecimento político entre o Kremlin e facções que disputam o governo da Líbia, com a intenção de adquirir uma base naval e de colocar a Rosneft no país, que tem as maiores reservas de petróleo africano, posicionado estrategicamente para fornecer gás natural à Europa (GOMES, 2021, p. 185).

Existe, ainda, uma importante rede de gasodutos e oleodutos que interligam a Bacia Cáspia e a Ásia Central com a Europa Ocidental e o leste europeu que estão sob a controle russo. O controle dessa infraestrutura, crucial para a distribuição dos recursos energéticos na Eurásia, é um dos principais pilares da política externa russa. Essa centralidade estratégica não se deve somente à renda extraída da exportação dos hidrocarbonetos, mas é principalmente devida à vantagem política que o controle sobre as rotas de escoamento energético confere a Moscou – é neste sentido que os Estados Unidos buscam diminuir o controle russo sobre o fluxo energético na região (KLARE, 2005).

Em linhas gerais, do ponto de vista energético, os planejamentos estratégicos de Estados Unidos, Rússia e China estão voltados para a garantia da segurança energética em seus respectivos Estados, por meio do acesso à reservas e controle do transporte de petróleo e gás natural pelo mundo. Pelo menos até 2050, o uso de combustíveis fósseis nas plataformas militares desses países ainda deve ser predominante, mas todos trabalham com o mesmo objetivo de substituir os hidrocarbonetos por uma matriz que inclua cada vez mais energias

renováveis. Desta forma, os estrategistas militares das potências prospectam que entre 2020 e 2050/60, novos armamentos e plataformas militares dependam de uma nova matriz energética, “mais limpa”, que surgirá da competição militar entre as potências durante o século XXI (FIORI, 2020b).

Desde a perspectiva da análise dos sistemas-mundo, compreende-se que os eventos mundiais e as mudanças de um sistema energético mundial para outro ocorrem, em parte, pela dinâmica de rivalidades geopolíticas que se alternam entre períodos de conflituosidade moderada e períodos de conflituosidade intensa. Influem também neste processo as competições corporativas e os conflitos sociais que, em última instância, aliados à competição geopolítica, configuram um período de caos sistêmico no qual as possibilidades de guerra, crises econômicas e revoltas sociais se ampliam. São nestes contextos que as transições de uma matriz energética a outra tendem a ocorrer (PODOBNIK, 2006).

Assim, nos últimos anos, a China liderou os investimentos mundiais em energias renováveis, seguida pelos Estados Unidos, enquanto a Rússia, que ainda não configura entre os principais investidores no nível global, também está incorporando energias renováveis em suas políticas nacionais. Desta forma, podemos inferir que a competição por recursos energéticos estimula o desenvolvimento de energias alternativas à medida que os preços dos recursos energéticos convencionais continuam a subir, como o ocorrido na transição do carvão para o petróleo na durante o século XIX e, na atualidade, com uma possível transição do petróleo para fontes de energia renováveis (STEEVES; OURIQUES, 2016).

### **2.3.2. A disputa pelo controle de tecnologias**

A política externa dos governos Obama esteve marcada pela ênfase na Ásia como prioridade estratégica. No âmbito militar, esta ênfase deu pela alocação de 60% das forças naval e aérea dos Estados Unidos para a Ásia; no âmbito comercial, a *Trans-Pacific Partnership*, com exclusão da China, foi negociada; e no âmbito diplomático, buscou-se explorar, politicamente, as disputas da China com seus vizinhos. Contudo, a estratégia de Obama contribuiu para o aprofundamento das desconfianças do governo chinês em relação aos Estados Unidos e, ainda, “o estimulou a contrabalançar a ação americana com iniciativas tais como a Parceria Econômica Abrangente; a Área de Livre Comércio da Ásia-Pacífico; o projeto de um cinturão, uma rota, e a criação do Banco dos BRICS e do Banco Asiático de Infraestrutura” (PINHEIRO GUIMARÃES, 2020b, s/p).

A partir de 2016, com a eleição de Donald Trump, a China foi declarada como a principal adversária econômica, política e militar dos Estados Unidos. Visando conter o crescimento econômico e político chinês, a nova estratégia de política externa estadunidense passou a priorizar a eliminação do déficit comercial dos EUA com a China, interromper o processo de transferência tecnológica para o país asiático, boicotar a tecnologia 5G da Huawei, retomar a produção industrial nos Estados Unidos e expandir o orçamento e a presença militar na Ásia (CEPIK, 2019; PINHEIRO GUIMARÃES, 2020b).

Em geral, o contexto da pandemia provocou uma ampla discussão sobre a dependência das economias dos Estados Unidos e da União Europeia da capacidade de produção chinesa. Apesar disto, os ativos básicos dos EUA (o dólar norte-americano, sua capacidade tecnológica e militar) ainda lhe conferem ampla capacidade econômica. Além disso, durante a pandemia, governos de países ocidentais passaram a considerar a implementação de políticas tecnológicas industriais com investimentos públicos, a exemplo da China, e há um consenso de que a melhor estratégia econômica pós-pandemia é a implementação de programas de investimento massivos, mantendo altos níveis de gastos públicos (SCHUTTE, 2021).

Em março de 2020, Donald Trump realizou o pré-anúncio de um plano de US\$ 2 trilhões para a reconstrução da economia estadunidense pós-pandemia. Em março de 2021, Joe Biden lançou um “Plano de Resgate Americano” de US\$ 1,9 trilhões, seguido pelo anúncio de um plano de investimentos em infraestrutura ainda maior. Nos EUA, este gasto público tende a ser revertido na competitividade do país na revolução digital. Tais investimentos oferecem aos EUA a oportunidade de sair da linha defensiva (tentar competir com a China pela via meramente comercial) e implementar uma estratégia de modernização para ampliar a lacuna em relação ao país asiático, avançando na corrida tecnológica (SCHUTTE, 2021; PRAMUK, 2021).

Por outro lado, a República Popular da China foi a única grande economia a apresentar números de crescimento econômico durante a pandemia, de acordo com as estimativas do Banco Mundial para os anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, conforme a Tabela 1 demonstra. Mesmo entre as otimistas previsões do Banco Mundial para os anos de 2022 e 2023, quando se estima que a pandemia terá sido controlada, ainda há expectativa de que o crescimento da China seja muito maior do que o crescimento dos Estados Unidos, da União Europeia ou do Japão:

**Tabela 1 – Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2018 e 2023**

| País | 2018 | 2019 | 2020<br>(estimativa) | 2021<br>(previsão) | 2022<br>(previsão) | 2023<br>(previsão) |
|------|------|------|----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
|      |      |      |                      |                    |                    |                    |



|                |       |       |       |      |      |      |
|----------------|-------|-------|-------|------|------|------|
| Estados Unidos | 3,0%  | 2,2%  | -3,5% | 6,8% | 4,2% | 2,3% |
| União Europeia | 1,9%  | 1,3%  | -6,6% | 4,2% | 4,4% | 2,4% |
| Japão          | 0,6%  | 0,0%  | -4,7% | 2,9% | 2,6% | 1,0% |
| China          | 6,8%  | 6,0%  | 2,3%  | 8,5% | 5,4% | 5,3% |
| Índia          | 6,5%  | 4,0%  | -7,3% | 8,3% | 7,5% | 6,5% |
| Rússia         | 2,8%  | 2,0%  | -3,0% | 3,2% | 3,2% | 2,3% |
| África do Sul  | 0,8%  | 0,2%  | -7,0% | 3,5% | 2,1% | 1,5% |
| Brasil         | 1,8%  | 1,4%  | -4,1% | 4,5% | 2,5% | 2,3% |
| Argentina      | -2,6% | -2,1% | -9,9% | 6,4% | 1,7% | 1,9% |

Fonte: World Bank Global Economic Prospects – June 2021.

O desempenho econômico chinês pode ser relacionado à sua capacidade de controlar a pandemia de uma forma muito mais eficaz do que os países ocidentais, o que, por sua vez, pode ser explicado pela capacidade chinesa de planejamento estatal (RIBEIRO; UNGARETTI, 2020; SCHUTTE, 2021). Sobre isto, acrescentamos que:

Desde o início do século XXI, a China vem demonstrando uma capacidade de planejamento estatal amplamente ligada a uma flexibilidade adaptativa diante das recorrentes transformações da conjuntura global. A evidência empírica comprova que a experiência chinesa vem atravessando mudanças estruturais que somente podem ser compreendidas num horizonte estratégico de longa duração, pautada pela busca da harmonia nos planos interno – com a melhoria das condições de vida da sua população – e externo – via multipolarização do poder (RODRIGUES; MARTINS, 2020, p. 167).

A China tem passado, nas últimas décadas, por um processo de inovações institucionais e construção de capacidades estatais que se desdobra em novas formas de planificação econômica que direcionam o seu setor produtivo para a produção de inovações tecnológicas e se opõe, histórica e estruturalmente, ao modelo de economia capitalista pautada pelo neoliberalismo e a financeirização. Sob este paradigma, o Estado chinês controla efetivamente os fatores estratégicos envolvidos em setores produtivos de indústrias-chave, possibilitando uma extraordinária flexibilidade adaptativa frente a adversidades oriundas do sistema econômico internacional (JABBOUR, 2019; RODRIGUES; MARTINS, 2020).

Atualmente, a rivalidade entre EUA e China se concentra na disputa pelo domínio de tecnologias da informação, que vem desencadeando o que se chama de “4ª Revolução Industrial”. A 4ª Revolução Industrial possibilita o desenvolvimento e aprimoramento de novas tecnologias e materiais e, por esta razão, envolve as corporações internacionais de ambos países. Esse fenômeno técnico-científico se baseia em três principais vetores tecnológicos: as tecnologias físicas, as tecnologias digitais e as biotecnologias (RODRIGUES; MARTINS, 2020; PAUTASSO *et al.*, 2021; SCHUTTE, 2021; TAVARES, 2021).

As tecnologias da 4ª Revolução Industrial baseadas em sistemas cibernéticos ciberfísicos e informacionais, agregam diferentes campos e tecnologias através dos processos de digitalização (MARTINS, 2008), e apresentam oito avanços tecnológicos fundamentais: “robótica adaptativa; análise de dados e Inteligência Artificial (análise de *Big Data*)<sup>9</sup>; simulação; sistemas incorporados; comunicação e rede, como internet industrial; sistemas em nuvem; manufatura aditiva e tecnologias de virtualização” ou a denominada Internet das Coisas<sup>10</sup>. Esse conjunto de inovações têm seu desenvolvimento pré-definido e sua velocidade influenciada por políticas públicas, assim, “empresas e países podem, conscientemente, tentar definir o curso das mudanças” (VIEIRA; OURIQUES; AREND, 2020, p. 15-16).

As novas tecnologias da informação estão reestruturando a organização da produção, distribuição e consumo mundiais por meio da introdução em larga escala de Inteligência Artificial, robótica e outras inovações tecnológicas disruptivas na economia global. Desta forma, a revolução digital pode afetar os EUA desgastando a posição central do dólar e a predominância das capacidades militares do país. Portanto, a disputa entre Estados Unidos e China não é uma mera disputa comercial, mas sim uma competição pela garantia do desenvolvimento de tecnologias avançadas em seus territórios e a liderança de segmentos tecnológicos-produtivos que, em um nível mais profundo, está relacionada com a disputa pela liderança do sistema internacional (CEPIK, MACHADO, 2011; PAUTASSO *et al.*, 2021; SCHUTTE, 2021).

Desta forma, dentre as prioridades da China para o século XXI, destaca-se o desenvolvimento do seu sistema nacional de inovação, que se insere no contexto da 4ª Revolução Industrial. O objetivo fundamental do Estado chinês é reduzir significativamente sua dependência de tecnologias estrangeiras e desenvolver a capacidade para gerar inovações

---

<sup>9</sup> *Big Data* são grandes conjuntos de dados que, analisados computacionalmente, podem revelar padrões e tendências, especialmente sobre o comportamento humano.

<sup>10</sup> Internet das Coisas é uma interconexão digital de objetos cotidianos com a internet, conformando uma rede de objetos físicos capaz de reunir e transmitir dados.

endógenas de poder tecnológico de ponta. A partir da exaustão do crescimento baseado na importação de tecnologias, o processo de busca pela autonomia tecnológica se intensifica ainda na década de 2010 (RODRIGUES; MARTINS, 2020).

Atualmente, a China possui o maior *Big Data* do mundo, baseado em um grande conglomerado da área da tecnologia presente na China que inclui as empresas Baidu, Alibaba e Tencent, conhecidas pelo acrônimo “BAT”. Juntas, as empresas BAT controlam a maior parte do conteúdo digital presente na indústria chinesa, mantendo registros das buscas realizadas em suas plataformas, compilando e centralizando compras e vendas e catalogando o que se joga, faz e paga (RODRIGUES; MARTINS, 2020).

As empresas de telecomunicações Huawei, ZTE e Xiaomi também são fundamentais para o projeto de desenvolvimento tecnológico da China. A Huawei lidera a tecnologia 5G, a infraestrutura para redes de internet móvel de quinta geração, que é um dos pilares para o desenvolvimento de diversas das tecnologias priorizadas pela política do *Made in China 2025*, como:

segurança cibernética; ferramentas de controle numérico e robótica de ponta; aeroespacial; engenharia oceânica; equipamento ferroviário avançado; veículos de poupança de energia e de nova energia; equipamento de energia; maquinário agrícola; novos materiais; biomedicina e dispositivos médicos de alto desempenho. [...] Além da vanguarda técnico-produtiva, o sistema 5G vai potencializar novas formas de uso da força e do *soft power*, incluindo novos meios para promover operações subterrâneas. Ou seja, os EUA correm o risco de perder também o domínio sobre o controle da informação e seus consequentes sistemas de inteligência (PAUTASSO *et al.*, 2021, p. 16-18).

A combinação do 5G com a Inteligência Artificial (IA) e a Internet das Coisas tem o potencial para afetar o uso cotidiano de tecnologias em diversas áreas, como finanças, manufatura, educação, transportes, dentre outros. É neste sentido que “o governo chinês tem dado importância crescente à pesquisa e ao desenvolvimento dessas tecnologias recentemente, inclusive tendo criado seis zonas piloto para desenvolvimento inovador de IA, em Pequim, Xangai, Tianjin, Shenzhen, Hangzhou e Hefei” (RODRIGUES; MARTINS, 2020, p. 179).

O desenvolvimento dessas tecnologias eleva as capacidades produtivas da China a um novo patamar que, somado a outros elementos, colocam a economia chinesa na fronteira tecnológica e a inserem nas principais cadeias globais de valor<sup>11</sup>, em áreas como a energia renovável, trens de alta velocidade, o 5G e o próprio 6G, futuramente (RODRIGUES;

---

<sup>11</sup> Cadeias Globais de Valor podem ser definidas como o conjunto de atividades necessárias a produção e entrega do produto ao consumidor final.

MARTINS, 2020). As cadeias globais de valor, por sua vez, estão envoltas em uma dinâmica político-econômica em que a disputa entre os Estados se mescla com a disputa interempresarial (MAJEROWICZ; MEDEIROS, 2018).

Conforme a China desenvolve marcas e tecnologias próprias, conquista mercados e organiza suas próprias cadeias globais de valores, os EUA assumem uma postura defensiva e tentam frear o avanço chinês. Assim, a “guerra comercial” iniciada pelo governo Trump contra a China é uma guerra pela propriedade e controle de tecnologias da 4ª Revolução Industrial. Até agora, suas medidas: (i) aumentaram as taxas sobre produtos chineses importados pelos EUA; (ii) diminuíram o déficit na balança comercial entre os dois países; (iii) proibiram de empresas estadunidenses de negociarem com empresas chinesas (Huawei e ZTE, por exemplo); (iv) impossibilitaram governos aliados dos EUA de fornecerem insumos ou aceitarem tecnologias chinesas (SCHUTTE, 2021).

Contudo, as medidas tomadas pela administração Trump tiveram um impacto limitado e/ou indeterminado sobre a origem das importações dos EUA e fluxos de Investimento Externo Direto. Estes resultados ainda não foram eficazes para desacelerar a diminuição relativamente rápida da lacuna econômica que existe entre os EUA e a China ou aumentar as taxas de investimento dos EUA. Uma das vantagens da China na corrida tecnológica global tem sido sua capacidade de planejamento estatal, que tem possibilitado o estabelecimento de metas de crescimento tecnológico de longo prazo. Assim, ao negar o acesso da China à tecnologia necessária para seus setores avançados, no curto prazo prejudica as empresas estadunidenses, que perderão uma parte significativa de seu mercado e incentiva a China a mobilizar enormes recursos para superar sua dependência de tecnologia (SCHUTTE, 2021).

Rodrigues e Martins (2020, p. 180-181) também compartilham desse argumento:

A guerra tecnológica sino-americana possui um caráter amplamente paradoxal e dicotômico: por um lado, pode dificultar o progresso do 5G e de tecnologias chinesas, principalmente na modernização das forças armadas e em infraestruturas críticas; e, por outro lado, as sanções estadunidenses podem fazer com que a China potencialize o seu *catch up*, fortalecendo seu poder de barganha baseado em seu mercado consumidor interno de circuitos integrados e viabilizando as capacidades de design e fabricação de microchips e semicondutores na produção endógena. Ainda que haja distintos *gaps* na capacidade tecnológica e inovativa da China, nenhum outro país do mundo tem a capacidade de avançar exponencialmente seu processo de acumulação e desenvolvimento tecnológico. A China é o primeiro país no sistema internacional de acordo com o nível absoluto de número de pessoal em P&D e de número de patentes; classifica-se em segundo lugar de acordo com o critério holístico de avaliação de seu potencial de inovação geral; vem diminuindo rapidamente a diferença em investimento em P&D, número de pesquisadores, gastos em IoT, e novas empresas globais.

De muitas maneiras, a estratégia adotada pelo governo Trump não parece ter surtido o efeito esperado para a competição pelo desenvolvimento e controle sobre tecnologias da Indústria 4.0. Além da possibilidade de impulsionar o desenvolvimento tecnológico chinês, à medida que pressões externas limitam seu acesso a mercados e tecnologia estrangeiros, China e Rússia têm aprofundado seus laços econômicos, militares, tecnológicos. O objetivo de ambos os países é compensar suas deficiências e competir com os Estados Unidos pelo controle das tecnologias de ponta (BENDETT; KANIA, 2019).

Conseqüentemente, a parceria estratégica sino-russa tem se concentrado cada vez mais em tecnologia e inovação, área fundamental para necessidades das indústrias e forças armadas dos dois países. Moscou visa diminuir as importações de alta tecnologia das potências ocidentais, enquanto Pequim conta os engenheiros e matemáticos qualificados da Rússia para desenvolverem sua indústria de tecnologia e defesa em projetos de armamentos avançados, empregando recursos emergentes nos campos de batalha na atualidade. Cada vez mais, a cooperação em ciência e tecnologia para inovação é um dos principais pilares da relação entre Rússia e China (BENDETT; KANIA, 2019).

Os investimentos chineses na Rússia estão primordialmente concentrados no setor energético, através de empresas como a CNPC e a Sinopec, mas, em seguida, se encontram os investimentos em tecnologia. Gigantes da tecnologia chinesa como Huawei e Alibaba estão incorporando discretamente a Rússia, processo acelerado pelas sanções ocidentais. A Huawei possui parcerias com mais de vinte universidades russas, financiando estágios e bolsas para estudantes, além de compartilhar centros de pesquisa e programas educacionais, o que ajuda a Huawei a recrutar funcionários. Já a AliExpress, gigante do *e-commerce* que faz parte do Grupo Alibaba, tem a Rússia como um mercado-chave e, em 2018, a empresa recebia mais de 70% dos pedidos russos de lojas online estrangeiras (MURAVYEVA; LEMUTOV, 2021).

Finalmente, conforme o discutido nesta seção, observamos que a competição interestatal na contemporaneidade está baseada na competição por recursos energéticos e o domínio sobre novas tecnologias. Por sua vez, o desenvolvimento de tecnologias de ponta e a segurança energética conformam a base necessária para o desenvolvimento de novos armamentos e plataformas militares, que se desenvolvem a partir da competição político-militar entre as potências – o tema da nossa próxima seção.

#### **2.4. DISPUTA POLÍTICO-MILITAR E REORIENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA DAS POTÊNCIAS**

Após 1990, os fundamentos estratégicos e a própria natureza da guerra passaram a ocupar parte central do chamado debate político e acadêmico sobre as “novas guerras”. Esse é um debate que inclui em suas análises uma ampla gama de conflitos, como conflitos étnicos e de fragmentação territorial, como a Iugoslávia na década de 1990, conflitos de secessão, como a Chechênia, ou conflitos que visam a mudança de regimes, como a Síria contemporânea. Em linhas gerais, desde o fim da Guerra Fria, se intensificou a tendência a guerras periféricas (HOFFMAN, 2009; KALDOR, 2012; HUGHES, 2012; KENNEDY; WALDMAN, 2014; BERZINS, 2016; KORYBKO, 2018; MENEM; MORAIS SILVA; KERR-OLIVEIRA, 2020).

Dessa forma, em meio a um contexto sistêmico competitivo e instável, no qual as guerras periféricas são cada vez mais um padrão da conflituosidade internacional, as grandes potências buscam reformular sua estratégia de segurança para responderem aos novos desafios sistêmicos que lhes são impostos. Dessa forma, as reorientações estratégicas de Estados Unidos, Rússia e China estão voltadas para a preparação para conflitos convencionais, com adversários de alto e médio nível, mantendo simultaneamente a capacidade para conduzir uma guerra irregular (GUNZINGER *et al.*, 2017; ROBINSON, 2020; TAYLOR, 2021).

Pelos próximos anos, a contenção mútua também deve marcar os conflitos entre as potências: ao contrário das grandes guerras do passado, os países agora têm um amplo incentivo para mitigar a força usada em um conflito convencional para evitar a destruição massiva possibilitada pelas novas tecnologias militares. A contenção mútua, em outras palavras, pode superar os benefícios da agressão desenfreada nesta nova era de competição (KREPINEVICH, 2020).

Ainda, a contínua competição entre Estados Unidos, Rússia e China deverá promover um grande salto tecnológico, liderado pela inovação e pesquisa da indústria bélica, envolvendo ainda uma transição energética – que atualmente sustenta a infraestrutura militar em todo o mundo. As potências planejam uma mudança na matriz energética de suas estruturas e plataformas militares para 2050/2060. Alguns elementos dessa mudança já podem ser identificados atualmente no desenvolvimento de algumas tecnologias militares utilizadas em armamentos em fase embrionária ou em uso experimental. Nas disputas por petróleo no Oriente Médio, por exemplo, já estão em uso drones e enxames, que são “coletivos de drones” que operam em rede e utilizam inteligência artificial (FIORI, 2020b).

Estas tecnologias fazem parte de um processo mais amplo no qual se utilizam veículos armados, terrestres, aéreos e navais, operados à distância, com autoguiagem e capacidade de tomada de decisões táticas autônomas durante a batalha. Entretanto, alguns destes armamentos, especialmente os de maior porte, ainda utilizam combustível da aviação convencional – o

objetivo dos seus projetores é que, a médio prazo, eles passem a usar a mesma fonte de energia dos drones de menor porte, que são elétricos ou utilizam uma combinação de hidrogênio e eletricidade (FIORI, 2020b).

Dessa forma, apesar dos Estados Unidos continuarem a ser a principal potência econômica e militar, as mudanças que têm afetado a distribuição de poder entre as potências na atualidade é “a velocidade relativa das inovações tecnológicas e militares, e a tendência de longo prazo de mudança na correlação de forças entre os Estados Unidos e seus principais competidores dentro do sistema internacional” (FIORI, 2017a, p. 53).

Neste sentido, considerando que a disputa político-militar é um dos elementos que compõem a competição interestatal, ao lado da disputa econômica por recursos energéticos e o controle sobre tecnologias, essa seção irá se debruçar sobre a modernização das estratégias de segurança de Estados Unidos, China e Rússia.

#### **2.4.1. Estratégia de Segurança dos Estados Unidos**

Segundo Friedman, após 2001, os Estados Unidos perderam de vista a sua estratégia de longo prazo e passaram a supervalorizar sua capacidade de projetar poder (FRIEDMAN, 2012). Assim, a postura expedicionária das forças estadunidenses, que foi enfatizada a partir do final da Guerra Fria, hoje deve ser substituída por uma postura de defesa mais robusta. Do ponto de vista operacional, dissuadir ou se preparar para uma guerra prolongada com outra grande potência exigiria que os Estados Unidos melhorassem as suas forças armadas (KREPINEVICH, 2020).

Desta forma, após anos de prioridade da “guerra ao terror”, o governo estadunidense voltou a concentrar sua atenção na competição entre as grandes potências. A reordenação das forças armadas, economia e do comportamento diplomático que isso acarreta continuará se destacando e, pelos próximos anos, provavelmente irá conduzir a política externa dos Estados Unidos – independentemente de partidos políticos (COLBY; MITCHELL, 2020).

Podemos considerar que o processo de reorientação estratégica estadunidense foi iniciado a partir da *National Security Strategy 2015*. Embora de forma sutil, é na estratégia de segurança nacional elaborada sob o governo Obama que os primeiros sinais de preocupação com a competição interestatal com China e Rússia são introduzidos. O documento menciona comportamentos coercitivos e assertivos que ameaçam a escalada de violência em territórios marítimos, especialmente na Ásia – fazendo uma referência a presença da marinha chinesa na região do Indo-Pacífico. Por outro lado, é reforçada a ideia de que os Estados Unidos estão

dispostos a cooperarem com a China e evitarem o confronto direto entre as duas potências, conforme o processo de reascensão chinesa se desenrola:

The United States welcomes the rise of a stable, peaceful, and prosperous China. We seek to develop a constructive relationship with China that delivers benefits for our two peoples and promotes security and prosperity in Asia and around the world. We seek cooperation on shared regional and global challenges such as climate change, public health, economic growth, and the denuclearization of the Korean Peninsula. While there will be competition, we reject the inevitability of confrontation. At the same time, we will manage competition from a position of strength while insisting that China uphold international rules and norms on issues ranging from maritime security to trade and human rights. We will closely monitor China's military modernization and expanding presence in Asia, while seeking ways to reduce the risk of misunderstanding or miscalculation (U.S., 2015, p. 24).

Quanto à Rússia, encontramos em diversos trechos do documento a menção a anexação da Crimeia por parte de Moscou em 2014, o que foi interpretado como uma agressão e demonstração de que a Rússia representava uma ameaça à segurança e estabilidade globais:

We will deter Russian aggression, remain alert to its strategic capabilities, and help our allies and partners resist Russian coercion over the long term, if necessary. At the same time, we will keep the door open to greater collaboration with Russia in areas of common interests, should it choose a different path—a path of peaceful cooperation that respects the sovereignty and democratic development of neighboring states (U.S., 2015, p. 25).

Contudo, é a partir da *National Security Strategy 2017*, publicada pela presidência dos EUA, e da *National Defense Strategy 2018*, publicada pelo Departamento de Defesa estadunidense (DoD), que a reorientação estratégica dos Estados Unidos fica mais evidente. Segundo os documentos, os Estados Unidos estão saindo de um período de atrofia estratégica, no qual as vantagens competitivas das forças armadas do país haviam sido corroídas, e adentrando um período de reorientação da sua segurança nacional. Assim, a concorrência estratégica interestatal passa a substituir o terrorismo como principal preocupação de segurança da potência norte-americana, em um contexto no qual, segundo a percepção do DoD, o declínio da ordem internacional do pós-Segunda Guerra gera um cenário de instabilidades para a segurança internacional sem precedentes na história recente (U.S., 2017, 2018).

A retomada da competição estratégica de longo prazo pelas potências revisionistas, título que é empregado em ambos os documentos para designar a Rússia e a China, é apontada em ambos os documentos como o principal desafio à segurança dos Estados Unidos. Ainda, inclui a Coreia do Norte e o Irã como “*rogue states*”, ou “Estados pária”, e organizações transnacionais ameaçadoras, como grupos terroristas jihadistas, como forças que têm competido ativamente contra os Estados Unidos e seus aliados (U.S., 2017, 2018).



Tendo em consideração que “mudanças em uma balança de poder regional podem ter consequências globais e ameaçar os interesses norte-americanos” e que “mercados, matérias-primas, linhas de comunicação, e capital humano estão localizados dentro de, ou se movem entre, regiões-chave do mundo”, a estratégia de segurança nacional prevê diferentes estratégias para diferentes regiões do mundo (US, 2017, p. 45; tradução livre). Essas regiões são a região do Indo-Pacífico, Europa, Oriente Médio, Ásia do Sul e Central, Hemisfério Ocidental e África. Em linhas gerais, contudo, o objetivo estadunidense é impedir o avanço da influência e presença chinesa ou russa em qualquer uma dessas regiões, com especial atenção para o Indo-Pacífico, onde cresce o poder chinês, o Oriente Médio, onde a Rússia é cada vez mais assertiva, e o Hemisfério Ocidental – nome dado à América Latina, onde, segundo o documento de 2017:

Os desafios permanecem, no entanto. Organizações criminosas transnacionais – incluindo gangues e cartéis – perpetuam a violência e a corrupção e ameaçam a estabilidade dos Estados da América Central, incluindo Guatemala, Honduras e El Salvador. Em Venezuela e Cuba, governos se apegam a modelos autoritários de esquerda anacrônicos que continuam a falhar com seu povo. Os concorrentes encontraram espaço operacional no hemisfério. A China busca colocar a região em sua órbita por meio de investimentos e empréstimos liderados pelo Estado. A Rússia continua sua política fracassada da Guerra Fria, apoiando seus aliados cubanos radicais enquanto Cuba continua a reprimir seus cidadãos. Tanto a China quanto a Rússia apoiam a ditadura na Venezuela e buscam expandir as ligações militares e a venda de armas em toda a região. Os Estados democráticos do hemisfério têm um interesse comum em enfrentar ameaças à sua soberania (U.S., 2017, p. 51; tradução livre).

Neste sentido, são indicados como elementos que exigem uma reorientação estratégica dos Estados Unidos: (i) o ressurgimento da competição estratégica de longo prazo; (ii) a rápida dispersão de tecnologias; (iii) novos conceitos de guerra e competição; (iv) o enfraquecimento da ordem mundial do pós-Segunda Guerra Mundial; e (v) desafios à superioridade militar estadunidense. O DoD considera que tal reorientação deve se basear na formação de uma Força Conjunta que seja mais letal, resiliente e rapidamente inovadora, além da solidificação de aliados e parceiros, visando manter a influência estadunidense e equilíbrios de poder que favoreçam a ordem internacional vigente (U.S., 2018).

Ainda, em sua Estratégia de Defesa Nacional, se afirma que os Estados Unidos visam consolidar seus objetivos através de uma postura estrategicamente previsível, mas operacionalmente imprevisível. Isto inclui a promoção de uma mentalidade competitiva e a modernização de suas principais capacidades militares, incluindo o *hardware* (equipamentos), mas também os conceitos operacionais. Finalmente, os EUA também buscarão fortalecer alianças e atrair novos parceiros. Para o DoD, os custos do não cumprimento dos objetivos de

defesa dos EUA levariam à diminuição da influência global do país, corroendo a coesão entre seus aliados e parceiros e reduzindo seu acesso aos mercados, afetando os padrões de consumo que sustentam a prosperidade de sua sociedade (U.S., 2018).

Em março de 2021 foi publicado o *U.S. Interim National Security Strategic Guidance* (2021), uma orientação provisória para guiar a estratégia de segurança estadunidense enquanto uma nova Estratégia de Segurança Nacional é redigida sob a presidência do democrata Joe Biden. A retórica do novo governo se baseia, essencialmente, em opor governos democráticos (representados pelos Estados Unidos e seus aliados ocidentais) contra governos autoritários (representados por China e Rússia, além de Coreia do Norte e Irã). Neste sentido, o documento da nova administração considera que as principais ameaças à segurança estadunidense são as mesmas apontadas pelos documentos anteriores.

A principal reorientação do guia provisório é o forte apelo pela cooperação internacional e a defesa da democracia, além de elencar a revolução tecnológica em curso como uma questão primordial para os interesses dos Estados Unidos. Afirma-se que:

As principais potências mundiais estão correndo para desenvolver e implantar tecnologias emergentes, como inteligência artificial e computação quântica, que poderiam moldar tudo, desde o equilíbrio econômico e militar entre os Estados até o futuro do trabalho, riqueza e desigualdade dentro deles. O potencial futuro é enorme: avanços em tecnologias de energia limpa são essenciais para desacelerar as mudanças climáticas; a biotecnologia pode desbloquear curas para doenças; a próxima geração de infraestrutura de telecomunicações (5G) definirá o cenário para enormes avanços no comércio e acesso à informação. Mudanças rápidas na tecnologia irão moldar todos os aspectos de nossas vidas e nossos interesses nacionais, mas a direção e as consequências da revolução tecnológica permanece incerta (U.S., 2021, p. 8; tradução livre).

Desta forma, se argumenta que os EUA devem reinvestir na retenção de suas informações científicas e vantagem tecnológica, para estabelecer juntamente com seus parceiros novas regras e práticas internacionais que permitam usufruir das oportunidades apresentada pelas novas tecnologias. Dessa forma, e visando evitar a dependência excessiva da estratégia estadunidense sobre o seu poder militares, o documento indica que o orçamento de segurança nacional dos Estados Unidos, ao menos pelos próximos anos, deverá priorizar novos recursos para a diplomacia e o desenvolvimento (U.S., 2021).

Portanto, nos últimos anos, os Estados Unidos têm atuado de forma agressiva contra os Estados que são considerados seus competidores internacionais. Desde 2018, o governo estadunidense anunciou sua “guerra comercial” contra a China, se retirou do Acordo Nuclear com o Irã, assinado em 2015, e do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário,

assinado com a URSS em 1987, além de manter diversas sanções comerciais e financeiras contra Rússia, China, Coreia do Norte, Turquia, Irã, Venezuela, Cuba e Nicarágua (FIORI, 2019b).

#### **2.4.2. Estratégia de Segurança da China**

Por sua vez, a estratégia chinesa prioriza as fronteiras terrestres imediatas do Estado chinês, o que exige uma capacidade para preencher os vácuos que surgem em seu entorno territorial, indicando que a China goza de uma segurança terrestre altíssima, uma vez que é capaz de preencher esses vácuos sem a necessidade de uma força terrestre expedicionária (KAPLAN, 2013). A China também dá seus primeiros passos em tornar-se uma grande potência marítima. Em 2014, o país iniciou um gradual processo de recuperação da sua zona marítima imediata, construindo ilhas artificiais em áreas disputadas no Mar do Sul da China, eventualmente transformadas em postos militares (MCINNISS; WEISS, 2019).

De forma geral, a China tem investido pesadamente no desenvolvimento de capacidades A2/AD (*anti-access/area denial*). O acrônimo A2/AD é utilizado para descrever o conjunto de capacidades de negação de área e negação de acesso, sendo um conceito desenvolvido para explicar as capacidades de defesa desenvolvidas pela China nas últimas décadas, especialmente devido aos programas de modernização militar chineses adotados a partir dos anos 1980 e 1990. Estes programas estão relacionados ao processo de preparação chinesa para a guerra, em menor escala para a guerra contra a URSS e, em maior escala, da preparação para o enfrentamento de potências navais ocidentais a partir dos anos 1980. Naquele período, a China passou a se preparar seriamente para enfrentar marinhas tecnologicamente mais avançadas em cenários de conflitos locais, sendo nos anos 1980 a preparação voltada para enfrentar a marinha da Inglaterra, em uma possível disputa por Hong Kong, e anos 1990-2000 voltada para enfrentar disputas com a marinha dos EUA, envolvendo Taiwan ou a Coreia (KREPINEVICH; WATTS; WORK, 2003; GORMLEY; ERICKSON; YUAN, 2014).

As estratégias de A2/AD chinesas vêm sendo confrontadas com estratégias contrárias, ou seja, tentativas de superação das suas capacidades defensivas. Uma destas tentativas é uma estratégia híbrida, defensiva-ofensiva, denominada de Bloqueio Naval (*Offshore Control*), que baseada na capacidade dos EUA de controlar as principais rotas de abastecimento globais, permitindo que sua marinha, ao menos teoricamente, possa bloquear o fluxo de bens e mercadorias, inclusive essenciais, ao país bloqueado, sem expor sua esquadra diretamente ao raio de ação ou capacidade de ataque/defesa do inimigo a ser bloqueado (CALLAWAY, 2014).

Outra destas tentativas é uma estratégia claramente ofensiva, a de Batalha Aeronaval (*AirSea Battle*), a qual pode ser considerada uma evolução da estratégia estadunidense de Batalha Aeroterrestre (*AirLand Battle*) desenvolvida nos anos 1970-1980 como forma de destruir as capacidades ofensivas e defensivas convencionais soviéticas. O conceito de Batalha Aeronaval, por sua vez, surge como resposta ofensiva dos EUA ao desenvolvimento das capacidades de negação de área e negação de acesso por parte da China, especialmente em termos de capacidades chinesas para negar o uso do mar nas proximidades do seu território à marinha estadunidense através do uso de uma grande quantidade de meios e plataformas de lançamento de armas antinavio e antiaérea. Esta resposta estadunidense seria centrada na ampliação da interoperabilidade entre suas forças, especialmente as forças navais e aéreas e aeroespaciais, para garantir o máximo de capacidade para atacar os centros de comando e controle chineses, de forma a impedir, teoricamente, sua capacidade de resposta (KAZANIS, 2013; CALLAWAY, 2014).

Além das suas capacidades dissuasivas, a China tende a buscar fortalecer seu poderio no nível regional, ou seja, garantir sua hegemonia na Ásia. Conforme Fiori, a fragmentação do poder no sistema mundial tem intensificado a disputa pelas supremacias regionais (FIORI, 2007). Seguindo esta estratégia, a China precisa ampliar a lacuna de poder entre si e seus vizinhos para evitar que outros Estados da Ásia tenham os meios para ameaçá-la. É improvável que a China busque superioridade militar para invadir os países vizinhos, e o mais plausível é que a potência busque influenciar o comportamento destes. Ademais, a hegemonia regional é imprescindível para que a China recupere o território de Taiwan (MEARSHEIMER, 2005).

Assim, a *China's Military Strategy* de 2015 ressalta que, conforme o centro de gravidade econômica e estratégica do mundo está se deslocando para o eixo Ásia-Pacífico, os EUA estão buscando rebalancear a China através do aumento de suas alianças e presença militares na região. O documento salienta a multipolaridade e a globalização econômica como tendências da contemporaneidade, acompanhadas da intensificação da competição internacional pela redistribuição de poder. Assim, considera que o mundo enfrenta uma ameaça imediata e constante de guerras, conflitos e crises de pequena escala (CHINA, 2015).

Ao mesmo tempo, o documento chinês argumenta que o Japão desafia os acordos firmados no pós-Segunda Guerra Mundial e, desta forma, preocupa os países asiáticos. Também é discutida a questão da interferência de países extra-asiáticos no Mar do Sul da China e da presença de países asiáticos em territórios marítimos chineses, o que é considerada uma postura provocativa. A soberania marítima e terrestre são colocadas como prioridades e os casos de

Taiwan, do Turquestão e do Tibete são citados, reforçando a tendência da prioridade à hegemonia regional (CHINA, 2015).

Quanto à questão da modernização militar, o documento afirma que está em curso uma revolução mundial em assuntos militares (RMA), na qual armas e equipamentos de longo alcance, furtivos, inteligentes, precisos e não tripulados estão sendo sofisticados. Concomitantemente, o espaço sideral e o ciberespaço passaram a ser espaços cada vez mais importantes da competição estratégica entre as potências, e a forma de se fazer a guerra está sendo cada vez mais informatizada. Sendo assim, as grandes potências estão constantemente atualizando suas estratégias nacionais de segurança e defesa, reestruturando suas forças e intensificando processos de transformação militar – portanto, as forças armadas chinesas estão sendo reorientadas para que o país possa obter uma postura estratégica favorável, conforme se desenvolve a constante inovação dos conceitos operacionais chineses (CHINA, 2015).

Já em 2019, com a publicação do documento “*China’s National Defense in the New Era*”, além de reiterar alguns dos pontos centrais da sua Doutrina Militar, o Gabinete de Informação do Conselho de Estado chinês evidencia a prioridade de completar o projeto de modernização das suas forças armadas e diminuir o *gap* tecnológico com as potências ocidentais. Conforme o documento, as potências estão reajustando suas estratégias militares e de segurança, desenvolvendo novos tipos de forças de combate para liderarem a competição militar. Assim, os EUA estão buscando inovação tecnológica e institucional para assegurar sua superioridade militar, a Rússia está avançando na reforma de suas forças armadas e, enquanto isso, Reino Unido, França, Alemanha, Japão e Índia estão aprimorando a estrutura de suas forças militares (CHINA, 2019).

Sobre o papel das tecnologias da 4ª Revolução Industrial para a competição político-militar, o documento indica que:

Impulsionada pela nova rodada de revolução tecnológica e industrial, a aplicação de tecnologias de ponta, como inteligência artificial (IA), informações quânticas, *big data*, computação em nuvem e Internet das Coisas, está ganhando força no campo militar. A competição militar internacional está passando por mudanças históricas. Novas tecnologias militares de ponta baseadas em Tecnologia da Informação (TI) estão se desenvolvendo rapidamente. Há uma tendência predominante de desenvolver armas e equipamentos de precisão de longo alcance, inteligentes, furtivos ou não tripulados. A guerra está evoluindo em forma de guerra informativa e a guerra inteligente está no horizonte (CHINA, 2019, p. 6; tradução livre).

Devido à competição tecnológica que permeia a competição militar, o documento ressalta que o *People’s Liberation Army* (PLA) ainda precisa terminar a sua mecanização e melhorar urgentemente a sua informatização. Considera-se que a segurança militar da China é

confrontada por riscos que podem surgir por “surpresas tecnológicas” e o aumento do gap tecnológico. Por essa razão, indica que o investimento da modernização militar deve ser ampliado para cumprir com as demandas nacionais (CHINA, 2019).

### **2.4.3. Estratégia de Segurança da Rússia**

A estratégia de segurança nacional da Rússia segue algumas tendências históricas, como o favorecimento da centralização de poder e a aspiração por autonomia e sua consolidação como uma grande potência. Ademais, a estratégia russa está permeada pela concepção da existência de um cerco ao redor do território russo, promovido por polos de poder rivais, motivo pelo qual o país está sob um risco permanente de invasão iminente (CALICH *et al.*, 2013).

A Rússia desempenhou ao longo de sua história um papel único no cenário internacional: faz parte tanto do equilíbrio de poder europeu quanto do asiático, entretanto, “contribui apenas de modo intermitente para o equilíbrio da ordem internacional”. O país foi responsável por evitar o domínio da Europa por um único poder em vários momentos da história: conteve a Carlos XII da Suécia, a Napoleão e a Hitler. Ao longo dos séculos a sua política seguiu ciclos de expansão e de retração, em que se organiza internamente e volta a lançar-se no expansionismo territorial, “como uma maré atravessando uma praia. De Pedro, o Grande, a Vladimir Putin, as circunstâncias mudaram, mas o ritmo permaneceu extraordinariamente coerente (KISSINGER, 2015, p. 42).

Neste sentido, desde o início dos anos 2000 a Rússia tem buscado reposicionar-se como um polo de poder político-militar no sistema interestatal. Em 2004, a Revolução Laranja em território ucraniano tensionou as relações da Rússia com o Ocidente (FRIEDMAN, 2012). Ainda, o ataque georgiano contra a Ossétia do Sul, realizado em 2008 com o apoio dos EUA, foi rapidamente respondido pela Rússia, que derrotou o exército da Geórgia e ocupou parte do seu território. No mesmo ano, o país iniciou o maior programa de modernização e capacitação das suas forças armadas desde a queda da URSS e voltou a agir de maneira mais assertiva sobre suas fronteiras (HAAS, 2011; MATVEEV & RUSAKOVA, 2015).

Por sua vez, a anexação da Crimeia em 2014, por parte da Rússia, é considerada um evento que afetou profundamente as dinâmicas de segurança internacional ao intensificar ainda mais as tensões e desconfianças entre Moscou e Estados Unidos/União Europeia, reverberando até os dias atuais (MCINNISS; WEISS, 2019). Finalmente, desde a intervenção bem-sucedida na Guerra da Síria em 2015, o papel da Rússia nas negociações político-militares do Oriente Médio cresceram significativamente (FIORI, 2017a).

As guerras na Ucrânia e na Síria podem ser interpretadas como dois *fronts* de um único conflito, no qual os Estados Unidos participam com o objetivo estratégico de conter a reascensão de Rússia e China. Uma importante rede de gasodutos e oleodutos perpassa tanto a Ucrânia, onde existem gasodutos interligando a Rússia à União Europeia (, quanto na Síria, por onde passam gasodutos e oleodutos interligando o Iraque e Irã ao Mediterrâneo e União Europeia. Ainda, por sua posição geográfica, a Síria opera como uma porta de entrada para toda a Eurásia e, conseqüentemente, para a Rússia, assim como para a China, através da Nova Rota da Seda (ENGD AHL, 2018).

Dessa forma:

Naquele exato momento [na Guerra da Síria], sem nenhum aviso prévio, surgiu um novo poder militar, com capacidade atômica equivalente à dos Estados Unidos, propondo defender, arbitrar e punir outros povos fora de seu território e em nome dos mesmos valores ocidentais e cristãos assumidos de forma rigorosamente conservadora e ortodoxa pelo governo de Vladimir Putin (FIORI, 2017a, p. 54).

Com sua participação na Guerra na Síria, a Rússia passou a ter uma posição mais assertiva no cenário internacional, em consonância com seu discurso em prol do multilateralismo e do seu objetivo de projetar-se como grande potência. Neste sentido, o conflito sírio é um ponto de inflexão importante para a competição entre as potências, pois a participação da Rússia no conflito representa o retorno do país para o epicentro das relações internacionais como um polo de poder com capacidade para intervir em conflitos militares fora de seu próprio território (PICCOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016).

Até então, e particularmente após o final da Guerra Fria, os interesses ocidentais no Oriente Médio se realizavam sem a interferência de outras potências externas – portanto, a presença russa na Síria interrompeu essa tendência, a qual se manteve por décadas. Assim, enquanto a década de 1990 foi um período em que a Rússia esteve afastada das questões geopolíticas do Oriente Médio, a partir da Guerra na Síria o país retoma sua posição estratégica dentro da região (KERR-OLIVEIRA; BRITES; REIS, 2013; MORAIS SILVA, 2018).

Atualmente, a Rússia busca estabelecer minimamente sua presença militar dentro e ao redor do Oriente Médio. As forças armadas russas, que se encontram em processo de transformação e modernização após o processo de desmantelamento pelo qual passaram ao longo dos anos 1990, atuaram pela primeira vez em um país árabe durante a Guerra na Síria, através da sua aeronáutica e marinha. A participação na Guerra da Síria também é importante para a expansão da participação russa no comércio regional por meio de sua indústria energética, a qual possui importantes interesses na região, conforme abordado na seção anterior,

e para a indústria de defesa russa, que conta com importantes compradores nos países do Oriente Médio e Norte da África (TRENIN, 2016).

Após 2015 as exportações de armas russas para determinados países do Oriente Médio aumentaram. Quando comparamos as importações de armas do período de 2010-2014 com as do período de 2015-2019, observamos que no Egito, por exemplo, as compras de armamentos estadunidenses caíram 15%, ao passo que as importações de armamentos franceses subiram 35% e as exportações de armamentos russos subiram 34%. Neste mesmo período, as vendas de armas russas para o Iraque triplicaram – assim, entre 2015 e 2019, a Rússia foi o segundo fornecedor de armas para o país (34% do total), atrás apenas dos Estados Unidos (45%) (THOMAS *et al.*, 2020).

Ademais, a relutância dos EUA em compartilhar tecnologia militar sensível com países do Oriente Médio e Norte da África tem aberto oportunidades para outros fornecedores, como a Rússia, oferecerem sistemas de defesa aérea, aeronaves e outros equipamentos militares para países da região, como o Catar, os Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Argélia. Em geral, diversos países do Oriente Médio consideram a Rússia como um fornecedor alternativo, cuja presença pode ampliar a margem que os compradores regionais possuem para negociar com autoridades e exportadores dos EUA, o que favoreceu as negociações para aquisição de material bélico entre os países da região e a Rússia nos últimos anos (THOMAS *et al.*, 2020).

Desde a sua demonstração de força na Guerra na Síria, a Rússia tem se apresentado como uma alternativa geopolítica plausível aos Estados Unidos, até mesmo entre os aliados tradicionais dos EUA na região. Através de vendas de armas e acordos econômicos no setor energético a Rússia se aproximou da Turquia e do Egito, e em outubro de 2018 o rei da Arábia Saudita, Salman, realizou a primeira visita de um rei saudita à Rússia – na ocasião, foram discutidos os preços do petróleo e a retração estadunidense. Ainda, conforme os Estados Unidos se consolidam como principal produtor de petróleo mundial, há uma tendência para a intensificação da cooperação energética entre a Rússia e os países do Golfo Pérsico como uma estratégia para garantirem que os preços do mercado petrolífero favoreçam seus interesses estratégicos (COOK, 2018).

Portanto, décadas após a consolidação dos Estados Unidos como a principal potência externa presente no Oriente Médio, o conflito na Síria representou um desafio à predominância incontestável dos interesses estadunidenses na região que reposicionou o Oriente Médio como uma região disputada geopoliticamente por Washington e Moscou. Além dos esforços diplomáticos e militares da Rússia na região, o crescente desengajamento estadunidense no



Oriente Médio, iniciado sob a administração Obama e intensificado sob a administração Trump, também contribuiu para este novo cenário (FREILICH, 2018).

Além disso, cabe mencionar o importante papel desempenhado pela Rússia nas recentes crises no Afeganistão e no Cazaquistão. O Afeganistão, além de se encontrar no entorno geográfico imediato da Rússia, divide fronteiras com importantes aliados russos como Tajiquistão, Uzbequistão e Turcomenistão. Ainda, é do interesse russo impedir o avanço de grupos extremistas e manter a estabilidade política na Ásia Central, visando evitar a desestabilização de suas fronteiras próximas. Neste sentido, a Rússia tem liderado, conjuntamente com a China e o Irã, a condução das negociações internacionais em torno do conflito que se desenrola no Afeganistão. Em outubro de 2021 China, Irã, Paquistão, entre outros países da Ásia Central, reuniram-se em Moscou, sem a participação dos Estados Unidos, para discutirem a manutenção da estabilidade no país (TUVUCA, 2021; PAREDES, 2021; TESLOVA, 2021).

No Cazaquistão, outro país da Ásia Central que ocupa papel de relevância como aliado regional da Rússia, os primeiros dias do ano de 2022 foram marcados por intensas manifestações políticas contra o presidente Kassym-Jomart Tokayev, que se iniciaram pelo aumento nos preços dos combustíveis no país e rapidamente se expandiram para um descontentamento generalizado com o governo. Após alguns dias de confrontos violentos entre manifestantes e forças de segurança do governo, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO), que inclui Bielo-Rússia, Armênia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão e conta com a liderança da Rússia, mobilizou forças para auxiliarem o governo cazaque na estabilização e normalização da situação política no país (REGAN, 2022; GONCHARENKO, 2022).

Assim, em meio a este processo de retomada do seu papel como potência militar de relevância global que vem se desenrolando nos últimos anos, a Rússia publicou em 2014 uma nova doutrina militar. A *Russian Military Doctrine* indica que o cenário internacional contemporâneo é caracterizado pelo aumento da competição global, pelo aumento da tensão nas diversas áreas de interação interestatais e inter-regional, e pela rivalidade de valores e padrões de desenvolvimento. Muitos objetivos são abordados pela doutrina, entretanto, o que mais se destaca, justamente por operar como um fio condutor para todos os demais, é o objetivo de tornar reconhecível o prestígio e a capacidade para liderança russos, especialmente para a resolução de conflitos que estão nas fronteiras russas, angariando para si o reconhecimento de uma grande potência (RUSSIA, 2014).

O documento de 2014 ainda ressalta o papel da OTAN como um perigo à sua segurança nacional, especialmente pela proximidade desta com suas fronteiras. Neste sentido, os Estados Unidos e seus aliados estão, de acordo com a visão estratégica russa, implementando contra o país uma política de contenção devido à sua política externa independente. O uso de forças militares, por parte da OTAN, contra países aliados ou fronteiriços à Rússia, também são percebidos como um perigo (RUSSIA, 2014).

Em 2021, foi publicada a “*National Security Strategy of the Russian Federation*”, na qual interesses nacionais e prioridades estratégicas da Rússia são definidos. O documento chama atenção para o fato de que vários Estados consideram a Rússia uma ameaça ou adversário militar e, aliado a isto, o perigo de conflitos armados locais e guerras regionais vem se intensificando, incluindo conflitos envolvendo potências nucleares, enquanto o espaço e o universo digital são ativamente explorados como novas esferas de guerra (RUSSIA, 2021).

De acordo com sua Estratégia de Segurança Nacional, os principais objetivos de defesa nacional da Rússia são criar condições para o desenvolvimento socioeconômico pacífico da Federação Russa e garantir sua segurança militar. Tais objetivos estão sendo alcançados por meio da implementação de uma estratégia militar de dissuasão e prevenção de conflitos militares e o aperfeiçoamento das forças armadas russas. Dentro dessas ações, estão inclusas a garantia de uma determinada capacidade de dissuasão nuclear, manter a independência tecnológica do complexo industrial de defesa do país e acompanhar as tendências na natureza mutável das guerras modernas e conflitos armados (RUSSIA, 2021).

Do ponto de vista econômico, o principal elemento que afeta a segurança nacional russa é o desafio de transformar sua economia baseada na exportação de matérias-primas e produtos agrícolas em uma economia baseada em produtos de alto nível de processamento. Ainda, o país deve desenvolver novas indústrias e mercados de alta tecnologia, promover a renovação tecnológica dos setores básicos da sua economia e passar a empregar tecnologias de baixo carbono. Tais elementos, de acordo com os objetivos russos, levarão a mudanças na estrutura econômica do país, aumentando sua competitividade e sustentabilidade – mas para consolidá-los, é necessário implementar ostensivos programas de investimento e inovação que contribuam para a consolidação de bases científicas e técnicas que alavanquem o potencial industrial da Rússia (RUSSIA, 2021).

Finalmente, o documento menciona a necessidade de fortalecer a aliança estratégica com a China, mas também com a Índia, especialmente para garantir a estabilidade da região da Ásia-Pacífico. Ademais, estão nos interesses estratégicos russos aprofundar a cooperação na

OCX e entre os países do BRICS, e apoiar a integração por meio de organismos regionais multilaterais, tanto na Ásia, quanto na África e na América Latina (RUSSIA, 2021).

## 2.5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Ao final da Guerra Fria, o sistema internacional adentrou um período geopolítico até então inédito: por cerca de uma década, uma única superpotência, sozinha, acumulava a superioridade econômica e militar e liderava a ordem mundial, sem qualquer outro Estado que pudesse lhe fazer frente ou desafiar suas capacidades. O momento unipolar esteve marcado pela percepção segundo a qual o poder unânime dos Estados Unidos perduraria por longas décadas e, enquanto perdurasse, a paz seria mantida no sistema interestatal. Entretanto, em um movimento dialético, o próprio *hegemon* desestabilizou seu poder hegemônico e, das fraturas criadas pela desestabilização, emergiram novos polos de poder internacional.

Assim, ao início do século XXI, a China alavancava seu crescimento econômico e a Rússia passava a recompor sua estratégia militar para o leste europeu. Aos poucos, o crescimento econômico chinês passou a se desdobrar em surpreendentes capacidades de planejamento, investimento e inovação tecnológica, ao passo que a recomposição estratégica russa começava a permitir que, uma vez mais na história, a Rússia se projetasse para além das suas fronteiras imediatas como uma grande potência militar. Estava findado o momento unipolar e oficialmente iniciado um período de aberta competição interestatal.

No seio desta competição, se imbricam duas disputas, as quais se interrelacionam, complementam e influenciam mutuamente: a disputa econômica, por recursos energéticos e o controle sobre tecnologias da informação, e a disputa político-militar, por zonas de influência e projeção geopolítica. A disputa econômica é, do ponto de vista estratégico, fundamental para o desenvolvimento de capacidades militares, as quais dependem de recursos tecnológicos de ponta e de novas fontes de energia, mais sustentáveis a longo prazo. Ao mesmo tempo, as disputas político-militares influem sobre a capacidade das potências imporem seus interesses em territórios-chave, tanto para o acesso a recursos estratégicos (como os recursos energéticos) quanto a no que se refere ao controle sobre o desenvolvimento e disseminação de tecnologias (como no caso das imposições estadunidenses contra empresas chinesas, em parte, respaldadas pelo poderio militar dos EUA).

É neste sentido que as potências empreendem hoje projetos de modernização das suas estratégias de segurança. Para os fins deste trabalho, analisamos especialmente os aspectos normativos dessa reorientação estratégica – contudo, cabe ressaltar, que estes se transbordam

sobre os aspectos operacionais da estratégia militar dos três países. Tal reorientação corresponde às modificações no sistema interestatal, como a tendência a intensificação da competição interestatal e, ao mesmo tempo, também influenciam no aprofundamento dessa tendência. Compreendidos os fundamentos históricos e estratégicos da competição interestatal entre Estados Unidos, Rússia e China, avançaremos nos próximos capítulos à discussão da presença das potências na América do Sul e dos seus impactos para os arranjos político-institucionais da região no século XXI.

### 3. A AMÉRICA DO SUL EM MEIO À COMPETIÇÃO INTERESTATAL ENTRE AS POTÊNCIAS

*“Tradicionalmente percebida como uma região secundária e distante dos grandes polos de tensão internacional, a América Latina passa por um processo de reposicionamento no tabuleiro internacional. Com a emergência de polos de poder alternativos, a multipolaridade traz consigo a retomada da competição geopolítica, notadamente entre as grandes potências, a saber: Estados Unidos, China e Rússia. A disputa geopolítica em curso, percebida por estudiosos como uma Segunda Guerra Fria, contribui para reorganizar a América Latina e Caribe como um espaço de atuação geoestratégica no jogo global de poder político e econômico entre Washington, Pequim e Moscou.”*

**Augusto W. M. Teixeira Júnior** (2020, p. 9).

A reascensão de China e Rússia como grandes polos de poder mundial foi acompanhada pelo aumento das capacidades militares, tanto dissuasivas, como de projeção geopolítica extraterritorial das duas potências. Assim, se por um lado a potência estadunidense passou por um breve período de hegemonia quase incontestável nos anos 1990, logo após o final da Guerra Fria, ao longo do século XXI encontrou progressiva resistência e concorrência em diversas áreas estratégicas. Dentre os elementos que indicam a complexificação da competição interestatal entre Estados Unidos e Rússia e China no século XXI, destaca-se a disputa entre essas três potências por áreas de influência, incluindo a América do Sul.

Atualmente, Moscou e Beijing antagonizam Washington em seus respectivos entornos geográficos, buscando a primazia regional tanto em termos de *hard* quanto de *soft power*. Ao mesmo tempo, a potência norte-americana tem retomado sua estratégia de segurança hemisférica, a qual traz importantes desdobramentos para o bloco de países sul-americanos e para a integração regional. Em sua aproximação com a América do Sul, a China tem aprofundado laços diplomáticos e, cada vez mais, a relação inicialmente pautada por questões econômicas e comerciais tem se complexificado. As relações sino-latino-americanas, em geral, são relevantes para a estratégia global chinesa, que tem na região importantes fornecedores de matérias primas, principalmente alimentos, minérios e recursos energéticos e parcerias voltadas para a ampliação das relações comerciais. Por outro lado, a aproximação da Rússia com a região corresponde à estratégia de promoção de um mundo multipolar, baseando-se na aproximação, principalmente, com governos sul-americanos que adotaram discursos ou posicionamentos favoráveis à multipolaridade ou apresentaram maior grau de distanciamento em relação às

tradicionais políticas de alinhamento automático com os EUA nos últimos anos – incluindo Venezuela, Bolívia e Equador, especialmente, mas também os maiores países da região, Argentina e Brasil.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é analisar de que maneira Estados Unidos, China e Rússia estão presentes e buscam ampliar sua influência na América do Sul. Em outras palavras, buscamos demonstrar como a competição interestatal entre as potências se desdobra na região sul-americana. Para tal, este capítulo está organizado em subseções que abordam as relações das potências com os países sul-americanos nos âmbitos econômico-comercial, político e militar. Inicialmente, discutimos qual é a estratégia de cada uma das potências em sua abordagem para a região, para analisamos o engajamento dessas potências com os países sul-americanos.

### **3.1. A AMÉRICA DO SUL NA ESTRATÉGIA DAS POTÊNCIAS**

Durante os diversos períodos da política externa estadunidense, aqueles marcados por maior isolamento internacional dos EUA (principalmente em relação à Europa), coincidiram com uma atuação estratégica mais intensa em relação à América Latina. Após a Segunda Guerra Mundial, como um contraponto ao nacionalismo e ao surgimento de governos pró soviéticos na região, a estratégia estadunidense passa a colocar a América Latina em uma posição de destaque. Nos anos 1990, superado o objetivo de combater a influência de potências extrarregionais, os Estados Unidos readequaram sua política externa, defendendo a desmilitarização da América Latina (ESTADÃO, 1991) e colocando a promoção da cooperação econômica como uma de suas prioridades em sua relação com a região (PECEQUILO, 2013; JAEGER; BRITES, 2019).

Entretanto, quando os esforços militares e econômicos dos Estados Unidos se voltaram prioritariamente para a Guerra ao Terror, após os ataques de 11 de setembro, a sua relação com a América Latina foi redimensionada. Inicialmente, os Estados Unidos buscam retomar a Doutrina Monroe no campo estratégico, mas essa retomada acaba ocupando um lugar secundário na política externa estadunidense, frente ao engajamento na Eurásia, principalmente no que ficou denominado como “Grande Oriente Médio”, gerando um desengajamento relativo dos EUA na América Latina (PECEQUILO, 2013; RODRIGUES, 2020a). Além disso, o período inaugurado com a Guerra ao Terror também marca uma mudança na forma como os Estados Unidos mantêm sua presença na região: a partir de 2001, o tráfico de drogas e o crime organizado transnacional passaram a fazer parte da agenda estadunidense de combate ao

terrorismo, contribuindo para a militarização da presença estadunidense na região (MILANI, 2021a).

A partir da crise financeira de 2008 e da eleição de Barack Obama, contudo, a relação estadunidense com a região passou a se modificar novamente:

Os últimos anos do governo Bush ficaram marcados pela eclosão da crise financeira de 2008, ponto de inflexão paradigmático dentro dos Estados Unidos e em todo o sistema internacional. Tal acontecimento incentivou a retórica da refundação hegemônica dos Estados Unidos com a eleição de Barack Obama (2009-2017), modificando a política externa estadunidense e, concomitantemente, sua relação com a América do Sul. Destarte, ainda que tenha perdurado e, inclusive, se intensificado a tentativa de governança global baseada no domínio de espectro total estadunidense, constata-se um retorno do direcionamento geoestratégico para o seu entorno imediato, através de distintas ações no campo econômico e, de forma mais arguta, no militar (RODRIGUES, 2020a, p. 142).

Conforme Moniz Bandeira (2016), a administração Obama apresentou a continuidade de uma agenda que foi implantada nos Estados Unidos logo após o colapso da URSS, em busca da dominação totalitária dos EUA sobre o sistema internacional. Em busca deste objetivo, diversas operações de mudança de regime (*regime change*) foram empregadas, visando ganhar posições estratégicas e assegurar o acesso a mercados e recursos naturais de outros países. Em meio a este contexto:

A revalorização de países sul-americanos no tabuleiro geopolítico global, como Brasil e Venezuela, e regiões, como o Atlântico Sul, possui relação diretamente proporcional ao ajustamento das forças políticas dos Estados Unidos diante de novos fenômenos regionais e globais. Em outros termos, quanto maior for a margem de autonomia desses e outros Estados, mais elevadas as chances de choque de interesses com a hegemonia (RODRIGUES, 2020a, p. 142).

Desta forma, a partir de 2008, e com maior intensidade desde 2009, as reações estadunidenses à expansão de países emergentes no cenário internacional se intensificaram de maneira significativa. Essa reação foi especialmente direcionada à América do Sul, mas também a África e ao Atlântico Sul, de forma geral. Embora a postura brasileira em relação aos Estados Unidos não fosse de confrontação, a projeção de poder brasileira começou a chocar-se com a estadunidense, nos âmbitos econômico e político-estratégico, impondo, assim, a necessidade de resposta por parte dos Estados Unidos (PECEQUILO, 2013). E ainda:

Deve-se destacar que o ano aqui identificado como de retomada estadunidense, 2008, coincide com a eclosão da crise econômica global nos países desenvolvidos, reforçando ainda mais a ideia de que as ações dos Estados Unidos na região [América do Sul] ganham força como válvula de escape às tensões econômicas neste país. Isto é, não emergem de uma política construtiva para o continente ou que vise o

aprofundamento da colaboração, mas sim de uma necessidade de preservar a zona de influência hemisférica e conter o avanço dos novos polos de poder nesta região e em escala mundial (PECEQUILO, 2013, p. 112).

Assim, apesar da relativa autonomia conquistada pela América do Sul durante os governos de George Bush<sup>12</sup>, desde o princípio da administração de Obama os Estados Unidos já vinham empregando táticas de guerra híbrida<sup>13</sup> para intervir na região de modo a garantir a manutenção da superioridade e presença militar dos Estados Unidos na região, aprofundar a difusão de sua agenda de liberalização econômica, contrapor a expansão de potências como China e Rússia na região, minar a ascensão do Brasil e desestabilizar blocos regionais – como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) –, ou coalizões o BRICS (RODRIGUES, 2020a).

Portanto, a reconfiguração da competição estratégica em nível global reinsere a América Latina nas disputas entre as potências e, para os Estados Unidos, “coloca-se na mesa um possível reposicionamento da região em sua estratégia internacional de segurança, em particular diante dos desafios apresentados pela presença sino-russa do Caribe ao Cone Sul” (TEIXEIRA Jr., 2020, p. 13).

Em sua *National Security Strategy* de 2015, o então governo Obama reforçava a percepção de que o poder entre os Estados estava cada vez mais dinâmico, acarretando a ascensão de diversos polos de poder na Ásia, na América Latina e na África – fator que afetaria o ambiente securitário em nível mundial. O documento alerta para a necessidade de garantia da segurança no “Hemisfério Ocidental” (nome empregado para designar as Américas) por meio da defesa da democracia e do combate à corrupção, além de exprimir suas preocupações por problemas estruturais da América Latina como a pobreza, o crime organizado e o narcotráfico (U.S., 2015).

Já na sua Estratégia Nacional de Segurança de 2017, a administração Trump, além de reiterar a preocupação pelos problemas estruturais da América Latina em seus objetivos estratégicos para a região, acrescenta a possibilidade de crescimento para o comércio

---

<sup>12</sup> Autonomia possível, em parte, pela erosão da influência estadunidense na região, mas principalmente pelo esforço político-institucional de governos sul-americanos que, convergindo em seu interesse por maior autonomia política para a região, promoveram processos de cooperação e integração que visavam garantir maior agência internacional da América do Sul (MILANI, 2021a).

<sup>13</sup> “A realização de ações políticas veladas com a finalidade de desestabilizar *Rogue States* e *Failed States* passou a fazer parte do *modus operandi* estadunidense, a fim de instaurar seus princípios de economias abertas e democracias liberais, e, fundamentalmente, retomar a ordem unipolar. Esta nova modalidade velada de enfrentamento é denominada de Guerra Híbrida (RODRIGUES, 2020a, p. 145). As táticas de Guerra Híbrida utilizam novas tecnologias propiciadas pelo ciberespaço e empregam operações psicológicas que usam recursos midiáticos para influenciar a percepção popular e a opinião internacional (VACZI, 2016).



estadunidense, por meio da exportação de bens e serviços dos EUA, projetos de infraestrutura e energia e o investimento externo direto (IED) nos países latino-americanos. Destacamos, ainda, a menção que o documento faz à presença sino-russa na região, compreendida como uma ameaça aos interesses estadunidenses:

Competitors have found operating space in the hemisphere. China seeks to pull the region into its orbit through state-led investments and loans. Russia continues its failed politics of the Cold War by bolstering its radical Cuban allies as Cuba continues to repress its citizens. Both China and Russia support the dictatorship in Venezuela and are seeking to expand military linkages and arms sales across the region. The hemisphere's democratic states have a shared interest in confronting threats to their sovereignty (U.S., 2017, p. 51).

A crescente presença das potências eurasiáticas na América do Sul levou os Estados Unidos a reorientarem sua estratégia para a região, com a retomada da sua preocupação pelo controle geopolítico do seu entorno estratégico imediato (RODRIGUES, 2020a; TEIXEIRA Jr., 2020). Assim, a *National Defense Strategy* de 2018 prevê, dentre seus objetivos de defesa, a sustentação das vantagens estratégicas dos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental. Além disso, estão dentre os objetivos da potência norte-americana o aprofundamento das suas relações com os países da região que contribuam com capacidades militares para os objetivos de segurança dos EUA em níveis regional e global (U.S, 2018).

Em agosto de 2020, a administração Trump publicizou uma nova estratégia para o Hemisfério Ocidental, denominada “*Overview of Western Hemisphere Strategic Framework*”<sup>14</sup> e apresentada na Flórida pelo então presidente do *National Security Council* (NSC), Robert O’Brien, algumas horas antes de uma viagem sua para Colômbia e Panamá. O objetivo geral do documento é desenvolver a Estratégia de Segurança Nacional de 2017. O documento do NSC tornou pública a visão geral da estratégia dos EUA para o Hemisfério Ocidental, dando um tratamento especial para a América Latina que opera como uma resposta estadunidense ao aumento vertiginoso da presença chinesa na região, especialmente por vias comerciais. Em geral, a interpretação do NSC é que os Estados Unidos passaram muito tempo negligenciando a região (MARTÍN, 2020).

O documento retoma a menção às questões de segurança subnacionais latino-americanas, como corrupção, violência e narcotráfico, comumente mencionadas nos documentos estadunidenses, e estabelece uma relação entre esses elementos e a penetração de atores externos no Hemisfério Ocidental (MARTÍN, 2020). Conforme Martín (2020, p. 6):

---

<sup>14</sup> Atualmente, o documento já não se encontra disponível para consulta nos canais oficiais do governo estadunidense.

Tensions and their causes are not new in Ibero-America but, unlike in the past, social upheavals, political instability, macroeconomic imbalances, company bankruptcy and unemployment may encourage the entry of Chinese capital and companies; for some states even the Chinese model could be an option (MARTÍN, 2020, p. 6).

Assim, dentre as prioridades da estratégia estadunidense para o Hemisfério Ocidental, destacou-se o objetivo de conter a influência econômica e política de atores externos, como China – e, mesmo sem uma menção direta, podemos incluir também Rússia e Irã entre esses atores. As ações para atingir tal objetivo seriam a construção de laços mais próximos entre os Estados Unidos e setores privados da América Latina, apoiando o desenvolvimento e oportunidades de investimento, além de liderar organizações internacionais e multilaterais que incluam os países da região (SULLIVAN; LUM, 2021).

Em linhas gerais, os Estados Unidos desenvolvem uma estratégia global voltada para a manutenção da sua hegemonia, a qual possui facetas econômicas, tecnológicas, políticas, militares e ideológicas. Na América Latina, tal estratégia se orienta, entre outras coisas, pelo objetivo de minar as relações dos países da região com China e Rússia, afastando-os de sua influência geopolítica (PINHEIRO GUIMARÃES, 2020b). Pela reconfiguração da geopolítica global desencadeada nos últimos anos e por sua competição com as duas potências eurasiáticas, os Estados Unidos têm se voltado para o “Hemisfério Ocidental” com possessividade (FIORI, 2019e).

Entretanto, na opinião de Teixeira Jr. (2020), a estratégia dos Estados Unidos para a região ainda não está clara, apesar de suas ações recentes e documentos oficiais:

No contexto de uma crescente presença sino-russa no cenário latino-americano, ambiente de tradicional influência dos Estados Unidos, os Estados Unidos buscam reagir através da tentativa de negação de acesso e espaço na região a seus rivais. Embora ideias como Doutrina Monroe tenham aparecido com frequência nos últimos anos, não se observa ainda uma clara estratégia por parte de Washington para a América Latina. Muito menos, não se postulam sinais de uma busca por construir um esquema de contenção similar ao existente na Europa entre sócios latino-americanos. Apesar da crescente presença sino-russa na América Latina constar como problema de segurança nacional na *National Security Strategy* de 2017, as ações de coordenação na região ainda são fundamentalmente para temas ligados a ameaças de segurança, como tráfico de drogas, assistência humanitária e alívio a desastres (TEIXEIRA Jr., 2020, p. 19).

A América Latina é também uma peça importante no jogo geopolítico chinês. Primeiramente, como fonte de matérias primas, tais como recursos energéticos e minerais, mas também na competição estratégica em nível global contra os Estados Unidos. Ao mesmo tempo que os EUA mantêm uma forte presença geopolítica no Leste Asiático, por exemplo, em países

como Japão e Coreia do Sul, e com seu apoio à Taiwan, a China utiliza sua presença na América Latina como forma de contrabalancear, geopoliticamente, o que Pequim percebe como uma estratégia de “neocontenção” empregada por Washington (GUTIÉRREZ; CESARIN, 2015, p. 128). Conforme Gutiérrez e Cesarin:

En el marco de una activa diplomacia multi-radial, ALC forma parte del ejercicio diplomático chino encaminado a sostener su “ascenso pacífico” (“*peaceful development strategy*”) en la jerarquía del poder mundial. La cooperación china en las iniciativas políticas y de integración económica subregionales (tales como Mercosur, la Alianza del Pacífico y ALADI), su participación en las instituciones hemisféricas (la OEA y el BID) e interregionales (FOCALAE), así como las redes de confianza tejidas bajo el alero de marcos conceptuales como la asociación de cooperación integral o la asociación estratégica, son manifestaciones en distintos planos de esta estrategia (GUTIÉRREZ; CESARIN, 2015, p. 128).

Nos últimos anos, a China tem refinado sua estratégia de relacionamento com o mundo – e, conseqüentemente, com a América Latina. Neste sentido, as relações da China com seus parceiros têm transitado, gradativamente, de uma busca exclusiva por interesses primários (especialmente, interesses econômicos) a uma relação mais complexa e madura, uma espécie de “associação”, que combina o pragmatismo inicial com uma posição mais ativa da potência asiática no desenho político internacional (PAUTASSO, 2011). O resultado prático é o aprofundamento das relações de “benefício mútuo” com seus parceiros, que corresponde aos objetivos estratégicos da China como uma potência em plena ascensão (YOPO HERRERA, 2017).

Assim, as relações da China com outros países e regiões se fundamenta em dois elementos: no pragmatismo da política externa chinesa e sua opção pela estratégia de diversificação de parcerias, como meio para garantir seu acesso aos recursos necessários ao seu desenvolvimento; e, concomitantemente, se fundamenta na estratégia chinesa de contrabalancear a hegemonia estadunidense em regiões-chave, sendo a América Latina uma região estratégica nessa dinâmica geopolítica (KLIEMAN, 2015; YOPO HERRERA, 2017).

Os esforços diplomáticos de Pequim na América Latina sustentam as atividades econômicas da China na região e auxiliam na institucionalização das relações sino-latino-americanas. Ao mesmo tempo, as atividades chinesas na região refletem uma estratégia global para reduzir o domínio estadunidense, embora a China não busque desafiar os Estados Unidos direta ou militarmente. Dentre os esforços diplomáticos do país asiático na América Latina, estão sua condição de observador na Organização dos Estados Americanos (OEA), membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco de Desenvolvimento do Caribe

(BDC) e participante da Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC) (SULLIVAN; LUM, 2021).

Em janeiro de 2015, o presidente Xi Jinping participou de uma conferência em Pequim com líderes e ministros de relações exteriores dos países-membro da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)<sup>15</sup> – a I Conferência Ministerial do Fórum China-CELAC. No encontro, a China e os países da CELAC concordaram em um plano de cooperação de cinco anos, abrangendo as áreas política, securitária, comercial, de investimentos, finanças, infraestrutura, energia, recursos, indústria, agricultura e ciência (VADELL, 2018; SULLIVAN; LUM, 2021).

Esse encontro ministerial se insere em um contexto global mais amplo, e não apenas como um episódio de aproximação entre a China e a América Latina e o Caribe. Assim, ao analisar o impacto estratégico da inauguração do Fórum China-CELAC, devemos considerar: 1) as recentes transformações econômicas em nível global; 2) as relações entre os Estados Unidos e a China; 3) o crescente protagonismo chinês nas instituições internacionais de governança; 4) a criação de diversas instituições e iniciativas multilaterais com a liderança chinesa – como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Acordo de Reservas e Contingência (ARC), ambos no escopo dos BRICS, o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura e a *Belt and Road Initiative*; 5) os acordos da China com países do Sul Global e diversas diretrizes criadas, especialmente a partir dos anos 2000, para orientar essa cooperação (VADELL, 2018).

Em janeiro de 2018, ocorreu a II Conferência Ministerial do Fórum China-CELAC, durante a qual a China convidou a América Latina e o Caribe a participarem formalmente da BRI, e o “Plano de Ação Conjunto para Cooperação em Áreas Prioritárias (2019-2021)” foi elaborado. Já em dezembro de 2021 ocorreu a terceira conferência do fórum, voltada para a discussão do tema “Juntos, superando as dificuldades atuais e criando oportunidades para continuar construindo uma comunidade China-América Latina e Caribe (LAC)”. A partir da declaração oficial desta última conferência, os países do Fórum China-CELAC reforçaram a sua intenção de seguir cumprindo os objetivos estabelecidos nas conferências anteriores, além do seu interesse em consolidar o fórum como a principal plataforma para a cooperação da China com a América Latina e o Caribe (MPA, 2021).

Em 2016, o governo chinês publicou o *Policy Paper* da República Popular da China (RPC) para a América Latina e o Caribe (ALC), o segundo documento do país para orientar sua

---

<sup>15</sup> Desde sua fundação, em 2010, a CELAC contava com a participação de todos os países latino-americanos e caribenhos. Em 2020, contudo, o Brasil deixou oficialmente o bloco (DW, 2020).

estratégia para a região – o primeiro havia sido publicado em 2008. A criação do Fórum China-CELAC e a publicação destes documentos se tornaram os marcos institucionais do sistema de assistência, cooperação, comércio e investimentos entre a China e os países da América Latina e o Caribe (VADELL, 2018).

Conforme o *Policy Paper* de 2016 apresenta:

Based on equality and mutual benefit, the comprehensive and cooperative partnership between China and Latin America and the Caribbean is oriented towards common development. It does not target or exclude any third party. It conforms to the fundamental interests of the two sides and the trends of our times featuring world peace, development and cooperation, and serves as a shining example of developing countries working together to seek common development, shoulder common responsibilities and cope with common challenges in the new era (CHINA, 2016, s/p).

O documento segue com a afirmação de que a China busca fortalecer a cooperação com a América Latina e o Caribe em diversas áreas, como comércio, investimento, agricultura, energia, infraestrutura e inovação tecnológica. Também se menciona o objetivo de desenvolver ativamente intercâmbios e cooperação militar com os países da região. Ainda, o documento conta com a defesa do princípio de “Uma China” – que defende a unificação dos territórios de Tibete, Hong Kong, Macau, Xinjiang e Taiwan sob o governo da República Popular da China (RPC) – como um dos elementos que pautam as relações chinesas com os países latino-americanos e caribenhos (CHINA, 2016)<sup>16</sup>.

Assim, a atuação de Pequim na região está articulada com o objetivo de Rejuvenescimento Chinês (CHINA, 2016) e se orienta pelo conceito de “1+3+6”. O número “1” significa um único plano, o Plano de Cooperação China-CELAC (2015-2019). O número “3” consiste nos “três motores” da relação chinesa com a região, que são comércio, cooperação financeira e investimentos. Finalmente, o número “6” corresponde às seis áreas prioritárias para a cooperação sino-latino-americana: energia e recursos, construção de infraestrutura, agricultura, manufatura, inovação tecnológica e ciência e tecnologias de informação (NIU, 2015).

A operacionalização do conceito de “1+3+6” pode contribuir para a China moldar geopoliticamente o ambiente latino-americano e caribenho a seu favor. Desta forma, apesar das

---

<sup>16</sup> Assim, podemos dizer que um dos objetivos estratégicos do governo chinês na região é ampliar o reconhecimento da RPC entre os governos da América Latina e o Caribe. Atualmente, 8 países na região reconhecem Taiwan, sendo eles: Belize, Guatemala, Haiti, Honduras, Paraguai, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas (SULLIVAN; LUM, 2021). A Nicarágua deixou de reconhecer Taiwan em dezembro de 2021, em um contexto de aprofundamento das suas tensões com o governo estadunidense (BBC, 2021).

relações chinesas com a região se destacarem pelas vias econômicas e comerciais, percebe-se que os objetivos chineses na América Latina e Caribe transcendem os interesses de curto prazo, constituindo-se como objetivos estratégicos (TEIXEIRA Jr., 2020).

Por sua vez, a atuação da Rússia na América Latina segue dois objetivos específicos, que estão alinhados com o seu objetivo principal de promover a multipolaridade no sistema internacional: (I) projetar-se como uma potência de alcance global e (II) contrabalancear a presença estadunidense no entorno estratégico russo, ocupando espaço geopolítico no entorno imediato estadunidense. O país possui um longo histórico de relações com a América Latina – ainda no século XIX, começou a cultivar relações com Brasil e México e, durante toda a Guerra Fria, esteve presente na região. Após um breve lapso nessa relação, que ocorreu depois da dissolução da URSS, hoje Moscou busca se reaproximar dos seus aliados históricos, como Cuba, Nicarágua, Venezuela, Brasil, México, Argentina, entre outros (DAVYDOV, 2010; TEIXEIRA Jr., 2020; PERERA, 2021).

Nesse sentido:

It is worth noting that, in 1999, Russia's influence in Latin America was revived due to its ties with the Venezuelan Bolivarian government and the increasing number of cooperation agreements on trade, energy, industrial, cultural, and military issues with certain countries in the subcontinent. Hence, with Putin's rise to power in 2000 after Yeltsin's resignation, Latin America began to occupy an increasingly prominent role in the Kremlin's foreign policy priorities. These growing ties coupled with the increased Russian presence in Latin America, especially in Nicaragua, Venezuela, and Cuba, triggered discussions about Russia's return to Latin America (DALL'AGNOL; ZABOLOTSKY; MIELNICZUK, 2019, p. 129-130).

Assim, no século XXI, a Rússia tem revitalizado suas relações com a América Latina e retomado uma presença mais ativa na região. Contudo, embora a América Latina tenha voltado a ocupar um papel cada vez mais relevante nas prioridades da política externa russa, as atividades políticas e comerciais do país na região, atualmente, não são comparáveis com aquelas desenvolvidas durante a Guerra Fria – o que denota que a ideia de um retorno russo à América Latina deve ser tratada com cautela (DALL'AGNOL; ZABOLOTSKY; MIELNICZUK, 2019).

Ademais, o retorno russo à América Latina e o Caribe pode ser interpretado como uma reação à ocupação estadunidense do espaço estratégico antes ocupado pela União Soviética, após 1991. Nessa campanha, a potência norte-americana buscou atrair para a OTAN os países do antigo Pacto de Varsóvia e construiu alianças com países do Báltico e ex-membros do bloco soviético. Dessa forma, sob a perspectiva russa, seu entorno estratégico imediato estaria sendo

ocupado pelo poder político-militar dos Estados Unidos, por meio de uma estratégia de contenção (ELLIS, 2015; TEIXEIRA Jr., 2020)<sup>17</sup>.

Nesse sentido, ao criar um desafio político – e potencialmente militar – próximo aos Estados Unidos, a projeção russa na América Latina visa forçar os EUA a direcionarem parte da sua atenção e recursos para responderem a essa nova vulnerabilidade em seu entorno imediato, deixando menos recursos e atenção para desafiar a Rússia em seu próprio entorno ou em outras partes do mundo (ELLIS, 2015).

Portanto, conforme os Estados Unidos empregam um esquema de contenção no continente eurasiático, Rússia – e também a China, como anteriormente mencionado – passam a intensificar sua presença na América Latina como uma resposta à presença norte-americana em suas respectivas regiões. Assim, o tabuleiro estratégico centrado na Eurásia se transborda para incorporar o território latino-americano conforme as potências eurasiáticas buscam contrabalancear os Estados Unidos – por meio de uma estratégia mais confrontacional, como faz a Rússia, ou por meio de ferramentas geoeconômicas, de crédito e investimento, como faz a China (TEIXEIRA Jr., 2020).

Além disso, a Rússia tem desenvolvido “uma campanha abrangente, sofisticada, com bons recursos e – para muitos observadores – surpreendentemente eficiente para expandir o seu alcance global” (STRONSKI; SOKOLSKY, 2017, p. 3, tradução livre). Dentre as razões para esta campanha está o objetivo de demonstrar a capacidade russa para atuar como uma potência global, promovendo os seus interesses comerciais, militares e energéticos e buscando ser reconhecida como uma potência (idem).

Após a anexação da Crimeia em 2014, com as sanções econômicas impostas pela União Europeia e os EUA, a Rússia tem buscado ampliar suas relações em diversas regiões, incluindo na América Latina – a região passou a operar como uma fornecedora de alimentos ainda em 2014, quando a Rússia respondeu às sanções ocidentais cortando suas importações de produtos agrícolas da Europa. Ademais, para consolidar sua imagem como uma potência mundial, Moscou interfere em temas como a crise na Venezuela, por exemplo, buscando demonstrar sua capacidade para interferir em conflitos ao redor do globo (ELLIS, 2015; GURGANUS, 2018).

A Rússia também participa, mesmo que periféricamente, de algumas das mais importantes instituições da região. Logo após o colapso da União Soviética, a Rússia se tornou

---

<sup>17</sup> A estratégia de contenção estadunidense contra a Rússia na Eurásia encontra-se detalhada no documento “*Extending Russia: Competing from Advantageous Ground*”, produzido pela *RAND Corporation* com financiamento oriundo de órgãos governamentais dos Estados Unidos em 2019. O relatório apresenta opções para os EUA minarem a posição geopolítica russa de forma indireta, pressionando a Rússia para leva-la a competir com a potência norte-americana em áreas e regiões em que esta última possui vantagens estratégicas sobre a primeira.

observador permanente da OEA, além de ter enviado oficiais russos para participarem de reuniões de organizações como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) em diversas ocasiões. Ao mesmo tempo, a Rússia participa ativamente dos BRICS, que conta com a participação brasileira (PERERA, 2021).

A Rússia tem usado fóruns multilaterais – como o G-7, o G-20 e a APEC – para reforçar seu papel como potência global e fortalecer o respeito e apoio mútuo a países latino-americanos no âmbito diplomático (PYATAKOV, 2020). Concomitantemente, utiliza fóruns regionais latino-americanos, como ALBA, UNASUL e CELAC, para enviar mensagens simbólicas para os Estados Unidos. Já com sua participação nos BRICS, o país aproveita não apenas para interagir com os membros da iniciativa como também com outros países latino-americanos que participam das suas cúpulas (ELLIS, 2015).

Na União das Nações Unidas (ONU), a colaboração entre os países da região e a Rússia é notável. Os países da América Latina e Caribe contêm uma parte significativa dos votos na Assembleia Geral da ONU e, em março de 2014, quando foi votada a resolução sobre a “Integridade Territorial da Ucrânia”, a maioria dos países da região adotaram uma linha pró-Rússia. Ao todo, 4 dos 11 países que votaram contra a resolução eram latino-americanos (Cuba, Venezuela, Nicarágua e Bolívia), enquanto 13 dos 58 países que se abstiveram eram da região, incluindo Argentina e Brasil. Em diversas votações estratégicas, a Rússia pode contar com o apoio de países latino-americanos dentro da ONU (ELLIS, 2015; GURGANUS, 2018; PYATAKOV, 2020).

A política externa russa para a América Latina e Caribe é equilibrada e pragmática. Segundo Pyatakov, se por um lado os Estados Unidos projetam uma imagem consistente para todo o mundo, a imagem que se tem da Rússia em cada região e país é diferente. Dessa forma, enquanto os Estados Unidos são majoritariamente vistos de forma negativa na América Latina e Caribe, a política externa russa é habilidosamente acomodada ao ambiente político da região, criando, assim, uma imagem da Rússia que contribui para a manutenção da sua presença na América Latina e Caribe (PYATAKOV, 2020).

Por meio do documento que orienta sua política externa, “*The Foreign Policy Concept of the Russian Federation*”, publicado em 2016, Moscou afirma que se mantém comprometida com o fortalecimento de suas relações com os Estados latino-americanos e caribenhos. O documento também afirma que a Rússia buscará consolidar seus laços com seus parceiros na região através de fóruns internacionais e regionais, expandindo sua cooperação com associações e iniciativas de integração da América Latina e Caribe. Neste sentido, menciona



seu interesse em trabalhar com a CELAC, o Mercosul, a UNASUL, o SICA (Sistema de Integração Centro-Americana), a ALBA, a Aliança do Pacífico e a Comunidade do Caribe (RUSSIA, 2016).

A política externa russa para a América Latina e Caribe prioriza a política sobre a economia – em parte, pelo fato da Rússia não possuir os meios para desenvolver projetos econômicos em larga escala. Portanto, a Rússia não utiliza a cooperação econômica como o principal elemento das suas relações com a região. Nos últimos anos, com a estagnação dos projetos de integração criados na América Latina (e especialmente na América do Sul) no início dos anos 2000, a Rússia tem encontrado dificuldades para manter sua proximidade política com organizações como a CELAC e a UNASUL (PYATAKOV, 2020).

Apesar do esvaziamento institucional das iniciativas de integração da região nos últimos anos, a China, como anteriormente mencionado, mantém ativas as suas negociações com a CELAC. Quando se trata de plataformas de negociação multilaterais, portanto, a Rússia tem menos vantagens competitivas em relação às outras potências extrarregionais presentes na América Latina e Caribe. As comissões bilaterais existentes entre a Rússia e Estados latino-americanos e caribenhos não compensam esse déficit e funcionam apenas como instrumentos táticos de negociação, mas não de articulação (PYATAKOV, 2020).

A China é tanto um aliado quanto um competidor da agenda russa na região. Os dois países compartilham o interesse de desgastar a hegemonia estadunidense na América Latina, mas competem em algumas esferas, como na venda de armas e recursos energéticos. Embora Moscou não tenha os recursos para competir com o papel econômico desempenhado pela China na América Latina, a Rússia tem sustentando e expandido sua presença na região gradativamente (GURGANUS, 2018).

O engajamento de China e Rússia na América Latina e Caribe gera impactos significativos para a posição estratégica dos Estados Unidos na região. Para Ellis (2015), a atuação das duas potências eurasiáticas está: (I) minando a disposição de atores centrais da região de negociar com os Estados Unidos em comércio, segurança e outras áreas; (II) incentivando o isolamento de governos pró-Estados Unidos na região; (III) apoiando governos antiestadunidenses na região, como a Venezuela, por exemplo.

As potências eurasiáticas se apresentam como parceiros alternativos aos Estados Unidos em diversas áreas, como comércio, investimentos e segurança. Além disso, a criação do Fórum China-CELAC e a aproximação da Rússia com diversas instituições regionais da América Latina, por mais limitada que seja, prejudicam a capacidade de articulação dos EUA com os países latino-americanos em negociações internacionais como, por exemplo, votações na ONU

e a imposição de sanções internacionais. Em geral, a atuação da Rússia reforça ou complementa os impactos do engajamento chinês em setores como o petróleo, armas e infraestrutura, além de promover um apoio mais assertivo à governos abertamente antiocidentais da região – algo que, até então, a China tem sido relutante em fazer (ELLIS, 2015).

A competição interestatal entre as potências se desdobra, hoje, em uma disputa pela organização geopolítica de seus respectivos entornos regionais, uma vez que a estabilidade e segurança do entorno regional de uma potência é essencial para a sua capacidade de projeção global. É por essa razão que a China tem empreendido um esforço de reordenação do Leste Asiático sob sua influência, ampliando sua presença militar no Mar do Sul da China e reorganizando os fluxos de recursos, bens e serviços em toda a Eurásia por meio da *Belt and Road Initiative*. Da mesma forma, a Rússia busca reverter a perda de espaço geopolítico na sua antiga zona de influência no leste europeu e Cáucaso – sendo a Guerra Russo-Georgiana (2008), o conflito na Ucrânia (desde 2014) e a anexação da Crimeia exemplos claros dos esforços russos para impedirem o avanço da OTAN sobre seu entorno regional (TEIXEIRA Jr., 2020).

China e Rússia, portanto, estão buscando assegurar sua primazia em suas respectivas regiões, não apenas no campo militar, mas especialmente na capacidade de ordenação regional – ou seja, na consolidação de normas, valores e instituições que sejam coerentes com sua liderança regional. A liderança regional é um importante aspecto da estratégia global de atuação das duas potências, razão pela qual os Estados Unidos mantêm uma constante presença geopolítica em seus entornos regionais, visando conter o avanço sino-russo em suas próprias regiões. Neste contexto, a disputa global centrada na Eurásia se transborda e passa a incorporar a América Latina e Caribe em seu tabuleiro estratégico, e o espaço regional latino-americano se converte em um ambiente de atuação geoestratégica que compõe a disputa global por poder entre Moscou, Pequim e Washington (TEIXEIRA Jr., 2020).

Dessa forma:

a retomada de uma distribuição multipolar associada a uma renovada competição geopolítica entre grandes potências contribui para um reposicionamento da América Latina na geopolítica contemporânea. A antiga condição de periferia geopolítica, tradicionalmente marginalizada, se vê paulatinamente alterada em face da atuação de grandes potências na região. A atuação na América Latina de Estados Unidos, China e Rússia gera um efeito de compressão sobre o espaço geopolítico do subcontinente (TEIXEIRA Jr., 2020, p. 12)

É por essa razão que, visando preservar e expandir seu poder global, os Estados Unidos têm se voltado ainda mais assertivamente para a América Latina – contudo, até mesmo em sua região de histórica influência geopolítica, os Estados Unidos enfrentam uma nova realidade

geopolítica, com a presença das potências eurasiáticas (FIORI, 2019e). Assim, na próxima seção, iremos discutir como essa presença se traduz nas relações econômicas entre as potências e os países sul-americanos.

### 3.2. RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE AS POTÊNCIAS E A AMÉRICA DO SUL

A América do Sul – e a América Latina, como um todo – se caracteriza por uma inserção periférica na estrutura econômica internacional. A região, majoritariamente exportadora de recursos naturais e bens primários e importadora de bens manufaturados e com alto valor agregado, viveu no início do século XXI o chamado “*boom das commodities*”, que permitiu a diversos governos da região, de orientação de centro-esquerda/esquerda, investirem as divisas que inundavam as economias da região em programas sociais e de distribuição de renda. Com a crise econômico-financeira que assolou o sistema internacional a partir de 2008, observamos a gradativa desaceleração das economias da região devido à redução na exportação de *commodities* e da queda dos preços do petróleo. Já em 2020, devido à crise econômica gerada pela pandemia global da COVID-19, o comércio exterior da América Latina teve o seu pior desempenho desde a crise financeira mundial de 2008-2009 (CEPAL, 2021a).

De acordo com o relatório “Perspectivas do Comércio Internacional da América Latina e do Caribe 2020”, publicado pela CEPAL em janeiro de 2021, o impacto da pandemia da COVID-19 para o comércio mundial foi a intensificação de diversas tendências que já vinham se desdobrando no plano internacional, dentre elas: as tensões entre Estados Unidos e China no âmbito tecnológico e comercial; o crescente nacionalismo econômico entre os países e o conseqüente enfraquecimento da cooperação multilateral; a digitalização da produção e do comércio; e a crescente regionalização de processos produtivos, por meio da busca de fornecedores em países próximos ao mercado-alvo (*nearshoring*) e realocação de processos produtivos e tecnológicos estratégicos para o país de origem (*reshoring*) (CEPAL, 2021b).

O documento aponta que com a recuperação dos preços de produtos básicos e aumento da demanda nos EUA, China e Europa, foram criadas condições para uma recuperação inicial das exportações latino-americanas a partir do segundo semestre de 2020. Contudo, esta recuperação é instável, pois depende do controle da pandemia na América Latina. Dessa forma, o ideal, considerando as tendências econômicas globais, seria o aprofundamento da integração para impulsionar a recuperação econômica da região. Na apresentação do relatório, a Secretária-Executiva da CEPAL afirmou que:

“É necessário aprofundar a integração para impulsionar a recuperação regional”, afirmou Alicia Bárcena na apresentação do relatório. “A região se 'desintegra' comercial e produtivamente desde meados da década passada, coincidindo com seu menor crescimento em sete décadas. Isso é muito preocupante, porque o comércio intrarregional é o mais propício à diversificação produtiva, à internacionalização das empresas (especialmente as MPMEs) e à igualdade de gênero”, acrescentou. Por isso, a CEPAL insiste que, para reverter a desintegração, é importante avançar em uma agenda compartilhada sobre facilitação do comércio, infraestrutura de transporte e logística e cooperação digital para gerar sinergias regionais em setores dinamizadores chave, afirma a Secretária-Executiva da CEPAL (CEPAL, 2021b, s/p).

Nos últimos anos, algumas das principais iniciativas de integração da região têm passado por um período de crise e esvaziamento – tópico que aprofundaremos mais adiante no quarto e último capítulo desta dissertação. Como consequência, atualmente, o comércio intrarregional enfrenta dificuldades e o mercado regional se encontra profundamente fragmentado. Dessa forma, em 2019, apenas 14% das exportações da América Latina foram destinados à própria região, uma porcentagem que vem diminuindo gradativamente desde 2014 (CEPAL, 2021a).

Atualmente, China e Estados Unidos figuram como os principais parceiros comerciais dos países da América do Sul. Conforme a Tabela 2, dentre os países sul-americanos, apenas Colômbia e Paraguai tiveram os Estados Unidos como principal destino das suas exportações em 2019, enquanto os demais países exportaram mais para a China – tendência que também se manteve para as importações dos países sul-americanos. A Rússia, por sua vez, ocupa uma posição de menor relevância no comércio com a região, quando comparada com as outras duas potências. O comércio total de mercadorias (ou seja, a soma das importações e exportações) entre a China e a América do Sul, em 2019, foi de aproximadamente US\$211 bilhões; entre os Estados Unidos e a América do Sul, de aproximadamente US\$158 bilhões; e entre a Rússia e a América do Sul, de aproximadamente US\$10 bilhões.

**Tabela 2 – Comércio entre os países sul-americanos e as potências no ano de 2019 (em dólares)**

| País      | Exportações para a China | Importações da China | Exportações para os EUA | Importações dos EUA | Exportações para a Rússia | Importações da Rússia |
|-----------|--------------------------|----------------------|-------------------------|---------------------|---------------------------|-----------------------|
| Argentina | \$6.94B                  | \$8.47B              | \$4.44B                 | \$6.82B             | \$694M                    | \$332M                |
| Bolívia   | \$308M                   | \$853M               | \$444M                  | \$468M              | \$9.45M                   | \$39.5M               |
| Brasil    | \$63.5B                  | \$36.3B              | \$30.5B                 | \$32.6B             | \$1.73B                   | \$2.98B               |
| Chile     | \$22.6B                  | \$15.9B              | \$9.74B                 | \$13.4B             | \$852M                    | \$109M                |
| Colômbia  | \$4.58B                  | \$10.2B              | \$12.4B                 | \$13.7B             | \$105M                    | \$203M                |
| Equador   | \$2.85B                  | \$3.77B              | \$6.76B                 | \$4.72B             | \$888M                    | \$400M                |

|           |         |         |         |         |         |         |
|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Paraguai  | \$11.2M | \$1.8B  | \$189M  | \$2.3B  | \$607M  | \$56.6M |
| Peru      | \$13.6B | \$9.61B | \$5.79B | \$8.9B  | \$228M  | \$312M  |
| Uruguai   | \$2.63B | \$1.46B | \$484M  | \$1.13B | \$160M  | \$38.8M |
| Venezuela | \$4.19B | \$1.54B | \$1.82B | \$1.23B | \$1.57M | \$92.5M |

Fonte: Elaborado pela autora com dados do *Observatory of Economic Complexity* – OEC (2021).

A China apresenta um crescente protagonismo como parceira econômica preferencial de diversos países da América do Sul, lugar até então ocupado pelos EUA – e, em menor medida, pela Europa. A região é uma importante fornecedora de mercadorias de natureza agrícola e mineral, essenciais para o abastecimento e crescimento do Estado chinês, além de se constituir em um importante mercado consumidor para produtos manufaturados chineses. Ademais, a China pretende desenvolver parcerias estratégicas e obter apoio em foros e instituições internacionais da região, utilizando ferramentas geoeconômicas, de comércio, crédito e investimentos, aprofundando seus vínculos na América Latina como um todo e adquirindo maior espaço geopolítico (OURIQUES, 2015; SOUZA, 2015; RODRIGUES, 2020b; HSIANG, 2016; AGUIRRE; CHAVEZ; ROBLEDO, 2020; TEIXEIRA Jr., 2020).

Portanto, os objetivos econômicos da China na América do Sul incluem garantir o acesso a matérias-primas e bens agrícolas, consolidar novos mercados para produtos chineses, incluindo produtos de alto valor agregado, e estabelecer parcerias com empresas latino-americanas para acesso e desenvolvimento de tecnologias. A China também busca assegurar oportunidades de investimento na região, visando garantir o acesso de suas empresas a obras de infraestrutura. O valor do comércio total entre a China e a América Latina cresceu quase 20 vezes de 2002 para 2019 e em 2020, mesmo com o impacto da pandemia de coronavírus sobre o comércio mundial, esse valor total se manteve estável. Ademais, no século XXI a China se tornou o principal ou o segundo maior parceiro comercial de todos os países da região (SULLIVAN; LUM, 2021).

Apesar das relações sino-sul-americanas perpetuarem a histórica relação comercial que a América do Sul possui com países centrais (com a exportação de bens primários e importação de bens com alto valor agregado), a alta demanda chinesa levou à valorização da maioria das mercadorias sul-americanas no início do século XXI, aumentando significativamente os termos de troca em favor dos países da região até 2008 – com a exceção do Uruguai. Dessa forma, com a elevação dos preços de produtos primários, a região contou com um inédito superávit no balanço de pagamentos, ocasionado pelo aumento da demanda chinesa, configurando o período de “*boom das commodities*”. Após 2008, com a crise financeira global, esse fenômeno

desacelerou, com o aumento dos preços das *commodities* e dos termos de troca favoráveis à América do Sul sendo revertidos (RODRIGUES, 2020b).

Além do aumento expressivo do comércio com os países sul-americanos, o país asiático tem praticado uma diplomacia ativa na área comercial, realizando acordos preferenciais e tratados bilaterais. Atualmente a China possui Acordos Preferenciais de Comércio (APCs) com dois países da América do Sul, Chile e Peru. Em linhas gerais, os acordos com ambos países são semelhantes, e objetivam facilitar o acesso chinês ao mercado dos dois principais exportadores de cobre do mundo (RODRIGUES, 2020b).

Se por um lado as exportações chinesas para a América do Sul são diversificadas e heterogêneas, as exportações dos países sul-americanos para a China são altamente concentradas. Dentre os principais produtos chineses exportados para a América do Sul, estão navios para fins especiais, telefones, produtos semicondutores, computadores, equipamentos de transmissão, veículos, pneus, pesticidas e fertilizantes. Já os países sul-americanos exportam para a China produtos como petróleo bruto, ferroligas, briquetes de carvão, minério de ferro, minério de cobre, cobre refinado, soja, carne bovina e crustáceos (OEC, 2021).

A China também tem buscado estabelecer mecanismos econômicos que sirvam de alternativa ao sistema financeiro de Bretton Woods. O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, na sigla em inglês) chama atenção por ser o primeiro banco multilateral de desenvolvimento liderado pela China. A iniciativa possui cinco países sul-americanos como membros (Argentina, Brasil, Chile, Equador e Uruguai) e outros três como membros prospectivos (Bolívia, Peru e Venezuela). Essa nova instituição, fundada em 2014, é considerada um desafio direto ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que, sob a liderança dos Estados Unidos, exerceram o monopólio sobre empréstimos no sistema internacional durante décadas (PYATAKOV, 2020; AIIB, 2021).

O papel da China no financiamento das economias da região é cada vez maior, com seus bancos gradativamente substituindo as instituições financeiras internacionais criadas no pós-Segunda Guerra Mundial pelos EUA (SANTOS FILHO, 2020). O Banco de Desenvolvimento da China e o Banco de Exportação-Importação da China (*China Exim Bank*) são as instituições estatais que, desde 2005, fornecem quase todo o financiamento chinês para a região. Estima-se que os empréstimos chineses para a América Latina e Caribe entre 2005 e 2016 superem o valor de 141 milhões de dólares – mais do que o recebido pela região, no mesmo período, de instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) (CEPAL, 2018).

Ao concederem empréstimos impondo menos condicionantes aos países devedores, em comparação com instituições do sistema de Bretton Woods, os bancos chineses proporcionam maiores facilidades de acesso a fontes de financiamento aos países latino-americanos. Assim, a influência de instituições como o FMI, o Banco Mundial e o BID sobre as políticas econômicas dos países latino-americanos é cada vez menor, o que prejudica a influência política das elites estadunidenses ligadas ao capital transnacional sobre os governos da região (SANTOS FILHO, 2020).

Mais da metade dos empréstimos chineses são voltados para a infraestrutura, quase um terço à extração de hidrocarbonetos e geração e distribuição de energia, enquanto o restante é destinado ao financiamento do comércio, apoio orçamentário e outros projetos. Além dos empréstimos e linhas de crédito, o financiamento chinês é realizado através de empréstimos por petróleo (*loan for oil*), o que representa cerca de 50% do financiamento do país na região. Por meio deste mecanismo, os bancos chineses asseguram o pagamento dos empréstimos através de envios de petróleo. Entre 2005 e 2016, os principais receptores de financiamento chinês na região foram Venezuela (44% de todos os financiamentos), Brasil (26%), Equador (12%) e Argentina (11%) (CEPAL, 2018, p. 22).

De acordo com o relatório “*Explorando nuevos espacios de cooperación entre América Latina y el Caribe y China*”, preparado pela CEPAL em janeiro de 2018 para a Segunda Reunião Ministerial do Fórum China-CELAC:

El notorio crecimiento de los flujos de financiamiento de China hacia la región desde 2005 responde a una estrategia económico-política del Gobierno de ese país. Los préstamos de los principales bancos de desarrollo chinos a los Gobiernos de América Latina responden principalmente a la estrategia de diversificar las reservas de divisas de los países, con miras a promover el uso internacional de la moneda china, el renminbi (CEPAL, 2018, p. 24).

Portanto, visando promover o uso internacional do *renminbi*, a China tem realizado desde 2009 acordos de câmbio de divisas com os bancos centrais da Argentina, Brasil, Chile e Suriname. Estes acordos visam facilitar o investimento e o comércio realizados em moeda chinesa, além de contribuírem para aliviar a diminuição das reservas de divisas – como na Argentina, em 2015 (CEPAL, 2018).

Além disso, a China investe diretamente – através da compra de empresas e construção de instalações – em diversos setores na América Latina. Entre 2005 e 2020, os seus investimentos para a região somaram US\$136 bilhões, com Brasil, Argentina, Venezuela, Peru, Equador, Bolívia, Chile e Colômbia como os principais receptores dos investimentos,

respectivamente. Projetos no setor energético representaram 57% de todos os investimentos, enquanto o setor de mineração concentrou 27% destes. Os investimentos em infraestrutura, no mesmo período, foram contabilizados em US\$62 bilhões, e estiveram voltados para os setores de energia (51% do total) e transporte (28%) (RODRIGUES, 2020b; SULLIVAN; LUM, 2021).

A grande quantidade de investimentos chineses na região se relaciona com a internacionalização das suas empresas na América Latina. O investimento externo direto (IED) da China na região cresceu significativamente após 2010, o que é mais evidente em países como Argentina, Brasil, Colômbia, Peru, Equador e Venezuela. Apesar da maior parte desse IED ser direcionado a atividades de mineração e extração de recursos energéticos, as telecomunicações também foram impactadas. Empresas chinesas de telecomunicações como a Huawei, ZTE, China Unicom e TP-Link, têm aumentado suas operações na região. A expansão dessas organizações, além das empresas do ramo de mineração e energia, refletem uma forte presença do investimento chinês na América Latina (BALDO; VAIL; SEIDEL, 2021).

Ademais, conforme anteriormente mencionado, a China atua na América do Sul, especialmente, como um importante investidor na área de infraestrutura. O país participou na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) através do financiamento de 5 projetos da sua carteira de obras – sendo todos os projetos desenvolvidos na Argentina. A China também estabeleceu acordos de investimentos diretamente com governos de países sul-americanos, especialmente a Argentina e a Venezuela (NEVES, 2021).

Em 22 de janeiro de 2018, a China convidou oficialmente a América Latina a participar da *Belt and Road Initiative*. Os objetivos da BRI variam de acordo com a região onde as obras da iniciativa estejam sendo executadas. Na América Latina, por exemplo, os investimentos chineses estão voltados ao escoamento e facilitação do acesso aos recursos naturais da região, bem como à exportação de serviços das empresas chinesas para a construção de infraestrutura (NEVES, 2021). Além disso, “a China vem consolidando uma robusta ferramenta diplomática para exercer influência e atingir seus objetivos estratégicos” através da BRI (KOTS; OURIQUES, 2021, p. 110).

Atualmente, ao menos 19 países da América Latina estão participando da BRI. Contudo, a maioria dos países que já assinaram acordos para participarem da iniciativa são países da América Central e Caribe. Na América do Sul, os países participantes, até então, são Venezuela, Equador, Bolívia, Chile, Peru e Uruguai. Países como Brasil, Colômbia e Argentina ainda não participam da BRI (GFDC, 2021).

Segundo Rodrigues:



No âmbito mais geral, a construção da BRI faz parte de um conjunto da política externa da China, que se relaciona com sua agenda de desenvolvimento, a sustentação da sua expansão econômica e a influência política regional e global. Especificamente para a América do Sul em geral, consiste na incorporação da região em sua geometria de poder a partir de uma estratégia geoeconômica, que estimula a oferta de financiamento e o aumento de investimentos chineses, tanto em infraestrutura quanto em diferentes setores econômicos, visando alavancar a capacidade produtiva e de escoamento da região, conforme detalhado anteriormente (RODRIGUES, 2020b, p. 99).

Ainda, outro fator que deve ser considerado em relação à inclusão da América Latina na BRI, é a identificação da América do Sul como um espaço de oportunidade para a exploração dos mercados energéticos. Isto se torna especialmente relevante quando consideramos o potencial energético do Atlântico Sul, que engloba não apenas a América do Sul, como a África. Neste sentido, o Atlântico Sul “pode se converter em uma importante fronteira de disputa futura entre os EUA e UE e a China”<sup>18</sup>, e a participação dos países latino-americanos na BRI, portanto, afetaria os interesses estadunidenses em diversos setores, incluindo o âmbito energético (PECEQUILO; JAEGER, 2019 p. 34).

Por outro lado, como resposta à crescente presença econômica da China na América Latina, os Estados Unidos têm recrudescido seu discurso anti-China, tanto por meio de discursos de membros da elite política estadunidense quanto por meio de seus documentos oficiais, conforme discutido anteriormente. Para além dos recursos discursivos, na esfera econômica os EUA vêm tentando contrapor a presença chinesa na América Latina por meio de diversos mecanismos (SANTOS FILHO, 2020).

Desde o início dos anos 2000, o comércio entre os Estados Unidos e os países latino-americanos continuou a crescer, conforme a composição das trocas entre a região e os EUA se modificava – com um aumento expressivo da participação do comércio de serviços nas trocas totais, por exemplo. Estas tendências refletem diversas reorientações políticas tanto nos EUA quanto na América Latina, além de mudanças gerais no comércio mundial, impulsionadas principalmente pela reascensão chinesa e o crescimento da relevância das cadeias globais de valor na produção mundial (HORNBECK, 2014).

As exportações dos Estados Unidos para a América do Sul incluem como principais produtos o petróleo refinado, petróleo bruto (para países como Brasil, Chile, Peru e Uruguai), gás liquefeito de petróleo, equipamentos de transmissão, computadores, milho e farinha de soja.

---

<sup>18</sup> Sobre este tema, Pecequillo e Jaeger (2019) ressaltam o recente aumento da presença estratégica dos EUA no Atlântico Sul, a partir da reativação da Quarta Frota do Atlântico Sul, o aumento do orçamento do Comando Militar do Sul (USSOUTHCOM) e a criação do Comando Militar Africano (USAFRICOM). Esta região, extremamente rica em recursos naturais como gás e o petróleo do pré-sal, estava sendo explorada de forma autônoma por países como o Brasil e Angola – além de ser rota de passagem marítima de comércio para a China.

Por sua vez, os países sul-americanos exportam para os Estados Unidos petróleo bruto, alumínio cru, aeronaves (aviões, helicópteros e espaçonaves), estanho bruto, metais preciosos, cobre refinado, crustáceos e frutas em geral (OEC, 2021).

Nos anos 1990, a agenda econômica dos Estados Unidos para a América Latina se baseava no Consenso de Washington (agenda neoliberal para a região, que preconizava as privatizações, programas de austeridade e abertura econômica) e na promoção de projetos de integração regional como a Iniciativa para as Américas (IA) e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A ALCA visava dar às corporações multinacionais e investidores estadunidenses a liberdade para movimentarem capitais, bens, plantas industriais, lucros e tecnologia, sem obstáculos por parte dos governos sul-americanos (MONIZ BANDEIRA, 2008).

Embora o Consenso de Washington tenha trazido resultados catastróficos para as economias latino-americanas<sup>19</sup> e os projetos de integração regional propostos pelos EUA na década de 1990 não tenham avançado, os Estados Unidos seguiram buscando consolidar sua influência pela região, compreendida como “uma ‘reserva de mercado’ para sua influência, seus produtos industrializados e, em menor escala, fornecimento de energia e matérias primas” (PECEQUILO, 2013, p. 103)

Dessa forma, a estratégia econômica dos Estados Unidos para a América Latina tem sido pautada pela influência e proeminência do regionalismo aberto e das assinaturas de Tratados de Livre Comércio (TLC) com diversos países da região nas últimas décadas (RODRIGUES, 2020a). Atualmente, dentre os Tratados de Livre Comércio que o país possui, estão acordos assinados com México, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e, notadamente, três países sul-americanos: Peru, Chile e Colômbia (USTR, 2021).

Os EUA priorizam os TLCs em suas relações comerciais com a América Latina, especialmente após o fracasso das iniciativas de integração multilaterais propostas nos anos 1990, com o objetivo de voltar a atrair comercialmente a região. Com o aumento da presença chinesa na região, a potência norte-americana perdeu consideravelmente o seu peso nas relações comerciais da região nas últimas décadas. Paralelamente à estratégia de promoção dos TLCs, os Estados Unidos empregam uma tática de fechamento de espaços comerciais para concorrentes presentes na região, como Brasil e China (PECEQUILO, 2013, p. 113).

---

<sup>19</sup> “Desequilíbrios econômicos-sociais, aumento da exclusão e desaceleração do crescimento foram apenas alguns dos efeitos que atingiram os países latino-americanos a partir da segunda metade dos anos 1990” (PECEQUILO, 2013, p. 103).

Ainda assim, com a priorização dos acordos comerciais bilaterais, os Estados Unidos apoiaram a formação da Aliança do Pacífico em 2012, um bloco comercial entre México, Peru, Chile e Colômbia. Embora a Aliança do Pacífico envolva um pequeno número de parceiros comerciais e volumes menores de comércio, quando comparada a outras iniciativas multilaterais, ela antecipa a livre circulação de bens, serviços, capital e trabalho. A principal vantagem gerada pelo bloco seria seu papel como plataforma para investimento e produção em cadeias globais de valor, uma nova abordagem para projetos de integração na América Latina e Caribe (HORNBECK, 2014).

De acordo com Padula e Fiori (2016), a Aliança do Pacífico poderia gerar repercussões geopolíticas que fragmentem a América do Sul politicamente e, conseqüentemente, fragilizem a inserção autônoma que a região vinha construindo dentro do sistema internacional. Ainda, a Aliança do Pacífico se insere como uma parte de um projeto mais amplo liderado pelos EUA desde 2009, a Parceria Transpacífica (TPP), que compõe uma política de reafirmação do poder econômico e político-militar dos EUA na região do Pacífico.

Após sete anos de negociações, em 2015 os Estados Unidos lideraram a assinatura da TPP, acordo comercial que incluía doze países, dentre eles três latino-americanos – México, Peru e Chile. A TPP visava conter a expansão da presença chinesa na Ásia e no Pacífico e os projetos do Brasil na América do Sul, combinando o reposicionamento de tropas estadunidenses com o estabelecimento de uma área de livre comércio na região do Pacífico (PADULA; FIORI, 2016). Contudo, o presidente Trump retirou-se do acordo em seu primeiro dia de mandato, enquanto os outros onze países avançaram com um acordo levemente modificado e deixaram a porta aberta para os Estados Unidos se reintegrarem (MCBRIDE; CHATZKY; SIRIPURAPU, 2021).

Assim, segundo Hornbeck (2014), o período de integração regional baseado nos Tratados de Livre Comércio parece ter acabado com a implementação dos acordos com o Panamá e a Colômbia em 2011. Dessa forma, o esfriamento nas grandes negociações multilaterais e a falta de negociações bilaterais ativas poderiam ser indícios de que outros fatores passariam a definir as tendências para as relações econômicas entre os EUA e a região pelos próximos anos.

Neste sentido, é na área dos investimentos que os Estados Unidos têm buscado contrapor a China de forma mais contundente. Em dezembro de 2019, o governo estadunidense lançou a iniciativa “*Growth in the Americas*”, um programa voltado para a promoção dos investimentos privados dos Estados Unidos na América Latina e Caribe nas áreas de energia e infraestrutura – mesmas áreas dominadas pelas empresas chinesas na atualidade. O seu objetivo formal é

“conectar o setor privado dos Estados Unidos a oportunidades na região para promover a diversificação de mercados, segurança energética e crescimento contínuo” (U.S., 2020, s/p, tradução livre).

A iniciativa abrange, até o momento, oito países: Panamá, Chile, Jamaica, Argentina, Colômbia, El Salvador, Equador e Brasil. Os recursos oriundos do setor privado estadunidense, destinados à iniciativa, podem variar entre US\$100 bilhões e US\$150 bilhões. Como um apoio a *Growth in the Americas*, a *Digital Connectivity and Cybersecurity Partnership* (DCCP), inicialmente implementada na região do Indo-Pacífico, foi expandida para abranger também a América Latina e Caribe. A parceria é voltada para promover investimentos em infraestruturas de tecnologias da informação e comunicação, prover assistência técnica e impulsionar reformas regulatórias na área. Ainda, como parte da iniciativa, os EUA têm investido em petrolíferas na Argentina, oferecido financiamento para pequenos negócios no México e na Colômbia, investido em empresas de extração mineral no Brasil, apoiado a *fintechs* colombianas, dentre outros (SANTOS FILHO, 2020).

Ademais, o DFC (*U.S. International Development Finance Corporation*), banco de desenvolvimento estadunidense, investiu US\$984 milhões para servir de crédito para pequenas e médias empresas brasileiras em 2020 (FERNANDES, 2020). Em agosto do mesmo ano, foi anunciado um investimento de US\$5 bilhões para a Colômbia, sob o marco de um programa intitulado “*Colombia Growth Initiative*” (CGI). O programa tem como finalidade investir na zona rural da Colômbia, especialmente nas áreas de segurança, infraestrutura e assistência técnica, para desenvolver essa região do país. O seu objetivo é aprofundar a presença estadunidense na América Latina, visando frear o avanço da presença chinesa na região e deslocar suas cadeias de abastecimento da China (STATECRAFT, 2020a).

Recentemente, o governo Trump pressionou o governo brasileiro a não aceitar a inserção da tecnologia 5g da empresa chinesa Huawei no seu mercado. Em julho de 2020, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Todd Chapman, declarou em entrevista ao jornal O Globo: “Se a Huawei conseguir a licença no Brasil para a introdução da tecnologia 5G, vai haver consequências”. No dia anterior à entrevista, o embaixador chinês no Brasil, Yang Wanming, havia anunciado em sua conta no Twitter que a Huawei havia construído um laboratório para testes da rede 5G em conjunto com a operadora de telefonia brasileira Telefônica Vivo, em Brasília (PRANGE, 2020, s/p). Finalmente, após o leilão da Anatel em dezembro de 2021, ficou definido que a construção da infraestrutura de 5g no Brasil não contará com a participação de empresas chinesas (VERDÉLIO, 2021).

Além disso, em outubro de 2020, durante uma cúpula diplomática virtual entre os EUA e o Brasil, o então secretário de Estado estadunidense, Mike Pompeo, afirmou que para os dois países aprofundarem suas relações econômicas eles deveriam reduzir sua dependência das importações chinesas devido ao “enorme risco” que as relações com a China apresentam para a segurança nacional de ambos (BOADLE; SHALAL, 2020).

Portanto, seja por meio do comércio, dos investimentos ou da diplomacia, os Estados Unidos têm empregado uma estratégia agressiva para repelir a presença chinesa na América Latina. Segundo Santos Filho:

Ao observar os discursos e as ações recentes do governo norte-americano, tem sido possível verificar uma intensificação do confronto econômico com a China, sobretudo no sentido de recuperar o espaço perdido em termos de investimentos diretos e de financiamento de projetos sobretudo nas áreas de infraestrutura e energia, que são dominados pelas empresas e bancos chineses. Além disso, há um temor crescente de que essa presença econômica possa levar a uma escalada da influência política, seja por meio de instituições regionais – como já parece dar mostras com o Fórum China-CELAC – ou de relações bilaterais – conforme tem sido visto, principalmente no caso venezuelano, que conta com apoio tanto do governo chinês quanto do russo (SANTOS FILHO, 2020, s/p).

Neste sentido, o aumento da competição entre as potências por influência na América Latina pode tanto gerar oportunidades para os países latino-americanos, por meio de ofertas de investimentos em áreas estratégicas para as economias da região, quanto pode produzir uma escalada dos conflitos regionais, resultando em maior instabilidade e insegurança em nível regional (SANTOS FILHO, 2020). Este quadro de instabilidade e insegurança pode se agravar ainda mais em um contexto de atrofiamento das principais instituições regionais, como o Mercosul – o que dificulta a articulação entre os governos da região para responderem aos desafios impostos pela competição entre as potências (PRANGE, 2020).

Enquanto Estados Unidos e China figuram entre os principais parceiros econômicos da América Latina, a Rússia, por sua vez, não possui relações econômicas tão expressivas com a região. Embora o comércio entre a Rússia e a região tenha triplicado na primeira década dos anos 2000, após 2011 esse valor diminuiu e em 2019 se estabilizou em torno de US\$15,9 bilhões (sendo US\$10 bilhões especificamente na América do Sul, como visto anteriormente). O comércio entre a Rússia e a América Latina se baseia em dois princípios: a complementaridade das suas economias e a necessidade mútua de diversificarem suas relações econômicas. Muitos países latino-americanos são potências agroexportadoras, mas carecem de tecnologias agrícolas fundamentais para a sua produção (PYATAKOV, 2020).

Em comparação com outras potências que atuam na região, como a China, por exemplo, o envolvimento comercial da Rússia com países latino-americanos tem sido mais limitado, tanto

em seu volume geral quanto por sua concentração em determinados países e setores. Os principais parceiros da Rússia na região são o Brasil e o México – que representam cerca de 50% do total do seu comércio com a região. Outros parceiros significativos são Argentina, Equador, Panamá, Jamaica, Trindade e Tobago, Chile e Nicarágua (ELLIS, 2015).

Além disso, outro aspecto geral do comércio da Rússia com países latino-americanos é que com a maior parte dos seus parceiros a Rússia mantém uma balança comercial desfavorável – ou seja, a Rússia importa mais do que exporta para os países da região. Quando comparamos as relações comerciais dos Estados Unidos e da China com a América Latina, por exemplo, observamos a tendência contrária: com a maioria dos países latino-americanos, as duas potências mantêm balanças comerciais favoráveis, exportando mais do que importando (ELLIS, 2015; OEC, 2021).

Em geral, o comércio russo com a América Latina tem se concentrado particularmente em petróleo, mineração, venda de armas e tecnologias, como a energia nuclear (ELLIS, 2015). O principal produto das exportações russas para a região é fertilizante, seguido de transporte especializado, que inclui equipamentos de combate a incêndio e construção. Ainda, a Rússia é importante exportador de metal para a região – ao todo, 20% das exportações de metal russo é destinado à América Latina, em parte pela demanda por matérias-primas gerada pelos projetos de infraestrutura financiados pela China na região (PYATAKOV, 2020). Já os países da região exportam para a Rússia produtos como soja, carne bovina, peixes, derivados de leite, alimentos em geral e minério de cobre (OEC, 2021).

Quanto aos investimentos russos na região, estes têm se mantido baixos – de acordo com diversas estimativas, até 2019 o IED acumulado estava entre US\$6 e US\$10 bilhões. Na América Latina, a Rússia investe nos setores de energia, telecomunicações, transporte e exportação de alimentos, e suas empresas mais ativas no mercado latino-americano são a Rostec (do ramo tecnológico), Rosneft (do ramo petrolífero) e AvtoVAZ (fabricante automobilística) (PYATAKOV, 2020, p. 14).

No setor de energia, as empresas russas têm realizado diversos investimentos em países da região. Empresas como Inter Rao e Power Machines têm fornecido componentes para a construção de hidrelétricas e termelétricas na região – ainda, a Inter Rao possui dois escritórios de representação oficial na América Latina, em Cuba e Equador. Além disso, a Rosatom tem se posicionado para construir reatores nucleares civis no Brasil e na Argentina. Na Bolívia, a empresa está construindo um centro conjunto de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia nuclear, localizado na cidade de El Alto. Os dois países também cooperam por meio das

operações da Gazprom em dois campos de gás na Bolívia (ELLIS, 2015; GURGANUS, 2018; ROSATOM, 2021).

Empresas russas injetaram US\$9 bilhões na economia venezuelana entre 2010 e 2019, o que diluiu os impactos das sanções estadunidenses e deu apoio para a manutenção das atividades da Petróleos de Venezuela (PDVSA), empresa petrolífera estatal do país sul-americano (RAMANI, 2021). Em março de 2020, a empresa Rosneft, que possuía diversos investimentos na Venezuela, teve de cessar suas atividades devido às sanções impostas pelos Estados Unidos contra a empresa. Os seus ativos foram transferidos para uma outra empresa russa, controlada pelo governo, para manter suas atividades no país sul-americano (TÉTRAULT-FARBER; ASTAKHOVA, 2020).

No Brasil, a Rosneft tem um projeto de exploração da Bacia do Solimões, que hoje é uma das prioridades da empresa russa e se encontra em sua fase de *upstream*<sup>20</sup>, contando com significativo potencial de gás. A empresa possui 13 áreas licenciadas com uma área total de cerca de 32.600 quilômetros quadrados, a qual estima-se que contém 60 bilhões de metros cúbicos de gás natural (ROSNEFT, 2019). Ademais, Igor Sechin, CEO da Rosneft, participou da cúpula dos BRICS em novembro de 2019 em Brasília, para fortalecer a cooperação entre o Brasil e a Rússia na indústria de petróleo (RAMANI, 2021).

Quanto aos bancos russos, esses não têm desempenhado um papel significativo no avanço de projetos na América Latina. Apesar disso, a Rússia tem emprestado dinheiro para alguns países da região – por exemplo, em 2012 e 2013, através do seu banco conjunto com a Venezuela, o país emprestou US\$4 bilhões para permitir que a Venezuela comprasse armas russas. Da mesma forma, o banco Vnesheconombank (VEB) ofereceu financiamento para a execução de projetos de hidrelétricas no Equador e na Argentina, especificamente para a construção de hidrelétricas – contudo, no projeto da hidrelétrica “Chuhuido-1”, na Argentina, as duas partes não entraram em acordo e o financiamento russo foi substituído pelo financiamento chinês (ELLIS, 2015; PYATAKOV, 2020).

Ainda, a Rússia pode ter uma vantagem competitiva sobre a China e os Estados Unidos na América Latina, por meio da área da tecnologia. Enquanto a China tem priorizado a modernização da infraestrutura latino-americana, dando, até então, pouca relevância para projetos de inovação, os Estados Unidos não tendem a desenvolver este setor na região, pois priorizam a manutenção da dependência latino-americana por tecnologias estadunidenses. Por sua vez, a Rússia tem investido em projetos de inovação em países como Nicarágua, Equador

---

<sup>20</sup> Na indústria do petróleo, *upstream* designa a parte da cadeia produtiva que antecede o refino. Abrange as atividades de exploração, desenvolvimento, produção e transporte para beneficiamento.

e Bolívia. Na Nicarágua, a Rússia coopera na área de farmacêuticos e tem um projeto para fabricação de vacinas já em operação. No Equador, a Fundação Skolkovo financiou a abertura de um parque tecnológico e educacional em Yachay, voltado para o treinamento de profissionais. Além disso, o sistema de navegação Glonass (um dos únicos dois completamente operacionais no mundo, ao lado do sistema estadunidense Navstar GPS) opera no Brasil, Nicarágua e Cuba, enquanto a *Roscosmos State Corporation* negocia a expansão das suas operações na região (PYATAKOV, 2020).

Dessa forma, apesar das relações comerciais e investimentos da Rússia na região não serem tão expressivos quanto os de China e Estados Unidos, o país busca manter sua presença econômica na América do Sul (e América Latina, em geral), especialmente na área da energia, além de possuir o potencial para desenvolver as relações comerciais no âmbito da tecnologia – seja por meio do comércio ou de investimentos. Além disso, a Rússia figura como um importante exportador de armamentos para a região, fator que será propriamente discutido na próxima seção, ao analisarmos a presença militar das potências na América do Sul.

### **3.3. A PRESENÇA MILITAR DAS POTÊNCIAS NA AMÉRICA DO SUL**

No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, foi iniciado um processo de retomada da autonomia regional na América do Sul, que se consolidou por meio da ascensão de projetos políticos de esquerda e um reordenamento regional do espaço hemisférico. Tal processo foi liderado pelos governos Chávez e Lula, na Venezuela e no Brasil, respectivamente, e se baseou no desenvolvimento de uma política interna e externa mais autônoma em relação à influência dos Estados Unidos no hemisfério. Esse “novo” período sul-americano esteve marcado pela ascensão de governos populares, a retomada da agenda de desenvolvimento e atenção às questões sociais, bem como a promoção de projetos de integração regional autóctones (PECEQUILO, 2013).

A este contexto, somaram-se a crescente presença chinesa na região e a aproximação estratégica da Venezuela com Rússia e Irã, que desencadearam uma reação estadunidense baseada duplamente no ataque aos projetos sul-americanos de esquerda – especialmente o projeto venezuelano – e na militarização da sua presença na América do Sul. Esta militarização se justificou pela “guerra às drogas”, e foi iniciada com a Iniciativa Contra as Drogas na Colômbia (Plano Colômbia)<sup>21</sup>. Após o 11 de Setembro, o combate ao terrorismo estende essa

---

<sup>21</sup> A iniciativa foi um plano de “ajuda militar dos EUA com o duplo objetivo de reduzir a produção de cocaína e auxiliar as forças armadas colombianas contra os grupos guerrilheiros de esquerda” (GAMA NETO, 2018, p. 177).



militarização para abranger a região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, identificada como um foco de terrorismo internacional, crime organizado e tráfico de drogas (PECEQUILO, 2013; RODRIGUES, 2020a).

Segundo Pinheiro Guimarães (2020b), a estratégia de preservação da hegemonia militar estadunidense se baseia em diversas políticas, dentre elas a política de incentivo a que as Forças Armadas de países periféricos operem como forças policiais. Assim, no início dos anos 2000, os Estados Unidos encorajaram a participação das Forças Armadas sul-americanas no combate ao tráfico de drogas e grupos insurgentes em seus respectivos países, o que manteve os militares estadunidenses engajados em atividades com seus homólogos na região. Entretanto, enquanto os Estados Unidos incentivam o engajamento dos militares sul-americanos em temas de segurança interna, a participação dos militares estadunidenses nos assuntos internos do país é restrita (MILANI, 2021a).

Além disso, duas linhas de financiamento voltadas especificamente para o combate ao terrorismo foram criadas no início dos anos 2000: *Combating Terrorism Fellowship Program* e *Support of Special Operations to Combat Terrorism*. Através desses dois programas, recursos financeiros foram destinados para países sul-americanos, sendo que os países andinos receberam a maior porção dessa assistência financeira, com uma porção menor sendo destinada aos países do Cone Sul. Desde 2001, as operações militares nos países andinos passaram a figurar como um elemento central da estratégia de segurança dos EUA para o hemisfério. Neste período, é criado o conceito de “narcoterrorismo” para designar as atividades de grupos insurgentes ligados ao narcotráfico, e entre 2000 e 2016 a Colômbia ocupou a 6ª posição entre os 10 países que mais receberam assistência financeira dos Estados Unidos (MILANI, 2021a).

A aliança com a Colômbia se mantém até a atualidade como a principal parceria dos Estados Unidos na América do Sul. No início dos anos 2000, a relação com o país foi crítica para a manutenção da presença estadunidense na região, sendo um dos meios usados pelos EUA para resistirem à ascensão de governos de esquerda e antiestadunidenses nos países sul-americanos. A Colômbia ocupa uma posição geográfica de importância estratégica para os Estados Unidos, dividindo fronteiras com a Venezuela – principal antagonista dos EUA na região (MILANI, 2021a).

Após as negociações de paz do governo colombiano com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), os EUA passaram a perceber o país andino como um caso de sucesso no combate contra movimentos insurgentes ou ligados ao tráfico de drogas. Neste sentido, as lições aprendidas na experiência colombiana passaram a ser utilizadas para treinamentos de forças voltadas para o combate desses movimentos ao redor do mundo. Em

2018, consolidando o alinhamento da Colômbia com as potências ocidentais, o país se tornou um parceiro externo da OTAN (MILANI, 2021a).

Ainda, com o processo de militarização da presença estadunidense na região o Atlântico Sul voltou a ocupar um papel de relevância na estratégia de segurança dos Estados Unidos, como já mencionado anteriormente. Em 2008, a Quarta Frota Naval, responsável pelo patrulhamento dos mares da América Latina, foi reativada após 58 anos desativada. Neste mesmo período, é criado o Comando Militar da África, USAFRICOM, e são ampliados os investimentos no Comando Sul dos Estados Unidos, USSOUTHCOM (PECEQUILO, 2013).

O USSOUTHCOM, sediado em Miami, organiza os elementos militares dos Estados Unidos em toda sua área de responsabilidade, a saber: América Central e do Sul, além das águas adjacentes do Atlântico e do Pacífico, bem como o Mar do Caribe, englobando 31 países e 16 dependências e áreas de soberania especial. Nos últimos anos, o USSOUTHCOM tem buscado intensificar seus laços de cooperação em segurança com países latino-americanos, visando promover os objetivos dos EUA na região (MCINNIS & MCGARRY, 2020).

Ao longo da história do USSOUTHCOM, a sua área de responsabilidade permaneceu como uma região de menor prioridade para o Departamento de Defesa estadunidense quando comparada com outros desafios estratégicos, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Após o final da Guerra Fria, o USSOUTHCOM possuía como preocupação principal o combate ao terrorismo na região; ao longo dos anos 2000, também passou a considerar o crime organizado transnacional como um dos principais problemas de segurança da América Latina. Contudo, desde 2010, a presença de Rússia e China na América Latina passou a fazer parte das preocupações de segurança dos Estados Unidos na região – e, nos últimos anos, se transformou na principal preocupação de segurança do USSOUTHCOM. Conforme pesquisadores do *Congressional Research Service (CRS)*:

In the Trump Administration's view, effectively competing—economically, diplomatically and militarily—with Russia and China is the most pressing national security challenge the United States faces today. According to SOUTHCOM, both these actors appear to be gaining a greater foothold in the region—particularly in Venezuela—raising the question as to whether SOUTHCOM's AOR [Area of Responsibility] is, or will become, a key arena for strategic competition. Other observers, however, contend that Chinese and Russian activities in Latin America do not rise to the level of strategic concern given the extent and depth of U.S. engagement across the region. Regardless, contending with various manifestations of strategic competition has become a mission for the command that is in addition to other extant regional priorities, such as countering the trafficking of narcotics (MCINNIS & MCGARRY, 2020, p. 1).

Assim, em discurso para o congresso estadunidense em 2021 o comandante do USSOUTHCOM, Almirante Craig S. Faller, expressou sua preocupação pelo aumento da presença militar de Rússia e China na América Latina. Segundo o comandante, a China tem fornecido equipamentos de segurança para países da região com o objetivo de obter acesso às forças de segurança regionais, e estaria buscando estabelecer uma logística global e infraestrutura básica na América Latina para projetar e sustentar o seu poder militar a distâncias maiores. Quanto à Rússia, Faller afirma que o país tem mantido uma presença militar constante na região por meio de seus exercícios e treinamentos militares, destacamentos navais (que passaram de 5, em 2008, para 11, em 2020) e vendas de armamentos (USSOUTHCOM, 2021).

Como resposta a esse quadro, os Estados Unidos têm, nos últimos anos, buscado expandir sua presença militar na América Latina – mesmo que essa presença seja cada vez mais informal, do ponto de vista das suas bases militares na região. Os EUA perderam a base Aérea de Howard, localizada no Panamá, em 1999. Logo em seguida, o recém-eleito presidente Hugo Chávez proibiu os voos de monitoramento até então realizados por aeronaves militares dos Estados Unidos no espaço aéreo venezuelano. Essas duas perdas afetaram consideravelmente a capacidade estadunidense para monitorar a área que conecta a América Central com a América do Sul, portanto, no mesmo ano, os EUA arrendaram novas bases pequenas e mais flexíveis na região, chamadas *Forward Operating Locations* (FOL): duas nos territórios holandeses de Aruba e Curaçao, e uma em Comalapa, El Salvador. Essas bases operam com um baixo contingente, mas comportam operações permanentes e possuem flexibilidade para que o número de tropas seja ampliado, se necessário (BITAR, 2016).

A quarta e última dessas bases foi aberta em Manta, no Equador, mas em 2009 o governo equatoriano não renovou a permissão para seu funcionamento. Dessa forma, o número de tropas em bases estadunidenses na América Latina, que já vinha diminuindo desde 1999, diminuiu ainda mais após 2009. Desde 1999, todas as negociações para abrir novas bases formais na América Latina falharam – contudo, apesar das poucas bases formais na região, os Estados Unidos possuem acordos informais e secretos com diversos países latino-americanos que rejeitaram as propostas de abertura de bases formais. Assim, os EUA têm mantido sua presença militar na região (permanente ou temporariamente), conduzindo ao longo dos anos 2000 operações em El Salvador, Honduras, Guatemala, Costa Rica, Colômbia e Peru. Além disso, os Estados Unidos possuem acesso a aeroportos no Panamá e Equador (BITAR, 2016).

A ausência de acordos formais para a realização dessas operações se tornou uma tendência no século XXI devido a fatores políticos internos aos países latino-americanos. Segundo Bitar (2016), o histórico de intervencionismo estadunidense na região é a razão pela

qual diversos movimentos sociais e grupos da sociedade civil se opõem à presença de bases militares dos EUA na América Latina, especialmente desde os processos de redemocratização pelos quais diversos países latino-americanos passaram no final do século XX. Assim, há um elevado custo político para os governos que aceitam a instalação de bases militares dos Estados Unidos na América Latina, levando à multiplicação dos acordos informais para a realização de operações militares estadunidenses na região.

Os Estados Unidos também têm se mantido militarmente presentes na região por meio do treinamento de oficiais latino-americanos. Os programas de treinamento militar são usados por Washington como uma maneira de expandir seus laços com as forças armadas da região, e fazem parte de uma estratégia mais ampla de promoção da “cooperação em segurança” com os países latino-americanos. Através dessa cooperação, o objetivo é ter acesso ao território, infraestrutura, informação e recursos dos países parceiros, e alinhar suas capacidades para que sejam empregadas de forma consistente com os objetivos de defesa dos EUA (JCS, 2017; ELLIS, 2019).

Além disso, recentemente, os EUA realizaram exercícios militares conjuntos com Colômbia e Brasil. O USSOUTHCOM conduziu exercícios de treinamento militar com a Força Aérea Colombiana (FAC) entre 18 e 21 de setembro de 2020. Denominados de “Poseidon”, os exercícios são parte de uma parceria de segurança entre os Estados Unidos e a Colômbia. Em janeiro do mesmo ano, forças estadunidenses participaram de um exercício militar no Forte Toleimada ao lado de soldados colombianos. Em junho de 2020, o USSOUTHCOM publicizou que as *US Security Force Assistance Brigades* (SFAB) estavam destacando assessores para a Colômbia como parte de um acordo com os militares colombianos (STATECRAFT, 2020b).

Com o Brasil, os Estados Unidos desenvolveram em 2021 o exercício combinado “*Southern Vanguard*”, um exercício rotativo que o *U.S. Army South* conduz com nações parceiras na América Central e do Sul. Este é o primeiro exercício combinado desse tipo realizado pelas tropas dos EUA na América Latina, e seu objetivo final é estabelecer um exercício multinacional para melhorar a prontidão e interoperabilidade no “Hemisfério Ocidental” (TAECKENS, 2021). Em 2010, um acordo bilateral de cooperação em defesa foi assinado entre os governos do Brasil e dos EUA e, desde então, exercícios militares autorizados e acompanhados pelo Ministério da Defesa são realizados anualmente, com a participação das Forças Armadas de ambos países. O primeiro treinamento do *Southern Vanguard* foi realizado de janeiro a março de 2021 em Fort Polk, Louisiana. A previsão é que esses exercícios ocorram todos os anos até 2028 (OMMATI, 2021).

A venda de armas é outro importante instrumento para a manutenção da presença militar dos Estados Unidos na região. Em geral, entre os anos de 2015 e 2019, as importações de armas da América do Sul caíram 59%, sendo os Estados Unidos (19%), França (16%) e Itália (8,6%) os principais fornecedores de armas nesses cinco anos (SIPRI, 2020). Entretanto, comparando especificamente as vendas de EUA, Rússia e China para a América do Sul entre 2000 e 2020, conforme a Tabela 3 demonstra, observamos que os Estados Unidos foram o principal exportador de armas para Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Paraguai, enquanto a Rússia se manteve como o principal exportador para Equador, Peru, Uruguai e Venezuela, e apenas a Bolívia teve a China como sua principal fornecedora de armamentos no mesmo período. Além disso, a maior parte das exportações estadunidenses foram destinadas à Colômbia, enquanto o principal receptor de armamentos russos foi a Venezuela:

**Tabela 3 – Exportações de armas das potências para os países sul-americanos entre 2000 e 2020 (em milhões de dólares)**

| <b>País</b>      | <b>Estados Unidos</b> | <b>Rússia</b> | <b>China</b> |
|------------------|-----------------------|---------------|--------------|
| <b>Argentina</b> | 262                   | 14            | 1            |
| <b>Bolívia</b>   | 26                    | n.i.          | 51           |
| <b>Brasil</b>    | 827                   | 175           | n.i.         |
| <b>Chile</b>     | 863                   | n.i.          | n.i.         |
| <b>Colômbia</b>  | 1.340                 | 101           | n.i.         |
| <b>Equador</b>   | 13                    | 18            | 8            |
| <b>Paraguai</b>  | 2                     | n.i.          | n.i.         |
| <b>Peru</b>      | 167                   | 233           | 15           |
| <b>Uruguai</b>   | 1                     | 7             | n.i.         |
| <b>Venezuela</b> | 37                    | 3.850         | 629          |

Fonte: Elaborado pela autora com dados do SIPRI (2021).  
n.i: “não informado”, corresponde à valores inferiores a US\$500.000.

A Rússia é o segundo maior exportador de armas do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Ao longo do século XXI, as vendas de armamentos russos cresceram consideravelmente na região, chegando a representar 6% do mercado de exportação de armas da Rússia entre 2012 e 2016. Esse aumento das compras de armas russas pela região se deve às condições atrativas de financiamento, transferências tecnológicas e a capacidade para conduzir treinamentos da Rússia. Além disso, o contexto regional também favoreceu esse crescimento,

pois, especialmente durante a década de 2000, os governos da região estiveram engajados em buscar oportunidades de cooperação internacional com outros países além dos Estados Unidos. Os armamentos russos vendidos para países sul-americanos incluem centenas de milhares dos fuzis de assalto AK-47, tanques, helicópteros, aeronaves de combate supersônicas e mísseis superfície-ar (FARAH; REYES, 2016; CHAGUACEDA, 2019; DALL'AGNOL; ZABOLOTSKY; MIELNICZUK, 2019).

Desde os anos 2000, a Rússia se manteve como um importante fornecedor de armamentos para a América do Sul especialmente pela sua relação bilateral com a Venezuela, que liderou a lista de importações de armas na região entre 2010 e 2014, o que posicionou a Rússia como o principal exportador de armas para a região neste período. Em 2006, os EUA impediram o governo venezuelano de reformar seus caças bombardeiros F-16 Fighting Falcon e proibiram fabricantes de exportarem qualquer equipamento bélico com tecnologia estadunidense para o país, o que impulsionou a Venezuela a comprar armamentos da Rússia (GAMA NETO, 2018; SIPRI, 2020; PERERA, 2021).

#### Segundo Gama Neto:

O processo de compra de armamento pela Venezuela tinha três objetivos; o primeiro reforçar sua política externa demonstrando total independência dos Estados Unidos, segundo ampliar e consolidar o apoio interno dos militares, essencial para o impedimento de novas tentativas de golpe de estado, e terceiro, modernização das forças armadas. A aquisição de vultoso material de defesa produziu inquietação em várias lideranças políticas na América do Sul. A qualidade do equipamento militar dos países latino-americanos, especialmente os da região amazônica, à época era bastante inferior às necessidades dos países (GAMA NETO, 2018, p. 173).

Portanto, após a tentativa de golpe de Estado contra o governo de Chávez em 2002 e a imposição de barreiras para que a Venezuela adquirisse material bélico, por parte dos Estados Unidos, o país sul-americano passou a comprar armamentos da Rússia tanto para reforçar sua política externa abertamente antiestadunidense quanto para dissuadir as forças de oposição internas de se mobilizarem novamente contra o governo. Ademais, a modernização das forças armadas venezuelanas respondia a um problema comum a diversos países latino-americanos, que é a defasagem de suas capacidades defensivas.

A cooperação militar entre Rússia e Venezuela se estende para além das vendas de armamentos. Em 2015, após a Venezuela ser declarada pela Casa Branca como uma ameaça para a sua segurança nacional, a Rússia realizou dez dias de exercícios militares no país. Além disso, quando o governo de Donald Trump declarou que o uso de medidas militares contra Caracas seria uma possibilidade, a aviação estratégica russa visitou a Venezuela (TEIXEIRA Jr., 2020). Já em abril de 2018, o Ministro da Defesa da Venezuela, Vladimir Padrino,

participou na 8ª Conferência Internacional de Segurança na Rússia, encontrando-se com seu homólogo russo, Sergey Shoygu, para discutir a cooperação militar entre os dois países. Padrino expressou o interesse de Caracas em expandir os programas de intercâmbio de treinamento, iniciar a construção de uma fábrica venezuelana de fuzis AK-103 e abrir um centro de treinamento para pilotos de helicópteros Mi-17, Mi-35 e Mi-26 (CHAGUACEDA, 2019).

De maneira geral, Pyatakov (2020) argumenta que a cooperação técnica-militar é o coração da cooperação geopolítica entre Rússia e América Latina. Segundo o autor, a venda de armas para seus parceiros latino-americanos é uma forma da Rússia estabelecer uma linha de defesa externa, extrarregional e extracontinental para seu próprio território, além de ser uma resposta direta à atividade da OTAN nas fronteiras russas. Desde 2003, a Rússia assinou acordos de cooperação militar com Venezuela, Cuba, Nicarágua, Bolívia, Argentina, Brasil, Peru e Chile, além de também ter desenvolvido nos últimos anos uma cooperação militar ativa com Uruguai e Equador.

Portanto, além da sua importante parceria com a Venezuela, a Rússia nutre relações de cooperação técnica-militar com diversos países da região. Na Nicarágua, a parceria abrange desde a venda de armamentos russos até a realização de programas de treinamento. Em 2013, militares russos ficaram a disposição para oferecerem aulas de computação em centros de treinamento militar na Nicarágua, e em 2016 o governo nicaraguense adquiriu um conjunto de tanques russos pelo valor de US\$50 milhões. Com o Peru, a Rússia estabeleceu uma sólida aliança para a venda de helicópteros civis e militares – estima-se que o país andino possua mais de 100 helicópteros de origem russa. Em 2018, foi inaugurado em Lima um centro para treinamento de pilotos e manutenção de helicópteros russos, incluindo aqueles que foram fornecidos pela Rússia para outros países da região. Na data da sua abertura, o centro já contava com sua agenda de pedidos completa até 2023 (PYATAKOV, 2020).

Cuba é outro país que mantém fortes laços de cooperação técnica-militar com a Rússia. Em 2009, a ilha recebeu um empréstimo russo no valor de US\$20 milhões para compras de armas e equipamentos militares e, em 2019, recebeu um segundo empréstimo, de €38 milhões, que será empregado para a modernização das forças armadas cubanas e atualização da sua indústria de defesa. Com o Brasil, a Rússia passou a ter uma cooperação mais ativa no âmbito militar a partir dos governos Lula, baseada principalmente na compra de helicópteros russos, semelhante à relação de cooperação estabelecida com a Argentina a partir dos governos Kirchner (PYATAKOV, 2020).

Em fevereiro de 2014, o Ministro da Defesa da Rússia, Sergey Shoigu, anunciou que as negociações para estabelecer uma rede global de bases aéreas estavam progredindo. As

negociações incluíam oito governos, dentre eles dois latino-americanos: Seychelles, Cingapura, Argélia, Chipre, Nicarágua, Venezuela, Egito e Irã. Em fevereiro de 2015, Shoigu encontrou líderes e oficiais de defesa em visita à Venezuela, Cuba e Nicarágua. O foco dessas reuniões era garantir o acesso russo a portos e bases aéreas dos três países, visando garantir condições de apoio para as operações militares russas na região (DALL'AGNOL; ZABOLOTSKY; MIELNICZUK, 2019). Em geral, “a Rússia poderia ser descrita como uma exportadora de medidas de segurança para a região uma vez que os seus ministros de defesa estão em constante contato com seus homólogos na maioria dos países latino-americanos” (PYATAKOV, 2020, p. 23, tradução livre).

A Rússia também tem utilizado atividades de combate ao tráfico de drogas para expandir sua cooperação em temas de segurança com a região. Países como Nicarágua e Peru compartilham suas informações de inteligência com a Rússia, além de conduzirem operações conjuntas para combater o tráfico de drogas e recebido treinamento militar russo para operações antidrogas. Esse tipo de cooperação, em particular, desafia o papel desempenhado pelos Estados Unidos desde 1990 como pivô das políticas antidrogas na América Latina, além de fornecer acesso aos especialistas russos às redes de inteligência e logística da região, incluindo as estratégias e táticas estadunidenses em suas atividades antinarcóticos e contraterroristas (DALL'AGNOL; ZABOLOTSKY; MIELNICZUK, 2019).

Além disso, é comum que a Rússia realize operações militares na América Latina em momentos de crise com os Estados Unidos – como durante a crise na Geórgia, em 2008, em que a Rússia enviou dois bombardeiros supersônicos Tu-160 com capacidade nuclear para a Venezuela e conduziu exercícios no Caribe, como uma resposta de curto prazo à presença naval dos EUA no Mar Negro. Aproximadamente 1 mês depois a Rússia enviou mais quatro navios para a Venezuela, que realizaram um exercício naval com seus homólogos venezuelanos antes de fazer escalas em Cuba e Nicarágua. De forma similar, durante a crise na Ucrânia, em 2014, foram realizadas diversas declarações de representantes diplomáticos sobre a reativação de bases russas em Cuba, Nicarágua e Venezuela, e navios russos fizeram visitas a Cuba regularmente durante este período. Em fevereiro de 2014, conforme a crise na Ucrânia escalava, o então comandante do USSOUTHCOM, General John Kelly, comentou que a nova presença militar da Rússia na região era a maior em três décadas (ELLIS, 2015).

Contudo, apesar da Rússia ter ampliado sua presença militar na região ao longo de todo o século XXI, nos últimos anos essa tendência passou a se reverter relativamente: as compras de armas da Venezuela decaíram 88% entre 2015 e 2019, como resultado da grave crise político-econômica pela qual o país sul-americano está passando – o que coincidiu com o



declínio das exportações de armas russas para a região. De 2015 a 2019, apenas 0,8% das vendas globais de armas russas foram para países latino-americanos, conforme os Estados Unidos recuperaram sua posição como maior vendedor de armas para a região (SIPRI, 2020; RAMANI, 2021).

A Rússia tem buscado reverter o declínio das suas vendas de armamentos na região. A dificuldade para se manter como um dos principais fornecedores de armas para a região pode ser explicada por dois fatores: primeiramente, pelo fim do ciclo de prosperidade econômica pelo qual a região passou durante o *boom das commodities*, na primeira década do século XXI. Neste período, muitos países da região investiram na modernização de suas forças armadas e arsenais bélicos devido ao excedente de divisas internacionais presente em suas economias, contudo, nos últimos anos, as compras de armamentos na América do Sul declinaram de forma geral – entre 2010 e 2014 caíram 15% em relação ao período de 2005 a 2009, e entre 2015 e 2019 caíram 59% em relação ao período de 2010 e 2014 (SIPRI, 2020; RAMANI, 2021).

O segundo fator que dificulta a manutenção da presença militar russa na região é o alinhamento pró-estadunidense de governos sul-americanos eleitos nos últimos anos. Em 2016, por exemplo, com a eleição de Mauricio Macri na Argentina, a Rússia não conseguiu completar a venda da aeronave de interceptação Su-24 para o país. Ainda, projetos que levariam à construção de infraestrutura do sistema Glonass e de um reator no complexo nuclear de Atucha foram cancelados pelo governo argentino. Ademais, em 2017 o Brasil havia demonstrado interesse na compra do sistema de defesas antimísseis Pantsir S-1, porém, com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, a compra não foi levada adiante (DALL'AGNOL; ZABOLOTSKY; MIELNICZUK, 2019; RAMANI, 2021).

Para além dos fatores internos aos países sul-americanos que têm dificultado a retomada das exportações de armas russas para a região, os Estados Unidos tentaram frear as vendas russas por meio do *Countering America's Adversaries Through Sanctions Act* (CAATSA), uma lei federal estadunidense que impõe sanções ao Irã, à Coreia do Norte e à Rússia, sancionada em 2017. Apesar das sanções, a Rússia tem mantido negociações para vendas de armamentos na região, enquanto os Estados Unidos têm pressionado os países latino-americanos – como resultado, o Peru deixou de comprar helicópteros russos em 2019 e o México deixou de comprar oito helicópteros Sikorsky MH-60R Seahawk da Rússia em 2020 (PYATAKOV, 2020; PERERA, 2021).

Já a China é o quinto maior exportador de armamentos do mundo, de acordo com o *Stockholm International Peace Research Institute*, SIPRI (2021). A diplomacia militar e as vendas de armas chinesas para a América Latina têm crescido nos últimos anos, como parte de

um interesse do governo chinês de expandir suas alianças na região para além do comércio e investimentos. Quanto aos países latino-americanos, essa aproximação é importante para expandir as possibilidades de aquisição de equipamentos militares e facilitar transferências tecnológicas para coprodução ou produção independente na região (MARCELLA, 2012).

Entre 2004 e 2007, as vendas de armas chinesas para a região totalizaram US\$100 milhões, e entre 2008 e 2011 cresceram para US\$600 milhões. Apesar das vendas de armas chinesas para a América Latina ainda serem relativamente limitadas, quando comparadas às vendas de Estados Unidos e Rússia, as relações militares da China com a região têm crescido consideravelmente. Isto pode ser observado pelas visitas entre autoridades de defesa chinesas e latino-americanas, cursos de capacitação, visitas de unidades navais em países como Argentina, Brasil, Peru, Equador e Chile e exercícios militares conjuntos. As vendas chinesas para a região incluem principalmente equipamentos de vigilância e transporte militar (CHÁVEZ, 2015; XING, 2016; YOPO HERRERA, 2017).

Desde o início dos anos 2000 a compra de armamentos chineses cresceu significativamente na região, e diversos países sul-americanos possuem equipamentos militares de origem chinesa em seus arsenais: Argentina, Bolívia, Equador, Peru e Venezuela. Os armamentos chineses possuem um alto grau tecnológico – como, por exemplo, em blindados de infantaria, radares, helicópteros, aviões de treinamento avançado e mísseis ar-ar de curto alcance. O material bélico chinês é atrativo tanto pelo seu baixo preço, em comparação com os equipamentos ocidentais e russos, quanto pelo pragmatismo político chinês, que não impõe restrições políticas para suas vendas. Além disso, a China possui uma grande capacidade de financiamento para compra de armamentos através de seus bancos estatais, como o *China Export and Credit Insurance Corporation* (Sinosure) e o *China Exim Bank* (GAMA NETO, 2018).

Entretanto, a principal ferramenta de cooperação militar da China com os países da região é a troca de visitas oficiais. O crescente número de encontros entre oficiais de alto comando tem como objetivo ampliar o diálogo em matéria de defesa entre a América Latina e a China. Entre 2001 e 2010, houveram 155 visitas entre autoridades militares da China e de 11 países latino-americanos – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Peru, Uruguai e Venezuela (REYES HERRERA, 2015).

De acordo com o documento “*China’s National Defense in the New Era*”, de 2019, a China está buscando expandir suas relações militares com países da América Latina e o Caribe por meio de treinamentos, intercâmbios de oficiais e assistência para o desenvolvimento militar e ampliação das capacidades defensivas desses países. Em 2018, Pequim recebeu o 4º Fórum

de Defesa de Alto Nível da China e América Latina, um evento realizado bianualmente desde 2012 que reúne as principais autoridades militares dos países participantes e serve como espaço de aprofundamento da cooperação militar entre estes e a China (CHINA, 2019).

Além disso, os exercícios militares conjuntos são outra ferramenta de cooperação militar do país asiático com a América Latina – embora ainda seja pouco explorada. A China possui a capacidade e está interessada em desenvolver importantes iniciativas, especialmente na área de prevenção de riscos e desastres, devido à sua visão sobre a cooperação para a segurança humana. Neste sentido, os países da região têm a oportunidade para expandirem suas relações militares com a China também neste âmbito (REYES HERRERA, 2015).

Outro ponto importante da cooperação militar sino-latino-americana é a transferência de tecnologia, seja por meio de vendas ou, em menor grau, de doações por parte da China. Nas últimas décadas, a transferência tecnológica chinesa priorizou países como Venezuela, Equador e Bolívia (REYES HERRERA, 2015). Tais transferências ajudam o Exército de Libertação Popular (PLA) a melhorar a qualidade e funcionalidade de seus armamentos e sistemas militares, além de aprofundar as relações militares com os países que recebem essas tecnologias, por meio de atividades de manutenção e treinamento (ELLIS, 2020).

De forma geral, embora as relações militares da China com a América Latina tenham crescido no século XXI, elas não são uma prioridade da estratégia chinesa para a região, que está predominantemente centrada nas relações econômicas e obtenção de recursos necessários para o setor produtivo chinês (CHÁVEZ, 2015; MILANI, 2021a). Apesar disso, as interações sino-latino-americanas no âmbito militar compõem a estratégia multidimensional da China tanto para em nível regional quanto globalmente (ELLIS, 2020).

Dessa forma, nos últimos anos, a presença militar de Rússia e China na região tem crescido consideravelmente. Essa presença se dá por meio de diversas atividades, como vendas de armamentos e projetos de cooperação no âmbito de segurança e defesa – tais atividades despertam a preocupação de autoridades estadunidenses, que vêem essa presença como um desafio a sua hegemonia na região. Entretanto, os Estados Unidos seguem sendo o principal parceiro militar de diversos países sul e latino-americanos, gozando de uma importante capacidade para interferir nos temas de segurança da região, especialmente por meio da sua agenda de combate ao narcotráfico e terrorismo.

### **3.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Com algumas reorientações e nuances, a estratégia estadunidense para a América do Sul durante todo o século XXI manteve uma certa constância: a prioridade aos temas da sua agenda

de segurança hemisférica, como o combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado. A presença dos Estados Unidos na região, a qual é profundamente militarizada, tem sido retomada com maior assertividade nos últimos anos, no contexto de acirramento da competição interestatal com China e Rússia – a presença de ambos é enxergada pelos Estados Unidos como uma ameaça direta aos seus interesses na região. Neste sentido, novamente pela via militar (e com menor destaque pela via econômica) os Estados Unidos têm investido especialmente na cooperação em temas de segurança e defesa, principalmente com a Colômbia, sua principal aliada na região.

Já a China tem complexificado cada vez mais suas relações com a América do Sul. A aproximação, inicialmente marcada pelo pragmatismo comercial chinês, hoje abrange investimentos em infraestrutura e está cada vez mais institucionalizada, especialmente pela criação do Fórum China-CELAC. Ademais, apesar da presença militar chinesa na região ainda ser pequena, quando comparada às presenças de Estados Unidos e Rússia, ela vem crescendo nos últimos anos e, dentre os objetivos estratégicos da China para a região, está o seu aprofundamento. Em suma, o pragmatismo das relações sino-sul-americanas cede cada vez mais espaço para um interesse estratégico pela América do Sul que compõe os objetivos globais da China.

A Rússia, por sua vez, tem se aproximado da América do Sul ao longo de todo o século XXI e, especialmente, de determinados governos da região que defendem a multipolaridade do sistema internacional em detrimento da hegemonia estadunidense – um interesse estratégico compartilhado por Moscou. Essa aproximação é, desde o ponto de vista comercial e financeiro, menos expressiva que a aproximação chinesa. Por outro lado, a presença russa na região é mais assertiva em temas de segurança. Além de ter ocupado a posição de principal exportador de armas para a América do Sul nos últimos anos, a Rússia tem mantido uma presença militar ativa em países que compartilham uma postura antiestadunidense na região, como Venezuela, Cuba e Nicarágua.

Neste cenário, a América do Sul tem se tornado cada vez mais uma parte da disputa global entre as potências. A presença estadunidense nos entornos imediatos de China e Rússia é parte de uma estratégia de contenção que a potência norte-americana emprega com o objetivo de impedir a expansão do poder econômico e geopolítico das potências eurasiáticas, buscando afetar suas capacidades para exercerem a liderança em suas respectivas regiões. Como resposta, China e Rússia usam sua presença na América do Sul para contrabalancearem a estratégia estadunidense e, embora a abordagem chinesa seja menos confrontacionista que a abordagem russa, ambas despertam a preocupação de Washington. Nos últimos anos, esse confronto tem

implicado em importantes desafios para a estabilidade sul-americana – e este será o tópico discutido no próximo capítulo desta dissertação.

## 4. IMPACTOS DA TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA PARA OS ARRANJOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS SUL-AMERICANOS

*“Las dinámicas socio-políticas en América Latina siempre estuvieron asociadas a las realidades geopolíticas internacionales. Obviamente los procesos internos de cada país deben ser comprendidos en primer lugar a partir de las realidades nacionales, pero la viabilidad de proyectos de poder en la región siempre dependió de las oportunidades económicas y políticas abiertas por el sistema internacional. Inclusive algún tipo de afiliación ideológica, más o menos estrecha, con un centro de poder internacional siempre fue parte de la construcción de los regímenes políticos”*

**Bernardo Sorj & Sergio Fausto** (2010, p. 25).

As tendências sistêmicas influenciam diretamente os arranjos políticos sul-americanos e, conseqüentemente, a margem de manobra para as estratégias de inserção internacional da região. Em meio a um contexto sistêmico desigual, competitivo e instável, os países periféricos buscam estratégias para ampliarem sua autonomia política e econômica e angariarem para si melhores posições dentro da hierarquia do sistema interestatal (LORENZINI; DOVAL, 2020). Neste contexto, a integração regional é uma estratégia fundamental para o desenvolvimento conjunto de blocos de países localizados em regiões periféricas e a ampliação das suas capacidades de segurança, defesa e dissuasão. Ainda, a promoção da soberania e do desenvolvimento está diretamente atrelada a um melhor posicionamento na hierarquia do sistema internacional (PINHEIRO GUIMARÃES, 2008).

O novo padrão de integração regional articulado na América do Sul especialmente após 2003 esteve diretamente ligado com a busca por autonomia. Para Puig (1982), a autonomização – ou construção da autonomia – corresponde à ampliação das possibilidades para que processos de tomada de decisão endógenos se consolidem. Em suas palavras:

Autonomizar significa ampliar a margem de decisão própria e, normalmente, implica, portanto, em recortar a margem de que desfruta algum outro. Salvo casos-limite ou atípicos, a obtenção de uma maior autonomia supõe um jogo estratégico prévio de soma-zero, no qual alguém ganha o que outro perde. Avança o antigo cliente; retrocede o antigo dominante. Por mais esforços retóricos que se efetuem, toda abordagem autonomista supõe um conteúdo estratégico, no sentido que implica uma dialética de vontades que empregam a força (em sentido amplo) para resolver o conflito (PUIG, 1982, p. 44, tradução livre).

Segundo Jaguaribe (1979) o acesso à autonomia não é permanente ou estável, e depende de duas condições básicas que se dão simultaneamente em níveis interno e externo: internamente, esta condição é a viabilidade nacional e, externamente, é a permissibilidade internacional:

Fundamentalmente, a viabilidade nacional de um país depende, em um determinado momento histórico, da medida em que ele disponha de um mínimo crítico de recursos humanos e naturais, incluída a capacidade de trocas internacionais. [...] A categoria de permissibilidade internacional é mais difícil de caracterizar de maneira abstrata. Se refere fundamentalmente à medida em que, dada a situação geopolítica de um país e suas relações internacionais, este país disponha de condições para neutralizar o risco proveniente de terceiros países, dotados de suficiente capacidade para exercer formas eficazes de coação sobre ele. Estas condições poderão ser puramente internas – como o desenvolvimento de uma capacidade econômico-militar apropriada, ou também externas, como o estabelecimento de alianças defensivas (JAGUARIBE, 1979, p. 96-97, tradução livre).

Nos anos 2000 os governos de esquerda sul-americanos buscaram ampliar a margem para uma inserção internacional mais autônoma por meio de sua política externa e da retomada das políticas desenvolvimentistas, buscando ampliar a viabilidade nacional. Neste mesmo período, o crescimento econômico da China e a assertividade internacional da Rússia criaram novas oportunidades para a região ao reduzirem relativamente a posição de poder estadunidense e, assim, expandirem a permissibilidade internacional (MILANI, 2021a).

A formulação do conceito de autonomia, ainda na década de 1970, correspondeu a um esforço do jurista argentino Juan Carlos Puig e do sociólogo brasileiro Hélio Jaguaribe para questionar a supremacia estadunidense e contribuir para a elaboração de uma estratégia autonomista para os países latino-americanos. No início do século XXI, conforme os países da região passaram a atuar internacionalmente com maior assertividade e a afastarem-se relativamente dos Estados Unidos, buscando novos parceiros externos, o conceito de autonomia passou a ser refletido nos processos de integração sul-americanos (GRANATO, 2014b; MILANI, 2021a).

O redimensionamento do Mercosul e a criação da UNASUL representaram uma expressão renovada do conceito de autonomia, em um contexto internacional de declínio da hegemonia estadunidense:

Desta forma, o processo integrador assume uma potencialidade autonômica, uma ferramenta eficaz para redimensionar as possibilidades autonomistas dos membros, gerando uma certa autonomia regional perante aos centros dinâmicos do capitalismo global. Em definitivo, a potencialidade autonômica é o alvo a ser atingido através de um mecanismo não tão autonômico, mas que, ainda que não autonômico em sua essência – pois qualquer bloco exige sacrificar parcelas da autonomia em termos de decisão –, é um meio para justificar o fim: a autonomia na arena internacional. A integração se converte em um fator que aperfeiçoa a projeção externa dos países

membros e fortalece seu desempenho negociador, em uma leitura do sistema internacional de poder que reconhece as assimetrias entre o centro e a periferia (GRANATO, 2014b, p. 87).

Entretanto, a retomada da competição interestatal entre as potências na atualidade se desdobra em uma concorrência por posições e acesso a determinadas regiões que no pós-Guerra Fria e início do século XXI contavam com maior autonomia e, hoje, tornam-se cada vez mais espaços em disputa (TEIXEIRA Jr., 2020). Desta forma, o objetivo deste capítulo é, inicialmente, abordar a nova fase do regionalismo sul-americano no início do século XXI e como seus principais objetivos estiveram articulados com a busca pela autonomia regional. Em seguida, analisaremos como o projeto autonomista sul-americano foi respondido, estrategicamente, pelos Estados Unidos – em um contexto de acirramento da competição interestatal com Rússia e China. Por fim, buscamos discutir os desdobramentos da competição entre as potências para os arranjos político-institucionais da América do Sul, e os desafios e perspectivas que afetam o ambiente regional sul-americano na atualidade.

#### **4.1. O REGIONALISMO SUL-AMERICANO NO SÉCULO XXI: AUTONOMIA, MULTILATERALISMO E AS INSTITUIÇÕES DE INTEGRAÇÃO REGIONAL**

A agenda e os objetivos do regionalismo sul-americano passaram por uma significativa reorientação no início do século XXI, a qual foi influenciada por diversas questões que se desenrolaram tanto em nível sistêmico quanto em nível regional. No âmbito sistêmico, as mudanças na política externa dos EUA para a América Latina entre os anos 1990 e 2000 são apontadas como um dos fatores que favoreceram a emergência de projetos de integração autóctones em toda a região (PECEQUILO, 2013; PORTALES, 2014; CARVALHO; CIMINI, 2019).

As propostas da Iniciativa para as Américas (IA) e do Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (NAFTA), realizadas pelo Bush pai, geraram grande controvérsia no debate eleitoral estadunidense de 1992. As críticas aos projetos de integração se baseavam na suposta exportação de empregos dos Estados Unidos para a América Latina, o crescimento da imigração ilegal no país e os gastos de recursos com os países latino-americanos. A opinião pública sobre os projetos de integração com países da América Latina impactou a política externa estadunidense e, durante o governo Clinton, as relações dos Estados Unidos com a região passaram a ser pautadas especialmente pelos TLCs, assinados bilateralmente, e em geral com países que já possuíam uma forte relação econômica com os EUA, como Chile, Peru e países caribenhos (PECEQUILO, 2013).



No final dos anos 1990, em meio à crise do Consenso de Washington, os Estados Unidos aumentaram suas pressões sobre a América Latina com a militarização da sua presença na região, a proposta da ALCA, a empreitada contra o governo Chávez e a proposta do Plano Colômbia. Crises de governabilidade atingiram diversos países da região e em 2001 a Argentina sofreu um colapso econômico-financeiro que não foi respondido com nenhuma assistência internacional, nem mesmo dos EUA, seu parceiro preferencial até então. Tratava-se de um período de profunda crise da agenda neoliberal em toda a região e o principal bloco de integração regional dos países do Cone Sul, o Mercosul, também se encontrava em crise (VISENTINI, 2004).

Ainda, conforme Fuccille:

A baixa prioridade estratégica historicamente conferida pelo Departamento de Estado *yankee* à região, combinada à profunda alteração da agenda internacional deste país pós-setembro de 2001, os sucessivos reveses em temas como implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), os fracassos nas tentativas de eleger seus candidatos a secretário-geral da OEA, as negativas do Chile e México (então membros-rotativos do Conselho de Segurança da ONU) em dar seu aval à invasão do Iraque em 2003, entre outras questões, acabaram por consolidar um imaginário de espaço geográfico possível e passível de desenvolver políticas mais independentes, advindas de uma maior margem de autonomia (FUCCILLE, 2014, p. 115).

Neste contexto de erosão da influência estadunidense na região, a reascensão de China e Rússia foi outro elemento que aprofundou as possibilidades de autonomia para a América do Sul. Seja pelo papel que os dois países cumprem como polos de poder alternativos aos Estados Unidos, especialmente como parceiros alternativos para os países sul-americanos, ou pela contribuição que a reascensão das duas potências teve para a superação da unipolaridade estadunidense, o ressurgimento de China e Rússia como potências ainda no início dos anos 2000 também contribuiu para a reorganização político-institucional da América do Sul. Em períodos de reestruturação da hierarquia interestatal, os Estados periféricos tendem a associar-se para fortalecerem-se frente à debilidade do *hegemon*, gerando um movimento de reacomodação de forças (FUCCILLE, 2014; MALLMANN, 2017).

A partir das mudanças na política externa estadunidense para a América Latina e do enfraquecimento da unipolaridade em nível sistêmico, a região adentrou um período de renascimento dos projetos políticos de esquerda, eleitos no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. A crise do neoliberalismo, com o esgotamento das agendas de privatização, abertura econômica e austeridade e os entraves nas negociações da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) são outros fenômenos sistêmicos que contribuíram para a

ascensão dos projetos de esquerda na América do Sul (PORTALES, 2014; CARVALHO; CIMINI, 2019).

Assim, entre 1998 e 2006, governos de esquerda ou centro-esquerda se elegeram em diversos países da região: Hugo Chávez (Venezuela, 1998); Lula (Brasil, 2002); Nestor Kirchner (Argentina, 2003); Tabaré Vázquez (Uruguai, 2004); Evo Morales (Bolívia, 2005); Michelle Bachelet (Chile, 2006); e Alan Garcia (Peru, 2006) (SERBIN, 2009; FUCCILLE, 2014). Sob estes novos governos, especialmente os de Chávez e Lula, iniciou-se um processo de retomada da autonomia regional sul-americana, quando a América do Sul passou a desenvolver “uma política interna e externa de alto perfil” (PECEQUILO, 2013, p. 104).

Em geral, a ascensão dos governos de esquerda na América do Sul, no início do século XXI, acarretou em uma reorientação estratégica da política externa de diversos países da região que passaram a defender ativamente o multilateralismo como estratégia para uma inserção internacional mais autônoma – e, dessa forma, passaram a priorizar as iniciativas de integração regional sul-americanas em suas agendas (PORTALES, 2014; CARVALHO; CIMINI, 2019). Nesse período, observa-se uma proliferação dos projetos de cooperação no eixo Sul-Sul por parte dos governos sul-americanos, enquanto instituições e mecanismos encabeçados pelos Estados Unidos, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Junta Interamericana de Defesa (JID), o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), entre outros, foram perdendo gradativamente sua credibilidade, o que apontava para o esfacelamento do complexo de segurança hemisférico estruturado pelos Estados Unidos desde 1930, mas principalmente a partir da segunda metade do século XX (PAGLIARI, 2009; FUCCILLE; REZENDE, 2013; FUCCILLE, 2014).

No caso do Brasil, embora a política externa dos governos Lula não representasse uma ruptura em relação aos paradigmas históricos da política externa brasileira, houve uma significativa mudança na ênfase dada a certos aspectos que compõem a atuação externa do Brasil. Assim, a política externa brasileira deste período adota a estratégia da “autonomia pela diversificação”, na qual o governo brasileiro atuava em defesa da soberania, “enfatizando a cooperação Sul-Sul para buscar maior equilíbrio com os países do Norte, realizando ajustes, aumentando o protagonismo internacional do país e consolidando mudanças de programa na política externa” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 283).

De acordo com Fernandes (2016), a eleição de Chávez foi precursora da virada progressista na América do Sul, porém, devido ao tamanho do território e da população do Brasil, além do grau de desenvolvimento da economia brasileira, o Brasil se tornou o pivô da sua reestruturação regional que se consolidou após a posse de Lula. Visentini também considera

que a posição brasileira dentro do espaço regional sul-americano foi crucial para o processo de retomada da autonomia regional:

Mas o pivô da região é o Brasil. Frente ao avanço da ALCA e à crise do Mercosul, procurou avançar a integração física dos países sul-americanos (Cúpulas de Brasília em 2000 e de Guayaquil em 2002). O país procura construir um espaço econômico de contrapeso à ALCA, como forma de constituir um pólo protagônico para a articulação de um sistema internacional multipolar. Contudo, o elemento decisivo foi a eleição presidencial de 2002, com a vitória da esquerda com o candidato Luiz Inácio “Lula” da Silva. Trata-se tanto de uma reação de caráter social como nacional, que pode ter grande influência no fragilizado continente (VISENTINI, 2004, p. 8).

Reis Silva e Spohr endossam o mesmo argumento:

Nos últimos anos, tanto no campo comercial como no financeiro, o Brasil reduziu consideravelmente a sua vulnerabilidade internacional, bem como sua dependência econômica em relação aos Estados Unidos. Dessa forma, o Brasil pôde desempenhar um papel central na integração gradual dos países sul-americanos, além de alterar os rumos das negociações da ALCA e de painéis da OMC (REIS SILVA; SPOHR, 2015, p. 74).

Portanto, a partir da eleição de Lula, o Brasil passou a desenvolver uma política externa de “forte impacto”, especialmente em relação à integração sul-americana, e centrada no objetivo de alçar o país ao patamar de um polo de poder protagônico dentro de uma ordem internacional multipolar. Com a eleição de Kirchner na Argentina e a renúncia de Sánchez de Lozada da presidência da Bolívia, este processo foi reforçado (VISENTINI, 2004, p. 8).

Assim, a pauta política presente no governo Lula, também presente no governo Chávez, definida especialmente pela sua priorização da agenda social e da retomada do desenvolvimento econômico, passou a se disseminar pela maior parte dos países da região. Conforme diversos governos que compartilhavam da mesma agenda política eram eleitos, convergindo em seus interesses de política interna e externa, gradativamente, “a ideia de um objetivo comum foi capaz de alavancar os processos de integração autóctones” na América do Sul (PECEQUILO, 2013, p. 101).

Contudo, embora a reorientação da integração sul-americana tenha atingido seu auge especialmente após 2003, foi no contexto da I Reunião dos Presidentes Sul-Americanos que a ampliação da agenda de integração regional foi discutida pela primeira vez. A reunião, realizada em 2000 na cidade de Brasília foi uma iniciativa do governo de Fernando Henrique Cardoso e marcou o primeiro encontro entre os representantes dos doze países sul-americanos. Na ocasião, se discutiu a necessidade de ampliação do escopo das iniciativas de integração regional para que projetos de cooperação em outros âmbitos, além do comercial, fossem viabilizados. Nesta reunião surgiu a proposta da Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA), orientada

para a promoção da integração física da região por meio da construção de infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações (HONÓRIO, 2013; PADULA, 2014).

O projeto, oficializado em 2002, foi organizado como uma iniciativa intergovernamental e funcionava por meio de reuniões multilaterais entre os presidentes da região. No setor dos transportes o objetivo era desenvolver infraestrutura que facilitasse o fluxo de pessoas, cargas e veículos por meio de rodovias, ferrovias, rotas fluviais e marítimas, também visando o desenvolvimento do comércio e investimentos na região. No setor energético o objetivo era integrar os recursos da região, especialmente petróleo e gás, além de ampliar a interconexão elétrica. Finalmente, no setor de telecomunicações o objetivo seria suprir as demandas de logística da informação da região por meio de uma rede integrada (HONÓRIO, 2013).

De acordo com Pecequilo, a ampliação da agenda de integração regional, representada pela criação da IIRSA, pode ser explicada da seguinte maneira:

Devido às limitações econômico-financeiras do período, o foco não era comercial, mas político-estratégico, visando a criação de redes de interdependência entre as nações sul-americanas a fim de explorar suas complementaridades, tendo como base o setor de infraestrutura. Isto permitiria dinamizar a economia e criar condições para a retomada do crescimento interno e do comércio regional que, por consequência, levariam à estabilidade dos países (PECEQUILO, 2013, p. 104).

Apesar da criação da IIRSA representar um avanço em relação ao escopo das iniciativas de integração da América do Sul, a iniciativa ainda não considerava entre suas prioridades as demandas sociais – o seu objetivo era promover a estabilidade econômica necessária para a superação da crise desencadeada pelo fracasso do neoliberalismo. Em outras palavras, a IIRSA ainda não continha uma proposta orientada para a reforma pós-neoliberal, nem preconizava a retomada do papel do Estado na economia ou questões relacionadas ao bem-estar social (PECEQUILO, 2013).

Assim, dentre os processos de integração que viriam a representar a reorientação política de diversos governos sul-americanos no início do século XXI destaca-se o Mercosul, fundado nos anos 1980 e relançado a partir de 2003. Por iniciativa dos presidentes do Brasil, José Sarney (1985-1990), e da Argentina, Raúl Alfonsín (1983-1989), as negociações para a formação de um bloco de integração dentro do Cone Sul se intensificaram em 1986. Ambos firmaram a Ata para a Integração Brasileiro-Argentina e estruturaram o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), que se consolidou como a base sobre a qual o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento foi assinado em 1988. Este tratado visava eliminar as barreiras

tarifárias e não tarifárias ao comércio de bens e serviços entre os dois países (GRANATO, 2014a).

Entretanto, o processo de integração iniciado entre o Brasil e a Argentina na década de 1980 não estava voltado apenas para a formação de uma união aduaneira. Sua principal motivação era política e estratégica, com o objetivo de que “a Argentina e o Brasil constituíssem um polo de gravitação na América do Sul, núcleo de um futuro mercado comum, fundamentado para a formação de um Estado supranacional”. Contudo, esta dimensão da iniciativa brasileira e argentina acabou sendo substituída pela prioridade às metas comerciais a partir da assinatura do Tratado de Assunção em 1991, fortemente influenciado pelas premissas do neoliberalismo (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 2).

Dessa forma, o Mercosul, formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, surge em meio ao contexto político da redemocratização destes países, no auge das políticas de liberalização comercial e ênfase no comércio exterior como parte central da política externa dos governos da região. A partir de 1995, o objetivo central do bloco passou a ser a consolidação de um mercado comum a longo prazo, conforme os moldes do regionalismo aberto da Organização Mundial do Comércio (OMC) (PEÑA, 1998).

Neste período o comércio intrabloco cresceu significativamente e entre os países-membro foi consolidado um meio de negociação coletiva, o que também contribuiu para o fracasso da proposta da ALCA (GRASSI, 2019). Entretanto, dificuldades para a coordenação das posturas entre os países, tensões comerciais e a desvalorização da moeda brasileira em 1999 afetaram as relações entre Brasil e Argentina e o comércio entre os membros do bloco. Assim, ao final do século XX, o Mercosul passava por uma crise que colocava em xeque o seu futuro (MALAMUD, 2010; GRANATO, 2014a).

No início do século XXI, os governos Lula e Kirchner convergiram em seu objetivo de renovar o bloco para ampliar a sua agenda integracionista. A convergência entre Brasil e Argentina é considerada o “núcleo duro” ou “motor” da integração sul-americana, desde meados dos anos 1980. Durante a primeira década do século XXI, sob as gestões de Lula e Néstor e Cristina Kirchner, a parceria estratégica entre ambos países impulsionou as iniciativas de integração regional na América do Sul (GRANATO, 2014a; GRASSI, 2019). Assim, em 2003 foi iniciado um processo de relançamento do Mercosul. Conforme Vázquez e Briceño Ruiz:

O processo de relançamento teve uma dupla dimensão. Por um lado, traçava um aprofundamento na agenda de integração regional para avançar além das metas comerciais previstas no Tratado de Assunção. Por outro, propunha ampliar o espaço

de integração, incluindo todos os países como membros associados ao bloco regional, e articular o Mercosul com um projeto mais amplo de integração na América do Sul. Este processo havia sido iniciado em 1993 com a proposta do então presidente brasileiro, Itamar Franco, de negociar um Acordo de Livre Comércio de América do Sul (ALCSA) e teve continuidade no governo de Fernando Henrique Cardoso, que convocou em 2000 a primeira Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul, o que levou à criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN), em 2004 (VÁZQUEZ; BRICEÑO RUIZ, 2009, p. 34).

A agenda do Mercosul, portanto, foi ampliada e passou a incluir outras áreas para além da comercial, que havia sido a prioridade do projeto original formulado com a assinatura do Tratado de Assunção. Desta forma, o escopo de atuação do bloco se alargou para incluir os campos político, social e de infraestrutura e, sob esse novo escopo, foram criados o Parlamento do Mercosul e o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), em 2004, e o Instituto Social do Mercosul, em 2006 (CARVALHO; CIMINI, 2019).

Em 2004, com a exceção de Guiana e Suriname, todos os países da América do Sul já haviam se tornado membros associados do Mercosul. Neste mesmo ano, durante a II Reunião dos Presidentes Sul-Americanos, em Cuzco, Peru, surgiu o projeto da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA/CNS<sup>22</sup>), que foi substituída pela União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) em 2008 (VÁZQUEZ; BRICEÑO RUIZ, 2009).

Embora este bloco não seja uma expansão do Mercosul, a sua criação, pela perspectiva brasileira, esteve diretamente vinculada à ampliação da agenda de integração sul-americana, e operou como uma articulação entre os países do Mercosul e da Comunidade Andina (CAN), correspondendo ao interesse de aprofundamento da integração regional. A CASA foi formulada para abranger temas como a integração física e energética, meio-ambiente, financiamento, diálogo político, correção de assimetrias e a promoção da coesão, inclusão e justiça sociais (VÁZQUEZ; BRICEÑO RUIZ, 2009; PAGLIARI, 2009; GRANATO, 2015; BIDARRA; GRASSI; KERR-OLIVEIRA, 2020).

De acordo com Moniz Bandeira, o Brasil buscava consolidar um bloco de integração regional com todos os países da América do Sul, a CASA, com o objetivo estratégico de articular as condições institucionais necessárias para que a região se projetasse como uma potência mundial em termos econômicos e políticos (MONIZ BANDEIRA, 2006). Para Pinheiro Guimarães (2008), este objetivo era compartilhado pelos demais países da América do Sul, cujos governos confluíram no objetivo de consolidar um bloco regional que contribuísse para acelerar o desenvolvimento econômico e preservar a autonomia política regional. Neste

---

<sup>22</sup> No Brasil costuma-se utilizar a sigla CASA, no entanto, nos demais países sul-americanos, também utiliza-se a sigla CNS para a Comunidade de Nações Sul-Americanas.

período, a defesa do multilateralismo e da integração regional correspondiam a um esforço dos países sul-americanos para defenderem e promoverem seus interesses estratégicos.

Neste mesmo período, em 2004, a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) foi criada pelos governos de Hugo Chávez e Fidel Castro com a proposta de promover um modelo de cooperação Sul-Sul que preconiza a integração solidária entre os povos, oposto ao modelo integracionista neoliberal, representado especialmente pela ALCA. A abrangência da ALBA não está restrita à América do Sul, e atualmente participam da iniciativa 7 países da América Latina e Caribe: Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Antigua e Barbuda e São Vicente e Granadinas. A Bolívia abandonou o bloco por um breve período, após o golpe de Estado contra Evo Morales em 2019, e retornou em 2020. O Equador, que aderiu ao bloco em 2009 durante a administração de Rafael Correa, se retirou em 2018 sob o governo de Lenín Moreno (BERNAL-MEZA, 2013; BARROS; GONÇALVES, 2021).

Seguindo o objetivo de consolidar um modelo de integração latino-americano alternativo ao modelo neoliberal, a Venezuela se retirou da CAN em 2006 após 34 anos como membro da iniciativa. A justificativa venezuelana para abandonar o bloco foram os acordos de livre comércio assinados por Peru e Colômbia com os Estados Unidos. Assim sendo, o modelo integracionista da instituição não estaria de acordo com os objetivos da política externa venezuelana. Ademais, neste mesmo período, a Venezuela estava em processo de adesão ao Mercosul – portanto, sua retirada do CAN sinalizava uma mudança nas relações do país com a região (CASAS; CORREA, 2007). Atualmente, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia são membros do CAN, enquanto Chile, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai são países associados e Espanha e Marrocos são países observadores (CAN, 2021).

Em 2008, a UNASUL foi criada para substituir a CASA. O projeto surge como “um espaço de interlocução que permita criar consensos a respeito de alguns temas estratégicos, bem como adensar as capacidades produtivas próprias, atenuando, assim, o peso de fatores e influências extrarregionais” (GRANATO, 2015, p. 186). Dessa forma, assim como a ampliação da agenda do Mercosul e o surgimento da ALBA, a criação da UNASUL se insere no contexto de reformulação do regionalismo sul-americano do início do século XXI. O bloco corresponde ao objetivo de rompimento com o modelo de integração neoliberal, especialmente economicista:

Diferente de outros blocos que comumente iniciam o processo de integração através de acordos econômicos para depois avançar para esferas institucionais e políticas, a Unasul parece percorrer o caminho inverso, ou seja, surge a partir de discussões políticas sobre a necessidade de um maior compromisso dos países com a convergência de interesses, que se expressam, em seguida, nas bandeiras do novo

sujeito: a criação do Conselho de Defesa e a coordenação de acordos em diversas áreas (BARNABÉ, 2011, p. 40).

Dessa forma, a UNASUL surge como um esforço de convergência política entre os países da região, planejada para operar como um mecanismo para a resolução e prevenção de crises – papel até então desempenhado essencialmente pela OEA, sob a liderança estadunidense (SERBIN, 2009). A UNASUL representa a consolidação de um projeto de integração sul-americano que buscava superar o viés exclusivamente econômico-comercial, congregando áreas como segurança e defesa, saúde, educação, democracia, direitos humanos, desenvolvimento socioeconômico, cultura, ciência e tecnologia, energia, infraestrutura, telecomunicações, crime organizado e tráfico de drogas. Segundo Carvalho:

A formação da Unasul – União de Nações Sul-Americanas como um projeto político foi capaz de ajustar os planos geopolíticos, econômicos e sociais em um acordo que escapou da ótica balizada pelo processo europeu e, conseqüentemente, do processo etapista advogado pelas teorias da integração (CARVALHO, 2016, p. 500).

Dentre os projetos da UNASUL destaca-se o estabelecimento do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), oficializado em dezembro de 2008 e que representa a proposta institucional mais ambiciosa do contexto geopolítico do princípio do século XXI. O projeto, proposto pelo governo brasileiro, foi aprovado pelos 12 países-membros da UNASUL, como uma alternativa à proposta realizada pela Venezuela para a criação de um instrumento militar aos moldes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) (FUCCILLE, 2014; PAGLIARI, 2015).

De maneira geral:

O CDS, e a preocupação com o desenvolvimento de um pensamento estratégico próprio para a América do Sul refletem a retomada da preocupação regional com temas que haviam ficado em segundo plano no imediato pós-Guerra Fria: a autonomia no campo da segurança e defesa, o investimento nestes setores, a preservação da soberania e a não-ingerência. Esta iniciativa oferece um contraponto às ações norte-americanas no setor, que oscilam entre demandar uma postura minimalista das nações locais e aumentar sua presença física na região, seja justificada pela guerra contra as drogas, seja pelas ameaças do terrorismo transnacional (PECEQUILO; CARMO, 2016, p. 359).

O CDS opera como um espaço para a concertação entre os Estados sul-americanos, voltado para a elaboração de uma política conjunta na área de segurança e defesa, pautada pela primazia da autonomia regional e conduzida por meio de decisões aprovadas em consenso. O conselho foi proposto como um órgão de diálogo entre os Ministérios da Defesa de cada país, para fortalecer as posições da região em nível internacional e contribuir para diluir as



desconfianças entre os países da América do Sul. Seu objetivo principal seria estabelecer as bases para uma política comum de defesa, que exclua os Estados Unidos. Dessa forma, o CDS desempenhou um importante papel geopolítico para a autonomização da agenda securitária da região, reduzindo a relevância de mecanismos como o TIAR e a JID (SERBIN, 2009; PAGLIARI, 2009 e 2015; SANTOS, 2013; FUCCILLE, 2014; BRAGATTI, 2016; GRASSI, 2019).

No seio do CDS, em 2009, o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED-CDS), sediado em Buenos Aires, foi fundado com o propósito de contribuir para a consolidação de um pensamento estratégico sul-americano. Em 2012, o CDS publicou o primeiro Registro Sul-Americano de Gastos em Defesa, para promover gastos compartilhados em defesa entre os Estados membros da UNASUL e fomentar a transparência e a confiança entre os países da região. Já em 2015, a Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE), sediada em Quito, foi fundada para capacitar civis e militares em nível de pós-graduação, com o objetivo de fomentar a autonomia regional em segurança e defesa (BARRETO, 2012; SAINT-PIERRE; PALÁCIOS Jr., 2014; PAGLIARI, 2015; SANTOS, 2013; SOUZA, 2015; GONÇALVES; BRAGATTI, 2018; ESG, 2020).

Ademais, no âmbito do CDS diversas ações foram desenvolvidas, como a definição de Planos de Ação comuns aos países da UNASUL, elaboração de uma metodologia conjunta para medição dos gastos em defesa, estabelecimento de medidas de confiança mútua e redução das rivalidades, realização de intercâmbios para formação e capacitação militar, condução de exercícios militares conjuntos bilaterais e multilaterais, desenvolvimento de mapas de risco de desastres, entre outros. Ainda, planos para a construção de equipamentos militares foram desenvolvidos, embora não tenham sido concluídos. Assim, o conselho se consolidou como um importante espaço de diálogo, registrando significativos avanços (FUCCILLE; REZENDE, 2013; FUCCILLE, 2015; PAGLIARI, 2009 e 2015; SOUZA, 2015).

Desde sua formação, a UNASUL e o CDS atuaram na resolução de diversas crises políticas na região, como as manifestações contra o governo de Evo Morales que desencadearam uma onda de violência política na Bolívia em 2008, nas discussões sobre a instalação de bases estadunidenses na Colômbia em 2009, durante a tentativa de golpe no Equador em 2010 e também na crise entre a oposição e o governo venezuelano em 2014 (SERBIN, 2009; GONÇALVES; BRAGATTI, 2018). Portanto, no início do século XXI a UNASUL e o CDS contribuíram ativamente para a promoção da paz e estabilidade política na América do Sul (CLOSS, 2019).

Além disso, a UNASUL também avançou significativamente na área da integração de infraestrutura por meio do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). Em 2009, o COSIPLAN incorporou a IIRSA “no intento por superar a falta de conexão da iniciativa com os esquemas de integração regional, munindo-os, assim, de um guarda-chuva institucional” (GRASSI; MORAIS SILVA; KERR-OLIVEIRA, 2020, p. 163).

Após sua incorporação à UNASUL, inúmeros projetos foram financiados no âmbito da IIRSA. Até dezembro de 2017, a sua carteira de projetos contava com o total de 562 projetos, dos quais 409 estavam em execução e 153 estavam concluídos, somando mais de US\$ 198 bilhões em investimentos. Dos 562 projetos, 502 se concentram no setor de transportes, 54 no setor de energia e 6 no setor de telecomunicações – observa-se, portanto, uma concentração de 90% dos projetos na área de transportes. Dentre os projetos da IIRSA finalizados até 2017, destaca-se a construção e melhorias de pontes nacionais e internacionais, rodovias, hidrovias e ferrovias, portos e aeroportos, construção de linhas de fibra ótica, gasodutos, hidrelétricas, termelétricas, entre outras obras (COSIPLAN, 2017).

Quanto ao financiamento dos projetos, 447 receberam financiamento público, 71 receberam financiamento privado e 44 receberam financiamento misto. Ademais, 83% dos projetos são desenvolvidos no âmbito nacional, 16% no âmbito binacional e apenas 1% no âmbito multinacional. Finalmente, os projetos financiados pela IIRSA estão distribuídos em 9 eixos, a saber: 115 projetos no Eixo Mercosur-Chile; 84 projetos no Eixo da Hidrovía Paraguay-Paraná; 77 projetos no Eixo de Capricórnio; 70 projetos no Eixo da Amazonas; 65 projetos no Eixo Andino; 63 projetos no Eixo Interoceânico Central; 45 projetos no Eixo do Sul; 24 projetos no Eixo Perú-Brasil-Bolívia; 20 projetos no Eixo do Escudo Guayanés (COSIPLAN, 2017).

Neste contexto de reformulação do conteúdo político do regionalismo sul-americano, em 2011 é formada a CELAC que, proposta como um mecanismo de concertação e diálogo políticos, contava originalmente com a participação dos 33 países da América Latina e Caribe Segundo Pecequillo e Carmo (2016, p. 359), “a CELAC consiste-se em um projeto de integração que ampliou a projeção brasileira em uma zona tradicional de interesse dos Estados Unidos, a América Central e o Caribe”. Ademais, a partir de 2015 consolidou-se a iniciativa do Fórum China-CELAC, conforme mencionado anteriormente.

Dessa forma, o período da integração sul-americana inaugurado no início do século XXI passou a ser identificados por parte da literatura especializada como um “regionalismo pós-liberal”. Segundo diversos autores, esse regionalismo seria caracterizado pela defesa de uma agenda que conciliava o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social. Ademais, outras de suas características mais importantes são a abrangência sobre áreas para além da

econômico-comercial, como as áreas de defesa, infraestrutura e financiamentos, e a participação mais enfática do Estado na formulação e execução das políticas de integração (SANAHUJA, 2012; LIMA, 2013; BRAGATTI; SOUZA, 2016; MARIANO; RIBEIRO, 2016).

De acordo com Bragatti e Souza, por exemplo:

No âmbito da UNASUL, observam-se traços característicos do regionalismo pós-liberal, como o desenvolvimento de políticas setoriais em nível regional em vários campos. A questão da energia e recursos naturais, por exemplo, tornou-se um tema central na agenda da UNASUL em um contexto internacional de crescente preocupação com a segurança energética (BRAGATTI; SOUZA, 2016, p. 46).

Outros autores denominam essa nova fase do regionalismo sul-americano como “regionalismo pós-hegemônico”. Sob essa perspectiva, entende-se que as iniciativas de integração da primeira década dos anos 2000 combinavam práticas neoliberais com outras práticas políticas de organização e gestão da economia regional. Assim, o regionalismo sul-americano teria se descolado do modelo integracionista neoliberal hegemônico e teria passado a pautar a autonomia dos países da região como sua prioridade, havendo uma participação predominante do Estado na condução dos processos político-institucionais a partir de então. Neste contexto, embora o neoliberalismo não tenha sido completamente superado, o ciclo do regionalismo pós-hegemônico representou o fim da primazia de um único modelo de integração regional (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012; BRICEÑO-RUIZ, HOFFMANN, 2015; CORRÊA, 2015).

Em linhas gerais, os esforços empreendidos no âmbito das organizações regionais no início do século XXI podem ser interpretados como uma tentativa para “ir além dos modelos de integração liderados pelos Estados Unidos” (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012, p. 1, tradução livre). Ainda, podemos afirmar que esse período do regionalismo sul-americano esteve orientado pelo objetivo compartilhado por diversos governos de tornar a América do Sul em um bloco geopolítico mais autônomo, promovendo a resolução de questões regionais por meio do diálogo e construção de consensos, buscando evitar a recorrência a organizações extrarregionais (GRANATO, 2015; GRASSI, 2019; BARROS; GONÇALVES; SAMURIO, 2020; BRICEÑO-RUIZ, 2020).

Ao mesmo tempo, as iniciativas reformuladas ou criadas neste período, como Mercosul, ALBA, UNASUL e CELAC, as quais adotavam uma abordagem crítica ao neoliberalismo e à hegemonia estadunidense no plano regional, coexistiram com outros blocos regionais que mantiveram um comprometimento com o modelo integracionista neoliberal e uma relação próxima com a potência norte-americana (ALVAREZ, 2020).

Portanto, no mesmo contexto de avanço das iniciativas de integração pós-liberal ou pós-hegemônicas, em 2011 a Aliança do Pacífico foi formulada sobre bases político-estratégicas distintas ao destas instituições. A Aliança foi proposta como um eixo de integração alternativo àquele liderado pelo núcleo Brasil-Argentina, com foco no mercado externo e na internacionalização de suas economias, sem propor necessariamente a formação de um bloco econômico. Conforme o exposto no capítulo 3, os países-membro da aliança são México, Colômbia, Peru e Chile, que “representam modelos de abertura, liberalização e desregulamentação econômica e comercial. Todos eles têm em vigor ou em processo de ratificação acordos de livre comércio com os Estados Unidos e a União Europeia” (BERNALMEZA, 2013, p. 17).

Segundo Briceño-Ruiz (2020), a criação da Aliança do Pacífico no início da segunda década do século XXI, com o exposto apoio dos Estados Unidos, representou o início do declínio do regionalismo inaugurado na América do Sul nos anos 2000. A conjuntura regional que favoreceu a construção dos arranjos político-institucionais autonomistas passou a se deteriorar a partir de 2011, quando a política externa do Brasil passou por um período de retrocesso relativo, sob o governo de Dilma Rousseff, gerando um vácuo de poder na América do Sul (PECEQUILO; CARMO, 2016). Após isso, a conjuntura política sul-americana sofreu profundas alterações com a ascensão de governos de centro-direita em diversos países na região (BAPTISTA; BERTOLUCCI, 2020).

Desta forma, na próxima seção deste capítulo, discutiremos a contrarreação hegemônica dos Estados Unidos ao projeto autonomista desenvolvido na América do Sul no início do século XXI, considerando o neointervencionismo estadunidense e a consequente desestabilização de diversos governos da região, que levou a uma crise do ciclo progressista sul-americano. Por fim, nas seções seguintes, buscaremos relacionar esses fenômenos com o atual estado dos arranjos político-institucionais na região.

#### **4.2. CONTRARREAÇÃO HEGEMÔNICA E NEOINTERVENCIONISMO, DESESTABILIZAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL E A CRISE DO CICLO PROGRESSISTA**

Conforme abordado anteriormente, ao longo dos anos 1990, os Estados Unidos empreenderam uma verdadeira ofensiva na América do Sul, baseada especialmente na promoção da cooperação econômica com a região. Contudo, na primeira década do século XXI a presença estadunidense é redimensionada, passando a ser cada vez mais militarizada e, ao

mesmo tempo, relativamente mais distante. Este segundo contexto favoreceu a expansão das iniciativas de integração autonomistas na América do Sul e o aumento da presença de China e Rússia na região.

Com o avanço dos projetos de integração autóctones na América do Sul entre 2000 e 2010, “criou-se uma dinâmica de autonomia interna que reforçou a cooperação regional Sul-Sul” (PECEQUILO, 2013, p. 101). Neste período, o Brasil praticava uma “política externa independente” que conduziu o país à condição de líder regional da América do Sul e, eventualmente, gerou a potencialidade de conflitos com os Estados Unidos (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Ao promover a aproximação com os países do Mercosul e com países como Índia, Rússia e China, através dos BRICS, o Brasil afastou-se relativamente da influência estadunidense, adquirindo maior autonomia (REIS SILVA; SPOHR, 2015).

Ademais, outro país com importante liderança regional na primeira década do século XXI foi a Venezuela. Por meio de sua atuação externa, o país promoveu “uma estratégia regional baseada na combinação de um modelo econômico que rejeitou o neoliberalismo e um modelo político que enfrentou a hegemonia dos EUA” (BRICEÑO-RUIZ, 2018, p. 574, tradução livre). Com o papel desempenhado no que ficou conhecido como o “Não à ALCA”, a criação da ALBA, sua participação no Mercosul e na UNASUL, além de adotar uma postura internacional abertamente anti-estadunidense e anti-imperialista, a Venezuela ocupou um papel de destaque no regionalismo sul-americano no princípio dos anos 2000.

Assim:

Diante deste contexto, que não se restringe à América do Sul, mas a todo o sistema internacional, sintetizado na premissa da multipolaridade e desconcentração de poder, representadas pela ascensão dos emergentes, os Estados Unidos investiram em um processo de contrarreação hegemônica (PECEQUILO; CARMO, 2016, p. 365).

Em outras palavras, o reposicionamento regional e global do Brasil como liderança sul-americana e a assertividade da Venezuela, bem como o aumento da presença das potências eurasiáticas na região, desencadeiam uma resposta estratégica dos Estados Unidos, denominada por Pecequilo e Carmo (2016) como “contrarreação hegemônica”. Esta resposta é parte de uma tendência presente na atuação estadunidense na América do Sul, a qual esteve, em diversos períodos, orientada pelo objetivo de impedir o surgimento de uma potência regional e evitar que qualquer potência exercesse qualquer tipo de influência sobre a região (RODRIGUES, 2020a).

Por essa razão, os Estados Unidos intervêm política, militar e economicamente na região para dissuadir seus potenciais competidores sul-americanos de buscarem um papel regional ou

global de relevância. Rodrigues (2020a) sintetiza a estratégia dos EUA para a América do Sul no século XXI a partir dos seguintes objetivos: (I) garantir sua supremacia e presença militar por meio da redução das capacidades militares dos países sul-americanos; (II) impulsionar a agenda de liberalização econômica através de acordos bilaterais ou regionais; (III) exercer o controle sobre os mercados e recursos estratégicos da região; (IV) contrapor os papéis desempenhados por Brasil, Venezuela, Rússia e China na região, minando projetos regionais como Mercosul, UNASUL e BRICS. Acrescenta-se que:

No caso específico da América do Sul, [a estratégia estadunidense] consiste em brevar o protagonismo regional e internacional do Brasil, através da inviabilização dos projetos de integração regional, destruição de complexos econômicos por vias diretas e indiretas (como as empreiteiras brasileiras e empresas relacionadas ao pré-sal), e submissão da política externa brasileira aos interesses imediatos dos Estados Unidos (RODRIGUES, 2020a, p. 143).

Neste sentido, os primeiros aspectos da contrarreação hegemônica dos Estados Unidos na América do Sul se dão ainda durante o governo Bush, e são materializados em ações estratégicas que foram responsáveis por aprofundar a militarização da presença estadunidense na América do Sul. A partir de 2004, os Estados Unidos empreendem importantes mudanças no USSOUTHCOM, reativando a Quarta Frota do Atlântico Sul, ampliando os investimentos no Comando Sul e criando o USAFRICOM em 2008.

Durante este mesmo período o país passa a promover tratados bilaterais de livre comércio com países da região, o que perpetua uma relação de dependência dos países signatários com os Estados Unidos. Por meio desses acordos, o acesso adicional ao mercado estadunidense fica garantido por poucas concessões, enquanto os países sul-americanos têm uma grande perda de autonomia em áreas como política industrial, serviços, controle sobre o capital estrangeiro, entre outras. Essa estratégia estadunidense visa enfraquecer o processo de integração defendido pelo Brasil e o comércio intrabloco em instituições como o Mercosul, conforme os EUA buscam aprofundar as divergências existentes entre os países-membros em temas comerciais (REIS SILVA; SPOHR, 2015).

A partir do governo Obama, observamos a continuidade da reação estratégica estadunidense que, ademais, passa a ser acompanhada de uma reação retórica. Na *National Security Strategy* de 2010 diversos países considerados emergentes, como China, Rússia e Brasil, passam a ser definidos como novos polos de poder e influência global. Esses países são acusados de “desestruturar a ordem multilateral a partir das pressões para a reforma da governança (defendida por Obama, mas sob novo padrão, mais gradual e menos profunda) e, segundo, explorar os países de menor poder relativo por seus recursos em uma relação

assimétrica” (PECEQUILO; CARMO, 2016, p. 366). Esta reação retórica é ainda mais intensificada a partir do governo de Donald Trump.

Soma-se a isto, desde 2011, a promoção de novas iniciativas econômicas na América do Sul, possibilitadas pela recuperação econômica dos Estados Unidos. Essas iniciativas têm como objetivo contrapor o papel de liderança exercido pelo Brasil nos processos de integração regional e o da China como parceiro econômico externo dos países da região. É neste contexto que a Aliança do Pacífico e o projeto da TPP foram criados, visando diluir a influência brasileira e chinesa nas relações econômicas sul-americanas.

Ainda, avaliando a atuação estadunidense no entorno geográfico sul-americano, cabe mencionar a retomada das relações diplomáticas dos EUA com Cuba sob a administração Obama, a partir de 2014. Essa retomada é influenciada tanto por questões internas quanto externas. Internamente, servia para pressionar grupos de interesse conservadores cubanos e aproximar o partido democrata do eleitorado hispânico. Externamente, o objetivo principal seria conter o avanço sino-brasileiro na região (PECEQUILO; CARMO, 2016). Embora o acordo diplomático oficialmente assinado pelos dois países no dia 20 de julho de 2015 tenha sofrido ataques sob a administração Trump, ele se mantém até os dias atuais (DUARTE SOUZA, 2020).

Contudo, é a partir da eleição de Donald Trump que a contrarreação estadunidense ao avanço da autonomia regional sul-americana no início do século XXI ficou ainda mais evidente (CEPIK, 2019). Se, por um lado, a nova administração tornou o futuro da competição interestatal e da política externa estadunidense para as potências mais imprevisíveis, por outro, ela tornou o comportamento dos EUA frente aos países periféricos muito mais transparente. Esse comportamento se baseia em um neointervencionismo que coloca em risco a democracia e a soberania nacional de países periféricos que se convertem em alvos da política externa dos Estados Unidos. “Essas ‘intervenções estratégicas’ não têm mais nenhum tipo de limite ético, nem mais nenhum tipo de compromisso com a reconstrução das sociedades e economias que forem destruídas” (FIORI, 2018, p. 108).

Assim, Fiori (2018) identifica quatro tipos de intervenções que são promovidas pelos Estados Unidos em diversos locais da periferia mundial, tanto de forma separada quanto de forma conjunta: (I) intervenção em processos eleitorais de países estratégicos, prática recorrente na atuação externa dos EUA que hoje em dia se apoia no uso de tecnologias da informação para ser implementada; (II) promoção de golpes militares tradicionais (como o da Turquia, em 2016) e de golpes jurídico-parlamentares, como em diversos países da América Latina – estes golpes são aplicados sob a liderança do Judiciário com o apoio de parlamentares conservadores,

derrubando governos eleitos democraticamente por meio de táticas de *lawfare*<sup>23</sup>; (III) imposição de sanções monetário-financeiras, que provocam a queda do valor da moeda do país-alvo, fuga de capitais, escassez de bens e alta da inflação, levando ao completo estrangulamento econômico do país sancionado; (IV) deflagração de uma Guerra Híbrida contra o país-alvo, um tipo de guerra que prioriza a destruição da vontade política do adversário por meio do colapso físico e moral do seu Estado e sociedade, e que pode combinar práticas dos outros três tipos de intervenções anteriormente mencionados.

Estas intervenções são acompanhadas por um importante elemento retórico de combate à corrupção. Conforme analisado anteriormente, observamos que os últimos documentos de segurança nacional dos Estados Unidos apresentam o combate à corrupção como uma das estratégias empregadas para combater governos e empresas que ameacem ou desafiem os interesses estratégicos dos Estados Unidos. Na *National Security Strategy* de 2017, por exemplo, está presente o seguinte trecho:

Counter Foreign Corruption: Using our economic and diplomatic tools, the United States will continue to target corrupt foreign officials and work with countries to improve their ability to fight corruption so U.S. companies can compete fairly in transparent business climates. (U.S., 2017, p. 22).

Neste sentido, o combate aos governos corruptos é instrumentalizado como um recurso discursivo que é empregado pela potência estadunidense e seus aliados geopolíticos para apoiar trocas de regime ou desestabilizar governos não-alinhados – não só na América Latina, mas também em outras regiões do globo. Essa prática é amplamente reconhecida como uma tática de Guerra Híbrida, definida como uma nova estratégia de guerra indireta que constitui uma diretriz de política externa e de defesa estadunidense, exibida pela primeira vez durante as crises na Síria e na Ucrânia (KORYBKO, 2018).

A Guerra Híbrida surge como uma estratégia dos Estados Unidos para troca de regimes em um contexto internacional no qual a aplicação da força estadunidense está restringida pela reascensão dos polos de poder eurasiáticos:

Estratégias convencionais para a troca (forçada) de regimes (Panamá, Afeganistão, Iraque) foram possíveis em um mundo unipolar, mas com o momento unipolar desvanecendo, os EUA se veem obrigados a reviver o modelo de liderança velada com que flertaram pela primeira vez durante a guerra Soviético-Afegã. [...]

---

<sup>23</sup> “O *Lawfare* vem sendo uma estratégia do establishment da política externa estadunidense e da segurança nacional daquele país como forma de evitar a ação militar e assim diminuir os custos, responsabilizações e o desgaste político. Seu objetivo é a manipulação do arcabouço e sistema jurídico de uma determinada sociedade contra grupos políticos e econômicos inconvenientes, concorrentes ou mesmo contrários aos interesses do consórcio de empresas e da política externa/geopolítica dos Estados Unidos” (ANDRÉ, 2020, p. 49).



Evidentemente, em um ambiente competitivo assim, será mais difícil de empregar o unilateralismo agressivo sem correr o risco de consequências colaterais (KORYBKO, 2018, p. 35).

Em meio a este contexto, os EUA formularam uma política de “liderança velada”, a qual foi incluída no seu planejamento militar. Essa política se baseia na utilização de aliados e líderes locais ou regionais como procuradores que favorecem os objetivos geopolíticos e geoestratégicos dos Estados Unidos fabricando um cenário de desestabilização política, social e/ou econômica. Uma vez que a campanha de desestabilização tenha sido concluída, o que se segue é a neutralização política do Estado-alvo, que o mantém em estado de colapso ou semicolapso por um longo período. Dessa forma, o Estado-alvo adentra em “um buraco negro geopolítico” cujo “campo de atração gravitacional regido pelo caos” engole os Estados vizinhos, gerando uma completa desestabilização do ambiente regional no qual o Estado-alvo se insere (KORYBKO, 2018, p. 91).

Tomando isto em consideração, podemos afirmar que, ao menos desde 2010, a América do Sul tem sido alvo de diversas práticas políticas veladas que se inserem em uma estratégia de Guerra Híbrida. Estas práticas estiveram voltadas para a eliminação dos governos progressistas da região que, em diferentes graus, divergiram das diretrizes estratégicas dos Estados Unidos e, possivelmente, não seriam vencidos por meio de processos eleitorais sem interferências (RODRIGUES, 2020a). Paralelamente, estas práticas têm desencadeado uma exacerbação da polarização política em diversos países sul-americanos, a qual tem se desdobrado em crises e disputas político-econômicas que, ao mesmo tempo que são um resultado da polarização, também são responsáveis por alimentá-la.

Este fenômeno pode ser observado em países onde táticas de Guerra Híbrida como a *lawfare* foram utilizadas para induzir trocas de regime. Nestes países, a polarização política foi instrumentalizada e conduzida por grupos de interesse (exógenos e endógenos) para minar a imagem pública de líderes progressistas e atacar seus governos. Este é o caso do Paraguai em 2012, do Brasil em 2016 e da Bolívia em 2019, onde essa estratégia promoveu mudanças de governo por meio de golpes de Estado jurídico-parlamentares. É também o caso da Venezuela, onde um quadro de desestabilização político-econômica tem se prolongado desde 2014, embora sem consolidar uma mudança de governo, e da Argentina, onde desde 2015 Cristina Kirchner tem sido alvo de uma guerra jurídica que favoreceu a eleição de Mauricio Macri.

Como resultado, para além dos casos de países em que a polarização política foi explorada e aprofundada por uma estratégia de Guerra Híbrida, a tendência polarizante tem se espalhado por todos os países da região, gerando uma profunda desestabilização do ambiente

regional – conforme teorizado por Korybko. Portanto, cabe ressaltar que mesmo em países onde não houveram tentativas veladas de promoção de mudanças de governos, a polarização política se desdobrou em revoltas sociais e períodos de agitação política de cunho popular, com reivindicações por mudanças políticas estruturais, como no Chile e no Equador em 2019 e na Colômbia em 2021. No Peru, a polarização política do país esteve evidente em diversas manifestações contra a tentativa de golpe de Estado por parte de Manuel Merino em 2020 (ZOVATTO, 2019; AGUIRRE; CHAVEZ; ROBLEDO, 2020; VALENCIA, 2021).

Neste sentido, a polarização política tem gerado oportunidades para a ascensão de governos populistas de direita ou centro-direita na América do Sul. Em meio a este contexto, nos últimos anos, um novo ciclo de neoconservadorismo e neoliberalismo sul-americano foi inaugurado. Dessa forma, o Quadro 1 esboça uma relação dos representantes dos dois ciclos políticos que configuraram o ambiente regional sul-americano no século XXI – o ciclo progressista e o ciclo neoconservador e neoliberal:

**Quadro 1 – Representantes dos ciclos políticos sul-americanos no século XXI**

| <b>País</b>      | <b>Representante(s) do ciclo progressista</b>                     | <b>Representante(s) do ciclo neoconservador e neoliberal</b>  | <b>Mecanismo político de transição de um ciclo para o outro</b> |
|------------------|---|---|---|
| <b>Argentina</b> | Néstor Kirchner (2003-2007)<br>Cristina Kirchner (2007-2015)      | Mauricio Macri (2015-2019)  | Eleições (após Kirchner ser alvo de uma guerra jurídica)        |
| <b>Brasil</b>    | Lula (2003-2010)<br>Dilma Rousseff (2011-2016)                    | Michel Temer (2016-2018)<br>Jair Bolsonaro (2019-presente)  | Golpe jurídico-parlamentar                                      |
| <b>Bolívia</b>   | Evo Morales (2006-2019)   | Jeanine Áñez (2019-2020)  | Golpe jurídico-parlamentar                                      |
| <b>Chile</b>     | Michelle Bachelet (2006-2010 e 2014-2018)                         | Sebastián Piñera (2010-2014 e 2018-2022)  | Eleições  |
| <b>Colômbia</b>  | Não houve   | Álvaro Uribe (2002-2010)<br>Juan Manuel Santos (2010-2018)<br>Iván Duque (2018-presente)                            | Não houve transição de um ciclo para outro                      |
| <b>Equador</b>   | Rafael Correa (2007-2017)   | Lenín Moreno (2017-2021)<br>Guillermo Lasso (2021-presente)   | Eleições  |
| <b>Paraguai</b>  | Fernando Lugo (2008-2012)   | Horacio Cartes (2013-2018)<br>Mario Benítez (2018-presente)   | Golpe jurídico-parlamentar                                      |
| <b>Peru</b>      | Alan García (2006-2011)<br>Ollanta Humala (2011-2016)             | Pedro Kuczynski (2016-2018)<br>Martín Vizcarra (2018-2020)<br>Manuel Merino (2020)<br>Francisco Sagasti (2020-2021) | Eleições  |
| <b>Venezuela</b> | Hugo Chávez (1999-2013)<br>Nicolás Maduro (2013-presente)         | Não houve   | Não houve transição de um ciclo para outro                      |
| <b>Uruguai</b>   | Tabaré Vázquez (2005-2010 e 2015-2020)<br>José Mujica (2010-2015) | Luis Lacalle Pou (2020-presente)  | Eleições  |

Fonte: Elaborado pela autora.

Consideramos que o atual ciclo neoconservador e neoliberal sul-americano foi formalmente inaugurado com o golpe de Estado no Paraguai em 2012. O caso paraguaio foi o primeiro dos golpes de Estado bem sucedidos durante o século XXI na América do Sul. Eleito em 2008, Fernando Lugo chegou à presidência do Paraguai, rompendo com 60 anos de governo do conservador Partido Colorado, que incluem 35 anos de ditadura militar. Durante seu governo, o país passou por mudanças em relação à sua soberania energética e saúde pública, além de ter colaborado com os avanços da integração regional sul-americana, por meio do Mercosul e da UNASUL. Contudo, no dia 21 de junho de 2012, o Congresso Nacional entrou com o pedido de *impeachment* com base no artigo 225 da Constituição de 1992, que permite o impedimento em caso de mal desempenho das funções presidenciais, crimes cometidos no exercício do cargo de presidente ou crimes comuns. Neste mesmo dia, à tarde, o Senado se constituiu em tribunal, dando ao presidente apenas duas horas para preparar sua defesa, perante um senado absolutamente dominada pela oposição – 42, do total de 45 senadores (ROSENMANN, 2017).

Naquele momento, Federico Franco, aliado e vice-presidente de Lugo, membro do Autêntico Partido Liberal Radical, retirou o seu apoio ao presidente. Lugo recebeu, então, cinco acusações: (I) autorização para um ato de jovens esquerdistas sul-americanos em um quartel militar em 2009; (II) instigador e facilitador de invasões de terras; (III) ações “insuficientes” diante dos problemas de insegurança pública; (IV) assinatura do Protocolo de Ushuaia II sem anuência do Congresso paraguaio; e (V) inação diante do massacre de Curuguaty (FLAX; ROMANO; VOLLENWEIDER, 2016).

O massacre de Curuguaty ocorreu em 15 de junho de 2012, apenas uma semana antes do *impeachment* de Lugo, e foi um ponto central para a destituição do presidente paraguaio. O massacre foi realizado pela Polícia Nacional, representada por 324 oficiais, que buscava executar uma ordem de despejo contra 70 agricultores – a ação ocasionou em 17 mortes, das quais 6 foram de policiais. Apesar dos relatos de torturas, execuções e indícios de alterações da cena do crime, por parte da Polícia Nacional, a decisão do Ministério Público, baseada exclusivamente em depoimentos policiais, culpou os camponeses pelo massacre. Entre os policiais que participaram da operação, diversos haviam recebido treinamento estadunidense – entre 2005 e 2010, centenas de policiais e militares paraguaios foram treinados por programas financiados pelos Estados Unidos, através da sua Agência para o Desenvolvimento Internacional, a USAID (VIANA, 2013; FLAX; ROMANO; VOLLENWEIDER, 2016).

A USAID está presente no Paraguai especialmente através da UMBRAL, um programa que nasceu em 2006 como uma iniciativa do governo paraguaio para fortalecer os mecanismos de combate à corrupção no país. O programa conta com o apoio financeiro do governo estadunidense por meio da *Millennium Challenge Corporation* (MCC) e é administrado pela USAID. O volume de recursos destinado ao programa só é comparável ao volume de recursos destinados pelos Estados Unidos ao Paraguai durante a primeira década da ditadura de Alfredo Stroessner. Dentre os principais programas financiados pela USAID no país, está o treinamento das forças de segurança paraguaias. Assim, a Polícia Nacional é o órgão paraguaio que mais recebeu doações da USAID até 2012, seguida do Ministério Público e do Supremo Tribunal Federal – que negou dois recursos promovidos pela defesa de Lugo (VIANA, 2013).

Após o golpe, a OEA defendeu a legitimidade do *impeachment*, minimizando as críticas de organizações regionais como Mercosul e UNASUL, que suspenderam o Paraguai sob o argumento de que a destituição de Lugo representava uma ruptura no processo democrático paraguaio. O governo de Barack Obama reconheceu o governo de Federico Franco, enquanto o embaixador estadunidense no Paraguai, James Thessin, adotou a mesma posição da OEA. Assim que Franco assumiu a presidência, substituiu todos os funcionários do governo Lugo e implementou uma política agrária de benefício exposto para as grandes empresas transnacionais, em detrimento dos pequenos produtores. Ao mesmo tempo, desmantelou todos os espaços televisivos e meios públicos. Nas eleições de 2013, um *outsider* político, o empresário megamilionário Horacio Cartes, do Partido Colorado, foi eleito, consolidando o resultado do golpe (VIANA, 2013; FLAX; ROMANO; VOLLENWEIDER, 2016).

De acordo com Soler:

El golpe de Estado del 22 de junio de 2012 canceló la experiencia reformista encarnada en Paraguay por Fernando Lugo. Su destitución repuso en el poder, más que al viejo Partido Colorado, a una elite empresarial y a una nueva configuración social de las derechas locales vinculadas a una matriz rentista derivada de los productos de exportación paraguayos: carne vacuna, soja y electricidad (SOLER, 2014, s/p).

Na opinião do ex-presidente Lugo, as forças econômicas que lideraram o golpe foram grupos internos e externos ao Paraguai: as grandes multinacionais do agronegócio sediadas nos Estados Unidos, Cargill, ADM e Monsanto, assim como a francesa Dreyfuss, e outras que sentiam que seu controle sobre os recursos naturais paraguaios estava ameaçado pelo governo progressista. Além disso, a oligarquia local dedicada ao agronegócio, associada a esse grupo de multinacionais e às corporações midiáticas, também lideraram o golpe e se beneficiaram dele (ESTRADA, 2018).

Além do caso paraguaio, outros países sul-americanos sofreram tentativas de golpe ou de outras formas de desestabilização nos últimos anos: Venezuela (2002, 2003, 2014), Bolívia (2008 e 2019), Equador (2010) e, recentemente, após a eleição de Alberto Fernández, a Argentina. Portanto, a Guerra Híbrida tem sido deflagrada em diversos países da América do Sul para corroer o papel do Estado, do ponto de vista econômico, político, social e moral. Por meio de um longo processo de cooptação de importantes segmentos das elites locais desses países (judiciário, imprensa e atores políticos), os Estados Unidos empreenderam um projeto de desmonte de projetos nacionais autônomos, “através da exacerbação dos conflitos das Forças Políticas Internas, acarretando uma divisão endógena seguida de caos econômico e social das sociedades sul-americanas”, que inviabiliza a manutenção do projeto de integração autônomo que vinha sendo construído na região (RODRIGUES, 2020a, p. 153).

Cabe ressaltar que a Guerra Híbrida está diretamente relacionada com a transição hegemônica corrente pois, ao empregarem essa estratégia para provocar a neutralização de um Estado não-alinhado, os Estados Unidos buscam prolongar a sua hegemonia. Ao ser implementada em vários tabuleiros geopolíticos simultaneamente, a Guerra Híbrida poderia desacelerar o processo de transição hegemônica e a consequente construção de uma ordem multipolar, conservando a supremacia dos Estados Unidos no plano internacional por um maior período de tempo. Assim:

A partir da constatação de que os Estados Unidos não possuem mais a capacidade (custos político-econômicos, opinião pública) de manter guerras irrestritas longínquas ao seu entorno estratégico direto e imediato, principalmente após as experiências no Iraque e no Afeganistão e, obviamente, devido à crise de 2008, os geostrategistas estadunidenses relançaram suas bases para o século XXI retomando, num primeiro momento, o controle regional, visando a possibilidade posterior de nova ofensiva em âmbito global. Em outros termos, a América do Sul retorna ao radar do Big Game estadunidense (RODRIGUES, 2020a, p. 154).

Neste sentido, a promoção da mudança autoritária de governos – prática recorrente na estratégia estadunidense para a América Latina – se tornou ainda mais evidente nos últimos anos, especialmente contra os governos associados ao “populismo autoritário” e à “corrupção”. Além disso, no contexto do neointervencionismo estadunidense, a polarização política dentro e entre os países sul-americanos tem sido explorada e aprofundada pela ação dos EUA em seu apoio aos golpes jurídico-parlamentares na América do Sul. Esta é uma tática que se insere no contexto da nova estratégia de segurança estadunidense, elaborada para assegurar sua posição hegemônica por mais tempo e, assim, buscar retardar o avanço de China e Rússia e a consequente consolidação de uma transição hegemônica que leve à conformação uma ordem multipolar (FIORI, 2018).

Desta forma, a seguir, iremos focar sobre os dois casos mais emblemáticos de desestabilização política gerada por uma estratégia de Guerra Híbrida na região, Brasil e Venezuela. A escolha por estes dois casos se baseia, essencialmente, em dois fatores: (I) o papel de liderança desempenhado por Brasil e Venezuela na articulação de um regionalismo autonomista na América do Sul na primeira década dos anos 2000; (II) a centralidade que Brasil e Venezuela possuem para a competição entre as potências na América do Sul. Essa centralidade se deve a condições políticas, econômicas e geográficas, mas também ao potencial energético de ambos países, que lhes confere especial relevância para a transição hegemônica em curso, pela relação intrínseca entre recursos energéticos e capacidades militares e tecnológicas, que exploramos no capítulo 2. Conforme Fiori:

O petróleo não é a causa de todos os conflitos do sistema internacional. Mas não há dúvida que a grande centralização de poder que está em curso dentro do sistema interestatal também está transformando a permanente luta pela “segurança energética” dos estados nacionais, numa guerra entre as grandes potências pelo controle das novas reservas energética que estão sendo descobertas nestes últimos anos. [...] As descobertas mais importantes e promissoras deste início de século, foram a das areias betuminosas do Canadá, do pré-sal brasileiro, e a do cinturão do rio Orinoco, na Venezuela. [...] Se somarmos a isto o salto da produção americana de petróleo e de gás, nos últimos três ou quatro anos, produzido pelo “*fracking boom*”, entenderemos porque o continente americano está se transformando no novo grande foco da geopolítica energética mundial. E entenderemos também, duas outras coisas: a decisão norte-americana de voltar a ser o maior produtor de petróleo do mundo, e o *pivot* ou controlador – em última instância – dos níveis de produção e preço do mercado mundial de petróleo (FIORI, 2019a, p. 110-111).

A descoberta das reservas do cinturão do Orinoco posicionou a Venezuela como a maior reserva de petróleo do mundo, calculada hoje em 300 bilhões de barris. Por sua vez, com reservas estimadas de 13 milhões de barris, o Brasil ocupa o décimo quinto lugar do ranking mundial – contudo, se considerarmos as estimativas de alguns centros de pesquisa sobre o Pré-Sal, o país pode concentrar até 176 bilhões de barris de reserva (FIORI, 2019a). Em 2016, a desestabilização política do Brasil culminou em um golpe jurídico-parlamentar contra o governo de Dilma Rousseff. Já a Venezuela adentrou uma profunda crise político-econômica após 2013 e, embora uma troca de regime não tenha se consolidado no país caribenho, este hoje se caracteriza como uma arena de confronto indireto entre Rússia e Estados Unidos. Assim, a internacionalização da crise venezuelana converteu o país no epicentro da disputa entre as potências na América do Sul.

#### **4.2.1. Desestabilização e crise no Brasil**

Ainda nos primeiros mandatos de Obama e Dilma Rousseff, Estados Unidos e Brasil passaram a se reaproximar, após um período de estagnação das relações bilaterais durante os governos Bush e Lula. Esta reaproximação ocorre justamente em um período no qual os Estados Unidos vinham continuamente perdendo seu espaço na América do Sul para a China – em 2010, a potência asiática se tornou o maior parceiro econômico do Brasil, superando os EUA. No mesmo ano diversos países sul-americanos, incluindo tradicionais aliados dos Estados Unidos na região, como o Chile, passaram a ter a China como sua primeira, segunda ou terceira parceira comercial. Portanto, as atuações de Brasil e China exerciam uma dupla pressão sobre a hegemonia estadunidense na América do Sul e, após 2011, essa realidade regional passou a se modificar (PECEQUILO; CARMO, 2016).

Neste contexto, o Presidente Obama visitou o Brasil em março de 2011, o “diálogo estratégico” entre os dois países foi fortalecido (estabelecido durante a visita de Bush ao Brasil em 2005) e as negociações do Mercosul com a União Europeia passaram a ser priorizadas. Ademais, algumas concessões foram realizadas pelos Estados Unidos neste momento, como a abertura para produtos brasileiros no mercado de carne bovina estadunidense, a criação de um visto especial para empresários brasileiros adentrarem o país, o *Global Entry*, e a realização de diversas declarações de apoio mútuo e memorandos de entendimento entre os países (REIS SILVA; SPOHR, 2015; PECEQUILO; CARMO, 2016).

Entretanto:

Em termos práticos, nada foi alterado, principalmente pela crise brasileira e a continuidade de pressões da oposição para um relacionamento bilateral preferencial em detrimento da política anterior globalista. Inclusive, a China continua, a despeito destas negociações, a principal parceira individual do país. Predomina aqui também o baixo perfil e enquanto isso os Estados Unidos, assim como a China, avançam no vácuo de poder brasileiro (PECEQUILO; CARMO, 2016, p. 367).

Assim, Pecequilo e Carmo (2016) argumentam que a mudança no perfil de atuação externa do Brasil após 2011, sob o governo de Dilma Rousseff, deu início a um retrocesso na presença brasileira na América do Sul que desencadeou um vácuo de poder regional. Quando comparado ao período da política externa brasileira de 2003-2010, o primeiro mandato de Dilma Rousseff manteve uma continuidade no plano retórico, mas passou a adotar uma atuação externa de baixo perfil. Em geral, a diplomacia presidencial brasileira em fóruns regionais e globais passou a ser exercida de forma reduzida e, ao mesmo tempo, buscando aliviar as pressões internas da oposição, o país buscou aproximar-se dos Estados Unidos.

Conforme Carvalho e Gonçalves:

Sem dúvidas, a combinação das condições do cenário externo com a complicação da situação econômica brasileira, resultantes de fragilidades não enfrentadas anteriormente, explicam, em parte, o menor ativismo do Brasil em assuntos de política externa e em termos regionais (CARVALHO; GONÇALVES, 2016, p. 243).

Portanto, o período da política externa brasileira inaugurado a partir de 2011 é associado ao início do declínio da liderança regional do país. A liderança regional brasileira na primeira década do século XXI se consolidou especialmente por meio dos projetos de integração autonomistas, e esteve caracterizada por um discurso com forte preocupações sociais e de cunho reformista. Com a revitalização do regionalismo sul-americano, o Brasil exerceu um importante papel de liderança regional, fomentando processos integracionistas e a busca por maior autonomia regional perante o ambiente internacional (VISENTINI, 2010).

Entretanto, essa liderança regional encontrou diversos obstáculos em nível doméstico, regional e internacional e, entre 2011 a 2014, embora os projetos sul-americanos tenham se mantido ativos, estes passaram a ser afetados pela realidade brasileira. Domesticamente, podemos mencionar a crise econômica e a instabilidade política como dois fatores que dificultaram a manutenção do papel ativo do país nos fóruns regionais e globais neste período. Conforme a demanda chinesa por *commodities* diminuía, especialmente após 2010, toda a região adentrou uma fase de recuo econômico e, no Brasil, isto se traduziu em baixas taxas de crescimento e aumento da inflação. Dessa maneira, o Brasil já não dispunha da mesma capacidade orçamentária do início do século XXI e, conseqüentemente, os cortes dos gastos públicos afetaram sua atuação regional. O COSIPLAN foi especialmente atingido pelos cortes: os investimentos no conselho foram significativamente reduzidos, atrasando obras em andamento e suspendendo estudos de projetos (CARVALHO; GONÇALVES, 2016; PECEQUILO; CARMO, 2016).

Ademais, o governo de Rousseff foi profundamente desestabilizado pela crise política que se instalou no país a partir das manifestações iniciadas em 06 de junho de 2013. Nesta data, na cidade de São Paulo, manifestações inicialmente organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), a Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL) e grupos anarquistas, tinham por reivindicação inicial o direito ao transporte público gratuito e de qualidade, contra o aumento das tarifas de transporte na capital paulista. Os protestos rapidamente escalaram, tanto em sua abrangência territorial, espalhando-se por diversas cidades do país, como em suas reivindicações: conforme a grande mídia intensificava suas críticas contra os manifestantes que adotavam discurso e postura políticos mais radicais, criou-se uma narrativa de que existia um



modelo de “bom manifestante” em oposição a um estereótipo de “mau manifestante” e, rapidamente, as manifestações passaram a ser amplamente despolitizadas (ANDRÉ, 2020).

Com a gradativa despolitização dos protestos observa-se uma profunda fragmentação discursiva em torno das mobilizações, conforme as pautas reivindicadas pelos manifestantes se tornam mais diversas e difusas e, finalmente, as manifestações acabam tomando uma nova direção que já não correspondia à convocatória inicial do MPL. Neste momento, tomando estes elementos em consideração, o MPL se retira dos atos públicos e deixa um vazio político (YACOVENCO, 2019). Em meio a este vazio, as pautas das manifestações passam a ser uma gama de reivindicações que, embora pulverizadas, estavam orientadas pelo mote “anticorrupção”, e passaram a ser direcionadas contra o então governo de Dilma Rousseff:

Os protestos que ficaram conhecidos como as jornadas de junho criaram a oportunidade política para a convergência das oposições ao Partido dos Trabalhadores - PT - em diferentes escalas, que acabaria na desestabilização política perpassada pelo golpe brando em Dilma Rousseff em 2016 e o “reboot” da economia política nacional de nuance facholiberal desde então iniciada pelo seu vice-presidente levado ao poder naquele ano, Michel Temer, e radicalizada com a chegada de Jair Messias Bolsonaro ao poder nas eleições federais de 2018 (ANDRÉ, 2020, p. 22).

Portanto, André (2020, p. 18) considera que as manifestações de junho de 2013 são os “eventos de partida da desestabilização política brasileira como Guerra Híbrida nessa última década”. Após 2013, uma série de grupos organizados e financiados por instituições privadas sediadas nos Estados Unidos operando no Brasil passaram a se aproveitar do ambiente político instaurado pela insatisfação popular generalizada contra a “corrupção”, o governo de Dilma Rousseff e a classe política em geral. Dentre estes estava o “Movimento Brasil Livre”, conhecido pela sigla MBL, que surgiu da “Estudantes pela Liberdade”, EPL (BAGGIO, 2016; YACOVENCO, 2019).

A EPL é o ramal da “*Students For Liberty*” (SFL) no Brasil. A SFL, fundada em 2008 na *Columbia University*, é uma organização defensora do libertarianismo que atua especialmente em universidades. Já a EPL foi criada em 2012 em Belo Horizonte, a partir do Seminário de Verão do Instituto Ordem Livre. Tanto a EPL quanto o MBL são abertamente financiados pela *Atlas Network*, anteriormente conhecida como *Atlas Economic Research Foundation* – um *think tank* sediado em Washington, que atua desde 1981 na propagação da agenda política da direita ultraliberal, contando com organizações parceiras em todos os continentes (BAGGIO, 2016; YACOVENCO, 2019).

De março de 2015 a agosto de 2016, durante o segundo mandato de Dilma, diversas manifestações antigoverno foram convocadas pelo MBL, em conjunto com o “Movimento Vem

Pra Rua”, liderado por Rogério Chequer, empresário que atualmente é do Partido Novo, e pelo “Revoltados Online”, grupo liderado por Marcelo Reis, ex-pastor evangélico defensor do retorno da ditadura militar. Em seus protestos, estas organizações reivindicavam o *impeachment* de Rousseff (MENDONÇA, 2021).

Segundo Yacovenco:

Las manifestaciones realizadas entre el año 2013 y 2016 son los indicios de la instalación de una crisis e inestabilidad política y social en Brasil que tienen un rol fundamental para la guerra híbrida del país. Pero no son las únicas que actúan para desestabilizar el gobierno federal, las manifestaciones también se nutrían de informaciones provenientes de la operación Lava Jato (YACOVENCO, 2019, p. 85).

Dessa forma, o processo político-jurídico que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016 foi diretamente impulsionado pela ação de organizações como MBL, Vem Pra Rua e Revoltados Online, em combinação com a guerra jurídica (*lawfare*) promovida através da Operação Lava Jato, anunciada como “a maior investigação contra a corrupção no país” (YACOVENCO, 2019, p. 86, tradução livre). O surgimento e o êxito dos protestos pelo *impeachment* só foram possíveis mediante a consolidação de uma base social antipetista. Desde março de 2014, o antipetismo encontrou terreno fértil para se desenvolver como fenômeno sociopolítico devido ao início da Operação Lava Jato, destinada a investigar desvios de recursos públicos e lavagem de dinheiro em um esquema de corrupção envolvendo a maior empresa estatal brasileira, a petrolífera Petrobrás (TATAGIBA, 2018).

A ação da Polícia Federal, Ministério Público e Supremo Tribunal Federal por meio da Operação Lava Jato foi decisiva para o sucesso do movimento antipetista. A megaoperação implicou grandes empreiteiras, políticos eleitos por diferentes partidos políticos e altos funcionários da burocracia pública brasileira. A operação, que entre 2014 e 2018 instalou mais de 2 mil procedimentos, diversas prisões preventivas, conduções coercitivas e utilizou amplamente as delações premiadas, atingiu seus dois grandes objetivos estratégicos: o *impeachment* de Rousseff em agosto de 2016 e a prisão do ex-presidente Lula em abril de 2018, impedindo-o de concorrer às eleições presidenciais neste ano (TATAGIBA, 2018).

O início da Operação Lava Jato se deu por meio de informações repassadas pela Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA) a fiscais e juízes brasileiros sobre irregularidades em empresas públicas e privadas do país. As informações eram especialmente sobre ações ilegais conduzidas no interior da Petrobrás durante os governos de Lula e Rousseff, empresa que mantinha uma competição ativa com os Estados Unidos por mercados sul-americanos e africanos – ademais, outras empresas do país que tinham seus serviços e produtos

contratados pela Petrobrás, como a Odebrecht, OAS e Camargo Corrêa, também foram implicadas. Conforme Moniz Bandeira:

No caso do Brasil, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, com informações fornecidas pela NSA, orientou o procurador-geral da República Rodrigo Janot e o juiz Sérgio Moro sobre as irregularidades e práticas consideradas ilegais, corruptivas, de empresas brasileiras, não só na Petrobrás, mas também de empresas privadas, as grandes construtoras, como a Odebrecht, que concorriam com as corporações dos Estados Unidos, nos mercados da América do Sul e alguns países da África. E aí começou a Operação Lava-Jato com o aparente pretexto e objetivo de combater a corrupção, porém, com o viés político de destruir politicamente o Partido dos Trabalhadores (PT) e o ex-presidente Lula da Silva, e assim inviabilizar sua eleição em 2018 e a revogação de reformas, desejadas por setores econômicos e financeiros dos Estados Unidos. Os interesses em vários e complexos, os quais incluíam devassar e devastar a Petrobrás e as grandes construtoras brasileira, e se conjugavam com a assistência prestada ao juiz Sérgio Moro pelo Departamento de Justiça à Procuradoria Geral da República, Rodrigo Janot (MONIZ BANDEIRA, 2017, p. 22).

Portanto, o autor afirma que o surgimento da Lava Jato esteve diretamente relacionado com a articulação política de autoridades e representantes dos interesses estadunidenses, o que transforma a operação em uma verdadeira “intervenção estrangeira” que, ao fomentar o antipetismo e atacar o governo federal e as empresas nacionais, desestabilizou a capacidade de liderança regional do Brasil:

A Operação Lava-Jato tem, na realidade, um caráter muito mais grave. Constitui uma intervenção estrangeira no Brasil, com a Procuradoria-Geral da República e o juiz Sérgio Moro a fazerem o uso ilegítimo da justiça, i.e., a manipulação da lei e de processos judiciais, delações como negócio, um jogo de mercado em que o preço é a redução da pena, com fins políticos e militares, o desmantelamento do Brasil como potência regional, parte de uma guerra jurídica, assimétrica, uma lawfare, conforme conceito desenvolvido pelo coronel da Força Aérea dos Estados Unidos, Charles J. Dunlap, Jr., no ensaio “Law and Military Interventions: Preserving Humanitarian Values in 21st Conflicts”, apresentado na Duke Law School, em 2001 (MONIZ BANDEIRA, 2017, p. 18).

Desta forma, embora a operação tivesse como justificativa principal o combate à corrupção, ela esteve desde sua origem inserida em uma estratégia ampla de Guerra Híbrida que atenta contra a democracia e a soberania brasileiras e opera a favor dos interesses hegemônicos estadunidenses, instalando uma profunda crise política e social no Brasil. De forma sucinta, podemos apontar que a operação esteve orientada pelos seguintes objetivos: (I) debilitar a principal empresa estatal brasileira, a Petrobrás, e outras empresas nacionais, públicas e privadas, que foram fortalecidas durante os governos petistas e haviam ampliado sua atuação internacional na primeira década dos anos 2000; (II) favorecer o *impeachment* de Rousseff; (III) atacar a imagem do Partido dos Trabalhadores (PT) e do ex-presidente Lula e,

assim, impedir a sua candidatura em 2018, dando um fim ao ciclo progressista iniciado em 2003 (YACOVENCO, 2019).

Assim, a Operação Lava Jato buscou desmoralizar o PT e, ao mesmo tempo, atingiu importantes empresas brasileiras, uma vez que os acusados pela operação tinham sua imagem diretamente vinculada às instituições das quais faziam parte. Entre 2014 e 2018, empresas do setor de construção civil e industrial foram afetadas pela operação. Neste momento, se faz necessário retomar a reflexão de Fiori e Nozaki sobre o lugar ocupado pelo Brasil na estratégia de segurança estadunidense:

Quando foi – na história recente – que o Brasil entrou no radar dessas novas normas de segurança e defesa dos EUA? E aqui não há dúvida de que cabem muitos fatos e decisões que foram tomadas pelo Brasil, sobretudo depois de 2003, como foi o caso da sua política externa soberana, da sua liderança autônoma do processo de integração sul-americano, ou mesmo, da participação no bloco econômico do BRICS, liderado pela China. Mas, não há a menor dúvida de que a descoberta das reservas de petróleo do pré-sal, em 2006, foi o momento decisivo em que o Brasil mudou de posição na agenda geopolítica dos Estados Unidos. Basta ler o *Blueprint for a Secure Energy Future*, publicado em 2011 pelo governo de Barack Obama, para ver que naquele momento o Brasil já ocupava posição de destaque em 3 das 7 prioridades estratégicas da política energética norte-americana: (i) como uma fonte de experiência para a produção de biocombustíveis; (ii) como um parceiro fundamental para a exploração e produção de petróleo em águas profundas; e (iii) como um território estratégico para a prospecção de Atlântico Sul (FIORI; NOZAKI, 2019a, p. 149).

Portanto, para os EUA, o Pré-Sal brasileiro é considerado como uma nova fronteira energética que é estrategicamente relevante, principalmente, pelo fato de estar em uma região que conta com menos tensões geopolíticas quando a comparada a outras regiões ricas em hidrocarbonetos, como o Oriente Médio, por exemplo (PECEQUILO; JAEGER, 2019). Assim, retornamos ao ano de 2003, quando o governo brasileiro promulgou uma nova política de proteção dos produtores nacionais de equipamentos, em detrimento dos antigos fornecedores da Petrobrás, como a empresa estadunidense Halliburton, que até os anos 2000 havia sido dirigida por Dick Cheney, vice-presidente de Bush entre 2001 e 2009. A empresa é a maior fornecedora de serviços e uma das maiores fornecedoras de sondas e plataformas marítimas para o ramo petrolífero do mundo e, até 2003, manteve diversas negociações ativas com a Petrobrás. Contudo, a partir deste ano, empresas brasileiras como a Odebrecht e a OAS passaram a fornecer os serviços e produtos antes supridos pelas grandes fornecedoras internacionais, que perderam lugar no mercado brasileiro (FIORI; NOZAKI, 2019a).

Dessa forma, é possível identificar diversos acontecimentos que situam autoridades ou empresas estadunidenses dentro da complexa teia de informações que conduziu à realização da Operação Lava Jato: (I) Dick Cheney, que vinha do ramo petrolífero, foi quem

concebeu a “guerra ao terrorismo” e conseguiu aprovar o direito de acesso a operações financeiras do sistema bancário mundial – o que permitiu, anos depois, que o Departamento de Justiça dos EUA tivesse acesso às informações financeiras que foram repassadas às autoridades de diversos países que a potência estadunidense buscou desestabilizar, incluindo o Brasil; (II) logo após estes acontecimentos, ocorreu um furto de informações geológicas sigilosas da Petrobrás, em 2008, no mesmo ano em que a IV Frota Naval dos EUA foi reativada, apenas 2 anos após a descoberta do Pré-Sal brasileiro; (III) em 2009, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos iniciou um intercâmbio com integrantes do Judiciário, Ministério Público e da Polícia Federal do Brasil para abordar temas como lavagem de dinheiro e combate à corrupção, que originou uma iniciativa de cooperação chamada “Bridge Project”, da qual Sérgio Moro participou (FIORI; NOZAKI, 2019a).

Além disso, conforme documentos divulgados pela WikiLeaks, descobriu-se que em 2010 a empresa estadunidense Chevron negociou sigilosamente possíveis alterações no marco regulatório do Pré-Sal com o então senador José Serra (PSDB-SP), um dos candidatos à eleição presidencial brasileira (FIORI; NOZAKI, 2019a). Um dos aspectos centrais do marco regulatório é o estabelecimento de um regime de partilha para a exploração do Pré-Sal. Este regime, ao contrário do regime de concessão, determina que os custos das operações de produção sejam descontados do valor total obtido e o excedente seja partilhado entre o Estado e a empresa ou consórcio que realiza a exploração. Para conceder licitações para operações em áreas sob regime de partilha, o Estado prioriza a empresa ou consórcio que oferecer a ele a maior parcela de lucro – dessa forma, o controle sobre a produção é majoritariamente estatal (YACOVENCO, 2019).

Desde a formulação do marco regulatório, representantes do *lobby* internacional do petróleo – como o próprio governo estadunidense e o cartel formado pelas irmãs anglo-saxãs do petróleo (Chevron, ExxonMobil, Shell e BP) – se manifestaram contra o seu estabelecimento. Em setembro de 2016, quando Michel Temer assumiu a presidência do Brasil após o *impeachment* de Dilma Rousseff, as pressões para a mudança do marco regulatório ganharam força. Neste mesmo mês, Eldar Saetre, presidente da petrolífera norueguesa Statoil, defendeu a mudanças no marco regulatório em reunião com Temer. Ademais, somaram-se ao *lobby* internacional representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), além de entidades que representam interesses de empresas estadunidenses no Brasil, como o *Brazil Council* e a Câmara Americana de Comércio. Em outubro de 2016, o Congresso aprovou o projeto do então senador José Serra que desobrigou a Petrobrás de

ser a operadora de todos os blocos de exploração do Pré-Sal, ampliando as possibilidades de exploração por parte das multinacionais (ROCKMANN, 2018; YACOVENCO, 2019).

Ainda, um ano antes do início da Operação Lava Jato, em 2013, veio à tona o escândalo de espionagem da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA), denunciado por Edward Snowden. Em reportagem publicada no dia 5 de junho de 2013 pelo *The Guardian*, foi apontado que a NSA espionava a população estadunidense – utilizando servidores de empresas como Google, Skype e Facebook – bem como diversos países na Europa e na América Latina, incluindo o monitoramento de conversas da presidente Dilma Rousseff, ministros de Estado e dirigentes da Petrobrás. Poucos meses após as primeiras denúncias, em setembro de 2013, novos documentos indicavam que os dados da Petrobrás sobre a camada de Pré-Sal brasileira também poderiam ter sido espionados pelos EUA (UCHOA, 2013; PEDROSA; MATSUKI, 2013).

Finalmente, também em 2013:

[...] a embaixadora dos EUA que acompanhou o golpe de Estado do Paraguai contra o presidente Fernando Lugo foi deslocada para a embaixada do Brasil. E foi exatamente depois dessa mudança diplomática, no ano de 2014, que começou a Operação Lava Jato, que tomou a instigante decisão de investigar as propinas pagas aos diretores da Petrobrás, exatamente a partir de 2003, deixando fora portanto os antigos fornecedores internacionais, no momento exato em que concluíam as negociações da empresa com a Halliburton (FIORI; NOZAKI, 2019a, p. 151).

Para concluir a discussão sobre os objetivos para a deflagração da Operação Lava Jato, acrescentamos as seguintes considerações acerca das práticas empregadas por empresas competidoras no mercado petrolífero mundial:

i) O “mercado mundial” do petróleo nunca teve nada a ver com o que os economistas ortodoxos e liberais chamam de “livre concorrência”, e sempre foi um “campo de guerra” entre grandes corporações e grandes potências. ii) Dentro desse “campo de guerra”, aquilo que os pastores, os juristas e o “homem comum” chamam de “corrupção” – goste-se ou não – foi sempre uma prática regular da competição entre as grandes petroleiras na disputa por novos recursos e mercados. iii) Por fim, há fortes evidências de que estas mesmas corporações que subornam e “corrompem” costumam utilizar a surpreendente acusação de “corrupção” contra seus concorrentes e contra todo e qualquer tipo de concorrentes ou adversários que se interponham em seu caminho (FIORI; NOZAKI, 2019b, p. 157).

Portanto, diversos elementos contribuem e corroboram com a interpretação segundo a qual a Operação Lava Jato esteve, desde seu princípio, instrumentalizando o discurso do combate à corrupção para atuar em favor dos interesses estratégicos de empresas e autoridades estadunidenses. Os resultados políticos da operação favoreceram empresas estadunidenses e outras multinacionais do ramo petrolífero, garantindo-lhes consideráveis vantagens

empresariais ao enfraquecerem a Petrobrás e fornecedoras brasileiras. Ademais, a retórica anticorrupção levou a uma profunda desestabilização do governo federal e a consequente desmoralização do PT, estabelecendo um ambiente político que favoreceu o crescimento da popularidade de Jair Messias Bolsonaro, cuja eleição se baseou em uma pífia retórica anticorrupção pretensamente apolítica, acompanhada de uma intensa campanha de *fake news* que, de forma oportunista, contribuiu para o aprofundamento da polarização política interna. Consequentemente, a política externa autônoma que havia sido construída na primeira década dos anos 2000 foi definitivamente abandonada pelos governos que conduziram o país após o *impeachment* de Dilma Rousseff.

A crise político-econômica do Brasil acabou gerando espaço para a ampliação da presença de atores externos no espaço sul-americano. Com o avanço da Operação Lava Jato, diante da exposição de esquemas de corrupção que envolviam outros governos sul-americanos (como o de Rafael Correa no Equador, Pedro Pablo Kuczynski no Peru e Evo Morales na Bolívia), a região passa a receber menos investimentos de instituições como o BID, a CAF, o FONPLATA, o Banco Mundial e também da União Europeia (NEVES, 2021).

Ademais, após a Lava Jato, embora a internacionalização das empresas brasileiras não tenha sido interrompida, houve uma redução considerável da participação dos investimentos brasileiros na região. Este fenômeno pode ser atribuído à conjuntura econômica do país e à desvalorização do real, mas também está relacionado com a campanha de desprestígio que foi empreendida contra empresas brasileiras, como resultado das acusações de corrupção. Assim, diversas iniciativas financiadas pelo Brasil na América do Sul acabaram sendo interrompidas sem conclusão e a presença das empresas e investimentos brasileiros na região através do BNDES continuaram diminuindo (CARVALHO; GONÇALVES, 2016).

Com isto, se instalou um vazio de liderança em investimentos em infraestrutura na região, um papel que até então era desempenhado pelo Brasil. Este fator se insere em um contexto mais amplo de afastamento do Brasil de sua posição como líder dos processos de cooperação e integração regionais após o *impeachment* de Dilma Rousseff, durante os governos Temer e Bolsonaro. Conforme o país se afastou das iniciativas que havia incentivado e colaborado a criar, o processo de integração regional sul-americano adentrou uma profunda crise – que será discutida mais adiante (NEVES, 2021).

#### **4.2.2. Desestabilização e crise na Venezuela**

A histórica relação entre Estados Unidos e Venezuela se manteve próxima e amigável durante todo o século XX, quando os Estados Unidos investiram pesadamente na indústria petrolífera venezuelana. Quando Chávez se elegeu presidente da Venezuela, em 1999, Bill Clinton ocupava a presidência dos EUA. Inicialmente, as relações entre os dois países se mantiveram cordiais, contudo, especialmente após a eleição de Bush, elas se deterioraram. Sob o governo Bush (2001-2009) a política externa dos EUA para a América Latina se tornou cada vez mais militarizada e, em 2002, conforme Chávez estimulava políticas mais nacionalistas para o setor petrolífero venezuelano, seu governo sofreu uma tentativa de golpe de Estado perpetrada pelos Estados Unidos, a qual não se concretizou. As tensões entre ambos governos continuaram a escalar durante toda a presidência de Bush, uma vez que diversos canais televisivos estadunidenses promoviam uma intensa campanha antichavista, enquanto a oposição de Chávez na Venezuela era diretamente financiada por agências estadunidenses como a USAID e o *National Endowment for Democracy*, NED (HØJEN, 2015).

Com a eleição de Obama a melhoria das relações com a América Latina passou a ser uma das prioridades da política externa estadunidense para a região – ao menos no plano retórico. Para atingir tal objetivo, uma reaproximação com a Venezuela seria fundamental, devido ao papel de destaque ocupado pelo país no ambiente regional. Entretanto, as relações entre os dois países após a eleição do candidato democrata continuaram a se deteriorar e, finalmente, em dezembro de 2014, foi aprovada nos Estados Unidos a Lei de Defesa dos Direitos Humanos e da Sociedade Civil na Venezuela, que impõe sanções aos membros do atual governo venezuelano (HØJEN, 2015).

As sanções foram justificadas por acusações de corrupção e violações de direitos humanos por parte do governo de Nicolás Maduro, especialmente pela repressão estatal a diversas manifestações políticas que ocorreram no país entre 2013 e 2014, mas também pela crise econômica que desencadeou uma escassez de produtos básicos que afetou a qualidade de vida da população venezuelana (HØJEN, 2015). Já em 2015, a Venezuela foi declarada pelo governo Obama como uma ameaça inusual à segurança dos Estados Unidos (MELLO, 2020).

Após a chegada de Donald Trump ao governo estadunidense, em 2017, os EUA recrudesceram ainda mais sua estratégia para a América do Sul e especialmente para a Venezuela (CEPIK, 2019; AGUIRRE; CHAVEZ; ROBLEDO, 2020). Em agosto de 2017 novas sanções foram impostas, com o objetivo de impedir a Venezuela de fazer empréstimos no mercado financeiro dos Estados Unidos e, como resultado, a produção de petróleo do país foi diretamente afetada (WEISBROT; SACHS, 2019).



Também em agosto de 2017 o Presidente Trump, em entrevista coletiva no Estado da Nova Jersey, anunciou que os Estados Unidos poderiam vir a realizar uma intervenção militar na Venezuela. Em agosto de 2018, um ano após este anúncio, o jornal *The New York Times* publicou uma notícia na qual se confirmava que diversos funcionários estadunidenses vinham mantendo reuniões com militares venezuelanos, visando promover uma troca de regime no país caribenho (FIORI, 2019a).

Em 2019, novas sanções estadunidenses foram impostas contra a Venezuela. Nesse momento, determinadas empresas do ramo petrolífero passaram a estar proibidas de negociar diretamente com o país, sob a pena de serem sancionadas em caso de descumprimento, atingindo novamente o setor petrolífero venezuelano (WEISBROT; SACHS, 2019). Ao todo, desde 2015, mais de 150 sanções relacionadas a acusações de terrorismo, tráfico de drogas, ações antidemocráticas, violações dos direitos humanos e corrupção foram emitidas pela Casa Branca, a União Europeia, o Canadá e o Reino Unido contra a Venezuela. Tais sanções são responsáveis por aprofundar exponencialmente a crise política, econômica e social que a Venezuela atravessa desde 2014, com as quedas no preço internacional do petróleo (MELLO, 2020).

As sanções impedem o acesso da Venezuela aos mercados financeiros internacionais, dificultando a tomada de crédito e afetando, assim, sua produção petrolífera e capacidade de importação. A estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA) teve sua matriz bloqueada em solo estadunidense, completando a estratégia de estrangulamento econômico contra o país. As importações, que giravam em torno de 60 bilhões de dólares anuais entre 2011 e 2013, caíram para valores estimados em 12 bilhões de dólares em 2017, gerando uma crise migratória sem precedentes na região (CELAG, 2019).

Atualmente, as sanções geram um prejuízo anual de cerca de 30 milhões de dólares aos cofres públicos venezuelanos, impedindo o país de realizar transações internacionais com o dólar e restringindo por meio de retenções bancárias ou multas os países que negociem diretamente com a Venezuela (MELLO, 2020). A população civil é diretamente atingida pelo cerco econômico ao país. De acordo com pesquisas da ENCOVI (*Encuesta Nacional de Condiciones de Vida*), estima-se que houve um aumento de 31% na mortalidade na Venezuela entre 2017 a 2018. Além disso, mais de 300.000 mil pessoas permanecem em risco pela falta de medicamentos ou tratamento para doenças em função das sanções (WEISBROT; SACHS, 2019).

Assim, as sanções internacionais colocam a população e o governo venezuelanos sob um cerco econômico, com o objetivo de forçar o governo a renunciar ou, então, facilitar a

operacionalização de um golpe jurídico-parlamentar por meio da manutenção da insatisfação popular. Desta forma, as sanções se inserem em uma estratégia mais ampla de Guerra Híbrida, que combina o asfixiamento econômico com o isolamento diplomático internacional e uma campanha midiática difamatória, buscando desgastar a imagem pública do governo de Maduro para forçar uma troca de governo no país, sem descartar a possibilidade do uso da força militar para atingir este objetivo (MORALES, 2019).

À esta interpretação, acrescentamos a contribuição de Diallo:

As agitações políticas associadas à mudança de regime em várias partes do mundo, são vistas de um lado, como um despertar do povo principalmente jovens para exigir democracia e respeito dos Direitos Humanos aos seus governantes e do outro, como um imperialismo inteligente ou *soft power* (Nye, 2004) também chamado de imperialismo democrático (Mbeko, 2016), utilizado pelas potências globais para manter seu domínio, influência e interesses geopolíticos e geoeconômicos em regiões em disputa como Oriente Médio, África e América Latina. Olhando a estratégia da política externa americana, fundamentada na teoria de não violência e de mudança de regime (Sharp, 2009), argumenta-se que a atual crise política venezuelana é fruto da incoerência interna potencializada pelo vento do “imperialismo democrático” usado pelos Estados Unidos na promoção de mudanças de regime em países de interesse geopolítico e geoeconômico (DIALLO, 2020, p. 326-327).

É neste sentido que, conforme dados do *Ministerio del Poder Popular para las Relaciones Exteriores de Venezuela*, de 2014 a 2020 houveram aproximadamente onze tentativas de golpes de Estado contra o governo bolivariano (além das que já haviam sido realizadas desde 1999), operacionalizadas pela oposição ao governo Maduro com ativo apoio dos Estados Unidos (MPPRE, 2020).

No início de 2019, houve a tentativa de golpe de Estado mais emblemática de todas. No dia 10 de janeiro deste ano, Maduro assumiu o seu segundo mandato na presidência da Venezuela, de acordo com os resultados das eleições do dia 20 de maio de 2018. Segundo a oposição, como o governo havia impedido a candidatura de determinados opositores, estas teriam sido eleições fraudulentas. As eleições presidenciais de 2018 tiveram a maior abstenção da história recente da Venezuela, com apenas 46% do eleitorado comparecendo às sessões de votação. Desta forma, a partir do dia 10 de janeiro a oposição passou a denunciar a presidência de Nicolás Maduro como ilegítima e no dia 23 de janeiro de 2019, por meio da *Operación Libertad*, Juan Guaidó, então presidente da Assembleia Nacional, se autoproclamou como presidente interino do país (SUTHERLAND, 2019).

A ação se amparou, juridicamente, em um malabarismo interpretativo do artigo 233 da Constituição venezuelana. Segundo este artigo, o país se encontra em “falta absoluta” de um presidente legítimo em casos de morte, incapacidade física ou mental permanente, renúncia ou

destituição decretada pelo Tribunal Superior de Justiça (TSJ). Nestes casos, se a ausência do presidente ocorrer antes da posse, o presidente da Assembleia Nacional deve assumir a presidência; caso ocorra depois da posse, quem assume o cargo de presidente é o vice. Neste sentido, a oposição alegou que havia uma “falta absoluta” na presidência devido à ilegitimidade do processo eleitoral de 2018, situação que não estava prevista na Constituição (SUTHERLAND, 2019).

Apesar disto, Guaidó foi amplamente apoiado pelo Presidente Trump e, rapidamente, obteve o reconhecimento internacional de dezenas de países ao redor do globo, que seguiram ao reconhecimento estadunidense (CEPIK, 2019). A equipe de Guaidó se organizou para promover um governo de transição, que levaria a “eleições livres” na Venezuela. Neste período a presidência dos Estados Unidos direcionou diversas ameaças contra as lideranças chavistas caso algum atentado contra a integridade física de Guaidó fosse cometido. A frase “*all options are on the table*” – em tradução livre, “todas as opções estão sobre a mesa” – viralizou após o presidente Trump admitir em entrevista que a possibilidade de uma intervenção militar na Venezuela não estava descartada. Entre a oposição, a possibilidade de uma invasão estadunidense era defendida como uma alternativa viável para remover o chavismo do poder (SUTHERLAND, 2019).

Contudo, o governo de Maduro conseguiu se sustentar nos últimos anos com o respaldo do Poder Judiciário e da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB). Por esta razão, Guaidó tentou por diversas vezes obter o apoio dos militares para consolidar uma troca de regime na Venezuela, sem obter sucesso significativo. Conforme Nascimento:

A partir de 2016, Maduro vinha sofrendo forte ameaça por parte do Congresso, ocupado em sua maioria por opositores, e, em 2017, ocorreu a maior onda de contestação popular ao governo, sem que isso resultasse na destituição do presidente. [...] Argumentamos, porém, que, apesar das ameaças popular e legislativa, as variáveis que sustentam o governo diante do agravamento dos conflitos políticos são, principalmente, as instituições de justiça e as forças armadas (NASCIMENTO, 2020, p. 132-133).

A FANB passou por importantes reformas internas desde a primeira eleição de Chávez, que resultaram na expulsão de adversários políticos do chavismo e no favorecimento da ascensão de militares aliados na sua hierarquia. Ademais, mesmo em meio à crise econômica o padrão de vida dos militares venezuelanos manteve-se elevado, o que contribui para a manutenção da aliança entre a FANB e o governo – Maduro, portanto, se encontra protegido por um “escudo militar” que resiste contra as investidas para derrubá-lo (NASCIMENTO, 2020).

Dessa forma, a *Operación Libertad* não trouxe os resultados políticos esperados:

Pese a la peor crisis en la historia del país, la oposición venezolana no encuentra la forma de apartar del poder a Nicolás Maduro. La confianza en que el derrumbe económico haría crujir las bases de apoyo político-militar del chavismo se mostró nuevamente excesiva tras el nuevo ciclo iniciado con la (auto)proclamación de Juan Guaidó como «presidente encargado», un cargo que no aparece en la Constitución (SUTHERLAND, 2019, s/p).

Perante o fracasso da tentativa de destituir Maduro em 2019, os efeitos humanitários das sanções passaram a ser discutidos de forma mais ativa no interior do Congresso estadunidense. Embora o Congresso continue a apoiar sanções econômicas como meio de pressionar o governo chavista, nos últimos anos ele tem apoiado com maior homogeneidade as sanções contra funcionários de Maduro, especialmente aquelas relativas à corrupção e ações antidemocráticas. Por outro lado, as opiniões dos congressistas sobre sanções mais amplas têm variado, devido aos impactos negativos que estas geram para as condições de vida na Venezuela. Durante a pandemia de COVID-19, houveram pedidos de congressistas para que as sanções fossem suspensas ou revisadas, devido aos seus efeitos sobre a população venezuelana (SEELKE, 2021).

Ademais, na contramão da estratégia de Guerra Híbrida empregada pelos Estados Unidos contra a Venezuela, países como Rússia, China e Irã têm sustentado amplo apoio ao governo de Maduro. Em geral, países aliados aos Estados Unidos têm defendido a legitimidade de Guaidó, apoiando-se no discurso de defesa da “democracia” e dos “direitos humanos”, enquanto países não-alinhados à potência norte-americana têm defendido o governo de Maduro, especialmente sob o princípio de “não-intervenção”. Na Figura 1, abaixo, podemos observar de forma nítida os alinhamentos internacionais que em torno da crise venezuelana:

### **Figura 1 – Alinhamento internacional frente à crise venezuelana**



Fonte: BBC, 2019, tradução livre.

Conforme a Figura 1 demonstra, desde 2019 países internacionalmente alinhados aos Estados Unidos (como Brasil, Argentina, Paraguai, Chile, Peru, Equador, Colômbia, Canadá, Austrália, Reino Unido e União Europeia) não reconhecem Maduro e, no caso de alguns países europeus, pedem por novas eleições. Por outro lado, governos não-alinhados aos Estados Unidos ou que possuem uma relação de cooperação mais intensa com Rússia e China (como Cuba, Bolívia antes do breve golpe de 2019-2020, Nicarágua, Bielorrússia, Irã, Turquia e Síria) reconhecem Maduro como o legítimo presidente venezuelano. Essa internacionalização da crise política venezuelana reflete a competição que se desenrola em nível sistêmico entre Estados Unidos e Rússia e China, “se expressando claramente na formação de alinhamentos internacionais antagônicos marcados pela dicotomia a favor ou contra Maduro” (TEIXEIRA Jr., 2020, p. 14).

É neste sentido que Fiori afirma que:

[...] a Venezuela mudou de posição no cenário internacional e passou a ocupar um outro lugar, muito mais importante, na competição entre as três grandes potências que lutam pelo poder global, neste início do século XXI. Uma disputa aberta e sem fim previsível que se acelerou na segunda década do século, depois da posse de Vladimir Putin e Xi Jinping, em 2012 e 2013, respectivamente, e ainda mais, depois da posse de Donald Trump, em janeiro de 2017 (FIORI, 2019a, p. 109).

A Venezuela se tornou central para a disputa entre as potências, primeiramente, devido à posição que ela ocupa dentro da estratégia hemisférica dos Estados Unidos. Sua localização geográfica, ao norte da América do Sul e próxima ao Canal do Panamá, com acesso ao Mar do Caribe, posiciona o país em um espaço que é extremamente sensível para a geoestratégia dos EUA no Hemisfério Ocidental, onde, historicamente, sua influência geopolítica é mais profunda. Neste sentido, a crise venezuelana oferece às potências eurasiáticas a oportunidade de contrabalancearem os Estados Unidos em seu próprio entorno estratégico (TEIXEIRA Jr., 2020).

Em segundo lugar, a Venezuela possui importantes reservas de recursos estratégicos que são fundamentais para a disputa energética e tecnológica que se desenrola entre as potências. O país não só possui as maiores reservas comprovadas de petróleo no mundo como possui imensas reservas de ouro, diamantes e coltan, um minério composto de metais raros usados na indústria de alta tecnologia – a Venezuela é um dos únicos quatro países no mundo que possui essa matéria-prima (PYATAKOV, 2020).

Segundo Pyatakov (2020), um novo triângulo geopolítico entre Rússia, China e Venezuela tem se formado a partir da crise no país sul-americano – entretanto, a Rússia possui uma postura especialmente assertiva na questão venezuelana. Essa postura está profundamente associada com o alinhamento político entre os dois países, pois ambos consideram que são alvos de uma Guerra Híbrida. Portanto, a Rússia apoia a Venezuela com o objetivo de minimizar o risco de que táticas semelhantes às empregadas contra Caracas sejam utilizadas contra Moscou – e Pequim também compartilha dessa visão, ao menos parcialmente. Dessa forma, a estabilidade da Venezuela é de extrema importância tanto para Rússia quanto para a China, para evitar a propagação de trocas de regime forçadas (PYATAKOV, 2020).

Dessa forma:

Cultivating such a friendship in Washington's backyard appears to be Moscow's symbolic consolation prize for having Washington meddle in its near abroad. In short, Moscow and Caracas have found common cause in standing up to Washington (STRONSKI; SOKOLSKY, 2017, p. 26).

Portanto, em sua atuação na Venezuela, a Rússia busca balancear o poder estadunidense em seu entorno imediato. A crise no país sul-americano se configura como um espaço privilegiado para Moscou responder, geoestrategicamente, à contenção estadunidense à Rússia na Eurásia. Essa resposta pode ser interpretada como parte de uma estratégia de “contra-contenção” ou até mesmo como uma manobra de “contracerco” que é empreendida por Moscou

por meio da sua projeção na América Latina, que ocorre particularmente através da sua presença na Venezuela, mas também em Nicarágua e Cuba. Ao mesmo tempo, ao empreender esse movimento geoestratégico, a Rússia busca reforçar seu *status* de grande potência ao se projetar em um país que se encontra fora de seu entorno geográfico imediato (TEIXEIRA Jr., 2020, p. 13).

Ademais, o Presidente Maduro é considerado um “aliado estratégico” da Rússia e as conexões militares, políticas e econômicas de Moscou com Caracas têm crescido constantemente nos últimos anos (CHAGUACEDA, 2019), como previamente discutido ao longo do capítulo 3, ao analisarmos a presença da Rússia na América do Sul. No dia 10 de dezembro de 2018, dois bombardeiros estratégicos TU-160, um avião de transporte militar AN124 e uma aeronave IL-62, da Força Aeroespacial da Rússia, participaram de exercícios militares com as forças venezuelanas em Caracas. Este acontecimento elevou qualitativamente a centralidade da Venezuela para a disputa entre as grandes potências (FIORI, 2019a).

Quanto à China, embora o país não assuma uma postura tão combativa quanto a postura russa na questão venezuelana, o apoio político e financeiro de Pequim à Maduro é inegável, e se dá especialmente no âmbito da política chinesa de não-ingerência em assuntos internos de outros países. Além de representantes de Pequim e Caracas trocarem visitas oficiais com certa frequência, a relação econômica entre os dois países veio sendo aprofundada nos últimos anos e, até 2019, a China já havia emprestado ou investido mais de US\$50 bilhões na Venezuela, um valor que estava distribuído entre 780 projetos econômicos conduzidos em parceria bilateral (FIORI, 2019a).

Além de mobilizar as potências eurasiáticas, a crise na Venezuela conta com o envolvimento direto de todos os governos sul-americanos, que se encontram hoje em meio a um contexto de profunda polarização política regional, discutido no início desta seção. Esta polarização se dá tanto no interior dos países sul-americanos quanto entre estes, afetando as relações intrarregionais. Desta forma, o ambiente regional sul-americano esteve, nos últimos anos, dividido pelas forças políticas favoráveis ao governo Maduro (alinhadas à Rússia e China) e forças políticas de oposição (alinhadas aos Estados Unidos), que reconhecem a autoprocamação de Guaidó desde 2019.

Considerando o aprofundamento do ciclo neoconservador e neoliberal na América do Sul, especialmente desde 2012, todos os países da região se opõem ou se opuseram abertamente contra o governo de Maduro, enquanto estiveram sob governos de direita: Argentina (entre 2015 e 2019), Brasil (desde 2016), Bolívia (entre 2019 e 2020), Chile (desde 2018), Colômbia (que possui tensões com os governos chavistas desde o princípio dos atritos entre Venezuela e

Estados Unidos), Equador (desde 2017), Paraguai (desde 2019), Peru (entre 2016 e 2021) e Uruguai (desde 2020).

Dentre estes países destacamos Colômbia e Brasil, com os quais o país caribenho divide extensas fronteiras e cujas hostilidades contra o governo de Maduro têm sido mais acentuadas. A Colômbia possui um longo histórico de cooperação internacional com os Estados Unidos, especialmente através das agendas de combate ao narcotráfico e ao terrorismo (VISENTINI, 2019). O país tem nutrido relações tensas com o governo venezuelano durante todo o século XXI, sob as presidências de Álvaro Uribe (2002 – 2010), Juan Manuel Santos (2010 – 2018) e Iván Duque (presidente desde 2018). Cabe ressaltar que em 2018 a Colômbia se tornou o primeiro parceiro externo da OTAN na América do Sul e, ademais, teve seu processo de adesão à OCDE aprovado (JAEGGER, 2019).

Por parte do Brasil, a relação conflitiva com o governo de Nicolás Maduro teve início logo após o *impeachment* de Rousseff e a consequente ascensão de Temer, aprofundando-se ainda mais com o governo de Jair Bolsonaro a partir de 2019 (ROSSI, 2019). Durante todo seu governo, Bolsonaro tem priorizado um alinhamento automático com os Estados Unidos em sua estratégia internacional, afastando o Brasil dos principais projetos políticos sul-americanos e abdicando completamente da liderança regional exercida pelo país. Adotando essa estratégia, o governo de Bolsonaro tem realizado concessões em negociações com o governo estadunidense frequentemente, adotando uma política externa subordinada à potência norte-americana (THOMAZ; VIGEVANI; FERREIRA, 2021).

Assim como a Colômbia, o Brasil tem estreitado suas relações bilaterais com os Estados Unidos no âmbito militar durante os últimos anos: em 2019, os EUA conferiram ao Brasil o *status* de *Major Non-NATO Ally* (MNNA), o que facilita o acesso brasileiro ao excedente militar dos Estados Unidos e possibilita a entrada da Base Industrial de Defesa brasileira no mercado estadunidense (TEIXEIRA Jr., 2020). Ademais, em agosto de 2021, o Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos Jake Sullivan ofereceu a possibilidade de apoiar a proposta de tornar o Brasil um parceiro externo da OTAN – pedindo, como contrapartida, que o governo brasileiro vetasse a participação da Huawei no mercado 5G nacional (COLETTA; VARGAS, 2021). Em 2022, o Brasil também teve seu pedido de entrada na OCDE, que havia sido formalizado em 2017, aprovado pelo conselho de ministros da organização<sup>24</sup>. A partir de agora iniciam-se as negociações para adesão do país ao grupo (ELIAS, 2022).

---

<sup>24</sup> Na América do Sul, apenas Colômbia e Chile são membros da OCDE. Argentina e Peru também foram convidados a ingressar na organização em 2022 (ELIAS, 2022).



Neste sentido, os governos de Duque e Bolsonaro têm adotado um posicionamento pró-estadunidense na questão venezuelana, em oposição ao governo de Maduro. As principais fronteiras terrestres da Venezuela são compartilhadas com Colômbia e Brasil e, nos últimos anos, têm sido amplamente militarizadas pelas forças dos três países. Como consequência dessa crescente militarização, as fronteiras entre San Antonio (VE) e Cúcuta (CO) e entre Santa Elena (VE) e Pacaraima (BR) têm sido afetadas pela escalada das tensões militares. As fronteiras terrestres foram fechadas e abertas diversas vezes desde 2019, tanto pelos governos colombiano e brasileiro quanto pelo governo venezuelano.

Como exemplo das tensões fronteiriças, podemos mencionar a ocasião em que Juan Guaidó cruzou a fronteira entre Venezuela e Colômbia, em fevereiro de 2019, para forçar a entrada de carregamentos com ajuda humanitária no país, procedentes em sua maioria dos EUA. Manifestantes favoráveis a Guaidó entraram em confronto com as forças de segurança do governo e, embora os carregamentos não tenham ingressado na Venezuela, a operação resultou na deserção de 60 agentes da Guarda Nacional Bolivariana e 2 da Policial Nacional, que se entregaram às autoridades da Colômbia (MANETTO, 2019).

No caso da fronteira entre Venezuela e Brasil, as principais tensões giram em torno de conflitos sociais desencadeados pela imigração venezuelana através do estado de Roraima. Segundo dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), as solicitações de refúgio por venezuelanos ao Brasil passou de 829 em 2015 para 3.375 em 2016, o que gerou uma crise imigratória na cidade brasileira de Pacaraima, que foi palco de diversas manifestações contra a imigração venezuelana, promovida por brasileiros residentes na cidade. Esta crise se exacerbou em agosto de 2018, quando um comerciante brasileiro alegou ter sido assaltado e espancado por quatro venezuelanos, o que levou diversos moradores a cometerem ataques contra os acampamentos de refugiados na cidade, forçando cerca de 1,2 mil venezuelanos a cruzarem a fronteira de volta para o seu país (ALVIM, 2018).

Ademais, Colômbia e Brasil participaram ativamente da formação do Grupo de Lima, oficializado em 8 de agosto de 2017, na cidade de Lima, capital do Peru, por meio da assinatura da Declaração de Lima. Além de representantes colombianos e brasileiros, compõem o grupo representantes de outros 10 países americanos: Argentina, Canadá, Chile, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru. Formalmente, o objetivo do grupo era “abordar a crítica situação da Venezuela e explorar formas de contribuir para a restauração da democracia naquele país através de uma saída pacífica e negociada” (LIMA, 2017, s/p, tradução livre). Na prática, a formação do Grupo de Lima representou a institucionalização do

isolamento diplomático contra o governo de Caracas, que denota o crescente alinhamento dos governos sul-americanos às políticas estadunidenses para a região.

Este isolamento ficou ainda mais evidente em setembro de 2019, quando Guaidó solicitou que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) fosse acionado. O tratado prevê a defesa mútua dos países americanos em caso de um ataque externo ao continente e foi assinado no contexto da Guerra Fria como um mecanismo de garantia em caso de um ataque soviético. Contudo, Guaidó buscou acionar o tratado para “conter os efeitos da crise venezuelana”, a qual, segundo ele, seria um elemento desestabilizador da América do Sul – taxando, portanto, o governo Maduro como um “inimigo interno” da região. À época, a ação foi duramente criticada por diversos governos, especialmente os de Uruguai e México, mas ainda assim foi aprovada com 12 votos favoráveis na OEA. Durante a sessão de votação para o acionamento do TIAR, uma emenda que limitaria o uso de força para a aplicação do tratado neste caso específico foi rejeitada (ALVES, 2019).

Desta forma, considerando o exposto nesta seção, interpretamos que, conforme a competição entre as potências no plano sistêmico se acirra, a América do Sul se converte em um dos tabuleiros geoestratégicos desta disputa e, conseqüentemente, a região passa a ser afetada por duas importantes tendências que têm marcado o ambiente regional sul-americano nos últimos anos: (I) multiplicaram-se, na região, os casos de desestabilização política gerados por um neointervencionismo estadunidense, em um contexto de contrarreação da potência norte-americana em meio à transição hegemônica; (II) conseqüentemente, o ciclo progressista iniciado na primeira década do século XXI entrou em crise e um novo ciclo de governos neoconservadores e neoliberais inaugurou-se na América do Sul, conforme a polarização política se aprofunda em toda a região. Assim, na seção seguinte, discutiremos de que maneira estas duas tendências, que consideramos como reverberações da competição entre as potências na América do Sul, têm impactado os arranjos político-institucionais da região através de um “efeito cascata”.

#### **4.3. DESINTEGRAÇÃO, CONFLITUOSIDADE E O ATROFIAMENTO DOS ARRANJOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS SUL-AMERICANOS**

Partindo do exposto nas seções anteriores, buscaremos discutir as mudanças pelas quais os arranjos político-institucionais da região têm passado nos últimos 10 anos, analisando os rumos tomados pelas iniciativas de integração sul-americanas neste período. Neste sentido, interpretamos que os arranjos político-institucionais sul-americanos têm sido afetados pela

competição sistêmica entre as potências por meio de um **efeito cascata**, que pode ser resumido da seguinte maneira: conforme as disputas entre EUA, Rússia e China penetram o ambiente regional sul-americano, as forças políticas da região são reordenadas e, conseqüentemente, a continuidade dos processos de integração regional iniciados nos anos 2000 é comprometida. Ao longo dessa seção, buscaremos desenvolver este argumento.

Retomamos a interpretação de Nolte sobre o impacto da dimensão externa para o regionalismo latino-americano para orientar nossa análise:

América Latina siempre ha sido una región porosa. Estados Unidos ha sido y todavía sigue siendo un actor importante en el regionalismo latinoamericano. La integración regional ha sido estimulada – principalmente como reacción a la influencia estadounidense – en el caso del regionalismo poshegemónico, así como bloqueada por la hegemonía estadounidense (por ejemplo, a través de la estrategia estadounidense de establecer acuerdos económicos bilaterales con países latinoamericanos después del fracaso del Acuerdo de Libre Comercio de las Américas, alca). Actualmente, la influencia económica de China en América Latina tiene un efecto centrífugo en el intercambio y la cooperación intrarregional. En contraste con el regionalismo europeo que responde más a incentivos intrarregionales, en el regionalismo latinoamericano la dimensión externa (como reacción a influencias e incentivos de afuera) es el motor (NOLTE, 2019, p. 138-139).

Especialmente a partir da segunda década do século XXI, a América do Sul tem sido submetida aos efeitos desestabilizadores da competição interestatal entre EUA, Rússia e China, os quais têm gerado desafios para toda a região em termos de autonomia política. Conforme a América do Sul passou a ocupar um papel cada vez mais central nas disputas entre as potências, sob o contexto da contrarreação hegemônica dos Estados Unidos, diversos países sul-americanos foram varridos por uma onda de desestabilização política que se desdobrou em um adensamento da polarização política dentro e entre os países da região. Essa profunda polarização foi habilmente explorada por grupos políticos de direita e favoreceu a emergência de diversos governos de direita e centro-direita na América do Sul.

A partir disto, consolidou-se um novo ciclo neoconservador e neoliberal na região, composto por governos que têm adotado uma política externa subordinada aos Estados Unidos. Neste sentido, estes governos têm conferido maior prioridade à cooperação no eixo Norte-Sul, em detrimento das relações Sul-Sul, que haviam sido fortalecidas durante os governos progressistas. Além dessa mudança em relação aos parceiros internacionais preferenciais, também houve uma mudança no conteúdo da agenda de cooperação internacional: se durante o início do século XX os governos progressistas ampliaram a agenda para incluir temas de política, segurança e defesa, cultura e infraestrutura, a partir da eleição dos governos de direita a agenda comercial e economicista é retomada. Conseqüentemente, as relações intrarregionais

têm se deteriorado, enquanto os países da região têm buscado maior aproximação bilateral com Washington e a União Europeia, dando ênfase aos acordos de liberalização comercial (JAEGER, 2019; GRASSI, 2019; BRICEÑO-RUIZ, 2020; ARAÚJO; NEVES, 2021).

Como exemplos práticos dessa mudança de paradigma da política externa dos países sul-americanos, podemos mencionar: (I) a criação da Aliança do Pacífico em 2011, que foi o primeiro movimento de fragmentação do regionalismo pós-liberal/hegemônico, focada especialmente na cooperação comercial; (II) os pedidos recentes de adesão à OCDE, por parte dos governos de Macri (Argentina), Bolsonaro (Brasil) e Vizcarra (Peru); (III) as tentativas de acelerar as negociações do Acordo Mercosul-União Europeia, mesmo com as críticas aos possíveis impactos do acordo sobre as indústrias brasileira e argentina; (IV) a preferência por conduzir assuntos regionais sul-americanos no âmbito de instituições extrarregionais, como a OEA, ao invés de abordá-los no âmbito da UNASUL; (V) as aproximações de países como Colômbia e Brasil com a OTAN; (VI) o afastamento comercial e diplomático entre o Brasil, sob o governo de Bolsonaro, e a Argentina, sob o governo de Fernández; (VII) o esvaziamento institucional das principais organizações de integração regional sul-americanas, especialmente a partir de 2016 (SOUZA, ABI-RAMIA 2018; NEVES; HONÓRIO, 2019; BRICEÑO-RUIZ, 2020; ARAÚJO; NEVES, 2021).

Dessa forma, considerando as mudanças que ocorreram nas diretrizes de política externa dos países sul-americanos nos últimos anos, observamos que a crise venezuelana operou como um evento catalisador que agudizou as diferenças ideológicas entre os países da região, especialmente a partir de 2016. Os diferentes posicionamentos adotados pelos países que mantiveram (ou reelegeram) governos progressistas e aqueles adotados pelos países sob governos de direita perante a questão venezuelana foram, gradativamente, fragmentando as instituições regionais de dentro para fora. Estes foram os casos do Mercosul, da UNASUL, da ALBA e da CELAC (BIDARRA; GRASSI; KERR-OLIVEIRA, 2020; CRIVELLI; LO BRUTTO, 2021).

Em julho de 2016, conforme o Uruguai finalizava a sua presidência *pro tempore* do Mercosul, correspondia à Venezuela assumir a condução do bloco – entretanto, Argentina, Brasil e Paraguai, nesse período sob os governos Macri, Temer e Cartes, respectivamente, não aceitaram a transição. O rechaço à presidência venezuelana se justificou pela denúncia de que Caracas já não cumpria a cláusula democrática prevista no Protocolo de Montevideú sobre Compromisso com a Democracia. Neste sentido, alegando que a Venezuela não estaria respeitando os compromissos de adesão ao bloco, os três deixaram de reconhecer as ações e convocatórias realizadas pela Venezuela e, eventualmente, a suspenderam do bloco.

Formalmente, a presidência do bloco ficou vaga até setembro daquele ano, o que paralisou o funcionamento institucional do Mercosul por dois meses (SABINO; ABIAD, 2016; GALINARI, 2019).

Após este episódio, com as relações institucionais já normalizadas, foram as relações diplomáticas entre os governos Bolsonaro e Fernández que começaram a apresentar entraves que dificultam o andamento das negociações no Mercosul. As relações bilaterais entre Brasil e Argentina são consideradas como o núcleo duro ou motor da integração regional sul-americana e a crise da parceria entre ambos países afeta negativamente a agenda regional sul-americana. Com a drástica reorientação da política externa brasileira, iniciada durante o governo Temer e aprofundada durante o governo Bolsonaro, o Brasil abandonou a prioridade que havia sido dada ao Mercosul e à histórica parceria estratégica com a Argentina durante as décadas anteriores 2000 (GRASSI, 2019).

Em 2019, durante o processo eleitoral na Argentina, Bolsonaro manifestou seu apoio à Macri e ameaçou retirar o Brasil do Mercosul caso Fernández se elegeisse e buscasse impor medidas protecionistas ao bloco. Ademais, após a eleição de Fernández, Bolsonaro declarou que não o parabenizaria pela vitória pois não concordava com a escolha do povo argentino. Por sua vez, Fernández denunciou como ilegal a detenção do ex-presidente Lula e o visitou em Curitiba (BRICEÑO-RUIZ, 2020).

Em 2021, durante a reunião comemorativa dos 30 anos da formação do Mercosul, as divergências entre os países-membro ficaram em evidência. A proposta da Argentina para a criação de dois observatórios, voltados para o monitoramento de questões relacionadas à democracia e ao meio ambiente, foi completamente ignorada pelo Brasil. No âmbito do Mercosul, o Brasil tem priorizado exclusivamente a agenda econômico-comercial, propondo a redução da Tarifa Externa Comum (TEC) do bloco e maior flexibilidade para trocas comerciais. Os governos de Benítez, no Paraguai, e de Lacalle Pou, no Uruguai, têm apoiado as posições brasileiras dentro do bloco. Contudo, as demandas por maior abertura econômica são rejeitas pela Argentina, que hoje se encontra isolada no Mercosul (MOLINA, 2021).

Outra instituição de integração regional que tem enfrentado uma profunda crise nos últimos anos é a UNASUL. No início de 2017, Venezuela, Bolívia, Suriname e Equador vetaram a indicação do diplomata argentino José Octavio Bordón para assumir a Secretaria Geral do bloco. Desde então, o posto de secretário-geral da UNASUL encontra-se vago e as negociações que ocorriam no âmbito da organização estão paralisadas. Como consequência, em abril de 2018, apontando a falta de liderança, “ideologização” e ineficiência da UNASUL para a resolução dos conflitos regionais, os governos de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e

Paraguai decidiram suspender sua participação no bloco por tempo indeterminado (JAEGER, 2019; BIDARRA; GRASSI; KERR-OLIVEIRA, 2020).

Além disso, as divergências em relação à crise venezuelana ampliaram as fissuras no interior da UNASUL, pois as hostilidades entre Colômbia e Venezuela geraram um impasse que afetou significativamente o diálogo entre os países-membro. Em meio ao imobilismo do bloco, instituições como a OEA e mecanismos como o TIAR passaram a ser reativados – desta forma, cada vez mais, os assuntos regionais sul-americanos voltam a ser conduzidos no âmbito de instituições extrarregionais. Em agosto de 2018, considerando a falta de posicionamento institucional da UNASUL perante a crise na Venezuela, a Colômbia anunciou sua retirada do bloco. Em seguida, Equador, Peru, Paraguai, Brasil e Chile também se retiraram da instituição (NEVES; HONÓRIO, 2019; BRICEÑO-RUIZ, 2020; ARAÚJO; NEVES, 2021).

Apesar das justificativas apresentadas, a decisão tomada por estes governos de retirar-se da UNASUL está relacionada com as mudanças adotadas em suas agendas de política externa. O regionalismo pós-liberal ou pós-hegemônico dos anos 2000 foi responsável por ampliar a abrangência dos projetos de integração sul-americanos para que estes passassem a incluir áreas estratégicas como a infraestrutura e a segurança e defesa. Todavia, nos últimos anos, as instituições criadas neste período foram abandonadas, especialmente por dois motivos: (I) o retrocesso à agenda de integração neoliberal, excessivamente focada em projetos de cooperação econômico-comercial, que é uma das prioridades dos novos governos de direita que chegaram ao poder nos últimos anos; (II) o objetivo tácito destes governos de desmanchar o legado deixado pelos governos progressistas. Estes dois motivos levaram, portanto, ao proposital esvaziamento institucional da UNASUL (SANAHUJA; COMINI, 2018; JAEGER, 2019; BIDARRA; GRASSI; KERR-OLIVEIRA, 2020; ARAÚJO; NEVES, 2021).

Ademais, a ALBA também tem sofrido os impactos das mudanças das agendas de política externa dos governos sul-americanos. Desde que Lenin Moreno assumiu a presidência do Equador, as relações bilaterais do país com a Venezuela se deterioraram de forma significativa. Em 2018, o Equador se retirou da ALBA, buscando afastar-se diplomaticamente do governo de Maduro. Conforme a crise venezuelana se aprofundava, nos últimos anos, a ALBA passou a enfrentar severas dificuldades institucionais – e, entre 2019 e 2020, a Bolívia também havia se retirado do bloco, durante o governo conservador de Jeanine Áñez (BRICEÑO-RUIZ, 2020).

Paralelamente ao processo de atrofiamento dos projetos de integração autonomistas que foram criados ou fortalecidos durante a primeira década do século XXI, Chile e Colômbia propuseram a criação do Fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL). A iniciativa

foi lançada em março de 2019, durante uma cúpula com representantes dos países sul-americanos – da qual a Venezuela foi excluída. O fórum foi planejado como um substituto da UNASUL e, embora não possua um arcabouço institucional concreto, um tratado constitutivo ou sequer uma sede, sua criação contou com o amplo apoio dos governos de Argentina, Brasil, Equador, Guiana, Paraguai e Peru (BRICEÑO-RUIZ, 2020; MALAMUD, 2020; ARAÚJO; NEVES, 2021).

Formalmente, o PROSUL é apresentado como um sistema de cooperação voltado para a promoção da colaboração técnica entre os escritórios de propriedade industrial da América do Sul (PROSUR, 2022). Contudo, o projeto foi lançado em um momento no qual os governos de direita já representavam uma ampla maioria na UNASUL e, considerando que estes governos optaram por não aproveitar esta oportunidade para reformar e adaptar a instituição, depreende-se que a principal motivação para a criação do fórum foi o objetivo de minar as instituições criadas pelos governos progressistas no início do século XXI. Neste sentido, a formação do PROSUL representa um rompimento com tendências que marcaram o ciclo do regionalismo sul-americano inaugurado nos anos 2000, como a liderança político-institucional brasileira e o envolvimento ativo da chancelaria venezuelana nas questões regionais. Ademais, por ser um projeto lançado por Chile e Colômbia, abre um precedente incomum para a história das relações internacionais da América do Sul, marcada pela formulação de projetos de integração regional vertebrados pela aliança Brasil-Argentina (JAEGER, 2019; BIDARRA; GRASSI; KERR-OLIVEIRA, 2020).

Entretanto, os governos da onda neoconservadora e neoliberal têm encontrado dificuldades para operacionalizarem a sua agenda regional. Após sua criação, o PROSUL ficou sem atividades até praticamente março de 2020. Em agosto de 2020, o presidente chileno Sebastián Piñera presidiu uma reunião do fórum na qual foi produzida uma declaração conjunta em defesa da cooperação regional para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 (CHILE, 2020). Mesmo após essa e outras reuniões, os países do PROSUL não foram capazes de organizarem ações coordenadas para mitigar os efeitos da pandemia (INOJOSA, 2021).

Desta forma, as medidas tomadas no âmbito do PROSUL em relação à pandemia de COVID-19 foram apenas declaratórias, não resultando em medidas concretas por parte dos países-membro da iniciativa. Embora informações sobre as experiências individuais dos países tenham sido compartilhadas e possíveis ações de enfrentamento à pandemia tenham sido discutidas, essas conversas não se traduziram no plano material. Assim, a instituição não produziu uma resposta coordenada aos desafios gerados pela pandemia e não tem demonstrado

a capacidade institucional para atuar como uma organização de governança regional (BARROS; GONÇALVES; SAMURIO, 2020).

Nesse sentido, após a eclosão da pandemia de coronavírus, com a desintegração formal da UNASUL e a desintegração simbólica do Mercosul, a incapacidade de articulação dos governos neoconservadores e neoliberais ficou exposta. Durante a crise do H1N1 em 2009, o Conselho Sul-Americano de Saúde e o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), ambos operando no âmbito da UNASUL, atuaram de forma crucial no enfrentamento aos efeitos da crise sanitária. Portanto, o contexto da pandemia deixou evidente que o PROSUL não consegue operacionalizar suas propostas e, em geral, não gera contribuições significativas para a coesão político-institucional da região sul-americana (BRICEÑO-RUIZ, 2020; CHÁVEZ TABLE; RAMÍREZ RIOS, 2020; BARROS; GONÇALVES; SAMURIO, 2020).

No Mercosul, embora os países-membro tenham reconhecido a necessidade de atuarem de forma conjunta para combater a crise no início de 2020, o bloco não desenvolveu um plano para aquisição de vacinas e tampouco efetivou medidas conjuntas para conter os efeitos do vírus. As conversações no âmbito do Mercosul foram dificultadas pela desastrosa condução da crise sanitária no Brasil, marcada pelo negacionismo do presidente Bolsonaro e uma crise político-institucional que afetou o Ministério da Saúde e outras esferas do governo federal (ARAÚJO; NEVES, 2021).

Em contrapartida, outros organismos multilaterais como a União Europeia, a União Africana e o SICA elaboraram planos regionais para o combate ao coronavírus e criaram medidas para estimular o comércio intrarregional, que auxiliaram na retomada do crescimento econômico dos seus países-membros. Na América do Sul, a incapacidade de articulação dos países para desenvolver ações de enfrentamento à COVID-19 deve dificultar a recuperação econômica da região, deixando-a ainda mais vulnerável diante das pressões e interferências das grandes potências (BARROS; GONÇALVES; SAMURIO, 2020).

Dessa forma:

Embora os governos de centro-direita tenham sido capazes de reverter o ciclo pós-hegemônico, eles não conseguiram construir uma alternativa bem-sucedida. Salvo tentativas irrealistas de retomada do regionalismo aberto, em um contexto de nacionalismo econômico e protecionismo após o triunfo de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016, os governos de centro-direita não apresentaram propostas inovadoras para relançar o regionalismo latino-americano. Alguns desses governos, Michel Temer ou Jair Bolsonaro, por exemplo, não parecem se interessar pelo assunto. E nenhum deles tentou ao menos fazer um esforço para resgatar algum aspecto positivo do ciclo anterior. Na verdade, é válido perguntar se a chegada de governos conservadores implicou um novo ciclo de hegemonia neoliberal e um retorno do regionalismo aberto (ou do que autores como James Baldwin (2011) qualificam de regionalismo do século 21), ou se estamos realmente num impasse desde 2015, sem



que exista uma orientação clara para onde está indo o regionalismo e sem um plano para dar um novo impulso (BRICEÑO-RUIZ, 2020, p. 29-30).

Assim, a estratégia dos governos do ciclo neoconservador e neoliberal baseada na retomada da agenda de liberalização comercial e na prioridade às relações bilaterais no eixo Norte-Sul não tem logrado bons resultados para a América do Sul. Como resultado, as relações intrarregionais têm se fragmentado e, mesmo entre aliados, os novos governos não conseguem articular ações minimamente coesas no âmbito regional. Neste sentido, a região se encontra em meio a um impasse, retrocedendo em relação aos avanços que haviam sido feitos na primeira década do século XXI, mas sem estar, necessariamente, caminhando em uma nova direção – estaria, portanto, em um período de estagnação, em que forças antagônicas disputam entre si (BRICEÑO-RUIZ, 2020; FIORI, 2020a).

Conforme Kerr-Oliveira (*et al.*):

Esta situación, cercana a una paralización de los avances en la integración regional podría interpretarse, por lo menos en parte, como una coyuntura de “empate geopolítico” temporario entre fuerzas opuestas, en síntesis, pro y contra la integración (KERR-OLIVEIRA *et al.*, 2021, p. 238).

Neste sentido, em meio ao embate entre forças opostas que disputam a integração regional sul e latino-americana, a CELAC se tornou, recentemente, uma instituição onde as forças progressistas têm buscado resistir aos retrocessos gerados pela onda neoconservadora e neoliberal. A instituição, que se encontrava em estado de paralisia desde 2017, e da qual o Brasil se desligou em janeiro de 2020, alegando ser uma organização ineficiente por não avançar em questões como a “defesa da democracia”, teve sua sexta cúpula realizada no dia 18 de setembro de 2021. Após cinco anos desde o último encontro da CELAC, dezessete líderes, dois vice-presidentes, nove chanceleres e outras autoridades participaram do evento que marca a retomada dos diálogos no âmbito da organização. A reunião foi convocada pelo presidente mexicano López Obrador, que ocupa a presidência *pro tempore* do organismo, em um contexto de críticas e questionamentos sobre o papel desempenhado pela OEA na América Latina – especialmente após as denúncias contra o golpe de Estado que ocorreu na Bolívia em 2019, durante o qual os governos de México e Argentina prestaram apoio ao ex-presidente Evo Morales (ALMEIDA; ACIOLI; SALES, 2021).

Durante a cúpula, foram aprovadas por unanimidade as “Diretrizes e propostas para um plano de autossuficiência em saúde para a América Latina e o Caribe”. Trata-se de um roteiro programático apresentado pela CEPAL para promover o fortalecimento da produção e distribuição de medicamentos na América Latina e Caribe, especialmente vacinas, visando

diminuir a dependência externa da região. Cabe à CEPAL, agora, efetivar a implementação das diretrizes (CEPAL, 2021c).

Em janeiro de 2022, a presidência *pro tempore* da CELAC foi assumida pela Argentina, que, assim como o México, se demonstra disposta a reativar a integração regional (MELLO, 2022). A iniciativa dos líderes mexicano e argentino se dá após os triunfos de candidatos progressistas no México e na Argentina e na contramão do distanciamento brasileiro em relação às organizações multilaterais da região. A colaboração entre os dois países pode apontar para a inauguração de um novo eixo de integração latino-americanista, que opere como uma alternativa frente ao imobilismo e retrocessos da política externa brasileira:

Esto significa que la integración puede ser reimpulsada, pero ahora, sin destaque para Brasil, que tuvo su liderazgo regional rápidamente deconstruido en los últimos años, en especial en el gobierno actual (KERR-OLIVEIRA *et al.*, 2021, p. 241).

Entretanto, cabe retomar o fato de que o impasse ou “empate geopolítico” pelo qual a América do Sul passa não envolve apenas forças regionais, mas também as grandes potências, que seguem competindo por áreas de influência em toda a América Latina e fortalecem a paralisia regional para seu próprio favorecimento (KERR-OLIVEIRA *et al.*, 2021). Conforme argumenta George Friedman, para os Estados Unidos a integração da América do Sul é um obstáculo aos seus interesses estratégicos na região e, portanto, sabotar os projetos integracionistas sul-americanos e fomentar atritos entre o Brasil e a Argentina deveriam estar entre as prioridades estratégicas do país norte-americano (FRIEDMAN, 2012).

A preferência por relações bilaterais no eixo Norte-Sul representa um padrão recorrente nas relações das potências com a América do Sul, que está relacionado com uma estratégia voltada a deteriorar o poder de negociação que o bloco de países sul-americanos possui. Os Estados Unidos, por exemplo, possuem uma estratégia permanente de implementação de acordos bilaterais de livre-comércio com os países da região, visando debilitar a integração comercial regional. Ainda, a influência econômica da China na América do Sul leva a uma diminuição no intercâmbio e cooperação intrarregionais (ALVAREZ, 2020).

Ademais, Gonçalves e Bragatt (2018) relembram que os acordos bilaterais de defesa de países da UNASUL com países como Rússia e China foram elementos que dificultaram a consolidação do bloco e do CDS. Ao negociarem bilateralmente, os países da América do Sul têm sua capacidade de barganha consideravelmente defasada – como um bloco, o peso político-econômico do conjunto de países sul-americanos é ampliado e, conseqüentemente, as capacidades de negociação se aprofundam. Afinal, “uma região coletivamente engajada tem

mais chances de impor seus interesses e projetos frente a ameaças extrarregionais” (NEVES; HONÓRIO, 2019, p. 4, tradução livre).

Dessa forma, considerando o abordado até aqui, compreendemos que com o acirramento das disputas geopolíticas entre Estados Unidos, China e Rússia em nível sistêmico, a América do Sul passou a ser cada vez mais uma peça em um intrincado tabuleiro geopolítico no qual as potências concorrem por posições de poder. Assim, observamos a existência de um **efeito cascata**, em que as disputas sistêmicas entre as potências desencadeiam uma nova estratégia estadunidense que, na América do Sul, tem sido operacionalizada por meio de práticas neointervencionistas que intensificaram a polarização política na região – o que, por consequência, tem levado a um atrofiamento das instituições regionais de integração.

Portanto, após um amplo processo de desestabilização dos governos progressistas, a América do Sul encontra-se hoje polarizada entre dois agrupamentos políticos que se confrontam e que podem ser distinguidos por diversos fatores, dentre os quais estão suas agendas de política externa diametralmente antagônicas: (I) De um lado, estão os partidos políticos e movimentos sociais que desempenharam um papel de liderança durante o ciclo progressista. Este agrupamento defende o multilateralismo, a construção de projetos nacionais mais autônomos, a aproximação com potências alternativas aos Estados Unidos e a promoção da Cooperação Sul-Sul; (II) Do outro lado, estão partidos e movimentos políticos que compõem o ciclo neoconservador e neoliberal sul-americano. Este agrupamento defende uma agenda de liberalização econômica, especialmente por meio de acordos bilaterais com as potências do Norte Global, orientando-se por uma postura estratégica pró-estadunidense e favorecendo a cooperação no eixo Norte-Sul (ZOVATTO, 2019; AGUIRRE; CHAVEZ; ROBLEDO, 2020; RODRIGUES, 2020a).

Sendo assim, estes dois projetos antagônicos de política externa, que representam também dois projetos antagônicos de Estado, se chocam em dois níveis diferentes: (I) no nível interno, durante os respectivos processos de disputa política que ocorrem no interior dos países sul-americanos – foi neste nível que, nos últimos anos, após a desestabilização de governos progressistas, partidos neoconservadores e neoliberais assumiram a presidência de todos os países da região, mesmo que apenas por um breve período (com exceção da Colômbia, onde nunca deixaram o poder, e da Venezuela, onde não conseguiram tomar o poder); e (II) no nível regional, onde o cenário de convergência política observado no início do século XXI deu lugar a um cenário de desarticulação intrarregional, que se exprime em diversas situações como, por exemplo, nas divergências no interior do Mercosul e da UNASUL e na incapacidade de articulação política perante a pandemia de COVID-19.

Adotando essa perspectiva, inferimos que a atual conjuntura sul-americana se desenhou, em grande medida, pelo novo padrão adotado pelos governos sul-americanos em suas relações bilaterais com os Estados Unidos – que têm buscado reafirmar sua hegemonia na região e mitigar a atuação de competidores (como China, Rússia e, em nível regional, o Brasil) no espaço regional sul-americano. Com a onda neoconservadora e neoliberal que se consolidou na região e a retomada do alinhamento geopolítico com os EUA nos últimos anos, os projetos de integração regional que haviam sido construídos no início do século XXI foram perdendo relevância dentro da agenda de política externa dos países sul-americanos. Em contrapartida, os governos da região têm priorizado a cooperação internacional com o Norte Global, em detrimento dos acordos de Cooperação Sul-Sul, expandidos na década anterior. Conseqüentemente, com o atrofiamento das instituições de integração regional, os países sul-americanos não conseguiram apresentar uma resposta coordenada frente à pandemia de coronavírus e, ademais, as questões e controvérsias regionais, que antes eram abordadas no interior da UNASUL, voltaram a ser solucionadas no âmbito de organismos extrarregionais.

É neste sentido que interpretamos que, por meio de um efeito cascata, a competição entre as potências tem afetado os arranjos político-institucionais da América do Sul. Em meio à transição hegemônica que se desenrola em nível sistêmico, as potências adotam uma estratégia de contenção mútua que se desdobra sobre as regiões periféricas do sistema-mundo, incluindo a América do Sul. Em sua disputa com as potências eurasiáticas, visando assegurar seu espaço geopolítico e econômico na América do Sul, os Estados Unidos têm adotado uma política neointervencionista para desestabilizar governos não-alinhados na região, perpetrando uma Guerra Híbrida contra estes. Como resultado, a penetração da disputa entre as grandes potências no ambiente regional da América do Sul aprofundou a polarização política dentro e entre os países sul-americanos, em um contexto de ascensão das direitas sul-americanas. Conforme os novos governos de direita da região priorizam em sua política externa o alinhamento internacional aos ditames estadunidenses – o que pode ser observado com maior evidência no caso da crise venezuelana – as relações intrarregionais enfrentam uma profunda crise, que se expressa no esvaziamento das principais instituições de integração regional, na fragmentação do bloco de Estados sul-americanos e na desarticulação dos governos sul-americanos, que comprometem a capacidade de construção de consensos e ações coordenadas em nível regional.

#### **4.4. DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A AMÉRICA DO SUL**

Considerando as recentes mudanças políticas e o cenário de desarticulação dos arranjos político-institucionais da América do Sul ao longo dos últimos anos, buscaremos discutir brevemente aspectos da atual conjuntura regional e global e o que eles podem nos indicar sobre o futuro da região. Fiori (2019c) argumenta que a história política sul-americana tem se desenvolvido de forma regular ou cíclica, mediante uma espécie de movimento “pendular” em que governos de direita e esquerda sucedem uns aos outros, conformando uma “gangorra sul-americana”. Especialmente entre os anos finais do século XX e as primeiras décadas do século XXI, essa gangorra tem intercalado períodos de ascensão das direitas e ajustes neoliberais com períodos de ascensão de governos progressistas e o favorecimento dos projetos de integração regional:

Apesar de sua aparente instabilidade, a história política da América do Sul apresenta uma surpreendente regularidade, ou “sincronia pendular”. Alguns atribuem ao acaso; outros, à conspiração política; e a grande maioria, aos ciclos e às crises econômicas. Mas na prática, tudo sempre começa em algum ponto do continente e depois se alastra com a velocidade de um rastilho de pólvora, provocando rupturas e mudanças similares nos seus principais países. Esta convergência já começou na hora da independência e das guerras de unificação dos estados sul-americanos, mas assumiu uma forma cada vez mais nítida e “pendular”, durante o século XX (FIORI, 2015, p. 100).

Durante os anos 1990, as políticas neoliberais resultaram em baixas taxas de crescimento econômico e no aprofundamento das desigualdades sociais em toda a América Latina. No princípio dos anos 2000, esses resultados negativos, aliados a determinadas condições internacionais, contribuíram para que governos de orientação nacionalista, desenvolvimentista ou socialista se elegessem, especialmente na América do Sul. Estes governos adotavam uma retórica antineoliberal e, em diversos países, decidiram aumentar o controle estatal sobre alguns de seus ativos estratégicos – como nos casos do pré-sal brasileiro, do gás não convencional argentino e do petróleo venezuelano. E neste mesmo contexto, o projeto de integração regional sul-americano foi retomado sob a liderança brasileira, até que, mais uma vez, a região entrasse em crise:

Uma vez mais, entretanto, como na lenda de Penélope, o continente latino-americano desfez tudo de novo, depois da crise econômica internacional de 2008 e, em particular, depois da mudança da doutrina estratégica dos Estados Unidos, com o governo de Donald Trump, que patrocina golpes de Estado e governos ultraliberais ao mesmo tempo que pratica – paradoxalmente – o protecionismo e o nacionalismo econômico in domo suo (FIORI, 2019c, p. 131).

Desta forma, nos últimos anos, com a ascensão de novos governos de direita e a retomada da agenda neoliberal em diversos países da América do Sul, o processo de integração regional autonomista se deteriorou de forma significativa. Neste sentido, consideramos que quatro aspectos fundamentais da atual conjuntura sul-americana que devem ser observados, tanto pelos desdobramentos que já tiveram até agora quanto pelos desdobramentos que podem vir a ter para a região: (I) as reverberações da crise na Venezuela no plano regional; (II) a piora da relação bilateral entre Brasil e Argentina; (III) a fragmentação da integração regional e a decomposição da capacidade de articulação dos países sul-americanos; e (IV) os retrocessos na inserção internacional da região e sua maior vulnerabilidade externa.

Desde 2016, a crise político-econômica da Venezuela se transformou em um tema que gera divergências entre os governos sul-americanos. Profundamente polarizados tanto internamente quanto entre si, os países da região encontraram na questão venezuelana um evento catalisador das suas profundas diferenças em termos político-ideológicos. Assim, adotando diferentes prioridades em suas agendas de política externa, as forças políticas neoconservadoras e neoliberais têm utilizado suas acusações contra a Venezuela para paralisarem os principais organismos de integração regional que haviam sido impulsionados pelos governos progressistas.

Atualmente, a possibilidade de escalada militarizada da crise venezuelana ainda não pode ser descartada. Seja pela exacerbação dos conflitos internos em uma guerra civil ou pela deflagração de uma guerra interestatal entre atores regionais mobilizados por potências extrarregionais, existem chances palpáveis de que o norte do subcontinente sul-americano se converta em uma zona de confrontações militares. Neste caso, conforme a crise na Venezuela se prolonga, seus desenvolvimentos podem aprofundar ainda mais a instabilidade regional (TEIXEIRA Jr., 2020).

Já a crise da parceria estratégica entre Brasil e Argentina também é um fator que está relacionado com a desintegração regional da América do Sul. A parceria entre os dois países foi desenvolvida desde a década de 1980 e intensificada durante os governos de Lula e Kirchner, mas encontra-se fraturada desde as eleições de Bolsonaro e Fernández. Paralelamente ao seu afastamento do Brasil, a Argentina tem colaborado com o México de López Obrador no âmbito da CELAC e, juntos, os dois países podem estar desenvolvendo um novo eixo integrador na região, do qual o Brasil corre o risco de não fazer parte (KERR-OLIVEIRA *et al.*, 2021).

Recentemente, a Argentina também tem se aproximado de países como China e Rússia, angariando o apoio de ambos para passar a fazer parte dos BRICS (MOLINA, 2022), o que representa mais um revés para a posição regional e internacional do Brasil, até então aliado

estratégico preferencial das potências eurasiáticas na América do Sul. Cabe mencionar que a aliança entre Brasil e Argentina e o trabalho conjunto destes países em prol da integração regional são compreendidos como uma potencial ameaça aos interesses da potência norte-americana na região (FRIEDMAN, 2012; KERR-OLIVEIRA *et al*, 2016; GRASSI, 2019; RODRIGUES, 2020a).

Ademais, sob o contexto de destruição sistemática da estrutura de governança regional que havia sido construída na primeira década do século XXI, o conteúdo político-estratégico do regionalismo sul-americano foi profundamente afetado. Sem uma instância comum de diálogo, os países sul-americanos encontram-se debilitados em meio às disputas da política internacional e despreparados para lidarem com crises que afetam a região. Isto tem se evidenciado de forma especialmente dramática durante a pandemia de COVID-19 pois, sem uma interlocução consistente entre os governos da América do Sul, a região não foi capaz de construir medidas conjuntas de enfrentamento à propagação do coronavírus ou de articular uma estratégia de recuperação econômica, que neste momento perpassa, necessariamente, pela cooperação transnacional.

Em um informe produzido em abril de 2020, considerando as perdas nos âmbitos da produção e do emprego, a CEPAL propôs a criação de um fundo regional para apoiar a recuperação social, econômica e produtiva da região. O relatório menciona que apenas o comércio internacional não gera crescimento econômico em longo prazo e, com isto, defende a necessidade da criação de políticas industriais coordenadas de diversificação da malha produtiva regional, para alavancar a recuperação econômica da região. Ademais, o relatório aponta que a única opção estratégica viável e sustentável a longo prazo para a América Latina é a construção de um modelo de desenvolvimento baseado na maior integração da região (CEPAL, 2020).

Conforme o relatório “Perspectivas do Comércio Internacional da América Latina e do Caribe 2020”, publicado pela CEPAL em janeiro de 2021, a pandemia da COVID-19 acabou aprofundando diversas tendências que já vinham se desdobrando no plano internacional, como as tensões entre Estados Unidos e China no âmbito tecnológico e comercial, o protecionismo e nacionalismo econômico, o enfraquecimento da cooperação multilateral, a digitalização produtiva e comercial e a regionalização de processos produtivos. Neste sentido, considerando as tendências econômicas globais, a estratégia mais segura para a recuperação econômica dos países latino-americanos é o aprofundamento da integração regional (CEPAL, 2021b).

É neste sentido que, além de debilitarem a capacidade de articulação político-estratégica entre os países sul-americanos, as mudanças no plano regional também têm alterado

qualitativamente a inserção internacional da América do Sul. Nos anos 2000, a região havia alcançado determinado grau de autonomia em sua atuação externa e, na atualidade, encontra-se vulnerável à ingerência e/ou influência de potências externas. Em geral, com a desarticulação dos seus espaços de concertação regional, a América do Sul tem sido cada vez mais afetada pela penetração das disputas entre as potências na região:

Com isso, opôs-se a uma década de avanço, uma sequência de retrocessos, cujas consequências são além da perda de espaço e liderança, o aumento da instabilidade regional, o esvaziamento dos projetos de integração, a consolidação da presença da China na América do Sul e o aprofundamento da contrarreação hegemônica estadunidenses. Iniciados mesmo antes do fim do governo Lula, estes movimentos intensificaram-se no pós-2011 no vácuo de poder brasileiro (PECEQUILO; CARMO, 2016, p. 361).

Nos últimos anos, os Estados Unidos têm operado na América do Sul por meio de um neointervencionismo que, operacionalizado através de instituições e organizações presentes na região, têm promovido golpes jurídico-parlamentares e guerras jurídicas para dilapidar as lideranças progressistas sul-americanas. Paralelamente, o país tem fortalecido suas relações bilaterais com seus aliados mais próximos, como os governos de Duque, na Colômbia, e de Bolsonaro, no Brasil. Ambos países receberam ofertas para ingressarem na OTAN nos últimos anos e tiveram seus processos de adesão à OCDE aceitos. Ademais, Colômbia e Brasil desempenham um papel central na crise venezuelana, exercendo uma forte pressão diplomática com o governo de Nicolás Maduro e aumentando as tensões em suas fronteiras com o país caribenho. Ainda, no âmbito multilateral, a OEA tem sido cada vez mais buscada como um âmbito para solução de controvérsias sul-americanas, colocando a região, novamente, sob a tutela estadunidense para a condução dos seus assuntos internos.

No caso da Rússia, o país está presente na América do Sul especialmente através da sua relação com a Venezuela. Os dois países se tornaram mais próximos ao longo de todo o século XXI e com a eclosão da crise venezuelana a Rússia aumentou sua presença geopolítica na região, representando o principal aliado internacional de Caracas. Em linhas gerais, a Rússia busca dois objetivos em sua atuação na Venezuela: (I) desempenhar o papel de mediador em uma crise que se internacionalizou e, portanto, reforçar seu *status* de grande potência; e (II) contrabalancear a presença da OTAN em seu entorno geográfico imediato interpondo-se entre o governo de Maduro e Washington. Recentemente, com o aprofundamento da crise na Ucrânia e a resistência da OTAN em aceitar as exigências de segurança do Kremlin, o vice-chanceler russo, Serguei Ryabkov, declarou que caso as negociações com o Ocidente não sejam bem-sucedidas, a Rússia não descarta a possibilidade de ampliar sua presença militar em Cuba e na



Venezuela (MONIN, 2022). A possível escalada do conflito na Ucrânia, portanto, pode se desdobrar em uma escalada militar na América Latina.

Por sua vez, a China tem ampliado sua presença na região especialmente pela via comercial e pelos investimentos em infraestrutura. O aprofundamento das relações econômicas com a China tem afetado a coesão do projeto integracionista sul-americano, afetando as trocas intrarregionais. Após 2011, conforme o Brasil passava a apresentar dificuldades para liderar a integração regional e oferecer alternativas de desenvolvimento, a vinculação econômica com Pequim se tornou ainda mais atrativa – especialmente para os países da APEC, como Chile e Peru, e a Colômbia, candidata à APEC desde os anos 1990 (PECEQUILO; CARMO, 2016).

Mesmo com a estagnação das principais iniciativas de integração da região, as conexões que o setor privado chinês possui na região têm garantido que a China mantenha reuniões ministeriais e de negócios na América Latina e Caribe, no âmbito da CELAC – mesmo quando a instituição passou anos sem realizar suas próprias cúpulas (PYATAKOV, 2020). Dessa forma:

O fortalecimento da integração poderia ser uma estratégia para construir uma associação com a China que ao mesmo tempo em que alavanque o crescimento das exportações promova o desenvolvimento. Uma estratégia bem-sucedida, nesse sentido, passaria pela liderança do Brasil, deveria ser construída através da UNASUL. Mas em nenhum momento a região esteve próxima de um consenso sobre uma estratégia de desenvolvimento articulada com uma visão sobre a forma do relacionamento tanto com a China como com os Estados Unidos. Neste aspecto, a criação do Fórum China-Celac reflete a capacidade chinesa de pautar a forma e a agenda das relações com a região, e, portanto, um enfraquecimento relativo do Brasil. [...] Portanto, a atuação chinesa não passa despercebida. Ainda sem expressão militar, é inegável a disposição chinesa para participar de uma disputa geopolítica e geoeconômica pela América Latina e Caribe (PECEQUILO; CARMO, 2016, p. 363).

Cabe ressaltar que em suas relações econômicas com os países latino-americanos, ao contrário de organizações internacionais lideradas pelos Estados Unidos, como o FMI, o Banco Mundial e o próprio BID, a China não impõe condicionalidades políticas para investir ou conceder empréstimos. Em outras palavras, o país não realiza demandas políticas e econômicas estruturais como um requisito para estabelecer parcerias econômicas. Dessa forma, “se os parceiros sul-americanos optam por caminhos políticos e econômicos sem exigirem maior reciprocidade da China em alguns setores (em especial os de maior poder relativo como o Brasil), trata-se de uma opção de política externa” (PECEQUILO, 2013, p. 111).

Ademais, os empréstimos chineses são pautados pela expectativa de retorno de longo prazo e não impõem políticas de austeridade aos países beneficiários, o que dá aos países latino-americanos a possibilidade de aprimorarem sua autonomia financeira e ampliarem sua

capacidade de investimento em programas sociais. Apesar dessas possibilidades, sem um esforço regional para direcionar os investimentos chineses de forma que beneficie o desenvolvimento da região, os empréstimos e investimentos chineses acabam atendendo apenas aos interesses dos atores financiadores (MILANI, 2021b; NEVES, 2021).

Assim, diante da crise do regionalismo sul-americano nos últimos anos, a América do Sul não conta, atualmente, com a coesão regional necessária para utilizar os recursos oriundos da China de maneira favorável ao desenvolvimento da região no longo prazo. Com uma boa estratégia regional, a relação com Pequim poderia ser explorada em favor dos países sul-americanos, pois:

[...] Pequim segue sendo alternativa capaz de prover a demanda tanto por mercados para as commodities quanto por possíveis investimentos em infraestrutura (de transporte, energia e comunicação), contribuindo para a superação de um gargalo histórico dos processos de integração subcontinental. Além disso, o quadro de competição entre Estados Unidos e China na região amplia as possibilidades de barganha para as políticas exteriores dos países latino-americanos, revertendo um quadro de limitações das margens de manobra internacionais persistente desde os tempos da Guerra Fria (PAUTASSO *et al.*, 2020, p. 79).

Neste sentido, o aumento da competição entre as potências por influência na América Latina pode tanto gerar oportunidades para os países latino-americanos, por meio de ofertas de investimentos em áreas estratégicas para as economias da região, quanto pode produzir uma escalada dos conflitos regionais, resultando em maior instabilidade e insegurança em nível regional (SANTOS FILHO, 2020). Este quadro de instabilidade e insegurança pode se agravar ainda mais em um contexto de atrofiamento das principais instituições regionais, como o Mercosul e a UNASUL – o que dificulta a articulação entre os governos da região para responderem aos desafios impostos pela competição entre as potências (PRANGE, 2020).

Entretanto, este cenário de desintegração pode ser revertido nos próximos anos. O ciclo neoconservador e neoliberal inaugurado na segunda década do século XXI já apresenta sinais de esgotamento e provavelmente será ainda mais breve do que o último ciclo neoliberal da região. Conforme a rejeição ao programa neoliberal que já havia fracassado ao final do século XX cresce, lideranças progressistas voltam a se eleger na América do Sul. A primeira destas eleições ocorreu fora do espaço sul-americano, no México, onde Lopez Obrador teve uma vitória avassaladora ainda em dezembro de 2018. Já em outubro de 2019, as forças progressistas venceram as eleições presidenciais na Bolívia e Argentina, e quase obtiveram a vitória no Uruguai (onde o candidato de direita foi eleito com uma diferença percentual de menos de 2%). Neste mesmo mês, políticos progressistas foram eleitos para os governos de Buenos Aires e das principais cidades da Colômbia, como Bogotá e Medellín. Quase simultaneamente, houveram

levantares populares contra os governos direitistas de Haiti, Honduras, Equador e Chile. Em 2021, candidatos progressistas foram eleitos para a presidência de Peru e Chile.

Atualmente, na Argentina tem-se a presidência de Alberto Fernández (desde 2020); na Bolívia, Luis Arce (desde 2020); no Peru, Pedro Castillo (desde 2021); no Chile, Boric (desde 2022) e, na Venezuela, Nicolás Maduro permanece no poder desde 2013. Enquanto isso, Paraguai, Equador, Uruguai, Colômbia e Brasil mantêm governos de direita. Contudo, em 2022, Colômbia e Brasil terão eleições presidenciais e em ambos países os resultados das eleições podem levar ao poder líderes progressistas: Lula, no Brasil, e Petro, na Colômbia.

Em meio ao contexto de desintegração regional, em geral, os governos progressistas que se mantiveram ou se elegeram recentemente têm buscado resistir às mudanças do paradigma de integração regional. Estes são os casos dos presidentes da Bolívia, Argentina e do Peru, que retiraram seus países do Grupo de Lima e têm buscado reverter minimamente o quadro de isolamento diplomático contra Caracas (BARRA, 2021; MELLO, 2021). O governo Maduro, na Venezuela, tem mantido sua liderança dentro da ALBA – onde algumas medidas para aliviar o avanço da pandemia de COVID-19 foram tomadas – e atuou de forma ativa durante a última cúpula da CELAC, que foi liderada pelo governo mexicano com o importante apoio do governo argentino (LAURINDO, 2021). Já Gabriel Boric, presidente eleito do Chile, sinalizou após sua eleição que dentre suas prioridades de política externa estará a retomada da integração sul-americana e a promoção da autonomia regional (TÉLAM, 2021).

Contudo, se faz necessário refletir sobre as razões pelas quais este novo ciclo neoconservador e neoliberal foi tão curto. Neste sentido, Fiori retoma a formulação de Karl Polanyi (1944) acerca da natureza contraditória do desenvolvimento capitalista para responder a essa pergunta. Segundo Polanyi, o apogeu e o início da crise da ordem liberal do século XIX se deu simultaneamente, a partir da década de 1870 – assim, no final do século XIX, conforme o padrão-ouro se estabelecia, os mercados financeiros se tornavam cada mais desregulados e a expansão imperialista tomava proporções ainda maiores, os Estados da Europa passavam a praticar o protecionismo e desenvolviam de forma incipiente seus sistemas de proteção social, que seriam a origem do Estado de Bem-Estar Social do pós-Segunda Guerra Mundial. Desta forma:

Segundo Polanyi, podemos também formular a hipótese de que o sistema capitalista voltou a experimentar um grande impulso de internacionalização, liberalização e promoção ativa dos mercados desregulados a partir dos anos 80 do século XX, e que esse “surto internacionalizante” entrou em crise terminal com as guerras do início do século XXI e o colapso econômico-financeiro de 2008. E foi essa crise terminal que desencadeou ou acelerou um novo grande movimento de autoproteção por parte dos Estados e economias nacionais, que começou na Rússia e na China, no início do século

XXI, alastrou-se pela periferia do sistema europeu e acabou atingindo o próprio núcleo financeiro e anglo-americano do sistema capitalista mundial, na hora do Brexit; e ainda mais, na hora da eleição de Donald Trump e seu “*America first*” (FIORI, 2019d, p. 164).

Assim, podemos interpretar que a onda neoliberal dos governos de Menem, Fujimori e Fernando H. Cardoso nos anos 1980 e 1990 fez parte do movimento global de desregulação e globalização que se constituiu naquelas décadas, liderado pelos Estados Unidos. Partindo desta mesma perspectiva, a eleição dos governos progressistas na primeira década do século XXI, orientada por um viés nacional-desenvolvimentista, pode ser associada ao movimento de autoproteção estatal, econômico e social vigente, liderado por Rússia, China e, mais recentemente, os Estados Unidos.

Portanto, observando as dinâmicas globais sob esta ótica, entendemos que a onda neoconservadora e neoliberal que se alastrou pela América do Sul nos últimos anos está indo na contramão do sistema capitalista mundial. Entretanto, esta “reincidência neoliberal tardia”, por mais que esteja desalinhada em relação às tendências internacionais, faz parte de uma disputa que está se desenrolando atualmente pelo futuro da América do Sul. Essa disputa pode se prolongar por muitos anos e, ainda, há a possibilidade de que ela se converta em um impasse sem solução (FIORI, 2019d, p. 165).

Ainda, essa disputa pelo futuro da América do Sul desafia diretamente a concepção segundo a qual o ciclo progressista iniciado na primeira década do século XXI teria chegado ao seu fim. Considerando que a região está sendo disputada por grupos políticos antagônicos, inferimos que as forças progressistas que lideraram a região no início dos anos 2000 ainda estão ativas, disputando espaço na América do Sul. Contudo, essas forças se encontram em um “empate geopolítico” com as forças neoconservadoras e neoliberais, vinculadas internacionalmente à potência estadunidense. Este “empate geopolítico” fica especialmente evidente quando observamos os resultados eleitorais dos últimos anos, em que os governos eleitos obtiveram apenas uma pequena vantagem percentual dos votos válidos em relação aos segundos colocados nos pleitos sul-americanos (KERR-OLIVEIRA *et al.*, 2021, p. 239).

Sobre essa conjuntura regional que gera incertezas acerca do futuro sul-americano, acrescentamos a seguinte reflexão:

Não existe uma resposta fácil, nem uma solução simples para o impasse da América Latina. Dividida e polarizada, seguirá se autodestruindo se não repensar sua posição internacional e redefinir sua estratégia de desenvolvimento em um sistema mundial que é extremamente hierárquico, competitivo e bélico, e onde o desenvolvimento capitalista é inseparável da luta geopolítica pelo poder internacional. Neste momento, à primeira vista, parece que a América Latina já perdeu o “bonde da história” e entrou num processo precoce de estagnação secular. Mas este não é um “jogo” que já

terminou, nem é um jogo puramente econômico, envolvendo uma dimensão essencial de toda a história do desenvolvimento capitalista, que foi sempre “assimetria” de poder internacional. Em poucas palavras, o continente latino-americano ainda segue prisioneiro, e não conseguiu decifrar o enigma e o bloqueio impostos por sua localização geográfica e posição hierárquica no “hemisfério ocidental”. Tampouco conseguiu assimilar até hoje, plenamente, a lição histórica de um sistema no qual o desenvolvimento da economia foi sempre inseparável da luta pelo poder nacional e internacional (FIORI, 2020a, p. 189).

Portanto, é fundamental, para que a América do Sul não perca o “bonde da história”, que os governos da região redefinam suas estratégias de desenvolvimento e busquem retomar a consolidação da região como um polo de poder internacional mais autônomo. A integração regional segue sendo uma via indispensável para que a América do Sul desenvolva suas capacidades econômicas e mitigue suas vulnerabilidades políticas, estabelecendo um ambiente regional coeso e articulado em sua atuação externa. Desta forma, apesar das recentes vitórias progressistas na região, o futuro da América do Sul segue incerto e dependerá, em grande medida, do que venha a passar nas eleições presidenciais de Brasil e Colômbia e na estratégia regional dos novos governos sul-americanos.

Ademais, pensando nas possibilidades dos países periféricos ampliarem sua soberania perante as potências centrais, Pinheiro Guimarães (2020b) defende que estes devem estruturar uma estratégia multidimensional baseada nos seguintes elementos: (I) industrialização de recursos naturais e diversificação das importações (em termos de origem) e exportações (em termos de produtos e destinos), para reduzir suas vulnerabilidades econômicas; (II) redução do endividamento externo, para reduzir suas vulnerabilidades financeiras; (III) desenvolvimento de sua força de trabalho científica e tecnológica, para reduzir suas vulnerabilidades tecnológicas; (IV) coordenação de sua política externa com outros países periféricos, principalmente aqueles vizinhos, para reduzir suas vulnerabilidades políticas; (V) construção paulatina da indústria bélica, para reduzir suas vulnerabilidades militares; e (VI) criação de centros de formação no país, para reduzir suas vulnerabilidades ideológicas. Conclui que:

A soberania, cujo titular é o povo, é o direito de um povo organizar social, política, militar e economicamente sua sociedade e seu Estado de acordo com sua história, com seus valores, com seus objetivos, com suas aspirações, com suas experiências. O exercício efetivo, e não apenas retórico, da soberania depende do potencial do país e das vulnerabilidades de natureza política, econômica, tecnológica, militar, ideológica a que está sujeita sua sociedade. O objetivo dos Impérios sempre foi impedir o exercício da soberania por parte de suas Províncias ou limitar sua “autonomia”. No Império, o exercício de plena soberania é exclusivo da metrópole e vedado às colônias (PINHEIRO GUIMARÃES, 2020b).

Assim, a América do Sul se encontra em um momento decisivo de sua história política contemporânea, que podemos chamar de “bifurcação estratégica”. A região pode ter seu futuro condicionado às disputas entre as grandes potências na região ou pode aproveitar a janela de oportunidade que se abre para os países sul-americanos com a transição hegemônica em curso. É provável que, pelos próximos anos, a competição interestatal entre Estados Unidos, Rússia e China siga se intensificando e, sob este contexto, uma América do Sul integrada e soberana possui maiores chances de barganhar para obter acordos favoráveis nos âmbitos comercial, financeiro, tecnológico, de infraestrutura, militar, entre outros. Claramente, mesmo que os novos governos progressistas reativem o processo de integração regional e restabeleçam a busca por uma atuação externa mais autônoma, as pressões externas não deverão cessar – contudo, os desafios impostos pelas disputas entre as potências tendem a ser melhor manejados quando a região se encontra orientada por uma estratégia comum, visando a soberania e a defesa dos interesses sul-americanos.

#### **4.5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

No início do século XXI, uma combinação de fatores internos e externos à América do Sul possibilitaram as eleições de diversos governos de inspiração nacionalista, desenvolvimentista ou socialista na região. Em conjunto, e contando com a liderança brasileira, estes governos articularam projetos de integração regional que inauguraram um novo ciclo do regionalismo sul-americano, conhecido como regionalismo pós-liberal ou pós-hegemônico. Neste ciclo, a região consolidou importantes avanços em áreas estratégicas como a integração de infraestrutura e a cooperação em segurança e defesa. Ao mesmo tempo, avançou-se em uma ampla estratégia de reinserção internacional da América do Sul sob novos patamares, com maior autonomia e em defesa de interesses regionais comuns – como a promoção do desenvolvimento econômico e social e a construção de uma ordem internacional multipolar, menos centralizada em torno das potências centrais.

Contudo, em meio ao contexto de acirramento da competição interestatal com as potências eurasiáticas, os Estados Unidos desenvolveram uma estratégia global elaborada para mitigar os avanços da transição hegemônica e prolongarem sua posição na hierarquia interestatal. Essa estratégia global, necessariamente, perpassa pela América do Sul, onde é empregada como uma resposta às investidas de Rússia e China na região e à ascensão de governos progressistas que defenderam uma política externa autônoma no início do século XXI. No ambiente sul-americano, a contrarreação hegemônica estadunidense se baseia em práticas

neointervencionistas que foram responsáveis pela desestabilização que aprofundou a polarização política dentro e entre os países da América do Sul e, conseqüentemente, favoreceu a ascensão de novos governos de direita nos últimos anos.

Assim, observamos a existência de um “efeito cascata” que afetou os processos de integração e os arranjos político-institucionais regionais direta e indiretamente. As disputas das grandes potências têm levado a uma reorientação estratégica dos Estados Unidos que, por meio de diversas táticas de Guerra Híbrida, têm promovido golpes de Estado e aprofundado a polarização política na América do Sul, propiciando a emergência de governos neoconservadores e neoliberais pró-EUA. Estes governos, em suas agendas de política externa, têm se voltado especialmente para o eixo Norte-Sul e negligenciado a cooperação sul-sul e, até mesmo, com seus aliados sul-americanos, levando a um atrofiamiento das instituições regionais de integração. Assim, a atual conjuntura regional se desenhou, em grande medida, devido ao novo padrão das relações entre os novos governos sul-americanos e Washington, especialmente a partir de 2017, quando a contrarreação hegemônica se intensificou.

A “bifurcação estratégica” que se apresenta perante a América do Sul deve se estender pelos próximos anos, conforme os processos eleitorais da região se desatam e a própria conjuntura global permanece incerta. Apesar dessas indefinições, independentemente do caminho estratégico que os governos sul-americanos escolham trilhar, as pressões sistêmicas continuarão afetando a região conforme as relações entre Estados Unidos e Rússia e China tornem-se cada vez mais instáveis. Neste sentido, consideramos que o fortalecimento dos arranjos político-institucionais da América do Sul é fundamental para que a região não fique à deriva dos processos sistêmicos e assuma uma posição autônoma no tabuleiro geopolítico global que vem se configurando nas últimas décadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, nos propusemos a analisar de que forma a competição interestatal entre Estados Unidos e Rússia e China, decorrente da transição hegemônica em curso em nível sistêmico, afetou os arranjos político-institucionais da América do Sul a partir de 2000. Compreendemos que o processo de transição hegemônica se desenvolve de maneira gradual, por meio da sucessão entre períodos de declínio relativo do poder da potência hegemônica intercalados com períodos de intensificação da disputa estratégica entre as potências. Durante os períodos de aprofundamento da competição interestatal, a potência que se encontra ameaçada tende a buscar recompor seu poder hegemônico, o que gera desafios e instabilidade para diversas regiões do mundo, mas especialmente as regiões periféricas.

Partindo desta interpretação, duas hipóteses gerais foram empregadas nesta pesquisa: (I) conforme a competição interestatal se acirra, a potência hegemônica busca reassegurar sua hegemonia global, partindo da retomada do seu domínio regional em seu entorno geográfico imediato, a saber, nas Américas; (II) como consequência dessa reorganização estratégica da potência hegemônica, intensifica-se a disputa geopolítica entre esta e as potências concorrentes em diversas regiões, incluindo a América do Sul.

Durante o século XXI, a reascensão de potências como China e Rússia colocaram em xeque a unipolaridade estadunidense, que havia marcado os anos 1990. Ao longo dos anos 2000, a China consolidou de maneira definitiva as suas capacidades de planejamento econômico, investimento e inovação tecnológica, enquanto a Rússia retomou sua projeção militar sobre o leste europeu, ainda durante a Guerra da Geórgia, em 2008. Concomitantemente, com a “Guerra ao Terror” empreendida após 2001, os Estados Unidos começavam a dar os primeiros sinais do seu relativo declínio hegemônico desde os anos 1970.

Neste sentido, ao passo que as potências eurasiáticas fortaleciam suas respectivas estratégias para reposicionarem-se como grandes potências e acelerarem a transição rumo a uma ordem internacional multipolar, os primeiros sinais empíricos da crise hegemônica no século XXI se apresentavam: a crise desencadeada pelo 11 de Setembro, os descaminhos das guerras no Afeganistão e no Iraque, a crise econômico-financeira mundial de 2008, a perda de espaço dentro das instituições e arranjos regionais sul-americanos, os desdobramentos dos conflitos na Ucrânia e na Síria, entre outros.

Foi sob este contexto que a competição interestatal entre Estados Unidos e Rússia e China se acirrou significativamente. Esta competição combina, essencialmente, duas disputas que se relacionam dialeticamente: a disputa econômica, por recursos energéticos e o controle



sobre tecnologias da informação, e a disputa político-militar, por zonas de influência e projeção geopolítica. Para desenvolverem suas capacidades militares e ampliarem seu poder geopolítico, as potências dependem altamente da disputa econômica, uma vez que o acesso à recursos tecnológicos e energéticos sustentam os aparatos militares dos Estados. Ao mesmo tempo, as disputas político-militares influem sobre a capacidade que as potências possuem de impor seus interesses em determinados territórios, tanto para garantir seu acesso a recursos estratégicos quanto para manter o controle sobre o desenvolvimento e disseminação de tecnologias.

Assim, nos últimos anos, Rússia e China têm convergido cada vez mais em busca de maior autonomia e protagonismo no plano internacional. Ambos países possuem uma aliança que se manifesta em posicionamentos alinhados perante crises geopolíticas, projetos de cooperação na área energética, militar e tecnológica, e um constante aprofundamento dos laços diplomáticos. Como resposta, os Estados Unidos têm empreendido uma reorientação estratégica, iniciada no começo da década de 2010 e intensificada especialmente a partir de 2017, visando atenuar o aprofundamento da transição hegemônica e pressionar Rússia e China para conter seus avanços em pontos estratégicos.

A partir dessa reorientação, os Estados Unidos têm buscado constantemente ampliar a sua presença nos entornos imediatos de China e Rússia, como parte de uma estratégia de contenção cujo objetivo é impedir a expansão do poder econômico e geopolítico das potências eurasiáticas, buscando minar suas respectivas hegemônias regionais. Como resposta, China e Rússia têm usado sua presença na América do Sul para contrabalancearem os Estados Unidos, o que desperta a preocupação de Washington. E é neste sentido que a contenção mútua entre a potência norte-americana e as potências eurasiáticas tem transformado a América do Sul (e a América Latina, em geral) em um alvo da disputa geopolítica global, gerando desafios para a estabilidade sul-americana.

Portanto, na primeira década do século XXI, os Estados Unidos concederam grande prioridade estratégica ao Oriente Médio e, ao mesmo tempo, passaram a ter uma presença cada vez mais militarizada na América do Sul. Paralelamente, a presença sino-russa na América do Sul cresceu consideravelmente. Ainda neste mesmo período, diversos governos da região convergiram em suas agendas de política externa e, sob a liderança brasileira, impulsionaram a integração sul-americana. Estes governos avançaram em áreas de cooperação estratégicas e desenvolveram uma ampla estratégia de reinserção internacional da América do Sul, orientada pela defesa da autonomia sul-americana, a promoção do desenvolvimento econômico e social e a construção de uma ordem internacional multipolar.

Contudo, a partir de 2011, em resposta às investidas de Rússia e China na região e à política externa autônoma de determinados governos sul-americanos, uma contrarreação estadunidense irrompeu na América do Sul. Ademais, tal movimento para reassegurar sua hegemonia nas Américas se relaciona diretamente com a busca estadunidense por recompor seu poder hegemônico em nível global, em meio à competição com as potências eurasiáticas. O principal elemento desta contrarreação hegemônica tem sido o neointervencionismo – e é neste sentido que observamos a existência de um “efeito cascata” que afetou os arranjos político-institucionais sul-americanos. A reorientação estratégica dos Estados Unidos, em resposta à intensificação da competição com Rússia e China, coloca a América do Sul como alvo de diversas táticas de Guerra Híbrida que, visando gerar mudanças de governo e apoiar a emergência de governos neoconservadores e neoliberais, têm aprofundado significativamente a polarização política na região. Nos casos paraguaio, brasileiro e boliviano, se consolidaram golpes de Estado jurídico-parlamentares; em países como Argentina, uma verdadeira *lawfare* é empreendida contra lideranças progressistas; e, no caso da Venezuela, o país é atingido por uma crise humanitária sem precedentes, decorrente do cerco econômico que sofre há anos.

Nos países em que governos de direita tomaram o poder ou se elegeram nos últimos anos, adotou-se uma nova agenda de política externa, estrategicamente alinhada com os Estados Unidos e voltada para a cooperação no eixo Norte-Sul. Conseqüentemente, as organizações regionais de integração têm recebido duros ataques institucionais nos últimos anos. No Mercosul, as negociações no interior do bloco são travadas por divergências irreconciliáveis entre os países-membro. Na UNASUL, diversos países se retiraram do bloco, gerando um esvaziamento institucional que acarretou na paralisação das suas atividades. Paralelamente, governos sul-americanos têm buscado se aproximar dos Estados Unidos e da União Europeia, têm defendido uma agenda de liberalização e flexibilização comerciais, e até mesmo tentaram construir novas iniciativas de integração regional baseadas na priorização da cooperação econômica.

Desta forma, a atual conjuntura sul-americana foi amplamente determinada pelo novo padrão de relacionamento entre os novos governos da região e Washington, especialmente a partir de 2017, quando a contrarreação hegemônica iniciada ainda em 2011 se intensificou. Contudo, este novo ciclo neoconservador e neoliberal encontra-se, hoje, em crise. Os resultados eleitorais têm favorecido governos progressistas em países como Argentina, Bolívia, Peru e Chile. Na Venezuela, o governo de Nicolás Maduro resiste às investidas da sua oposição. E no Brasil e na Colômbia, profundamente polarizados, as eleições presidenciais se avizinham – o que também deverá ocorrer, em breve, em Paraguai, Equador e Uruguai.

Sob esta perspectiva, consideramos que a América do Sul se encontra diante de uma “bifurcação estratégica”, a qual deve se estender enquanto os processos eleitorais da região se desatam e as incertezas acerca da conjuntura global crescem. Os governos sul-americanos terão a oportunidade de optar por uma retomada da estratégia de inserção autônoma que havia sido desenvolvida na primeira década do século XXI, ou poderão seguir optando pelo alinhamento pró-estadunidense. Em qualquer um destes cenários, as pressões sistêmicas continuarão afetando a região conforme a transição hegemônica se aprofunde e a instabilidade das relações entre Estados Unidos e Rússia e China aumentem. Com isto posto, defendemos que o fortalecimento dos arranjos político-institucionais da América do Sul é a principal alternativa para a região não permanecer subordinada a fatores sistêmicos e, dessa forma, assumir as rédeas do seu futuro político como protagonista na arena internacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Gabriel Pessin. A Rússia como grande potência e a parceria estratégica com a China. In: PINELI ALVES, A. G. M. (org). **O Renascimento de uma potência?: a Rússia no século XXI**. Brasília: IPEA, 2012. p. 51-96.

AGUIRRE, M; CHAVEZ, R. B; ROBLEDO, M. América Latina ante las crisis de la globalización y el multilateralismo. **Friedrich Ebert Stiftung, Analisis**, jan., 2020.

AIIB. Members and Prospective Members of the Bank. **Asian Infrastructure Investment Bank**. December 2021. Disponível em: <<https://www.aiib.org/en/about-aiib/governance/members-of-bank/index.html>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

ALBUQUERQUE, F. P. S; PACHECHO, C. C; LEITE, A. C. C; FUCCILLE, A. A instrumentalização do setor energético sob Putin-Medvedev (2000-2018) e o retorno russo ao tabuleiro geopolítico internacional. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, Vol. 16 (1), enero-junio 2021, pp.125–152.

ALMEIDA, Gustavo Mendes; ACIOLI, Mirella; SALES, Rafael. A ausência brasileira na reunião da CELAC: o desmonte de sua liderança regional. **Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil**. 05 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://oieb.org/2021/10/04/a-ausencia-brasileira-na-reuniao-da-celac-o-desmonte-de-sua-lideranca-regional/>>. Acesso em: 08 fev. 2022.

ALVAREZ, María Victoria. “Stranger Things”: the future of Latin American regionalism. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 11, n. 55, p. 63-73, jul./set. 2020.

ALVES, A. R. C. O conceito de Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, 2010, São Paulo, n. 80, p. 71-96.

ALVES, Ana R. OEA aprova pedido de Guaidó para ativar contra Maduro tratado que prevê defesa mútua no continente. **O Globo**, 11 setembro 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/oea-aprova-pedido-de-guaido-para-ativar-contra-maduro-tratado-que-preve-defesa-mutua-no-continente-23940707>>. Acesso em: 06 fev. 2022.

ALVIM, Mariana. A cronologia da crise migratória em Pacaraima, na fronteira entre Brasil e Venezuela. **BBC News Brasil**. São Paulo, 20 agosto 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45242682>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

ANDRÉ, André Luís. **Guerra Híbrida à Brasileira: Das Jornadas de 2013 às perspectivas para a próxima década**. Aracaju, Sergipe: RM Editoriais & Revisão, 2020.

ARCHENTI, N; AZNAR, L. **Actualidad del pensamiento sociopolítico clásico**. Buenos Aires: EUDEBA, 1996.

AMIN, Samir. GeoPolitics of contemporary Imperialism. In: CLACSO (org.). **New Worldwide hegemony: Alternatives for change and Social movements**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004, p. 71-107.

AMIN, Samir. **Capitalismo, imperialismo, mundialización**. Traducción: Emilio H. Taddei. Matxingune taldea, 2011.

ARAÚJO, Flavia Loss de; NEVES, Bárbara Carvalho. Regionalismo, crise venezuelana e a pandemia do COVID-19: o impacto da fragmentação regional no cenário atual (2013-2020). **Conjuntura Austral**. Porto Alegre, v. 12 n. 58, p. 19-37, abr./jun., 2021.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. tradução Vera Ribeiro; revisão de tradução César Benjamin; Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. Globalização e Macrossociologia Histórica. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 20, p. 13-23, jun. 2003.

ARRIGHI, G. **Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century**. London, New York: Verso, 2007.

BAGGIO, Kátia G. Conexões ultraliberais nas Américas: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. **Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 26 a 29 de julho de 2016.

BALDO, Carlos M; VAIL, Richard; SEIDEL, Julie. Huawei in Venezuela: a review of 2006–2019. **Revista de Gestão**, Vol. 28 No. 4, 2021, p. 358-375.

BAPTISTA, João V. M; BERTOLUCCI, Artur C. Guinada à direita e o futuro do Mercosul: velhos atores e novos blocos de poder. In: SOUZA, Hannah G; SCHWENDENWEIN, Goodfred; HOLANDA, Mariani F. GUALDA, Suyai M. (orgs). **América Latina em foco: novas perspectivas de análise sobre a região**. Campos dos Goytacazes, RJ: Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), 2020. p. 200-219.

BARDEN, J. Russia exports most of its crude oil production, mainly to Europe. **U.S. Energy Information Administration (EIA)**, 14 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=33732>>. Acesso em: 10 set. 2021.

BARNABÉ, Israel R. Unasul: desafios e importância política. **Revista Mural Internacional**. Ano II, Nº 1. Rio de Janeiro, 2011.

BARRA, Melissa. 'El Grupo de Lima ha perdido vigor y está llamado a desaparecer', analiza experto. **RFI**, 25 de marzo de 2021. Disponível em: <<https://www.rfi.fr/es/programas/enfoque-internacional/20210325-grupo-lima-venezuela-argentina-retiro>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BARROS, Pedro S; GONÇALVES, Julia de Souza B. Crisis in South American regionalism and Brazilian protagonism in Unasur, the Lima Group and Prosur. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 64(2): e009, 2021.

BARROS, Pedro Silva; GONÇALVES, Julia de Souza Borba; SAMURIO, Sofía Escobar. Desintegração econômica e fragmentação da governança regional na América do Sul em

tempos de Covid-19. **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**, n. 27, p. 125-144, mai./ago., 2020.

BBC. Nicaragua rompe relaciones con Taiwán: "En el mundo solo existe una sola China". **BBC News Mundo**. 10 diciembre 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-59603623>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

BERNAL-MEZA, Raúl. Modelos o esquemas de integración y cooperación en curso en América Latina (UNASUR, Alianza del Pacífico, ALBA, CELAC): una mirada panorámica. **Ibero-Amerikanisches Institut**, Berlin, n. 12, 2013, p. 1-22.

BENDETT, S; KANIA, E. B. China, Russia Deepen Technological Ties. **Defense One**, 4 out. 2019. Disponível em: <<https://www.defenseone.com/threats/2019/10/china-russia-are-turning-each-other-tech-help-west-limits-access/160364/>>. Acesso em: 12 set. 2021.

BERZINS, J. **The West is Russia's Main Adversary, and the Answer is New Generation Warfare**. Threat perception and security policy concepts in comparison: USA, Europe and the BRICS-States. Hamburgo: Institut für Friedensforschung und Sicherheitspolitik an der Universität Hamburg. 2016.

BIDARRA, B. S.; GRASSI, J. M.; KERR-OLIVEIRA, L. A crise da Unasul pelas agências internacionais de notícias: a veiculação do colapso da integração regional Sul-americana pela mídia. **Revista Debates**, Porto Alegre, 14 (2), mai./ago. 2020.

BITAR, Sebastian E. **US Military Bases, Quasi-bases, and Domestic Politics in Latin America**. London: Palgrave MacMillan, 2016.

BOADLE, Anthony; SHALAL, Andrea. U.S. and Brazil must reduce dependence on China imports: Pompeo. **Reuters**. October 19, 2020. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-usa-brazil-idUSKBN2741PH>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

BOFF, G.B; OURIQUES, H. R. Energia e hegemonia dos Estados Unidos: uma análise do petróleo e do gás de xisto a partir da perspectiva dos sistemas-mundo. **COLOMBIA INTERNACIONAL**, v. 96, 2018, p. 149-176.

BORON, Atilio. **América Latina en la geopolítica del imperialismo**. 2a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Luxemburg, 2020.

BRAGATTI, Milton C. **Cooperação em defesa na América do Sul – limites e perspectivas**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2016.

BRAGATTI, Milton C; SOUZA, Nilson A. UNASUL: iniciativa de integração regional? Instituição de regionalismo pós-liberal ou contra-hegemônico? Concertação ou coordenação de interesses comuns? (os debates conceituais sobre um processo em construção). **Conjuntura Austral**, v. 7, n. 35, 2016, p. 43-51.

BRAUDEL, Fernand. **Civilization & Capitalism: 15th-18th century**. Volume III. The perspective of the world. Translation from the French by Sian Reynolds. London: Williams Collins Sons & Co Ltd, 1984.

BRICEÑO-RUIZ, José. Times of Change in Latin American Regionalism. **Contexto Internacional**, vol. 40, n. 3, Sep/Dec 2018, p. 573-594.

BRICEÑO-RUIZ, José. Da crise da pós-hegemonia ao impacto da Covid-19: O impasse do regionalismo latino-americano. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 29, 2020, p. 21-39.

BRICEÑO-RUIZ, José; HOFFMANN, Andrea R. Post-hegemonic regionalism, UNASUR, and the reconfiguration of regional cooperation. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 40, n. 1, 2015, p. 48-62.

BROWN, B. United States continued to lead global petroleum and natural gas production in 2020. **U.S. Energy Information Administration (EIA)**, 19 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=48756>>. Acesso em: 10 set. 2021.

CALICH, A. P. M. *et al.* Política externa e de segurança da Rússia. In: MARTINS, J. M. Q. (org). **Relações internacionais contemporâneas 2012/2: estudos de caso em política externa e de segurança**. Porto Alegre: Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), 2013, p. 48-71.

CALLAWAY, J. The Operational Art of Air-Sea Battle. **Center for International Maritime Security (CIMSEC)**. July 18, 2014. Disponível em: <<http://cimsec.org/operational-art-air-sea-battle/11913>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

CAN. Quienes Somos. **Comunidad Andina**. Disponível em: <<https://www.comunidadandina.org/quienes-somos/>>. Acesso em: 07 jan. 2022.

CAROTHERS, Thomas. O'DONOHUE, Andrew. **Democracies Divided: The Global Challenge of Political Polarization**. Washington D.C.: Brookings Institution Press, 2019.

CARVALHO, Glauber C. Uma Política Internacional Autônoma na Região Sul-Americana: Recursos de Poder, Concretização Institucional da Integração e Crise Política. **Anais do I Encontro Nacional de Economia Política Internacional – ENEPI**, UFRJ, Rio de Janeiro. 11 a 13 de maio de 2016. p. 487-504.

CARVALHO, Patrícia Nasser de; CIMINI, Fernanda. O regionalismo na América do Sul no início do Século XXI: uma análise de suas inflexões práticas e da produção intelectual brasileira. **Estudos Internacionais**. Belo Horizonte, v. 7, n. 3, p. 83-102, dez., 2019.

CARVALHO, Patrícia Nasser de; GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro. O Brasil como potência regional: uma análise da sua liderança na América do Sul no início do século XXI. **Carta Internacional**. Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 222-248, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.21530/ci.v11n3.2016.570>>. Acesso em: 07 ago. 2020.

CASAS, Andrés; CORREA, María E. ¿Qué pasa con la Comunidad Andina de Naciones - CAN? **Papel Político**, v. 12, n. 2, 2007, p. 591-632.

CELAG. Las consecuencias económicas del boicot a Venezuela. **Análisis Económico – Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica (CELAG)**. 8 de febrero, 2019. Disponível em: <<https://www.celag.org/las-consecuencias-economicas-del-boicot-venezuela>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

CEPAL. Explorando nuevos espacios de cooperación entre América Latina y el Caribe y China. Segunda Reunión Ministerial del Foro de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) y China. **Comisión Económica para América Latina y el Caribe**. Enero de 2018. Disponível em: <[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43213/1/S1701250\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43213/1/S1701250_es.pdf)>. Acesso em: 23 dez. 2021.

CEPAL. América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19 Efectos económicos y sociales. Informe Especial Covid-19, (1). **Comisión Económica para América Latina y el Caribe**. Abril, 2020. Disponível em: <<https://www.cepal.org/fr/node/51176>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

CEPAL. Perspectivas del Comercio Internacional de América Latina y el Caribe: La integración regional es clave para la recuperación tras la crisis. **Comisión Económica para América Latina y el Caribe**. Enero de 2021. Disponível em: <[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46613/1/S2000805\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46613/1/S2000805_es.pdf)>. Acesso em: 26 dez. 2021.

CEPAL. Comércio exterior da América Latina e do Caribe apresenta o seu pior desempenho desde a crise financeira mundial, devido à pandemia. **Comissão Econômica para América Latina e o Caribe**. Comunicado de Imprensa. 22 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/comercio-exterior-america-latina-caribe-apresenta-o-seu-pior-desempenho-crise-financeira>>. Acesso em: 26 dez. 2021.

CEPAL. Países da CELAC aprovam por unanimidade diretrizes e propostas do plano de autossuficiência em saúde para a América Latina e o Caribe e delegam à CEPAL a responsabilidade de avançar em sua implementação. **Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)**. Comunicado de Imprensa. 18 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/paises-celac-aprovam-unanimidade-diretrizes-propostas-plano-autossuficiencia-saude>>. Acesso em: 08 fev. 2022.

CEPIK, M. O Corolário Trump e a América Latina. **Revista Tempo do Mundo**, p. 241-265, 2019.

CEPIK, M; MACHADO, F. O Comando do Espaço na Grande Estratégia Chinesa: Implicações para a ordem internacional contemporânea. **Carta Internacional (USP)**, v. 06, p. 112-131, 2011.

CEPIK, Marco; RODRIGUEZ, J. C. América Latina en tiempos de pandemia: desafíos estratégicos. **Pensamiento Propio (CRIES)**, v. 52, p. 83-108, 2020.

CHAGUACEDA, A. The bear comes to the West: The Russian agenda in Latin America. **Global Americans**. March 20, 2019. Disponível em: <<https://theglobalamericans.org/2019/03/the-bear-comes-to-the-west-the-russian-agenda-in-latin-america/>>. Acesso em: 08 dez. 2021.



CHÁVEZ, Nashira. América Latina, República Popular China y Estados Unidos: Relaciones continentales estratégicas. In: SORIA, Adrián B; GARCÍA, Paz M. **China en América Latina y el Caribe: Escenarios estratégicos subregionales**. San José, C. R.: FLACSO, CAF, 2015. p. 75-106.

CHÁVEZ TAGLE, Eric Adrian. RAMÍREZ RIOS, Lilia Milagros. **El Relanzamiento de integración Sudamericana: PROSUR**. Trabajo de Investigación para obtener el grado de Bachiller en Relaciones Internacionales. Facultad de Derecho y Ciencias Humanas, Universidad Tecnológica de Perú. Lima, 2020.

CHILE. Presidente Piñera encabeza reunión de Prosur para afianzar cooperación regional. **Prensa Presidencia**, 27 ago. 2020 Disponível em: <<https://prensa.presidencia.cl/comunicado.aspx?id=165290>>. Acesso em: 08 fev. 2022.

CHINA. **China's Military Strategy 2015**. The State Council Information Office of the People's Republic of China. May 2015. Disponível em: <<https://jamestown.org/wp-content/uploads/2016/07/China%E2%80%99s-Military-Strategy-2015.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

CHINA. **China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean**. November 24, 2016. Disponível em: <[http://www.china.org.cn/world/2016-11/24/content\\_39777989.htm](http://www.china.org.cn/world/2016-11/24/content_39777989.htm)>. Acesso em: 13 de. 2021.

CHINA. **China's National Defense in the New Era**. First Edition. The State Council Information Office of the People's Republic of China. Pequim: Foreign Languages Press Co. Ltd., 2019.

CIAVATTA, M. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. Cap. 6, p. 121-144.

CLOSS, M. B. Novo ciclo na América do Sul: transformações nos cenários de segurança e defesa. **Boletim do Observatório Político Sul-Americano**. n. 1, jan./mar. 2019. Disponível em: <<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2019/07/19/NOVO-CICLO-NA-AMÉRICA-DO-SUL-TRANSFORMAÇÕES-NOS-CENÁRIOS-DE-SEGURANÇA-E-DEFESA>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

COLBY, E. A; MITCHELL, A. W; The Age of Great-Power Competition: How the Trump Administration Refashioned American Strategy. **Foreign Affairs**, January/February 2020. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2019-12-10/age-great-power-competition>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

COLETTA, Ricardo Della; VARGAS, Mateus. Por veto a Huawei, EUA acenam com parceria militar do Brasil na Otan. **Folha de São Paulo**. 5 agosto 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/08/por-veto-a-huawei-eua-acenam-com-parceria-militar-do-brasil-na-otan.shtml>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

COOK, Steven A. Russia Is in the Middle East to Stay. **Foreign Policy**, 16 de março de 2018. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2018/03/16/the-middle-east-needs-a-steady-boyfriend/>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

COOLEY, Alexander; NEXON, Daniel H. How Hegemony Ends – The Unraveling of American Power. **Foreign Affairs**, July/August 2020. Disponível em: <[https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-06-09/how-hegemony-ends?utm\\_medium=social&fbclid=IwAR3ctOsK9us-Bz4L\\_unfnce3WTG4kuXQNEAZZ49-jmClqpNylEIs6oXWcgI](https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-06-09/how-hegemony-ends?utm_medium=social&fbclid=IwAR3ctOsK9us-Bz4L_unfnce3WTG4kuXQNEAZZ49-jmClqpNylEIs6oXWcgI)>. Acesso em: 28 ago. 2021.

CORRÊA, Isabela Furegatti. **Um estudo sobre a evolução do Mercosul:** do regionalismo aberto ao regionalismo pós-hegemônico. Dissertação de Mestrado em Integração da América Latina, apresentada à Escola de Comunicações e Artes da USP. São Paulo, 2015.

CORRÊA, A.P. Industrialização, demanda energética e indústria de petróleo e gás na China. In: CINTRA, M. A. M; SILVA FILHO, E. B; PINTO, E. C. (org). **China em transformação:** dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. p. 189-236.

COSIPLAN. Cartera de Proyectos 2017. **Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento de UNASUR**. Buenos Aires, 18 de diciembre de 2017. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/iirsa/informe-de-la-cartera-de-proyectos-del-cosiplan-2017.html>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

COX, R. W. *Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: Um ensaio sobre o método*. In: GILL, S. (org) **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

CRIVELLI, Eduardo; LO BRUTTO, Giuseppe. La CELAC más allá del regionalismo poshegemónico. **Iberoamerican Journal of Development Studies**, v. 10, n. 1, p. 240-257, 2021.

CUEVA, Agustín. **El desarrollo del capitalismo en América Latina**. Mexico, D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 2004.

DALL'AGNOL, Augusto C; ZABOLOTSKY, Boris P; MIELNICZUK, Fabiano. The Return of the Bear? Russian Military Engagement in Latin America: The Case of Brazil. **Military Review**, March-April 2019, p. 128-139.

DAVYDOV, Vladimir M. Rusia en América Latina (y viceversa). **Nueva Sociedad**, n. 226, marzo-abril de 2010.

DELGADO, F. FEBRERO, J. Cronos: China e as suas questões de segurança energética. **Caderno Opinião**, FGV Energia, Agosto de 2017.

DEUTSCH, Karl. **Análise das Relações Internacionais**. Série: Pensamento Político. Brasília: Universidade de Brasília, 1978.

DIALLO, Mamadou Alpha. Venezuela y América Latina: ¿la última fase de la geopolítica de la democracia imperial? In: BOFFA, Natalia; CABRERA SOLARTE, Adrián Camilo;

WIMER, Fernando Romero (orgs). **Encrucijadas Latinoamericanas: Movimientos sociales, autoritarismo e imperialismo**. II° Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Sociales Latinoamericanos. Bahía Blanca: Ediciones del Ceiso, 2020. p. 326-351.

DUARTE SOUZA, Marina. Sob ataque de Trump, acordo diplomático entre Cuba e EUA completa cinco anos. **Brasil de Fato**, São Paulo, 20 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/20/sob-ataque-de-trump-acordo-diplomatico-entre-cuba-e-eua-completa-cinco-anos>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

DUNN, C; HESS, T. The United States is now the largest global crude oil producer. **U.S. Energy Information Administration (EIA)**, 12 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=37053>>. Acesso em: 10 set. 2021.

DW. Brasil suspende participação na Celac. **Deutsch Welle Brasil**, 16/01/2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/brasil-suspende-participa%C3%A7%C3%A3o-na-celac/a-52024798>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

EIA. What countries are the top producers and consumers of oil? **U.S. Energy Information Administration (EIA)**, 26 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www.eia.gov/tools/faqs/faq.php?id=709&t=6>>. Acesso em: 10 set. 2021.

ELIAS, Juliana. Entenda o que é e o que faz a OCDE, organização em que o Brasil tenta entrar. **CNN Brasil**. 26 janeiro 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/entenda-o-que-e-o-que-faz-a-ocde-organizacao-em-que-o-brasil-tenta-entrar/>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

ELLIS, R. Evan. **The new Russian engagement with Latin America: strategic position, commerce, and dreams of the past**. U.S. Army War College Press and Strategic Studies Institute. June, 2015.

ELLIS, R. Evan. The U.S. Military in Support of Strategic Objectives in Latin America and the Caribbean. **PRISM**, Vol. 8, No. 1, 2019.

ELLIS, R. Evan. Chinese Security Engagement in Latin America. **Center for Strategic and International Studies**. November 2020. Disponível em: <[https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/201119\\_Chinese\\_Security\\_Engagement.pdf](https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/201119_Chinese_Security_Engagement.pdf)>. Acesso em: 03 jan. 2022.

ENGDAHL, F. William. The Secret Stupid Saudi-US Deal on Syria. Oil-Gas Pipeline War. **Global Research**, 02 de março de 2018. Disponível em: <<https://www.globalresearch.ca/the-secret-stupid-saudi-us-deal-on-syria/5410130>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

ENGELS, Friedrich. **A Dialética da Natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ESTADÃO. **Proposto fim de Forças Armadas no 3º Mundo**. *O Estado de S. Paulo*, 05 de julho de 1991. Seção Internacional.

ESTEBAN, Joan; SCHNEIDER, Gerald. Polarization and Conflict: Theoretical and Empirical Issues. **Journal of Peace Research**, v. 45, n. 2, p. 131-141, 2008.

ESTRADA, Paola. Fernando Lugo: “El golpe de Paraguay fue contra la integración de América Latina”. **Brasil de Fato**, 26 junho 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/26/fernando-lugo-el-golpe-de-paraguay-fue-contra-la-integracion-de-america-latina/>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

FARAH, Douglas; REYES, Liana E. Russia in Latin America: A Strategic Analysis. **PRISM**. Vol. 5, No. 4, 2016.

FERNANDES, Anaís. Banco de desenvolvimento dos EUA soma US\$ 984 milhões em novos investimentos no Brasil. **Valor**. 19 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/10/19/banco-de-desenvolvimento-dos-eua-soma-us-945-m-ilhes-em-novos-investimentos-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

FERNANDES, Luis. Transição Global e Ruptura Institucional: a geopolítica do neogolpismo no Brasil e na América Latina. **Princípios**, São Paulo, Julho de 2016, p. 15-25.

FERNANDES, Luis. Marx e a formação do sistema internacional moderno. In: BUGIATO, Caio. (org.). **Marxismo e Relações Internacionais**. Goiânia: Editora Phillos Academy, 2021. p. 18-32.

FIORI, José Luís. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, Vol. 6, No. 2, 2007.

FIORI, José Luís. Sincronia e transformação. Agosto de 2015. In: FIORI, José Luís. **A síndrome de Babel e a disputa do poder global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 100-102.

FIORI, José Luís. A transformação mundial e o “fenômeno Trump”. Julho de 2017. In: FIORI, José Luís. **A síndrome de Babel e a disputa do poder global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 51-56.

FIORI, José Luís. O papel do petróleo e do gás na estratégia da Rússia. Setembro de 2017. In: FIORI, José Luís. **A síndrome de Babel e a disputa do poder global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 77-80.

FIORI, José Luís. O novo intervencionismo americano. Agosto de 2018. In: FIORI, José Luís. **A síndrome de Babel e a disputa do poder global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 106-108.

FIORI, José Luís. Geopolítica e fé. Janeiro de 2019. In: FIORI, José Luís. **A síndrome de Babel e a disputa do poder global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 109-111.

FIORI, José Luís. Religião, violência e irracionalidade. Maio de 2019. In: FIORI, José Luís. **A síndrome de Babel e a disputa do poder global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 124-129.

FIORI, José Luís. A danação da história e a luta pelo futuro. Junho de 2019. In: FIORI, José Luís. **A síndrome de Babel e a disputa do poder global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 130-134.

FIORI, José Luís. O “outubro vermelho” e a esclerose brasileira. Outubro de 2019. In: FIORI, José Luís. **A síndrome de Babel e a disputa do poder global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 162-166.

FIORI, José Luís. A revolta latina e a divisão do *establishment* americano. Novembro de 2019. In: FIORI, José Luís. **A síndrome de Babel e a disputa do poder global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 167-171.

FIORI, José Luís. Post-scriptum: o desafio, a história e a estratégia. Março de 2020. In: FIORI, José Luís. **A síndrome de Babel e a disputa do poder global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 189-193.

FIORI, José Luís. A guerra, a preparação para a guerra e a ‘transição energética’. **Sul 21**, 7 de julho de 2020b. Disponível em: <<https://sul21.com.br/opinioao/2020/07/a-guerra-a-preparacao-para-a-guerra-e-a-transicao-energetica-por-jose-luis-fiori/>>. Acesso em: 10 set. 2021.

FIORI, José Luís; NOZAKI, William. Conspiração e corrupção: uma hipótese muito provável. Julho de 2019. In: FIORI, José Luís. **A síndrome de Babel e a disputa do poder global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 147-152.

FIORI, José Luís; NOZAKI, William. Petróleo, guerra e corrupção: para entender Curitiba. Agosto de 2019. In: FIORI, José Luís. **A síndrome de Babel e a disputa do poder global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 153-158.

FREILICH, Chuck. In the Middle East the Russians Aren’t Coming: They Are Back. **National Interest**, 13 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://nationalinterest.org/feature/middle-east-russians-aren't-coming-they-are-back-28672>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

FRIEDMAN, G. **A próxima década**: Onde estamos... e para onde iremos. Ribeirão Preto, SP: Novo Conceito Editora, 2012.

FUCCILLE, A. O Brasil e a América do Sul: (re)pensando a segurança e a defesa na região. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, 1 (1), 112-146, jul./dez. 2014.

FUCCILLE, A.; REZENDE, L. P. Complexo Regional de Segurança da América do Sul: Uma Nova Perspectiva. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, 35 (1), 77-104, jan./jun. 2013.

FUKUYAMA, Francis. **The End of History?** The National Interest, No. 16, 1989, pp. 1-18.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**, v. 1, n. 1, Rio de Janeiro, 1992 [1].

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.) **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record-Cofecon-Cepal, 2000.

FUSER, I. **Energia e Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

GALINARI, Tiago N. A “Guinada à direita” e a nova política externa brasileira. **Caderno de Geografia**, v. 29, Número Especial 2, 2019.

GALTSOVA, A; HUANG, T. “New” gas from Russia to China via Power of Siberia-2 pipeline: New route and new strategic opportunities. **IHS Markit**, 16 July 2020. Disponível em: <<https://ihsmarkit.com/research-analysis/new-gas-from-russia-to-china-via-power-of-siberia-2-pipeline.html>>. Acesso em: 10 set. 2021.

GAMA NETO, Ricardo B. Rússia, China e a Coreia do Sul no mercado de defesa sul-americano. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. V. 7, n. 14, Jul./Dez. 2018, p.164-189.

GASPARINI, Amedeo. Thirty years later: what changed since the US “unipolar moment”? **Institute for Politics and Society**. Policy Brief, October 2020.

GAUTTAM, Priya; SINGH, Bawa; KAUR, Jaspal. COVID-19 and Chinese Global Health Diplomacy: Geopolitical Opportunity for China’s Hegemony? **Millennial Asia**, 11(3), p. 318–340, 2020.

GFDC. Countries of the Belt and Road Initiative (BRI). Green Finance & Development Center. December 2021. Disponível em: <<https://greenfdc.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição, São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GILPIN, R. **War and change in world politics**. Cambridge. MA.: Cambridge University Press, 1981.

GOMES, P. H. M. A alavanca energética russa: a utilização do setor de petróleo e gás como instrumento geopolítico. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**, v. 13, n. 25, Jan-Jun 2021.

GONÇALVES, Rubén Miranda; BRAGATTI, Milton Carlos. Cooperación en el área de defensa en la UNASUR: un balance del Consejo de Defensa Sudamericano y sus límites. **Revista Jurídica da Presidência**. Brasília, v. 20, n. 120, p. 46-61, fev./mai., 2018.

GONCHARENKO, Roman. O que está por trás da crise no Cazaquistão. **DW**, 06 janeiro 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/o-que-está-por-trás-da-crise-no-cazaquistão/a-60349114>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

GORMLEY, D. M; ERICKSON, A. S; YUAN, J. **A Low-Visibility Force Multiplier: Assessing China’s Cruise Missile Ambitions**. Washington D.C.: National Defense University Press, 2014.

GRANATO, Leonardo. **A integração na América do Sul em discussão nos governos de Brasil e Argentina (2003-2010)**. Tese de Doutorado em Economia Política Internacional, apresentada ao Instituto de Economia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2014.

GRANATO, Leonardo. A autonomia como vetor da ação externa e da integração na América do Sul: postulações teóricas. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2014, p. 78-90.

GRANATO, Leonardo. **Brasil, Argentina e os rumos da integração: o Mercosul e a Unasul**. Curitiba: Appris, 2015.

GRASSI, J. M. **Parceria estratégica entre Brasil e Argentina: cooperação nuclear e integração sul-americana no século XXI**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz do Iguaçu - PR, 2019.

GRASSI, Jéssica M; MORAIS SILVA, Ana K; KERR-OLIVEIRA, Lucas. IIRSA, cosiplan e a atuação brasileira na consolidação da integração de infraestrutura na América do Sul. **Cadernos Prolam/USP - Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 19, n. 38, p. 151-187, jul./dez. 2020.

GRASSI, Jéssica M; CASA, Gabriela M; MORAIS SILVA, Ana K. Da IIRSA ao COSIPLAN: os impactos territoriais e socioambientais na integração de infraestrutura sul-americana. In: SOUZA, Hannah G; SCHWENDENWEIN, Goodfred; HOLANDA, Mariani F. GUALDA, Suyai M. (orgs). **América Latina em foco: novas perspectivas de análise sobre a região**. Campos dos Goytacazes, RJ: Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), 2020. p. 185-199.

GRUPPI, L. **El concepto de Hegemonía en Gramsci**. México, DF: Ediciones de Cultura Popular, 1978.

GULLO, Marcelo. **La insubordinación fundante: Breve historia de la construcción del poder de las naciones**. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Arana, 2015.

GUNDER FRANK, André. **Acumulação Mundial: 1492-1789**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

GUNZINGER, M; CLARK, B; JOHSON, D; SLOMAN, J. **Force planning for the era of great power competition**. Washington D.C.: CSBA – Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2017.

GURGANUS, J. Russia: Playing a Geopolitical Game in Latin America. **Carnegie Endowment for International Peace**. May 03, 2018. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/2018/05/03/russia-playinggeopolitical-game-in-latin-america-pub-76228>>. Acesso em: 16 dez. 2021.

GUTIÉRREZ, H; CESARIN, S. China en el Cono Sur: regularidades, impactos y respuestas. In: SORIA, A. B; GARCÍA, P. M. (ed.). **China en América Latina y el Caribe: Escenarios estratégicos subregionales**. 1ª. ed., San José: C. R.: FLACSO, CAF, 2015. p. 127-144.

HAAS, Ernst. **The uniting of Europe. Indiana**: University of Notre Dame Press, 2004.

HAAS, M. Russia's Military Reforms: Victory after Twenty Years of Failure? **Clingendael Papers No. 5**. The Hague: Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael', 2011.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOFFMAN, F. G. **Hybrid threats: Reconceptualizing the evolving character of modern conflict**. Washington, DC: Institute for National Strategic Studies, National Defense University, 2009.

HØJEN, Louise. **U.S.-Venezuela Relations in the 21st Century: Sanctions against Venezuelan Officials**. Master's Thesis, MSSc in Development and International Relations Latin American Studies. Allborg University, Denmark. May 29, 2015.

HONÓRIO, Karen dos Santos. **O significado da iniciativa para a integração da infraestrutura regional sul-americana (IIRSA) no regionalismo sul-americano (2000-2012): um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, apresentada ao Programa Santiago Dantas da UNESP/UNICAMP/PUC-SP. São Paulo, 2013.

HORNBECK, J. F. US-Latin America Trade and Investment in the 21st Century: What's Next for Deepening Integration? **Inter-American Dialogue**. Working Paper, January 2014.

HSIANG, Antonio C. Power Transition: The U.S. vs. China in Latin America. **Journal of China and International Relations**. Special Issue: China-Latin America Relations in an Era of Changing World Order. 2016.

HUGHES, G. **My Enemy's Enemy: Proxy Warfare in International Politics**. Eastbourne: Sussex Academic Press, 2012.

IANNI, O. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

IEA. World Energy Outlook 2017. **International Energy Agency**. Disponível em: <[https://iea.blob.core.windows.net/assets/4a50d774-5e8c-457e-bcc9-513357f9b2fb/World\\_Energy\\_Outlook\\_2017.pdf](https://iea.blob.core.windows.net/assets/4a50d774-5e8c-457e-bcc9-513357f9b2fb/World_Energy_Outlook_2017.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2021.

INOJOSA, Jesús. De cómo el Grupo de Lima y Prosur se diluyeron a partir de la pandemia. **Nodal, Noticias de América Latina y Caribe**. 29 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www.nodal.am/2021/04/de-como-el-grupo-de-lima-y-prosur-se-diluyeron-a-partir-de-la-pandemia-por-jesus-inojosa/>>. Acesso em: 08 fev. 2022.

JAEGER, Bruna Coelho. Crise e colapso da UNASUL: o desmantelamento da integração sul-americana em tempos de ofensiva conservadora. **Conjuntura Austral**. Porto Alegre, v. 10, n. 49, p. 5-12, 2019.

JAEGER, Bruna C; BRITES, Pedro V. O Brasil e a Grande Estratégia dos EUA: aspectos históricos conjunturais. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 6, nº 1, jan./jun. 2019, p. 217-240.

JAGUARIBE, Hélio. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. **Estudios Internacionales**, v. 12, n. 46, 1979, p. 91-130.



JCS. Joint Publication 3-20: Security Cooperation. **Joint Chiefs of Staff**. U.S. Department of Defense. May 23, 2017. Disponível em: <[http://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp3\\_20\\_20172305.pdf](http://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp3_20_20172305.pdf)>. Acesso em: 28 dez. 2021.

KALDOR, M. **New and Old Wars: organised violence in a global era**. 3rd edition. Cambridge: Polity Press, 2012.

KAPLAN, R. D. **A vingança da geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KENNEDY, C; WALDMAN, T. The changing nature of intrastate conflict and 'new wars'. In: NEWMAN, E; DEROUEN Jr., K. (Eds.). **Routledge handbook of civil wars**. Abingdon, England: Routledge, Taylor and Francis Group, 2014. p. 213-223.

KERR-OLIVEIRA, Lucas. **Energia como Recurso de Poder na Política Internacional: os desafios da Geopolítica do Petróleo e o papel do Centro de Decisão Energética**. Tese de Doutorado em Ciência Política, UFRGS. Porto Alegre, 2012.

KERR-OLIVEIRA, L. BRITES, P. V. P. REIS, J. A. S. A guerra proxy na Síria e as disputas estratégicas russo-estadunidenses no Oriente Médio. **Mundorama**, 20 set. 2013. Disponível em: <<http://mundorama.net/2013/09/20/a-guerra-proxy-na-siria-eas-disputas-estrategicas-russo-estadunidenses-no-orient-medio-por-lucas-kerrde-oliveira-pedro-vinicius-pereira-brites-e-joao-arthur-da-silva-reis/>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

KERR-OLIVEIRA, Lucas; FRIGGERI, Felix Pablo; CAZALBON, Astrid Yanet Aguilera; MORAIS SILVA, Ana Karolina. La integración regional sudamericana frente a la pandemia del Covid-19: un análisis geopolítico de los impactos en el Mercosur y en la región. **Revista Tempo no Mundo**, v. 7, p. 205-249, 2021.

KISSINGER, H. **Ordem Mundial**. Tradução Cláudio Figueiredo. 1ª edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KLARE, M. T. **Blood and Oil: the dangers and consequences of America's growing dependency on imported petroleum**. New York: Holt Paperbacks, 2005.

KLIEMAN, Aharon. Introduction. In: KLIEMAN, Aharon (ed.). **Great Powers and Geopolitics: International Affairs in a Rebalancing World**. Switzerland: Springer, 2015. p. 1-10.

KORYBKO, A. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KOTZ, R. L; OURIQUES, H. R. A Belt and Road Initiative: uma análise sobre a projeção global da China no Século XXI. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, (jul. 2021), p. 96-113.

KRAUTHAMMER, Charles. The Unipolar Moment. **Foreign Affairs**, Vol. 70, No. 1, America and the World 1990/91 (1990/1991), pp. 23-33.

KREPINEVICH, A. F. **Protracted Great-Power War: A Preliminary Assessment**. Washington D.C.: Center for a New American Security, America Competes. February 2020.

KREPINEVICH, A. F; WATTS, B; WORK, R. **Meeting the Anti-Access and Area-Denial Challenge**. Washington D.C.: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2003.

LAURINDO, Leonardo. Cúpula CELAC 2021: compromisso renovado com a integração latino-americana. **Opera – Revista Independente**, 22 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://revistaopera.com.br/2021/09/22/cupula-celac-2021-compromisso-renovado-com-a-integracao-latino-americana/>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

LIMA, Maria Regina S. Relações interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil. **Lua Nova**, n. 90, 2013, p. 167-201.

LIMA. Declaración de Lima. **Ministerio de Relaciones Exteriores de Colombia**, 8 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gov.co/print/17154>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

LORENZINI, María Elena; DOVAL, Gisela Pereyra. Tendencias del orden internacional y sus efectos sobre el tablero sudamericano. **Revista Conjuntura Austral**, v.11, n.55, jul./set. 2020. p. 35-50.

LYRIO, M. **A Ascensão da China como Potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

MAJEROWICZ, E; MEDEIROS, C. A. Chinese industrial policy in the geopolitics of the information age: the case of semiconductors. **Revista de Economia Contemporânea**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 1-28, 11 jun. 2018.

MALAMUD, Andrés. La diplomacia presidencial y los pilares institucionales del Mercosur: un examen empírico. **Relaciones Internacionales**, n. 15, 2010, p. 113-138.

MALAMUD, Andrés. Entrevista com Andrés Malamud: Desintegração Regional – O fenômeno e seus impactos na América do Sul. Entrevista realizada por Lis Barreto. **Agenda Política**. São Carlos, v. 8, n. 3, p. 344-354, set./dez., 2020.

MALLMANN, M. I. Integração e Segurança: uma reflexão a partir das teorias clássicas de integração. In: GUEDES OLIVEIRA, M. A.; PAGLIARI, G. C. (Orgs). **Pensando Defesa e Integração nas Fronteiras**. p. 27-50. Coleção: Defesa e Fronteiras Virtuais, v. 4. Recife: Editora UFPE, 2017.

MANETTO, Francesco. Na fronteira da Venezuela com a Colômbia, distúrbios violentos e dezenas de deserções chavistas. **El País**. Caracas, 23 fev. 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/23/internacional/1550945385\\_758680.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/23/internacional/1550945385_758680.html)>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MAO, Tsetung. Sobre a Contradição. In: **Obras Escolhidas de Mao Tsetung**. Pequim: Edições do Povo, Tomo I, 1975, p. 525-586.

- MARCELLA, Gabriel. China's Military Activity in Latin America. **Americas Quarterly**. January 20, 2012. Disponível em: <<https://www.americasquarterly.org/fulltextarticle/chinas-military-activity-in-latin-america/>>. Acesso em: 29 dez. 2021.
- MARIANO, Karina L. P; RIBEIRO, Clarissa C. N. Regionalismo na América Latina no século XXI. In: SALATTI, Rafael [org.]. **Cultura e Direitos Humanos nas Relações Internacionais: reflexões sobre cultura**. V.1. Cultura Acadêmica: São Paulo, SP, 2016.
- MARIUTTI, E. B. A perspectiva dos sistemas-mundo: fundamentos e tendências. In: VIEIRA, P. A; LIMA VIEIRA, R; FILOMENO, F. A. (orgs.). **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 29-76.
- MARTÍN, Andrés G. The New Strategic Framework of the United States for the Western Hemisphere. **Instituto Español de Estudios Estratégicos**. Analysis Paper. 21 October 2020. Disponível em: <[https://www.ieee.es/en/Galerias/fichero/docs\\_analisis/2020/DIEEEA33\\_2020ANDGON\\_hemisferiooccidental-ENG.pdf](https://www.ieee.es/en/Galerias/fichero/docs_analisis/2020/DIEEEA33_2020ANDGON_hemisferiooccidental-ENG.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2021.
- MARTINS, Carlos Eduardo. A Teoria da Conjuntura e a Crise Contemporânea. **Polis**, Revista de la Universidad Bolivariana, Volumen 8, nº 24, 2009, p. 385-401.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Vol. I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. **O 18 brumário de Luiz Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2003.
- MASTANDUNO, Michael. Preserving the Unipolar Moment: Realist Theories and U.S. Grand Strategy after the Cold War. **International Security**, Vol. 21, No. 4 (Spring, 1997), pp. 49-88.
- MATVEEV, V. RUSAKOVA, T. The changing Russian army. **Russia Beyond**, 23 dez. 2015. Disponível em: <[https://www.rbth.com/economics/defence/2015/12/23/the-changing-russian-army\\_553889](https://www.rbth.com/economics/defence/2015/12/23/the-changing-russian-army_553889)>. Acesso em: 10 set. 2017.
- MAZAT, N; SERRANO, F. A geopolítica da Federação Russa em relação aos Estados Unidos e à Europa: vulnerabilidade, cooperação e conflito. In: PINELI ALVES, A. G. M. (org). **O Renascimento de uma potência? : a Rússia no século XXI**. Brasília: IPEA, 2012. p. 9-50.
- MCBRIDE, James; CHATZKY, Andrew; SIRIPURAPU, Anshu. What's Next for the Trans-Pacific Partnership (TPP)? **Council on Foreign Relations**. September 20, 2021. Disponível em: <<https://www.cfr.org/background/what-trans-pacific-partnership-tpp>>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- MCINNIS, K. J; WEISS, M. A. Strategic Competition and Foreign Policy: What is "Political Warfare"? **Congressional Research Service**, IF11127. March 8, 2019.
- MCINNIS, K. J; MCGARRY, B. W. United States Southern Command (SOUTHCOM). **Congressional Research Service**, IF11464. March 17, 2020.

MEARSHEIMER, J. The rise of China will not be peaceful at all. **The Australian**, November 18, 2005. Disponível em: <<https://www.mearsheimer.com/wp-content/uploads/2019/06/The-Australian-November-18-2005.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

MELLO, Michele. Em seis anos de bloqueio, a Venezuela foi alvo de 150 sanções e 11 tentativas de golpe. **Brasil de Fato**, 8 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/08/em-seis-anos-de-bloqueio-venezuela-foi-alvo-de-150-sancoes-e-11-tentativas-de-golpe>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

MELLO, Michelle. Peru anuncia saída do Grupo de Lima, bloco criado para atacar Venezuela internacionalmente. **Brasil de Fato**, 7 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/08/07/peru-anuncia-saida-do-grupo-de-lima-bloco-criado-para-atacar-venezuela-internacionalmente>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

MELLO, Michele. Argentina assume presidência da Celac em Cúpula de chanceleres realizada nesta sexta. **Brasil de Fato**, 7 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/07/argentina-assume-presidencia-da-celac-em-cupula-de-chanceleres-realizada-nesta-sexta>>. Acesso em: 08 fev. 2022.

MENDONÇA, Isabella Nunes S. A “NOVA DIREITA” BRASILEIRA: uma análise das origens e fontes ideológicas do Movimento Brasil Livre – MBL. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2021.

MENEM, I. R; MORAIS SILVA, A. K; KERR-OLIVEIRA, L. A guerra híbrida na Síria e o uso de métodos não convencionais: uma análise de 2011 a 2019. **Revista De Geopolítica**, v. 11, p. 43-58, 2020.

MFA. Declaration of the Third Ministers' Meeting of the China-CELAC Forum. **Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China**. Disponível em: <[https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjbxw/202112/t20211207\\_10463460.html](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjbxw/202112/t20211207_10463460.html)>. Acesso: 13 dez. 2021.

MILANI, Livia Peres. US Foreign Policy to South America since 9/11: Neglect or Militarisation? **Contexto Internacional**, vol. 43, n. 1, Jan/Apr 2021. p. 121-146.

MILANI, Livia Peres. China-Latin America Cooperation: An Alternative for Autonomy and Development? **E-International Relations**, 28 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/2021/04/28/china-latin-america-cooperation-an-alternative-for-autonomy-and-development/>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

MODELSKI, George. **Long cycles in world politics**. Nova York: Springer, 1987.

MOLINA, Federico Rivas. Celebração de 30 anos do Mercosul vira troca de farpas e pedidos de flexibilização que isolam Argentina. **El País**. Buenos Aires, 26 mar. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-26/celebracao-de-30-anos-de-mercosul-vira-troca-de-farpas-e-pedidos-de-flexibilizacao-que-isolam-argentina.html>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

MOLINA, Melisa. El Presidente concluyó la gira a China con múltiples acuerdos y ahora lo espera Barbados. **Página 12**, 7 de febrero de 2022. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/400106-el-presidente-concluyo-la-gira-a-china-con-multiples-acuerdo>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

MONIN, Serguei. "Guerra Fria 2.0": Rússia pode ter presença militar em Cuba e Venezuela? **Brasil de Fato**, 21 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/21/guerra-fria-2-0-russia-pode-ter-presenca-militar-em-cuba-e-venezuela>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. A Importância Geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 24, n. 50, 2008, p. 7-35.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A desordem mundial: o espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Armações Internacionais. In: ALVES, G.; GONÇALVES, M; QUARESMA TONELLI, M. L; RAMOS FILHO, W. (coord.); CARAMURU TELES, B. (org.) **Enciclopédia do golpe**. Bauru: Canal 6 Editora, 2017. p. 17-24.

MORAIS SILVA, Ana Karolina. **Hegemonia, Imperialismo e a Guerra na Síria: Elementos para a análise do Sistema Internacional Contemporâneo**. Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Relações Internacionais e Integração, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2018.

MORAIS SILVA, A. K; FERES, C. P. C; KERR-OLIVEIRA, L; STADUTO, I. W. O debate teórico acerca da estabilidade do Sistema Internacional e suas contribuições. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, Volume 19, n. 3, 2020, p. 57-74.

MORALES, Rafael González. **Estados Unidos y la "Guerra 4G" contra Venezuela**. Cuba: Ocean Sur, 2019.

MORAVCSIK, Andrew. **The Choice for Europe Social Purpose & State Power From Messina to Maastricht**. Cornell studies in political economy. New York: Cornell University, 1998.

MPPRE. La Verdad de Venezuela contra la Infamia: datos y testimonios de un país bajo asedio. **Ministerio del Poder Popular para las Relaciones Exteriores**, Gobierno Bolivariano de Venezuela. 27 de septiembre de 2020. Disponível em: <<http://www.mppref.gob.ve/wp-content/uploads/2020/09/La-verdad-de-Venezuela-contra-la-infamia.-Datos-y-testimonios-de-un-pais-bajo-asedio.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

MURAVYEVA, A; LEMUTOV, V. How Chinese Tech Companies Are Conquering Russia. **Carnegie Moscow Center**, 11 jan. 2021. Disponível em: <<https://carnegiemoscow.org/commentary/83589>>. Acesso em: 12 set. 2021.

NASCIMENTO, Jefferson. O governo de Nicolás Maduro resiste: um diálogo crítico com o modelo de quedas presidenciais proposto por Aníbal Pérez-Liñán. **Textos e Debates**, Boa Vista, n. 34, p. 121-134, jan./jun. 2020.

NEVES, Bárbara C. Belt and Road Initiative: a infraestrutura como plataforma de expansão da atuação da China na América Latina. **Observatório de Regionalismo**. 4 de maio de 2021. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/2021/05/04/belt-and-road-initiative-a-infraestrutura-como-plataforma-de-expansao-da-atuacao-da-china-na-america-latina/>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

NEVES, Bárbara Carvalho; HONÓRIO, Karen. Latin American Regionalism under the New Right. **E-International Relations**, 27 set. 2019. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/pdf/80118>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

NIU, Haibin. A New Era of China-Latin America Relations. Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES). **Anuario de Integración** 11. 2015. Disponível em: <<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2016/02/03-Niu.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2021.

OECD. Country to Country Data. **Observatory of Economic Complexity**. December 2021. Disponível em: <<https://oec.world/>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

OMMATI, Marcos. Brazilian and US Armies Conduct Unprecedented Joint Military Exercise. **Diálogo – Digital Military Magazine**. December 08, 2021. Disponível em: <<https://dialogo-americas.com/articles/brazilian-and-us-armies-conduct-unprecedented-joint-military-exercise/#.YcskmGjMLIU>>. Acesso em: 28 dez. 2021.

OPEP. **Annual Statistical Bulletin**. 53<sup>rd</sup> edition. Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2018. Disponível em: <[https://www.opec.org/opec\\_web/static\\_files\\_project/media/downloads/publications/ASB%202018.pdf](https://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/ASB%202018.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2021.

ORGANSKI, A. F. K. Power Transition Theory for the Twenty-first Century. In: TAMMEN, R. et al [orgs]. **Power Transitions - Strategies for the 21st Century**. Chatam House Publishers, New York, 2000.

OURIQUES, Helton. As relações econômicas entre América Latina e China: uma perspectiva sistêmica. **Perspectivas**, São Paulo, v. 45, p. 9-40, jan./jun. 2015.

PADULA, Raphael. Da IIRSA ao Cosiplan da UNASUL: A Integração de infraestrutura da América do Sul nos anos 2000 e suas perspectivas de mudança. In: DESIDERÁ NETO, Walter Antonio [org.]. **O Brasil e novas dimensões da Integração Regional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

PADULA, Raphael. A geopolítica estadunidense e a Eurásia. In: FIORI, José Luís (org.). **Sobre a Guerra**. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 340-370.

PADULA, Rapahel; FIORI, José L. Brasil: geopolítica e “abertura para o pacífico”. **Revista de Economia Política**, vol. 36, nº 3 (144), pp. 536-556, julho-setembro/2016

PAGLIARI, Graciela C. **Segurança regional e política externa brasileira: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006**. Tese de Doutorado em Relações Internacionais, apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da UnB. Brasília, 2009.

PAGLIARI, Graciela C. Conselho de Defesa Sul-Americano e a adoção de medidas de fortalecimento da confiança. **Carta Internacional**. Edição especial, n. 10, 2015, 23-40.

PAREDES, Norberto. Os interesses de EUA, China, Rússia, Irã e Paquistão no futuro do Afeganistão. **BBC News Mundo**, 17 agosto 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58242038>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

PAUTASSO, Diego. **China e Rússia no Pós-Guerra Fria**. Curitiba, Juruá, 2011.

PAUTASSO, D; UNGARETTI, C. A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v.4, n.3, 2017, p. 25 – 44.

PAUTASSO, Diego; NOGARA, Tiago S; UNGARETTI, Carlos R; DORIA, G. A Iniciativa do Cinturão e Rota e os dilemas da América Latina. **Revista Tempo do Mundo**, n. 24. dez. 2020, p. 77-106.

PAUTASSO, Diego; NOGARA, T. S; UNGARETTI, C. R; RABELO, A.M. P. As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, 2021.

PECEQUILO, Cristina S. As relações bilaterais Brasil-Estados Unidos (1989-2008): As três fases contemporâneas. **Nueva Sociedad**, Outubro 2008. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/as-relacoes-bilaterais-brasil-estados-unidos-1989-2008-as-tres-fases-contemporaneas/>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

PECEQUILO, Cristina S. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 100-115, jul./dez. 2013.

PECEQUILO, Cristina S; CARMO, Corival A. O Brasil e o vácuo de liderança regional: o avanço sino-americano. **Anais do I Encontro Nacional de Economia Política Internacional – ENEPI**, UFRJ, Rio de Janeiro. 11 a 13 de maio de 2016. p. 353-373.

PECEQUILO, Cristina S; JAEGER, Bruna C. Os Estados Unidos: a geopolítica e a geoeconomia da energia. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 8, n. 1, p. 7-43, jan./abr. 2019.

PEDROSA, Leyberson; MATSUKI, Edgard. Entenda o caso Snowden; Petrobras também é alvo de espionagem. **EBC, Empresa Brasil de Comunicação**. 28 agosto 2013. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/tecnologia/2013/08/web-vigiada-entenda-as-denuncias-de-edward-snowden>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

PEÑA, Félix. El desarrollo institucional del Mercosur. In: AA.VV.; Comunidad Andina; Mercosur. **Desafíos Pendientes de la Integración en América Latina**. Bogotá: Ministerio de Relaciones Exteriores de Colombia y Corporación Andina de Fomento, 1998, p. 95-144.

PERERA, Fabiana S. Russia and Latin America: Flexible, Pragmatic, and Close. In: HERD, Graeme P. (ed.). **Russia's Global Reach: A Security and Statecraft Assessment**. GarmischPartenkirchen: George C. Marshall European Center for Security Studies, 2021. p. 34-43.

PICCOLLI, Larlecianne; MACHADO, Lauren; MONTEIRO, Valeska F. A Guerra Híbrida e o Papel da Rússia no Conflito Sírio. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v.3, 2016, p. 189-203. Disponível em: <<https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/63960>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel. **Quinhentos anos de periferia**: uma contribuição ao estudo da política internacional. 4. ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. da UFRGS/Contraponto, 2002.

PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel. O mundo multipolar e a integração sul-americana. **Temas & Matizes**, n. 14, Cascavel, 2008, p. 58-72. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/2484>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel. A hegemonia dos EUA e a ascensão da China. **Brasil de Fato**, São Paulo, 17 de junho, 2020a. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/17/artigo-o-sistema-internacional-e-o-imperio-hegemonia-dos-eua-e-ascensao-da-china>>. Acesso em: 05 set. 2021.

PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel. Soberania e a estratégia dos EUA. **Brasil de Fato**, São Paulo, 17 de junho, 2020b. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/17/artigo-o-sistema-internacional-e-o-imperio-soberania-e-a-estrategia-dos-eua>>. Acesso em: 05 set. 2021.

PODOBNIK, B. **Global Energy Shifts: Fostering Sustainability in a Turbulent Age**. Philadelphia: Temple University Press, 2006.

PORTALES, Carlos. ¿A dónde va el multilateralismo en las Américas? Proyectos superpuestos en un período de cambios globales. In: HERSHBERG, Eric; SERBIN, Andrés; VIGEVANI, Tullo. **Pensamiento Propio: El hemisferio en transformación**: Regionalismo, multilateralismo y políticas exteriores en un entorno cambiante. Buenos Aires: CRIES, n. 19, 2014. p. 35-74.

PRAMUK, J. Biden signs \$1.9 trillion Covid relief bill, clearing way for stimulus checks, vaccine aid. **Consumer News and Business Channel (CNBC)**, 11 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.cnn.com/2021/03/11/biden-1point9-trillion-covid-relief-package-thursday-afternoon.html>>. Acesso em: 11 set. 2021.

PRANGE, Astrid. Huawei e a nova "Guerra Fria" na América Latina. **DW**, 31 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/huawei-e-a-nova-guerra-fria-na-am%C3%A9rica-latina/a-54355948>>. Acesso em: 23 dez. 2021.



PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.) **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record-Cofecon-Cepal, 2000.

PROSUR. Cooperación. **Foro para el Progreso y la Integración de América del Sur (PROSUR)**. 2022. Disponível em: <<https://prosur.org/cooperacion/>>. Acesso em: 08 fev. 2022.

PUIG, Juan Carlos. La política exterior argentina: incongruencia epidérmica y coherencia estructural. In: PUIG, Juan Carlos (compilador). **América Latina: políticas exteriores comparadas**. Tomo I. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1982, p. 24-163.

PUTTEN, Frans-Paul van der; ROOD, Jan; MEIJNDERS, Minke. Great Powers and Global Stability: Clingendael Monitor 2016. **Netherlands Institute of International Relations ‘Clingendael’**. May 2016. Disponível em: <[https://www.clingendael.org/sites/default/files/pdfs/clingendael\\_monitor2016-great\\_powers\\_and\\_global\\_stability-eng\\_0.pdf](https://www.clingendael.org/sites/default/files/pdfs/clingendael_monitor2016-great_powers_and_global_stability-eng_0.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2021.

RAMANI, Samuel. Russia Returns to Latin America Dr Samuel Ramani 19 August 2021 6 Minute Read. **RUSI**. 19 August 2021. Disponível em: <<https://rusi.org/explore-our-research/publications/commentary/russia-returns-latin-america>>. Acesso em: 26 dez. 2021.

REGAN, Helen. Cazaquistão tenta conter distúrbios com tropas; entenda a crise no país. **CNN Brasil**, 06 janeiro 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/em-crise-cazaquistao-envia-tropas-regionais-para-conter-disturbios-no-pais/>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

REIS SILVA, André L; SPOHR, Alexandre P. Os percalços ao diálogo estratégico: as relações entre o Brasil e os Estados Unidos desde 2003. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 4. n. 7, jan./jun., 2015, p. 69-91.

REYES HERRERA, Milton. China y la Región Andina: Dinámicas en el contexto de la integración regional sudamericana. In: SORIA, Adrián B; GARCÍA, Paz M. **China en América Latina y el Caribe: Escenarios estratégicos subregionales**. San José, C. R.: FLACSO, CAF, 2015. p. 167-198.

RIBEIRO, Erik Herejk; UNGARETTI, Carlos Renato. COVID-19 e a crise da ordem liberal: aceleração do tempo histórico e mundo pós-ocidental. **Agenda Política**, Volume 8, Número 3, p. 191-220, setembro-dezembro, 2020.

RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana. The Rise of Post-Hegemonic Regionalism in Latin America. In: RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana. (Eds.). **The Rise of Post-Hegemonic Regionalism**. Dordrecht: Springer, 2012, p. 1-16.

ROBINSON, E. The missing, irregular half of great power competition. **Modern War Institute**, September 8th, 2020. Disponível em: <<https://mwi.usma.edu/the-missing-irregular-half-of-great-power-competition/>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

ROCKMANN, Roberto. Temer acelerou mudanças pró-mercado na exploração do pré-sal. **Repórter Brasil**, 25 maio 2018. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2018/05/temer-acelerou-mudancas-pro-mercado-na-exploracao-do-pre-sal/>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

RODRIGUES, Bernardo S. Guerra Híbrida na América do Sul: uma definição das ações políticas veladas. **Sul Global**, v. 1, n. 1, p. 139-168, 2020.

RODRIGUES, Bernardo S. O pouso do dragão na América do Sul: uma análise da geoeconomia, dos China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean e da Nova Rota da Seda. **Brazilian Journal of Latin American Studies** - Cadernos Prolam/USP, v. 19, n. 37, p. 78-105, out. 2020. Edição Especial: Relações China - América Latina e Caribe.

RODRIGUES, Bernardo S; MARTINS, Carlos E. R. O sistema Tiānxià (天下) como estratégia do Zhōngguó (中国) - Reflexões sobre a transição hegemônica mundial no longo século XXI. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 166-195, dez. 2020.

ROSATOM. Histórico de cooperações. **Rosatom**. Disponível em: <<https://rosatom-latinamerica.com/pt/rosatom-in-country/history-of-cooperation/>>. Acesso em: 26 dez. 2021.

ROSENMANN, Marcos R. América Latina siglo XXI: manual para el golpe de Estado. **Hemisferio Izquierdo**, 16 agosto 2017. Disponível em: <<https://www.hemisferioizquierdo.uy/single-post/2017/08/09/america-latina-siglo-xxi-manual-para-el-golpe-de-estado>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

ROSNEFT. Rosneft Project in Solimões Basin Awarded with Priority Status. **Rosneft**, Information Division. June 18, 2019. Disponível em: <<https://www.rosneft.com/press/news/item/195675/>>. Acesso em: 26 dez. 2021.

ROZOV, Nicolai S. The Historical Macrosociology: formation, fundamental areas of research and types of models. In: **Sociology: History, Theory, and Practices**. Vol.10. Bridging the World Together. Moscow. Institute of Socio-Political Research. RAS. 2009. p. 24-35. Disponível em: <<https://nsu.ru/filf/rozov/eng/rozov-historical-macrosociology.htm>>. Acesso em: 10 out. 2021.

RUSSIA. **Military Doctrine of the Russian Federation**. By the President of the Russian Federation, Putin. December 25th, 2014. Disponível em: <<https://rusemb.org.uk/press/2029>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

RUSSIA. **The Foreign Policy Concept of the Russian Federation**. Approved by President of the Russian Federation Vladimir Putin on November 30, 2016. Disponível em: <[https://www.rusemb.org.uk/rp\\_insight/](https://www.rusemb.org.uk/rp_insight/)>. Acesso em: 16 dez. 2021.

RUSSIA. **National Security Strategy of the Russian Federation**. Moscow, July 2, 2021.

SABINO, Marco Antonio. ABIAD, Pablo. Crise do Mercosul: Presidência pro tempore da Venezuela. **Desenvolvendo Ideias, Llorente & Cuenca**. Relatório Especial. Buenos Aires-São Paulo, set., 2016.

SANAHUJA, José A. Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR. In: SERBIN, Andrés; RAMANZINI Jr., Haroldo. El regionalismo “post-liberal”

en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe**, n. 9, 2012, p. 19-70.

SANTOS, M. A presença brasileira na América do Sul Ações e Instrumentos de Política Externa. **Revista Análisis Político**, 26 (77), p. 195-210, jan./abr. 2013.

SANTOS FILHO, João Estevam. A contraofensiva econômica dos EUA na América Latina. **Le Monde Diplomatique**. 4 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-contraofensiva-economica-dos-eua-na-america-latina/>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

SAHUQUILLO, M. R; SEVILLANO, E. G. Construção de novo gasoduto amplia disputa entre Rússia e Ocidente. **El País**, 03 abr. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-04-03/construcao-de-novo-gasoduto-amplia-disputa-entre-russia-e-ocidente.html>>. Acesso em: 11 set. 2021.

SCHUTTE, Giorgio Romano. Economia Política de Petróleo e Gás: A Experiência Russa. In: PINELI ALVES, A. G. M. (org). **Uma longa transição: Vinte Anos de Transformações na Rússia**. Brasília: IPEA, 2011, p. 81-136.

SCHUTTE, Giorgio Romano. The challenge to US hegemony and the “Gilpin Dilemma”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 64(1): e004, 2021.

SEELKE, Clare Ribando. Venezuela: Overview of U.S. Sanctions. **Congressional Research Service (CRS)**. January 22, 2021. Disponível em: <<https://sgp.fas.org/crs/row/IF10715.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

SERBIN, A. A América do Sul em um mundo multipolar. A Unasul é a alternativa? **Nueva Sociedad**. Especial em Português, Tradução de Ivony Lessa, Dez. 2009. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/a-america-do-sul-em-um-mundo-multipolar-a-unasul-e-a-alternativa/>>. Acesso em: 16 set. 2019.

SILVER, B; SLATER, E. The Social Origins of World Hegemonies. In: ARRIGHI, G; SILVER, B. *et al.* **Chaos and Governance in the Modern World System**. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 1999. p. 151-216.

SIPRI. Trends in international arms transfers, 2019. **Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)**. March 2020. Disponível: <[https://www.sipri.org/sites/default/files/2020-03/fs\\_2003\\_at\\_2019.pdf](https://www.sipri.org/sites/default/files/2020-03/fs_2003_at_2019.pdf)>. Acesso em: 28 dez. 2021.

SIPRI. Arms Transfer Database. **Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)**. 2021. Disponível em: <<https://www.sipri.org/>>. Acesso em: 28 dez. 2021.

SOARES LIMA, Maria Regina. Relações interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil. **Lua Nova**, n. 90, p. 167-201, São Paulo, SP, 2013.

SOLER, Lorena. Golpe de Estado y derechas en Paraguay. Transiciones circulares y restauración conservadora. **Nueva Sociedad**, n. 254. Noviembre - Diciembre 2014.

Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/golpe-de-estado-y-derechas-en-paraguay-transiciones-circulares-y-restauracion-conservadora/>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

SOUZA, T. A. F. **Cooperação em defesa e a região sul-americana: o papel do Conselho de Defesa Sul-americano, da UNASUL**. Dissertação de Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil, 2015, 171p.

SOUZA, Hannah G; ABI-RAMIA, Rodrigo P. O Brasil na integração sul-americana contemporânea: cenários do golpe de 2016. **Anais do XIII Congresso Nacional y VI Congreso Internacional sobre Democracia**. Rosário, Argentina, 2018.

STATECRAFT. US Vows to Invest \$5 Billion in Colombia as Part of Its New Western Hemisphere Strategy. **Statecraft**. August 19, 2020. Disponível em: <<https://www.statecraft.co.in/article/us-vows-to-invest-5-billion-in-colombia-as-part-of-its-new-western-hemisphere-strategy>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

STATECRAFT. US and Colombian Air Forces to Carry Out Joint Training Exercises. **Statecraft**. September 16, 2020. Disponível em: <<https://www.statecraft.co.in/article/us-and-colombian-air-forces-to-carry-out-joint-training-exercises>>. Acesso em: 28 dez. 2021.

STEEVES, B. B; OURIQUES, H. R. Energy Security: China and the United States and the Divergence in Renewable Energy. **Contexto Internacional**, vol. 38(2), May/Aug 2016.

SVAMPA, Maristella. Posprogresismos, polarización y democracia en Argentina y Brasil. **Nueva Sociedad**. Buenos Aires, n. 282, p. 121-134, 2019.

STRONSKI, P; SOKOLSKY, R. The return of global Russia: An analytical Framework. **Carnegie Endowment for International Peace**. December, 2017. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/2017/12/14/return-of-global-russia-analytical-framework-pub-75003>>. Acesso em: 16 dez. 2021.

SULLIVAN, Mark P; LUM, Thomas. China's Engagement with Latin America and the Caribbean. **Congressional Research Service**, IF10982. July 1, 2021.

SUTHERLAND, Manuel. Venezuela: ¿por qué volvió a fracasar la oposición? **Nueva Sociedad**, n° 282, Julio - Agosto 2019. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/venezuela-por-que-volvio-fracasar-la-oposicion/>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

TAECKENS, Joshua. Bilateral military exercise Southern Vanguard 22 begins in Brazil. **U.S. Army South Public Affairs**. December 7, 2021. Disponível em: <<https://www.southcom.mil/MEDIA/NEWS-ARTICLES/Article/2865017/bilateral-military-exercise-southern-vanguard-22-begins-in-brazil/>>. Acesso em: 28 dez. 2021.

TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lusotopie**, n. 17, 2018, p. 112-135.

TAVARES, M. V. S. EUA x Huawei: a importância estratégica da tecnologia 5g para o poder global. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**, v. 13, n. 25, Jan-Jun 2021.

TAYLOR, A. Irregular Conflict in a Great Power World: A Word of Caution for the Marine Corps. **Small Wars Journal**, June 4th, 2021. Disponível em: <<https://smallwarsjournal.com/jrnl/art/irregular-conflict-great-power-world-word-caution-marine-corps>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

TEIXEIRA Jr., Augusto W. M. O Entorno Estratégico Brasileiro na Geopolítica das Grandes Potências: a Crise da Venezuela e seus Impactos para o Brasil. **CEEEX - Centro de Estudos Estratégicos do Exército**, v. 8, n. 1, p. 7-25, jan./jun, 2020.

TÉLAM. Boric propuso un giro en la política exterior con miras a la integración regional. **Télam Digital**, 20 de diciembre de 2021. Disponível em: <<https://www.telam.com.ar/notas/202112/578471-boric-politica-exterior-integracion-regional.html>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

TÉTRAULT-FARBER, Gabrielle; ASTAKHOVA, Olesya. Rosneft sells Venezuelan assets to Russia after U.S. sanctions ramp up. **Reuters**. March 28, 2020. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-russia-rosneft-venezuela-idUSKBN21F0W2>>. Acesso em: 26 dez. 2021.

TESLOVA, Elena. Moscow format meeting on Afghanistan adopts joint statement. **Anadolu Agency**, 21 October 2021. Disponível em: <<https://www.aa.com.tr/en/world/moscow-format-meeting-on-afghanistan-adopts-joint-statement/2398172>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

THOMAS, Clayton; SHARP, Jeremy M; BLANCHARD, Christopher M; ARABIA, Christina L. Arms Sales in the Middle East: Trends and Analytical Perspectives for U.S. Policy. **Congressional Research Service**, November 23, 2020. Disponível em: <<https://sgp.fas.org/crs/mideast/R44984.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

THOMAS, Lais Forti; VIGEVANI, Tullo; FERREIRA, Elisa Cascão. A política subordinada de Bolsonaro a Trump (2019-2020): Estudos de casos - Embraer, Alcântara, RDT&E e Vistos. **Sul Global**. v. 2, n. 2, p. 199-231, 2021.

TRENIN, D. Russia in the Middle East: Moscow's objectives, priorities and policy drivers. **Carnegie Endowment for International Peace**, 25 de março de 2016. Disponível em: <[https://carnegieendowment.org/files/03-25-16\\_Trenin\\_Middle\\_East\\_Moscow\\_clean.pdf](https://carnegieendowment.org/files/03-25-16_Trenin_Middle_East_Moscow_clean.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2021.

TROITSKIY, Mikhail. The Emerging Great Power Politics and Regionalism: Structuring Effective Regional Conflict Management. **Global Policy**, v. 10, n. 2, p. 14-21, jun., 2019.

TUVUCA, Marcelo. Crise interna, Afeganistão e conflito com China e Rússia marcam 1º ano de Biden. **CNN Brasil**, 22 dezembro 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/crise-interna-afeganistao-e-conflito-com-china-e-russia-marcam-1o-ano-de-biden/>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

UCHOA, Pablo. Brasil pede esclarecimentos aos EUA após denúncias de espionagem. **BBC News Brasil**, 7 julho 2013. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/07/130704\\_patriota\\_nsa\\_pai](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/07/130704_patriota_nsa_pai)>. Acesso em: 28 jan. 2022.

UNCTAD. World Investment Report 2021. **United Nations Conference on Trade and Development**. Geneva, 2021. Disponível em: <[https://unctad.org/system/files/official-document/wir2021\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/wir2021_en.pdf)>. Acesso em: 23 dez. 2021.

U.S. **National Security Strategy of the United States of America**. The White House, Washington D.C., February 2015. Disponível em: <[https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015\\_national\\_security\\_strategy\\_2.pdf](https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy_2.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2021.

U.S. **National Security Strategy of the United States of America**. The White House, Washington D.C., December 2017. Disponível em: <<https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2021.

U.S. NEWS & WORLD REPORT. **Power**. Disponível em: <<https://www.usnews.com/news/best-countries/power-rankings>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

U.S. **Summary of the 2018 National Defense Strategy of the United States of America: Sharpening the American Military's Competitive Edge**. Defense Department, United States of America, 2018. Disponível em: <<https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2021.

U.S. Growth in the Americas. **U.S. Department of State**. April 2020. Disponível em: <<https://www.state.gov/growth-in-the-americas/>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

U.S. **US Interim National Security Strategic Guidance**. The White House, Washington D.C., March 2021. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2021/03/NSC-1v2.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2021.

USSOUTHCOM. **Statement of Admiral Craig S. Faller – Commander, United States Southern Command**. March 16, 2021. Disponível em: <[https://www.southcom.mil/Portals/7/Documents/Posture%20Statements/SOUTHCOM%2021%20Posture%20Statement\\_FINAL.pdf?ver=qVZdqBYBi\\_rPgtL2LzDkg%3D%3D](https://www.southcom.mil/Portals/7/Documents/Posture%20Statements/SOUTHCOM%2021%20Posture%20Statement_FINAL.pdf?ver=qVZdqBYBi_rPgtL2LzDkg%3D%3D)>. Acesso em: 27 dez. 2021.

USTR. Free Trade Agreements. **Office of the United States Trade Representative**. Executive Office of the President. Disponível em: <<https://ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

VACZI, N. **Hybrid Warfare: How to Shape Special Operations Forces**. Master of Military Art and Science, Faculty of the U.S. Army Command and General Staff College, United States, 2016, 94p.

VADELL, Javier A. El Foro China-CELAC y el nuevo regionalismo para un mundo multipolar: desafíos para la Cooperación "Sur-Sur". **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, 2018, p. 6-37.

VALENCIA, Alejandro Millán. ¿En qué se parecen (y en qué no) las protestas de Colombia a las que ocurrieron en Chile? **BBC News Mundo**, 10 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-57024834>>. Acesso em: 17 jul. 2021.

VÁZQUEZ, Mariana; BRICEÑO RUIZ, José. O Mercosul na época de Lula e Kirchner: um balanço, seis anos depois. **Nueva Sociedad**, Especial em Português, dezembro de 2009.

VERDÉLIO, Andreia. ANATEL. Leilão do 5G confirma expectativas e arrecada R\$ 47,2 bilhões. **Agência Brasil**. 05 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-11/primeiro-leilao-do-5g-movimenta-r-4679-bilhoes>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

VIANA, Natalia. Las claves de la destitución de Lugo en Paraguay: Los EEUU y el Impeachment. **Centro de Investigación Periodística (CIPER)**, 14 febrero 2013. Disponível em: <<https://www.ciperchile.cl/2013/02/14/las-claves-de-la-destitucion-de-lugo-en-paraguay-los-eeuu-y-el-impeachment/>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

VIEIRA, P. A; OURIQUES, H. R; AREND, M. A posição do Brasil frente à Indústria 4.0: mais uma evidência de rebaixamento para a periferia? **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 19, 2020, p. 12-34.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 29, no 2, julho/dezembro 2007, p. 273-335.

VIGEVANI, Tullo; MARTINS, Aline Regina Alves; MIKLOS, Manoela; RODRIGUES, Priscila. A contribuição marxista para o estudo das Relações Internacionais. **Lua Nova**, São Paulo, 83: 111-143, 2011.

VISENTINI, Paulo F. A vida após a morte: breve história mundial do presente pós-“fim da história”. **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 16, 2004, p. 35-57.

VISENTINI, Paulo F. De Berlim a Nova Iorque, 1989-2009: a queda do muro socialista e do muro financeiro (Wall Street). **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 46, p. 51-71, jul./dez. 2009, p. 51-71.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Eixos do Poder Mundial no século XXI: uma proposta analítica. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 9-25, jan./jun, 2019.

VOLLENWEIDER, Camila; FLAX, Sabrina; ROMANO, Silvina. Golpes siglo XXI: nuevas estrategias para viejos propósitos. Los casos de Honduras, Paraguay Brasil. **Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica – CELAG**, 3 julio 2016. Disponível em: <<https://www.celag.org/golpes-siglo-xxi-nuevas-estrategias-para-viejos-propositos-los-casos-de-honduras-paraguay-brasil-por-sabrina-flax-silvina-romano-y-camila-vollenweider/>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

WALLERSTEIN, Immanuel. The rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis. **Comparative Studies in Society and History**, Volume 16, Issue 4. Sep., 1974, p. 387-415.

WALLERSTEIN, I. **El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI**. México: Siglo Veintiuno, 1979. v. 1.

WALLERSTEIN, I. Periphery. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (Ed.). **The New Palgrave: The world of economics**. London: Macmillan, 1987.

WALLERSTEIN, I. **The Politics of the World Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 447-470.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: An Introduction**. Durham and London: Duke University Press, 2004.

WEISBROT, Mark; SACHS, Jeffrey. Sanções Econômicas como Punição Coletiva: O caso da Venezuela. **Center for Economy and Policy Research**. Maio de 2019. Disponível em: <<https://cepr.net/images/stories/reports/venezuela-sanctions-2019-05-portuguese.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

XING, Li. The Expansion of China's Global Hegemonic Strategy: Implications for Latin America. **Journal of China and International Relations**. Special Issue, 2016. p. 1-26.

XINHUA. China-Russia east-route natural gas pipeline in operation. **Xinhua Net**, Pequim, December 12<sup>th</sup>, 2019. Disponível em: <[http://www.xinhuanet.com/english/2019-12/02/c\\_138600270.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2019-12/02/c_138600270.htm)>. Acesso em: 10 set. 2021.

YACOVENCO, Besna Gissel Rodriguez. **A disputa internacional pelo controle das reservas de petróleo no Pré-Sal brasileiro**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Foz do Iguaçu - PR, 2019.

YOPO HERRERA, M. República Popular China y el nuevo posicionamiento geoestratégico: América Latina en la mira del dragón. **Política y Estrategia**, n. 130, 2017, p. 189-241.

ZOVATTO, Daniel. América Latina: cambios políticos en tiempos volátiles e inciertos. **International Institute for Democracy and Electoral Assistance, IDEA**. 17 set. 2019. Disponível em: <<https://www.idea.int/es/news-media/news/es/america-latina-cambios-politicos>>. Acesso em: 28 abr. 2021.